

# Revisão da Carta Educativa do Concelho de Sines

Abril de 2019

## ÍNDICE

### Conteúdo

<b>Preâmbulo .....</b>	<b>V</b>
<b>Volume I – Elementos de enquadramento e caracterização do sistema educativo do município de Sines</b>	
<b>Parte I - Enquadramento regulamentar e orientador da Carta Educativa .....</b>	<b>1</b>
<b>Parte II – Enquadramento territorial e demográfico .....</b>	<b>15</b>
II.1 O concelho de Sines e sua integração na região envolvente .....	15
II.2 Transformações demográficas no período 2001-2015 .....	25
II.3 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes .....	34
II.4 Rede Urbana e Sistema de Povoamento Concelhio .....	41
II.4.1 Sistema de Povoamento Concelhio .....	41
II.4.2 Rede de Equipamentos .....	43
II.5 Caracterização do perfil funcional do concelho .....	45
II.5.1 Atividade Económica e Emprego .....	45
II.5.2 Elementos de caracterização socioeconómica .....	55
<b>Parte III – Caracterização e evolução recente do sistema educativo do município de Sines .....</b>	<b>60</b>
III. 1 Rede escolar do concelho de Sines .....	60
III. 2. Caracterização dos equipamentos educativos .....	62
III.2.1 Jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo .....	62
III.2.2 Escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos e escolas secundárias .....	77
III. 3. Caracterização das ofertas educativas .....	92
III.3.1. Oferta educativa no pré-escolar .....	93
III.3.2. Oferta educativa no 1.º ciclo do ensino básico .....	94

III.3.3. Oferta educativa no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.....	96
III.3.4. Oferta educativa no ensino secundário .....	99
III.3.5. Oferta educativa de ensino recorrente, cursos de EFA e educação extraescolar .....	105
III. 4. Populações escolares e indicadores de desempenho.....	110
III.4.1. Populações escolares.....	110
III.4.2. Indicadores de desempenho: taxa de retenção e desistência.....	123
III.4.3. Desempenho escolar: resultados das provas de final de ciclo e exames nacionais.....	136
III.4.4. Taxas de escolarização .....	143
III. 5. Áreas de apoio à família e da ação social escolar .....	146
III.5.1 Ação social escolar.....	146
III.5.2 Alimentação Escolar .....	150
III.5.3 Atividade de Animação e Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular .....	153
III.5.4 Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs) .....	154
III.5.5 Apoio aos Alunos do Ensino Superior.....	156
III. 6. Serviços de transporte escolar .....	157
III.7. Programas e Projetos de Desenvolvimento do Sistema Educativo Local .....	161
III.7.1 Projetos Educativos .....	165
III.7.2 Atividades e Projetos de Desenvolvimento Curricular.....	168
III.7.3 Ligação à Comunidade Educativa – Parcerias e Protocolos .....	169
IV. Elementos preliminares de diagnóstico.....	170
Bibliografia .....	<b>173</b>
<b>Volume II – Cenários prospetivos: projeções da procura de ensino e balanços oferta-procura</b>	
<b>Parte IV – Censurização e diagnósticos prospetivos .....</b>	<b>175</b>

IV. 1. Introdução .....	175
IV. 2. Projeções demográficas .....	175
IV.2.1 Bases metodológicas do modelo de projeções demográficas.....	175
IV.2.2 Parâmetros demográficos .....	177
IV.2.3 Projeções demográficas para o concelho de Sines .....	183
IV.2.4 Projeções demográficas para as freguesias do concelho de Sines .....	188
IV.3. Cenários prospetivos da procura de ensino.....	190
IV. 4. Balanços prospetivos de oferta-procura .....	193
IV.4.1. Balanços ao nível do concelho .....	195
IV.4.2. Balanços por freguesia .....	204
 <b>Volume III – Diagnóstico, formulação estratégica e programa de ações</b>	
1. Introdução.....	207
2. Diagnóstico e Orientações Estratégicas .....	208
2.1 Análise SWOT.....	208
2.2 Principais problemáticas.....	212
2.3 Formulação e orientações estratégicas.....	215
3. Recomendações e Programa de Ações .....	<b>217</b>
3.1 Eixo Estratégico I - Elevação das Ofertas Educativas e Qualificação do Sistema de Ensino Local .....	217
3.2 Eixo Estratégico II - Requalificação das Infraestruturas e Apetrechamento das Escolas .....	222
3.3 Eixo Estratégico III - Melhoria da Articulação com as Comunidades Educativas.....	224
4. Monitorização da Carta Educativa.....	<b>226</b>
4.1 Introdução e Enquadramento .....	226
4.2 Quadro de monitorização e avaliação.....	227
4.3 Modelo organizativo.....	228



## Preâmbulo

Este documento agrega os três relatórios produzidos ao longo do processo de revisão da Carta Educativa de Sines, correspondentes às 3 fases de desenvolvimento do mesmo.

Assim, este documento está organizado em três grandes divisões, que designámos por “volumes”, cada um dos quais corresponde ao relatório da fase respetiva, como se indica de seguida:

- Volume I – Elementos de enquadramento e caracterização do sistema educativo do município de Sines
- Volume II – Cenários prospetivos: projeções da procura de ensino e balanços oferta-procura
- Volume III – Diagnóstico, formulação estratégica e programa de ações

De referir que, face à estruturação adotada para este documento, cada um daqueles volumes pode ser visto como uma parte autónoma, com numeração própria dos capítulos e secções (bem como das figuras e quadros respetivos) que o integram.

## Lista de Abreviaturas

AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família

AE – Agrupamento de Escolas

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

ASE – Ação Social Escolar

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE – Carta Educativa

CME – Conselho Municipal de Educação

CMS – Câmara Municipal de Sines

DGE – Direção Geral de Educação

DGEEC – Direção Geral das Estatísticas de Educação e Ciência

EB – Escola Básica

ES – Escola Secundária

INE – Instituto Nacional de Estatística

ME – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PAA - Plano Anual de Atividades

PE – Projeto Educativo

PDM – Plano Diretor Municipal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines

**Volume I\* – Elementos de enquadramento e caracterização do sistema educativo do município de Sines**

\* Corresponde ao relatório intercalar da Fase I

## Parte I - Enquadramento regulamentar e orientador da Carta Educativa

O Decreto Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, que institui a Carta Educativa (CE) e o Conselho Municipal de Educação, constitui a peça legislativa nuclear para a elaboração de Cartas Educativas. No seu Artigo 10.º introduz o conceito de CE:

*“ A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.”*

O Artigo 10.º do mesmo diploma estabelece os seguintes objetivos para a CE:

*“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.*

*2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.*

*3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.*

*4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.*

*5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.”*

Assim, a CE constitui um instrumento sectorial de planeamento que visa assegurar a adequação da rede de equipamentos de educação Pré-escolar e de Ensino Básico e Secundário às ofertas educativas que seja necessário promover no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico perspectivado no Plano Diretor Municipal (PDM), sendo aliás uma peça integrante do PDM.

Para além daquela peça legislativa nuclear, a Tabela 1 apresenta o essencial dos diplomas legais atualmente em vigor que constituem o enquadramento regulamentar e orientador para a elaboração de uma Carta Educativa.

*Tabela 1 – Enquadramento legislativo a ter em conta na elaboração de uma carta educativa (principais diplomas)*

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
<b>1. Lei de Bases do Sistema Educativo</b>	Lei nº. 46/86, de 14 de outubro (alterada pelo Decreto-Lei nº. 115/97, de 19 de setembro e pela Lei nº. 49/2005, de 30 de agosto)	Estabelece as de Bases do Sistema Educativo
	Portaria nº. 756/2007, de 2 de julho	Revoga a Portaria nº. 18/1991, de 9 de janeiro
		Regulamenta o nº. 3, do artigo 6º, da Lei nº. 46/1986, de 14 de outubro
	Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto alterada pela Lei n.º 65/2015 de 3 de julho	Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens
<b>2. Carta Educativa e Conselhos Municipais de Educação</b>	Decreto-Lei nº. 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis 41/2003, de 22 de agosto e 6/2012, de 10 de fevereiro e	Define a articulação entre o Ministério da Educação e os Municípios para a elaboração das Cartas Educativas, transferindo efetivamente competências.

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio	Estabelece normativos relativamente aos conselhos municipais de educação e relativamente à elaboração da Carta Educativa Municipal. Em termos complementares, regulamenta competências na área da realização de investimentos por parte dos Municípios nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se, ainda, a gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino
<b>3. Transferência competências para Autarquias</b>	Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro	Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
	Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho	No uso da autorização legislativa concedida pelas alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o previsto no artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	Lei nº 75/2013, de 12 de setembro	Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico
<b>4. Organização da Rede Educativa e Escolar</b>	Decreto-Lei nº. 387/90, de 10 de dezembro republicado pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 4 de setembro	Define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos, bem como à adoção do respetivo símbolo identificativo
	Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril	Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações
	Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro	Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação
	Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho	Define os critérios de reordenamento da rede escolar
	Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelos Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de	Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
<b>5. Autonomia Estabelecimentos Públicos</b>	setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho)	educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário
	Despacho Normativo n.º 10-A/2015	Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo
<b>6. Ensino Particular e Cooperativo (não superior)</b>	Lei n.º 9/79 de 19 de março (Alterada pela Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto)	Aprova as bases do ensino particular e cooperativo
	Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de março (artigo 5º revogado pelo Decreto-Lei n.º 138-C/2010)	Integração das escolas particulares e cooperativas na rede escolar
	Decreto-Lei n.º 152/2013, de 04 de novembro, mantendo-se em vigor: até à aprovação de nova regulamentação no prazo de 180 dias; até à aprovação de um novo regime sancionatório, mantêm -se em vigor as disposições dos artigos 99.º a 99.º-M, do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto.)	Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
<b>7. Estatuto do Aluno</b>	Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro (Revoga a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro) (Retificada pela Declaração de Retificação	Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	n.º 46/2012, de 17 de setembro)	restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro
<b>8. Pessoal Docente e não docente</b>	Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, alterado pelos Decretos-Lei n.º 105/97, de 29 de abril; 1/98, de 2 de janeiro; 35/2003, de 17 de fevereiro; 121/2005, de 26 de julho; 229/2005, de 29 de dezembro; 224/2006, de 13 de novembro; 15/2007, de 19 de janeiro; 35/2007, de 15 de fevereiro; 270/2009, de 30 de setembro; 75/2010, de 23 de junho; 41/2012, de 21 de fevereiro, e 146/2013, de 22 de outubro	Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário
	Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro)	Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de julho	Estabelece o regime estatutário específico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
<b>9. Associação de Pais e Encarregados de Educação</b>	Decreto-lei n.º 372/90, de 27 de novembro (alterado pelo Decreto-lei n.º 80/99, de 16 de março e pela Lei n.º 29/06, de 4 de julho)	Lei das Associações de Pais, que aprova o regime que disciplina a constituição das associações de pais e encarregados de educação e define os direitos e deveres das referidas associações

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
<b>10. Educação Especial</b>	Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro (Alterado pela Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7 de março, e pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio)	Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida
	Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto alterada pela Lei n.º 65/2015 de 3 de julho	Primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade
	Despacho normativo n.º 7-B/2015	Estabelece: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os procedimentos da matrícula e respetiva renovação</li> <li>b) As normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino</li> </ul>
	Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho	Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	Portaria nº 583/97, de 1 de agosto	Autoriza, mediante determinadas condições, um horário de funcionamento superior a quarenta horas semanais aos estabelecimentos de educação pré-escolar
	Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21 de agosto	Define os critérios aplicáveis a caracterização das instalações e do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, com vista a obtenção de níveis de qualidade adequados ao sucesso educativo e a otimização dos investimentos
	Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de agosto alterado pelo Despacho n.º 13096/2008, de 9 de maio	Expansão da rede nacional de educação pré-escolar e definição dos requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar
	Lei nº. 5/97, de 10 de fevereiro	Lei-quadro da Educação Pré-escolar
<b>12. Ensino Básico</b>	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (Alterado pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro)	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho	O presente despacho normativo concretiza princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo
	Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho (retificado pela Declaração de Retificação n.º 55/2012, de 28 de setembro)	Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e estabelece o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico
<b>13. Ensino Secundário</b>	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (Alterado pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro)	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro	Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos
	Decreto-lei n.º 74/2004, de 24 de março (alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de fevereiro e retificado pela	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	Declaração de Retificação n.º 23/2006, de 7 de abril)	avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação
<b>14. Ensino Profissional</b>	Despacho Normativo n.º 27/1999, de 25 de maio	Determina que as escolas profissionais devem desenvolver as suas atividades em instalações que proporcionem as condições legais aplicáveis as edificações em geral, aos edifícios escolares em particular e que reúnam as condições pedagógicas, funcionais, construtivas e ambientais adequadas a sua especificidade de estabelecimentos de ensino
	Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de maio, alterada pela Portaria n.º 797/2006	Regulamenta o ensino profissional
	Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro [Alterado pelos Decreto-Lei n.º 74/2004 (Ver Decreto-Lei n.º 139/2012, de 05 de julho), Decreto-Lei n.º 54/2006, e Decreto-Lei n.º 150/2012, de 12 de julho]	Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento das escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior
<b>15. Ensino Artístico</b>	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 julho, alterado pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário. Aplica-se às diversas ofertas curriculares dos ensinos básico e secundário ministradas em estabelecimentos

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
		de ensino público, particular e cooperativo
	Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho	<p>Cria o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música e o Curso Básico de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e aprova os respetivos planos de estudo, constantes dos anexos I a VI da presente portaria, do qual fazem parte integrante.</p> <p>Estabelece ainda o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico.</p>
	Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto, alterada pela Portaria n.º 419-B/2012, de 20 de dezembro	Cria os cursos secundários artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo nos termos constantes dos anexos I a IV da presente portaria, da qual fazem parte integrante. Estabelece, ainda, o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior.

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
<b>16. AAAF CAF AEC</b>	Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto	Aplica -se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC)
	Despacho n.º 8452-A/2015	Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos, destinadas às crianças da educação pré -escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação, e escolas profissionais situadas em áreas geográficas não abrangidas pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).
<b>17. Ação Social Escolar</b>	Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março	Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar.
	Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro	Estabelece as normas relativas a transferência para os Municípios das novas competências em matéria social escolar em diversos domínios

Áreas de interferência	Diplomas legais	Objeto / Âmbito
	Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro	Normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração, bem como as regras de elaboração dos contratos-programa ou de autonomia.
<b>18. Apoio Educativo</b>	Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro (Revoga o despacho n.º 1438/2005, de 4 de janeiro)	Define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos. É aplicável aos alunos do ensino básico. As atividades a desenvolver no âmbito dos planos de recuperação e de acompanhamento devem atender às necessidades do aluno ou do grupo de alunos e são de frequência obrigatória
<b>19. Desporto Escolar</b>	Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro	Define as bases gerais do sistema desportivo e estrutura as condições e oportunidades para o exercício da atividade desportiva como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade
<b>20. Transporte Escolar</b>	Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei	Regula a transferências de competências para os municípios em matéria de transportes escolares.

<b>Áreas de interferência</b>	<b>Diplomas legais</b>	<b>Objeto / Âmbito</b>
	n.º 186/2008, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011 de 1 de março)	

## Parte II – Enquadramento territorial e demográfico

### II.1 O concelho de Sines e sua integração na região envolvente

Administrativamente, o concelho de Sines está integrado na região do Alentejo e mais concretamente na NUT III do Alentejo Litoral. Para além de Sines, a NUT do Alentejo Litoral é composta por mais quatro concelhos: Alcácer, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira. Como se observa nas Figura II.1. 1 e Figura II.1. 2, Sines tem como concelhos limítrofes Santiago do Cacém (a Norte e Este) e Odemira (a Sul).

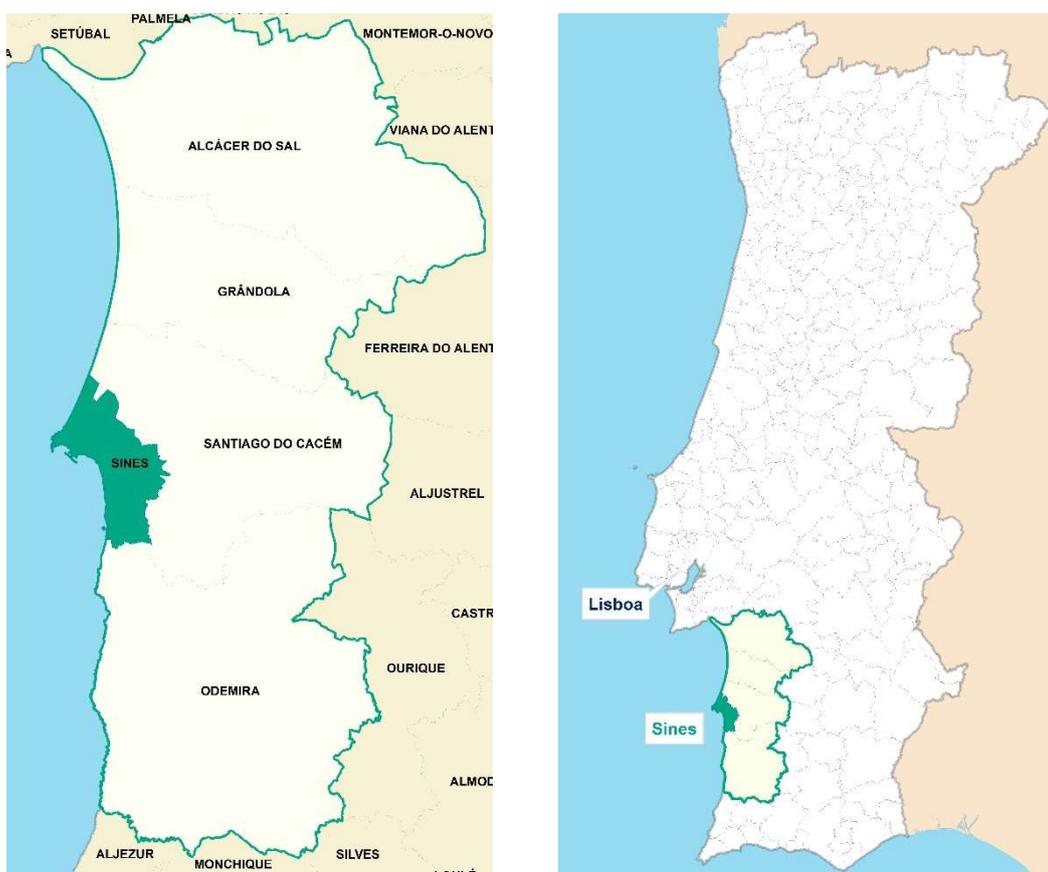


Figura II.1. 1 Enquadramento nacional e regional do concelho de Sines. Fonte: Elaboração própria

Sines caracteriza-se assim pela sua extensa faixa litoral, partilhando mais de 50km de extensão do seu território com o Oceano Atlântico, e pela inclusão de uma parte do concelho no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina. A frente atlântica de Sines que, associada às características geográficas da zona litoral, permitem que Sines tenha um dos portos europeus com melhores condições para o desenvolvimento das atividades portuárias e logísticas.

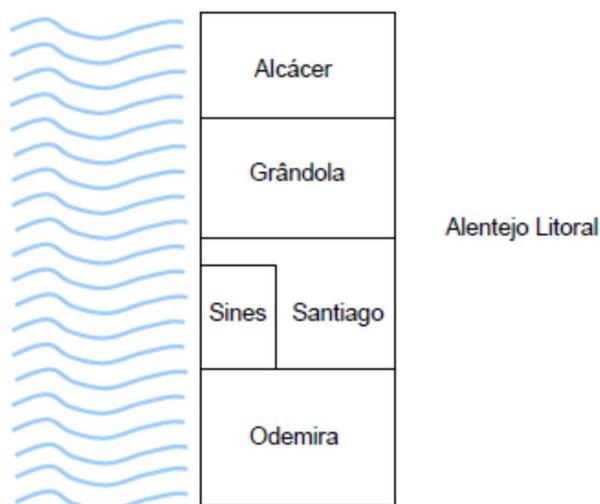


Figura II.1. 2 Esquema Territorial da NUT III do Alentejo Litoral. Fonte: Volume II - Caracterização no âmbito da Revisão do PDM de Sines (2013)

Assim, no âmbito regional Sines destaca-se pela importância que o seu porto e a toda a atividade a ele associada tem e pode ter no desenvolvimento do concelho, dos concelhos vizinhos e de todo o Alentejo Litoral. Tanto assim é que o PROT Alentejo defende que o conjunto Sines – Santiago do Cacém – Santo André funciona como um polo estruturante da competitividade e da coesão social no Alentejo Litoral e que este sistema polinucleado “deverá assumir uma dimensão regional e, como tal, afirmar-se como o principal polo urbano da sub-região [do Alentejo Litoral]” (PROT, 2000 :2996)

O modelo de ordenamento do território regional, apresentado no PROT, estabelece como prioridade a afirmação de “Sines como grande porto atlântico da Europa e grande plataforma portuária e industrial, de serviços de logística internacional e de energia” (PROT, 2010 :2965), sendo que uma das opções estratégicas defendidas por este documento passa pela necessidade de desenvolvimento da Plataforma Portuária de Sines e o possível desenvolvimento das ligações ferroviárias a Espanha, tornando este porto mais competitivo no contexto ibérico e europeu e assim imprimindo um maior desenvolvimento desta região. O PROT aponta ainda como grandes potencialidades de desenvolvimento económico as atividades industriais, portuárias, e logísticas, de produção de energia e piscatórias centradas em Sines.

Também o Programa Operacional da Região do Alentejo (2014) identifica o porto e a plataforma industrial e logística de Sines como um dos pontos fortes de toda a região e considera que este conjunto tem grande potencial e capacidade de atração de empresas e operadores logísticos, isto apesar das debilidades ao nível da conectividade e logística, as quais estão relacionadas com as ligações rodoferroviárias atualmente existentes no território. Percebe-se assim que o grande potencial de internacionalização que a economia regional e local demonstram se encontra bloqueado pela persistência de problemas e constrangimentos

que ainda hoje limitam o desenvolvimento, não só do concelho de Sines como de toda a região.

Conforme apresentado no documento de Diagnóstico da revisão do PDM de Sines (CMS, 2010) o concelho de Sines, no âmbito do seu enquadramento territorial, apresenta uma série de pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças que importa conhecer de modo a melhor compreender dinâmicas e desafios locais.

Assim, como pontos fortes são identificados aspetos como:

- A extensa frente costeira com elevado valor paisagístico e turístico e o Parque Natural da Costa Vicentina;
- A localização do único porto de águas profundas do país, e as suas perspetivas de desenvolvimento;
- Grande área industrial e centro energético.

São ainda identificados como pontos fracos:

- A localização geográfica periférica, dada a forte barreira morfológica que separa o concelho do resto do Alentejo;
- A distância ao Alentejo Central e a outras localizações importantes como Lisboa;
- As fracas ligações municipais e intermunicipais rodoviárias e ferroviárias, de passageiros e de mercadorias;
- Falta de interligação logística ao Trevo.

Enquanto oportunidades para o território são mencionados:

- A expansão do Terminal XXI
- A construção da ligação ferroviária a Elvas, passando por Ermidas-Sado através da Serra do Cercal
- PU de Sines e o de Porto Covo, pelo potencial de desenvolvimento;

Relativamente a ameaças, são identificadas questões como:

- A proposta da REFER para a construção de uma linha ferroviária em paralelo à costa, que passará a norte de Santiago do Cacém;
- Manutenção do transporte de mercadorias, em contentores, por via rodoviária;
- Poluição industrial e o tráfego automóvel e marítimo associado a esta atividade;
- Risco de acidentes.

Nos contributos recebidos para a revisão da Carta Educativa foi referido que “A proposta da REFER para a construção de uma linha ferroviária em paralelo à costa, que passará a norte de Santiago do Cacém” não será uma ameaça mas sim uma oportunidade para o concelho. Neste âmbito foi ainda mencionada como ameaça a “Construção do Terminal Vasco da Gama, pelo

impacto que poderá ter na costa a Sul – São Torpes e demais praias – quer a nível ambiental, quer a nível do turismo”.

O Quadro II.1.1 permite analisar as variáveis de Área, População e Densidade Populacional, no ano de 2011, percebendo-se a diversidade de realidades presentes no Alentejo Litoral. Sines destaca-se por ser o concelho mais pequeno em termos de área e um dos menos populosos deste conjunto, mas é aquele que apresenta uma maior densidade populacional (70 habitantes por cada km<sup>2</sup>). Por outro lado, Santiago do Cacém tem 5 vezes mais área que Sines e o dobro da população, o que resulta numa densidade de 28 habitantes/km<sup>2</sup>. O concelho com menor densidade e quantitativo populacional é Alcácer do Sal, com apenas 9 habitantes/km<sup>2</sup> e 13 mil residentes. Na globalidade, a NUT do Alentejo Litoral apresenta uma densidade de 18 habitantes/km<sup>2</sup> e quase 98 mil habitantes.

*Quadro II.1.1 - Área, População Residente e Densidade Populacional nas freguesias e no concelho de Sines, nos concelhos e na NUT III do Alentejo Litoral - Fonte: INE – Censos de 2011*

	Área (km <sup>2</sup> )	População	Densidade Populacional
<b>Sines</b>	203	14 238	70
Alcácer do Sal	1500	13 046	9
Grândola	826	14 826	18
Odemira	1721	26 036	15
Santiago do Cacém	1060	29 749	28
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>5309</b>	<b>97 895</b>	<b>18</b>

Neste contexto, importa também perceber como evoluiu a população destes concelhos e da NUT ao longo dos quatro últimos períodos censitários (ver Quadro II.1.2). Ao nível do Alentejo Litoral, o único momento em que existiu uma variação positiva da população foi entre 1991 e 2001 com um crescimento de 1,5%, mas ainda assim bem abaixo da média nacional que se situou nos 5%. Entre 1981 e 1991 houve uma perda de 4,5% da população e entre 2001 e 2011 a quebra foi menor, mas ainda assim situou-se nos -2,1%. No caso de Sines, têm-se registado sempre variações positivas, em especial entre 1991 e 2001 com um aumento de 10%, período em que a NUT perdeu população e a nível nacional foi registado metade deste crescimento (5%). No último período intercensitário a população do concelho cresceu 4,9%, quando os demais concelhos da NUT estagnaram ou perderam população.

Quadro II.1.2 - População residente e Taxas de variação intercensitárias da população residente nas freguesias e no concelho de Sines, nos concelhos e na sub-região do Alentejo Litoral e de Portugal- Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	1981	Tx. Var. 81-91	1991	Tx. Var. 91-01	2001	Tx. Var. 01-11	2011
<b>Sines</b>	12 075	2,3	12 347	10,0	13 577	4,9	14 238
Alcácer do Sal	16 370	-11,4	14 512	-1,6	14 287	-8,7	13 046
Grândola	16 042	-14,2	13 767	8,2	14 901	-0,5	14 826
Odemira	29 463	-10,3	26 418	-1,2	26 106	-0,3	26 036
Santiago do Cacém	29 191	7,8	31 475	-1,2	31 105	-4,4	29 749
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>103 141</b>	<b>-4,5</b>	<b>98 519</b>	<b>1,5</b>	<b>99 976</b>	<b>-2,1</b>	<b>97 895</b>
<b>Portugal</b>	<b>9 833 014</b>	<b>0,3</b>	<b>9 867 147</b>	<b>5,0</b>	<b>10 356 117</b>	<b>2,0</b>	<b>10 562 178</b>

A população residente na NUT III do Alentejo Litoral tem sofrido algumas oscilações, como já foi observado atrás, o que consequentemente afeta a repartição da população global pelos vários concelhos, apresentada na Figura II.1. 3. No caso de Sines, este é o único concelho que conseguiu aumentar constantemente 1% do seu peso ao longo dos 4 períodos intercensitários, tendo em 2011 ficado com 15% da população total do Alentejo Litoral, a par com o concelho de Grândola. Nos demais de concelhos, as oscilações também são quase sempre na ordem de 1%, tanto nos ganhos como nas perdas, sendo que o concelho com maior percentagem de população é Santiago do Cacém e o com menor Alcácer do Sal.

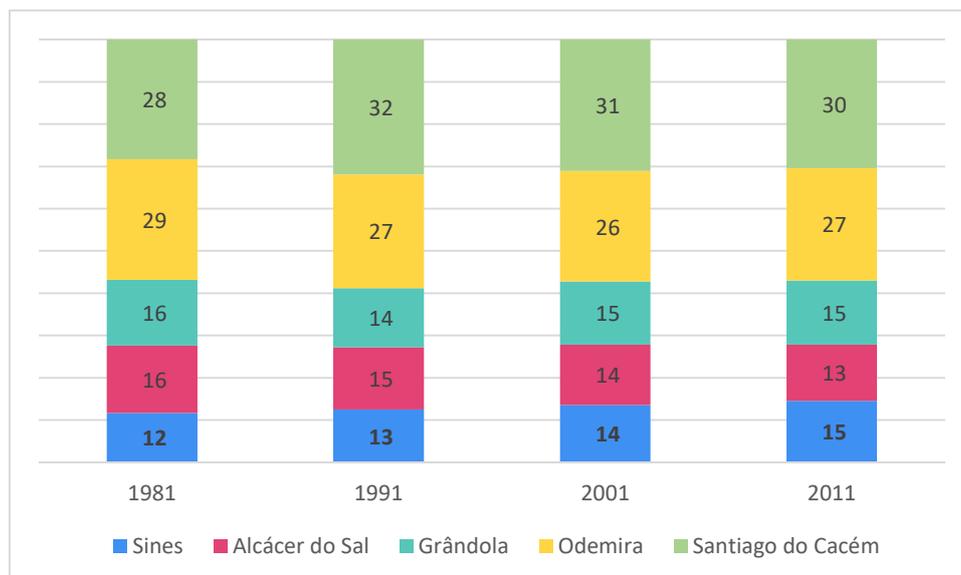


Figura II.1. 3– Repartição da população residente na NUT III do Alentejo Litoral pelos concelhos que a constituem - Fonte: INE – Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011

A NUT III do Alentejo Litoral tem uma área de mais de 5300 km<sup>2</sup>, distribuindo-se esse território pelos cinco concelhos que compõe esta unidade territorial da forma como se apresenta na

Figura II.1. 4 Odemira apresenta-se como o maior concelho desta unidade territorial, com 32,41% do território, sendo seguido por Alcácer do Sal com 28,25%. Sines é o concelho com menor dimensão, ocupando somente 3,83% deste território, o que equivale a pouco mais que 203 km<sup>2</sup>. Grândola que é o segundo concelho mais pequeno deste conjunto, com quase 16% do território da NUT.

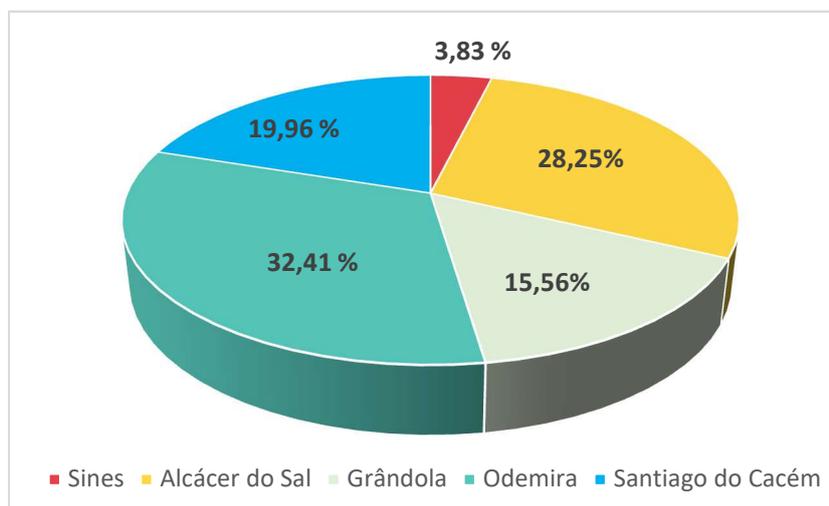


Figura II.1. 4 – Repartição da área total da NUT III do Alentejo Litoral pelos concelhos que compõe a região- Fonte: CAOP

À semelhança do que já foi observado anteriormente, e no referente às densidades populacionais ao longo dos últimos três períodos censitários (ver Quadro II.1.3), Sines é o único concelho com uma variação positiva neste indicador, tanto entre 1991-01 como entre 2001-11. Os demais concelhos da NUT observam estagnações ou quebras na densidade populacional, sendo a maior quebra sentida por Santiago do Cacém (-1,3%) no último período censitário.

Quadro II.1.3 - Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>) em 1991, 2001 e 2011, no concelho de Sines, nos concelhos vizinhos e na NUT III do Alentejo Litoral- Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011 e CAOP 2015

	1991	Var. 91-01	2001	Var. 01-11	2011
<b>Sines</b>	60,7	6,1	66,8	3,3	70,0
<b>Alcácer do Sal</b>	9,7	-0,2	9,5	-0,8	8,7
<b>Grândola</b>	16,7	1,4	18,0	-0,1	18,0
<b>Odemira</b>	15,4	-0,2	15,2	-0,0	15,1
<b>Santiago do Cacém</b>	29,7	-0,3	29,4	-1,3	28,1
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>18,6</b>	<b>0,3</b>	<b>18,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>18,4</b>

Em relação ao indicador da população residente empregada (ver Quadro II.1.4), é possível perceber que as percentagens de população empregada ao longo destes três períodos censitários foram relativamente estáveis, com aumentos e reduções pouco significativas. O concelho de Sines é um dos concelhos da região com menor percentagem de residentes empregados, com apenas 16,25%, sendo ultrapassado por Odemira e Santiago do Cacém e estando bastante abaixo do valor do Alentejo Litoral.

Quadro II.1.4 - Repartição da população residente empregada nos concelhos que compõem a NUT III do Alentejo Litoral -  
Fonte: INE – CENSOS de 1991, 2001 e 2011

	1991	2001	2011
<b>Sines</b>	13,47	14,84	16,25
<b>Alcácer do Sal</b>	15,90	15,15	13,13
<b>Grândola</b>	13,59	13,91	13,92
<b>Odemira</b>	25,80	23,81	24,64
<b>Santiago do Cacém</b>	31,23	32,30	32,06
<b>Alentejo Litoral</b>	38,10	40,97	41,15

Contudo, Sines é também o concelho que mais viu crescer o número de residentes empregados, passando de pouco mais de 5 mil para mais de 6500. Esta conclusão está patente na Figura II.1. 5, que mostra a evolução do número absoluto de residentes empregados ao longo das últimas três décadas. Ao nível global, do Alentejo Litoral, nota-se um aumento em 2001 para aproximadamente 41 mil pessoas e uma ligeira quebra em 2011 para perto dos 40 mil. Os demais concelhos da NUT apresentam uma evolução relativamente estável neste indicador.

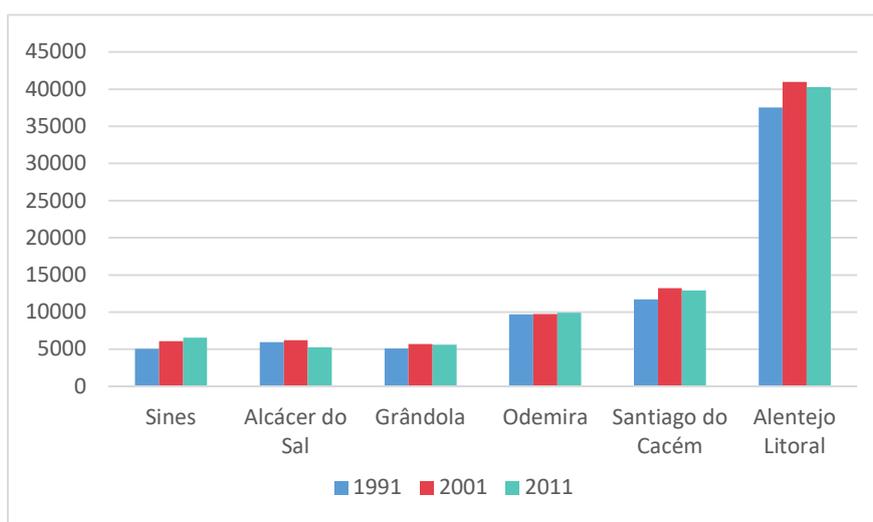


Figura II.1. 5 - Indivíduos residentes empregados em 1991, 2001 e 2011, no concelho de Sines, nos concelhos mais próximos e na NUT III do Alentejo Litoral - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

Relativamente ao desemprego, Sines apresenta a segunda taxa mais baixa da NUT do Alentejo Litoral com 9,7% de desempregados em 2011, sendo somente ultrapassado pelo concelho de Santiago do Cacém, com uma taxa de 9,1%, e estando ambos os concelhos abaixo da taxa verificada na região do Alentejo Litoral (10,9%) e de Portugal (13,2%). Como se verifica no Quadro II.1.1 nem sempre a situação foi assim porque tanto em 1991 e 2001 Sines registou taxas de desemprego superiores ao valor da NUT e de Portugal, podendo-se considerar esta uma evolução bastante positiva neste indicador.

*Quadro II.1.5- Taxas de desemprego em 1991, 2001 e 2011, no concelho de Sines, nos concelhos mais próximos, na NUT III do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011*

	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2011</b>
<b>Sines</b>	9,3	10,2	9,7
<b>Alcácer do Sal</b>	9,7	10,1	11,1
<b>Grândola</b>	9,4	9,4	11,1
<b>Odemira</b>	6,7	8,4	13,7
<b>Santiago do Cacém</b>	10,3	10,6	9,1
<b>Alentejo Litoral</b>	9	9,8	10,9
<b>Portugal</b>	6,8	6,8	13,2

Na distribuição dos residentes empregados pelos vários sectores de atividade (Quadro II.1.6) é possível tirar duas conclusões em relação ao concelho de Sines: este é o concelho com o valor mais baixo de empregados no sector primário (3,6%) face aos valores alcançados pelos restantes concelhos do Alentejo Litoral, mas em linha com os valores nacionais; e este é também o concelho com maior peso do sector secundário (31,4%) no contexto dos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral (24,8%) e também superior aos valores observados para Portugal, o que se percebe pelo carácter industrial deste concelho. À semelhança do que acontece nos demais concelhos da NUT e a nível nacional, o sector terciário tem um grande peso, com 65% da população residente empregada nas atividades ligadas ao comércio e aos serviços.

Quadro II.1.6- Percentagens de indivíduos residentes empregados por setor de atividade, no concelho de Sines, nos concelhos mais próximos, da NUT III do Alentejo Litoral e em Portugal- Fonte: INE – Censos de 2011

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
<b>Sines</b>	3,6	31,4	65,0
<b>Alcácer do Sal</b>	17,5	19,2	63,3
<b>Grândola</b>	8,2	20,3	71,6
<b>Odemira</b>	22,9	18,8	58,3
<b>Santiago do Cacém</b>	6,3	30,4	63,3
<b>Alentejo Litoral</b>	11,7	24,8	63,5
<b>Portugal</b>	3,1	26,5	70,5

Na análise da repartição do volume de negócios das empresas nos concelhos que compõe o Alentejo Litoral (Figura II.1. 6) destaca-se o peso de Sines que detém nos anos em análise metade do volume gerado na NUT, o que se traduz em valores que podem variar entre os 1100 milhões e os 1500 milhões de euros, só no concelho de Sines (Figura II.1. 7). Neste conjunto, o único concelho que conseguiu aumentar o seu volume de negócios é o concelho de Odemira, os demais concelhos têm observado somente ligeiras variações positivas e negativas. Na globalidade, a NUT do Alentejo Litoral gera em volume de negócios das suas empresas valores próximos dos 2500 milhões de euros, mas que só perfazem 0,7% do valor gerado pelas empresas a nível nacional.

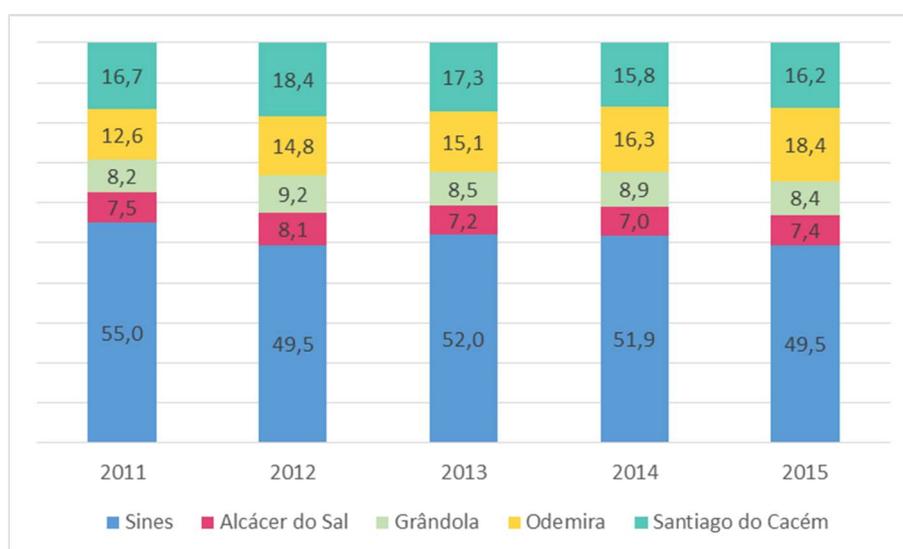


Figura II.1. 6 – Repartição do volume de negócios das empresas do concelho de Sines e dos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral entre 2011 e 2015- Fonte: INE

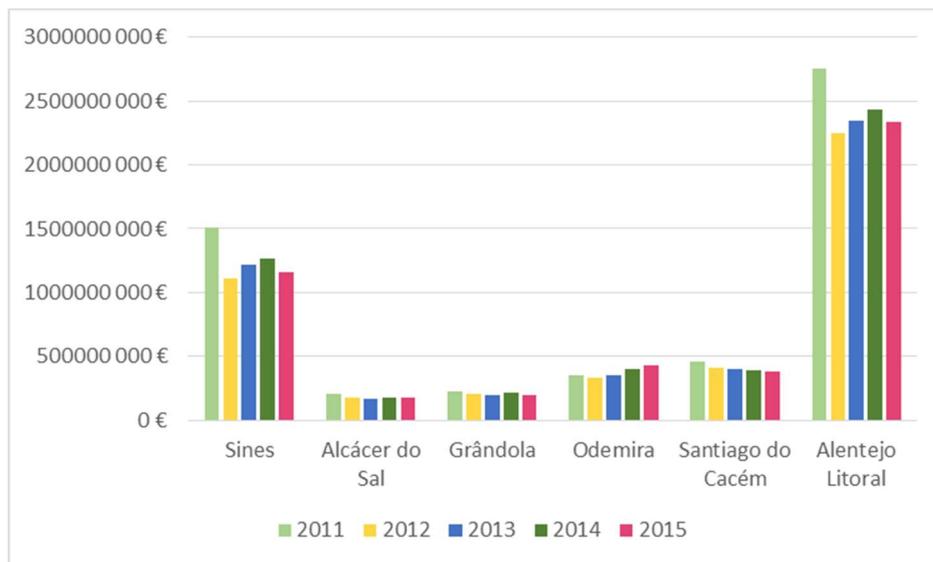


Figura II.1. 7– Volume de negócios das empresas do concelho de Sines e dos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral entre 2011 e 2015 - Fonte: INE

## II.2 Transformações demográficas no período 2001-2015

A presente secção pretende analisar as dinâmicas da população residente e as transformações demográficas ocorridas no concelho de Sines e nas suas freguesias ao longo das últimas décadas, mas com especial enfoque no último recenseamento que ocorreu em 2011.

Como apresentado na Figura II.2 1, a população residente no concelho de Sines observou um ligeiro crescimento no seu quantitativo, em especial no período intercensitário de 1991 a 2001, com um aumento de 10%. No período seguinte (2001-2011) este crescimento caiu para metade (4,9%), como se observa no Quadro II.2. 1, o que perfaz em 2011 uma população na ordem das 14 mil pessoas. A freguesia de Sines, que detém 93% da população residente em todo o concelho, acompanhou esta tendência, ao contrário da população da freguesia de Porto Covo que viu reduzida a sua população em 7%, tendo em 2011 1000 residentes.

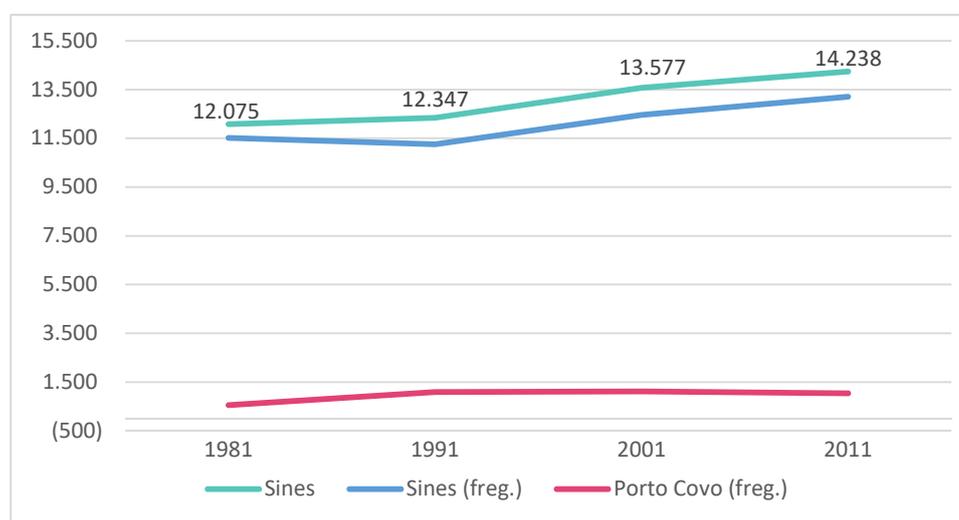


Figura II.2 1 – População residente em 1981, 1991, 2001 e 2011 nas freguesias de Sines e Porto Covo e no concelho de Sines  
- Fonte: INE – Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011

Quadro II.2. 1 - População residente e Taxas de variação intercensitárias da população residente nas freguesias e no concelho de Sines e na NUT III do Alentejo Litoral - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	1981	Tx. Var. 81-91	1991	Tx. Var. 91-01	2001	Tx. Var. 01-11	2011
Sines (freg.)	11 520	-2,3	11 253	10,7	12 461	5,9	13 200
Porto Covo (freg.)	555	97,1	1 094	2,0	1 116	-7,0	1 038
Sines	12 075	2,3	12 347	10,0	13 577	4,9	14 238
Alentejo Litoral	103 141	-4,5	98 519	1,5	99 976	-2,1	97 895

No concelho de Sines observou-se, desde 1991 até ao último recenseamento de 2011, um aumento da densidade populacional, que passou de 61 para 70 habitantes por km<sup>2</sup>, conforme apresentado na Figura II.2 2. Ao nível das freguesias, enquanto a freguesia de Sines acompanhou a tendência de crescimento registada a nível concelhio, a freguesia de Porto Covo, depois de um período de estagnação entre 1991 e 2001, sofreu uma ligeira quebra em 2011, passando para 20 habitantes por km<sup>2</sup>.

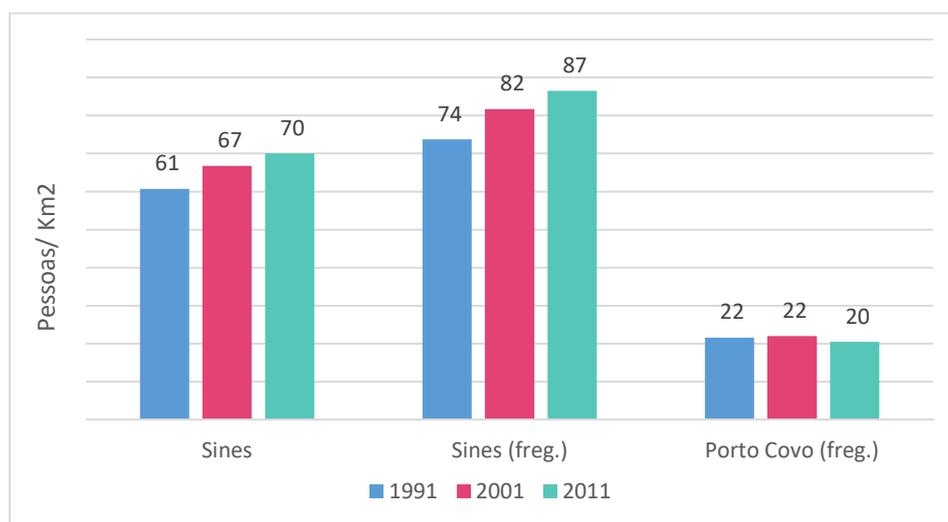


Figura II.2 2– Densidade populacional em 1991, 2001 e 2011 nas freguesias de Sines e Porto Covo e no concelho de Sines -  
Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

A dinâmica de crescimento do quantitativo populacional registada no concelho de Sines teve impacto ao nível da procura de habitação e consequentemente no número de edifícios, que tanto ao nível das freguesias como do concelho tiveram, como se observa na Quadro II.2. 2, variações positivas nos últimos três períodos censitários. O maior crescimento registou-se na freguesia de Porto Covo entre 1991 e 2001, com um aumento de 51,4% no número de edifícios, que depois em 2011 sofreu uma quebra, mas ainda assim para valores positivos, com mais 9,1% de edifícios. No caso da freguesia de Sines, o maior crescimento verificou-se entre 2001 e 2011, com um aumento de 16,9% do número de edifícios. Em termos concelhios, o maior crescimento deste indicador ocorreu entre 1991 e 2001, com um aumento de quase 20%, enquanto no período seguinte (2001-2011) o crescimento ficou-se pelos 15%, o que se traduz na existência de quase 4800 edifícios no concelho de Sines em 2011.

Quadro II.2. 2 – Número de edifícios nas freguesias de Sines e Porto Covo e no concelho de Sines e Taxas de variação intercensitárias do número de edifícios - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	<b>1991</b>	<b>Tx. Var. 91-01</b>	<b>2001</b>	<b>Tx. Var. 01-11</b>	<b>2011</b>
Sines (freg.)	2905	13,8	3307	16,9	3866
Porto Covo (freg.)	560	51,4	848	9,1	925
Sines	3465	19,9	4155	15,3	4791

Também se observava uma evolução positiva no número de alojamentos familiares (ver Quadro II.2. 3). Ao nível do concelho, o maior crescimento registou-se no período entre 1991 e 2001, com um aumento de quase 27%, enquanto no período seguinte o crescimento foi ligeiramente inferior (22,6%), tendo o concelho registado nos Censos de 2011 mais de 8300 alojamentos familiares. Ao nível das freguesias, o maior crescimento ocorreu em Porto Covo entre 1991 e 2001, com um aumento de 51%, mas que foi seguido de uma quebra para o valor mais baixo registado (11% de crescimento). No caso da freguesia de Sines, observa-se um crescimento mais estável, de 22,9% entre 1991 e 2001 e de 24,7% entre 2001 e 2011.

Quadro II.2. 3– Número de alojamentos familiares no concelho de Sines por freguesia e Taxas de variação intercensitárias do número de alojamentos familiares - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	<b>1991</b>	<b>Tx. Var. 91-01</b>	<b>2001</b>	<b>Tx. Var. 01-11</b>	<b>2011</b>
Sines (freg.)	4703	22,9	5782	24,7	7210
Porto Covo (freg.)	686	51,6	1040	11,1	1155
Sines	5389	26,6	6822	22,6	8365

Relativamente ao número de famílias, apresentado no Quadro II.2. 4 observa-se um crescimento do número de núcleos familiares ao nível do concelho. Apesar de menos acentuado no período entre 2001 e 2011, este ainda esteve na ordem dos 15%, o que perfaz um quantitativo de mais de 5600 famílias. No período entre 1991 e 2001, o crescimento foi maior, com um incremento de mais 17,4% famílias. Na freguesia de Sines, a tendência observada é semelhante à da globalidade do concelho, sendo que no último período censitário a variação foi positiva em mais 16,2% famílias. Pelo contrário, na freguesia de Porto Covo observa-se a estagnação do número de famílias entre 2001 e 2011, valor que já tinha crescido bem abaixo da média do concelho entre 1991 e 2001. Esta freguesia totaliza, em 2011, 422 famílias.

Quadro II.2. 4 – Número famílias nas freguesias de Sines e Porto Covo e no concelho de Sines e Taxas de variação intercensitárias do número de famílias - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	1991	Tx. Var. 91-01	2001	Tx. Var. 01-11	2011
Sines (freg.)	3763	18,7	4468	16,2	5194
Porto Covo (freg.)	404	4,7	423	-0,2	422
Sines	4167	17,4	4891	14,8	5616

Na comparação entre o número de indivíduos residentes por alojamento familiar e o número de indivíduos por família, representado no Quadro II.2. 5, é possível perceber que em ambos os casos se observa uma quebra gradual desde 1991 até 2011. No caso do alojamento familiar, a freguesia de Porto Covo em 2011 atingiu o valor de 0,9 pessoas por alojamento, o que muito provavelmente será um indício de alojamentos vagos ou segundas habitações/casas de férias.

No caso da freguesia de Sines e do concelho, os valores são de 1,8 e 1,7 pessoas por alojamento, respetivamente. No número de indivíduos por família, tanto nas freguesias como ao nível concelhio, os valores são mais semelhantes, tendo mesmo sido iguais em 2011, a atingir-se o quantitativo de 2,5 pessoas por família, o que nos dá um quadro de famílias particularmente reduzidas.

Quadro II.2. 5 – Número de indivíduos residentes por alojamento familiar e Número de Indivíduos residentes por família nas freguesias de Sines e Porto Covo e no concelho de Sines - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	Indivíduos por Alojamento Familiar			Indivíduos por família		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Sines (freg.)	2,4	2,2	1,8	3,0	2,8	2,5
Porto Covo (freg.)	1,6	1,1	0,9	2,7	2,6	2,5
Sines	2,3	2,0	1,7	3,0	2,8	2,5

A distribuição etária da população residente no concelho de Sines, apresentada na Figura II.2.3 para os últimos três censos, permite perceber que o concelho, apesar de ter conseguido o crescimento do quantitativo populacional, tem vindo a perder população na base da pirâmide, ou seja entre os 0 e os 14 anos, com uma quebra pouco significativa entre 2001 e 2011 (menos de 100 indivíduos). Também na faixa etária dos 15 aos 39 anos ocorreu uma quebra do quantitativo populacional, com o crescimento conseguido entre 1991 e 2001 a ser mais que absorvido pela quebra da população ocorrida em 2011. Observa-se ainda o progressivo aumento no topo da pirâmide, uma clara afirmação de envelhecimento demográfico, com aumentos consecutivos da população, nas faixas dos 40 aos 64 anos e na faixa dos mais de 65 anos, nos censos de 2001 e 2011.

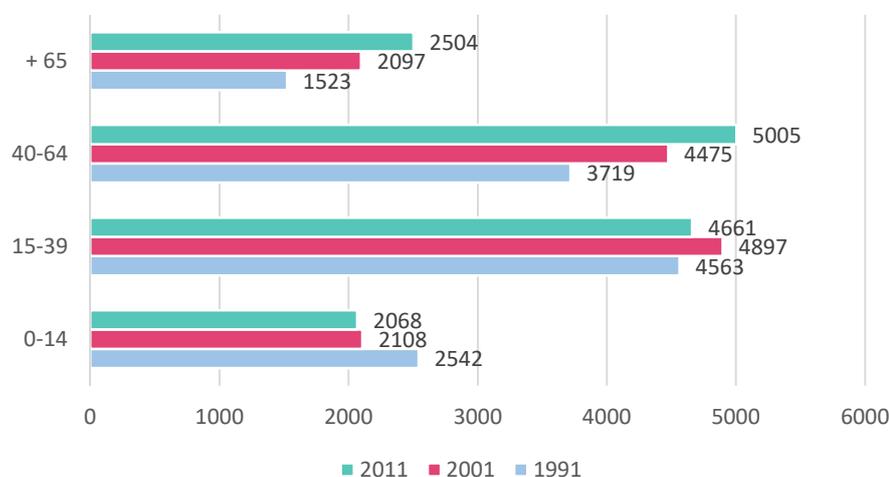


Figura II.2.3 – Estrutura etária da população residente no concelho - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

Perante este cenário de decréscimo da população jovem e aumento considerável de idosos no concelho, importa analisar os índices de dependência para estes dois grupos. Como ilustrado no Quadro II.2. 6, observa-se um ligeiro aumento do índice de dependência de jovens, o qual se estabelece na relação entre a população jovem e a população em idade ativa, ou seja, o número de jovens por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos. Assim, em Sines, nos censos de 2011, por cada 100 pessoas em idade ativa, existiam 20,6 crianças e/ou jovens, valor ligeiramente superior ao registado na NUT III do Alentejo Litoral mas inferior ao valor nacional que se situa nos 22,6.

No caso do índice de dependência de idosos, aplica-se o mesmo princípio com a diferença que aqui se estabelece a relação entre a população com mais de 65 anos e a população em idade ativa. No concelho de Sines na comparação com os dados provisórios para 2016 observa-se um agravamento deste indicador, com um aumento de praticamente 6%. Este agravamento é igualmente sentido nos concelhos que compõem o Alentejo Litoral, e também a nível nacional, sendo de destacar que Sines apresenta índices para 2011 e 2016 próximos da média de Portugal.

Quadro II.2. 6 – Índice de dependência de jovens e Índice de dependência de idosos nos concelhos da sub-região do Alentejo Litoral- Fonte: INE

	Jovens		Idosos	
	2011	2016*	2011	2016*
Sines	20,6	21,2	24,7	30,3
Alcácer do Sal	20,6	20,1	42,4	47,9
Grândola	20,5	20,3	40,2	41,1
Odemira	20,2	18,8	43,4	44,4
Santiago do Cacém	19,4	19,7	36,8	41,2
Alentejo Litoral	20,1	19,8	24,7	41,2
Portugal	22,6	21,6	28,8	32,5

\*Com base em estimativas do INE

Neste contexto, importa igualmente analisar a evolução das taxas de natalidade, que se estabelece pelo número de nados vivos por cada 1000 habitantes, e da taxa mortalidade, resultado do número de mortos por cada 1000 habitantes, tanto no concelho de Sines, como nos concelhos que compõe o Alentejo Litoral e ainda os valores observados a nível nacional. A taxa de natalidade verificada em Sines tem vindo a decrescer desde 2011, onde se situava nos 11,2‰, tendo obtido o valor mínimo de 8‰ em 2013 mas ainda assim acima dos concelhos vizinhos e até por Portugal, como se verifica na Figura II.2 4.

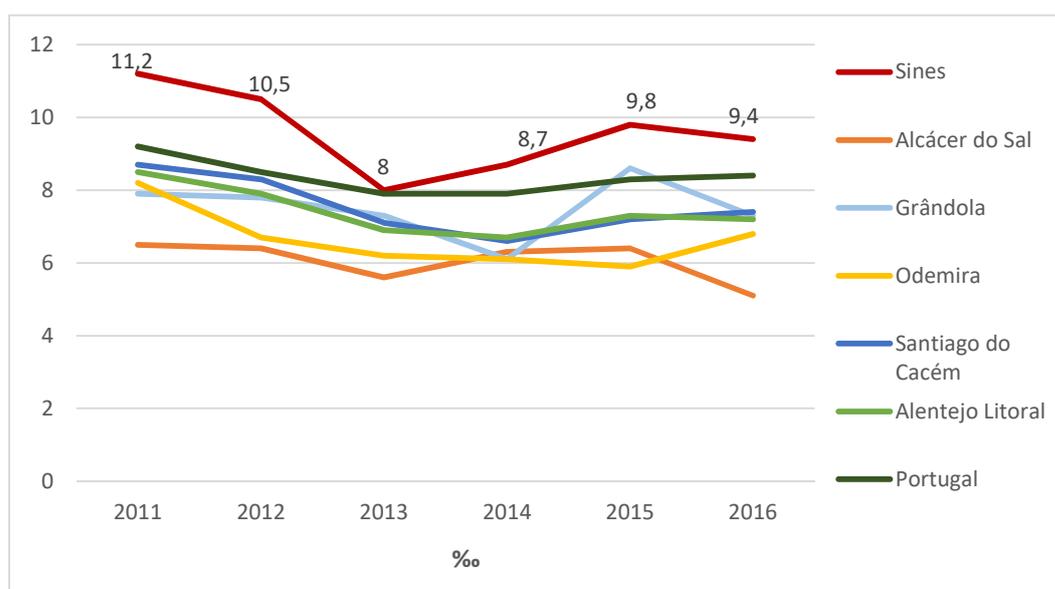


Figura II.2 4 – Evolução (2011-2016) da taxa de natalidade (‰) nos concelhos de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE

Relativamente à evolução da taxa de mortalidade, indicador gerado pelo número de mortes em determinado ano civil face ao número de habitantes. Como apresentado na Figura II.2 5, é possível perceber que o concelho de Sines se encontra a abaixo dos valores registados nos vários concelhos e na própria NUT III do Alentejo Litoral, e com valores que, apesar de próximos, são ligeiramente superiores ao verificado a nível nacional. Neste concelho, apesar de alguma estabilidade nos valores da mortalidade entre 2011 e 2016, observa-se uma quebra em 2013 com a taxa a chegar aos 9,3‰, abaixo da média nacional, mas a partir de 2014 voltou a subir, situando-se em 2016 nos 11,4‰.

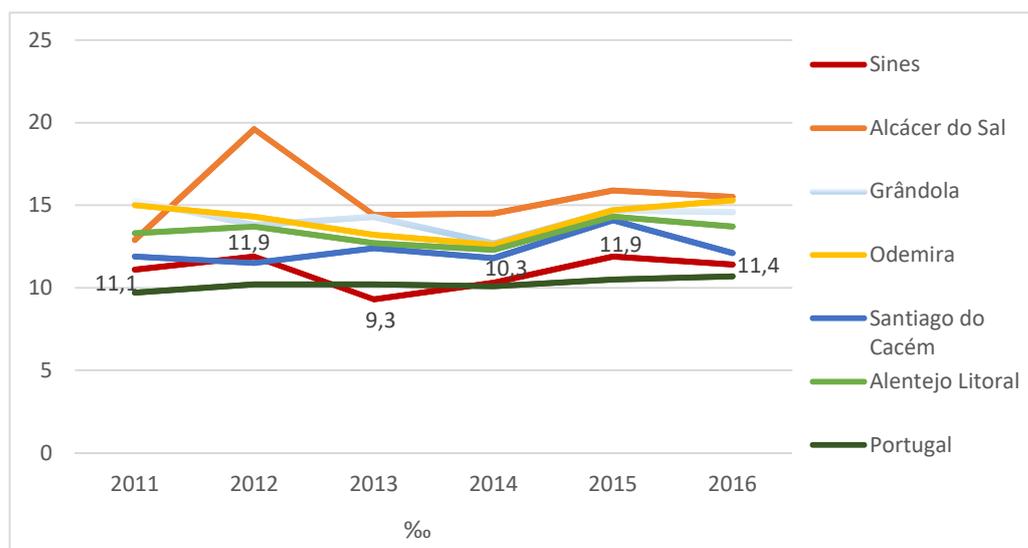


Figura II.2 5 – Evolução (2011-2016) da taxa de mortalidade (‰) nos concelhos de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE

A taxa de fecundidade é outro dos elementos que permite perceber a dinâmica demográfica de um território, dado que resulta da relação entre o número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, ou seja, mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade. No concelho de Sines, observa-se desde 2011 até 2013 uma quebra da taxa de fecundidade, tendo passado de 47,7‰ para 35,3‰ em 2013, que foi o ano em que se registou o valor mais baixo. A partir de 2014, reverteu-se este processo de quebra, até que em 2015 se atingiu um dos valores mais elevados de todos os concelhos da NUT (45,1‰), mas em 2016 a taxa de fecundidade volta a cair ligeiramente para 43,7‰, mas ainda assim é o melhor resultado de todos os concelhos do Alentejo Litoral e dos valores apurados para Portugal. De resto, e como se apresenta na Figura II.2 6, o concelho de Sines teve neste período melhor comportamento que os demais concelhos, tendo estado sempre acima da taxa de fecundidade nacional.

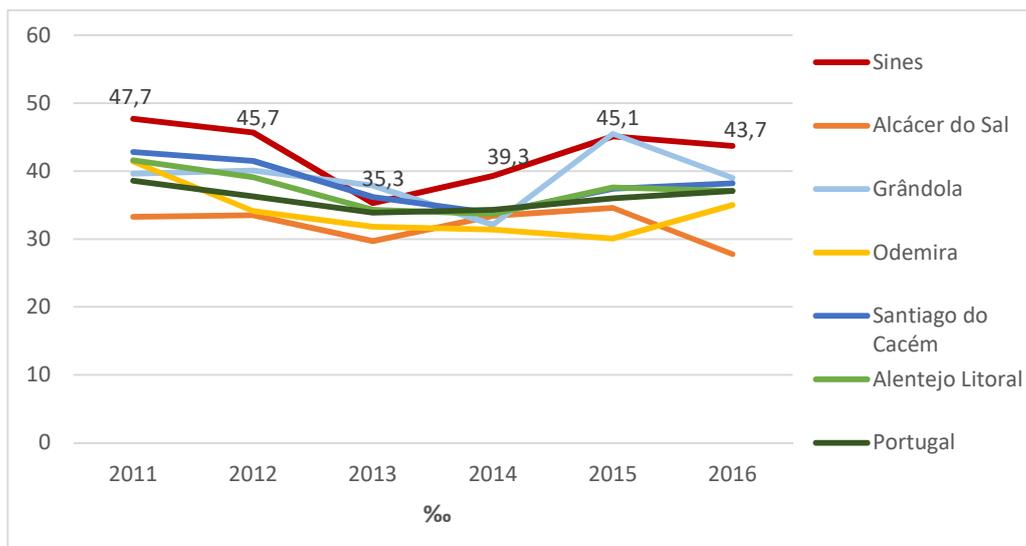


Figura II.2.6 – Evolução (2011-2016) da taxa de fecundidade nos concelhos de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE

O saldo natural é um indicador que resulta da relação entre o número de nados vivos e o número de óbitos num determinado ano. Conforme ilustrado na Figura II.2.7, o concelho de Sines só apresentou valores positivos em 2011, tendo a partir de 2012 começado a ter um saldo natural negativo de 19 indivíduos, situação que se foi continuamente agravando até 2016 com um saldo de -28 indivíduos, o que resulta numa perda de efetivo populacional no concelho. Apesar da evolução negativa do saldo natural de Sines, este foi o concelho dentro da NUT III do Alentejo Litoral com melhor comportamento: os demais concelhos registaram saldos negativos, a rondar -100 indivíduos, sendo o pior caso o do concelho de Odemira. Relativamente ao Alentejo Litoral, a situação agravou-se especialmente em 2015 e 2016, com o atingir da marca de -600 indivíduos.

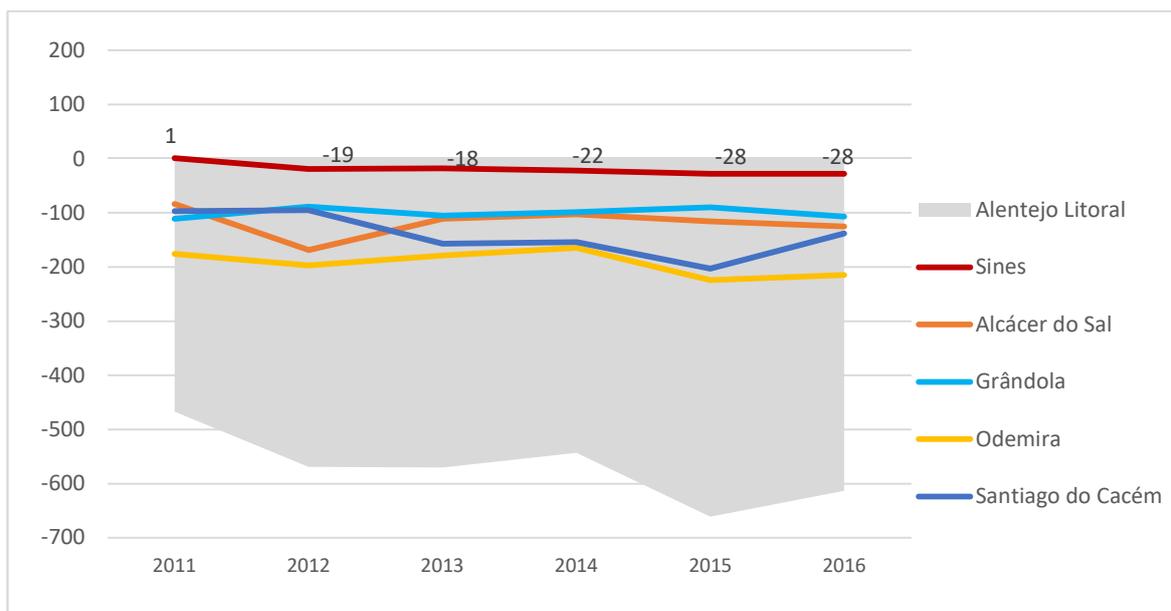


Figura II.2.7 – Saldo natural (2011-2016) nos concelhos de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e na sub-região do Alentejo Litoral - Fonte: INE

O saldo migratório, conforme apresentado na Figura II.2.8, resulta da diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram. O concelho de Sines é aquele que, do conjunto do Alentejo Litoral, apresenta os piores resultados em termos de saldo migratório, destacando-se o período entre 2011 e 2013 em que o concelho já apresentava valores negativos, mas a NUT e os demais concelhos que a constituem ainda tinham um saldo positivo. No referido período, Sines já apresentava valores negativos de saldo migratório, que se agravaram em 2014 e 2015 quando chegou aos -144 e -112 indivíduos, respetivamente. Nestes dois anos, também a NUT sofreu uma severa quebra no seu saldo migratório, a atingir perdas na ordem das 500 pessoas. Em 2016 acontece a alteração deste cenário de saldos migratórios negativos, com Sines a voltar a ter um saldo positivo (de mais 15 indivíduos) e os demais concelhos a acompanharem esta tendência, apesar dos valores obtidos serem ainda consideravelmente inferiores aos saldos conseguidos no período que antecedeu a crise económica que afetou Portugal.

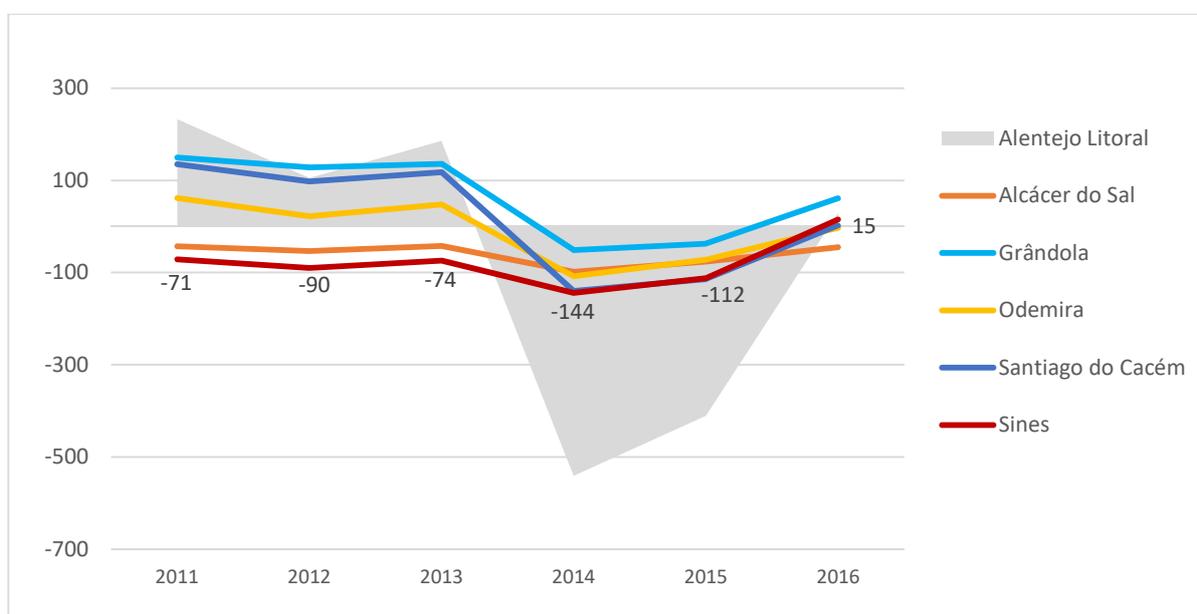


Figura II.2.8 – Saldo migratório (2011-2016) nos concelhos de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e na sub-região do Alentejo Litoral. - Fonte: INE

## II.3 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes

As vias de comunicação são, pelo seu carácter estruturante, determinantes para a análise dos padrões de mobilidade e acessibilidade dos territórios. O modelo de ocupação urbana do concelho de Sines, pela variedade das tipologias habitacionais e pela dispersão do povoamento, ajuda a explicar a forma como as pessoas se movem neste território.

Partindo-se de uma análise das redes viária e ferroviária, dos padrões de mobilidade pendular e dos transportes públicas existentes, importa assim perceber como se estruturam os principais eixos de comunicação e como as pessoas se movem no concelho de Sines.

### II.3.1 Rede Viária

A rede rodoviária do concelho de Sines é relativamente pouco densa e com algumas debilidades, nomeadamente na relação com a rede nacional, dado que são inexistentes as ligações diretas em autoestrada com a rede nacional de autoestradas. A autoestrada mais próxima, como se pode observar na Figura II.3. 1, é a A2 que liga Lisboa ao Algarve, sendo que a ligação a esta via é feita pelo IP8. A via atualmente denominada IP8 será a futura A26 ou Autoestrada do Baixo Alentejo que, quando concluída, fará a ligação entre Sines e Beja, passando por Santiago do Cacém e Ferreira do Alentejo. A conclusão desta ligação é determinante para as operações logísticas associadas à atividade do porto de Sines.



Figura II.3. 1 – Mapa da rede viária nacional. Fonte: Infraestruturas de Portugal, 2017

Conforme apresentado no diagnóstico da revisão do PDM (CMS, 2010) e no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral (2016), Sines apresenta a seguinte rede rodoviária:

- Rede Nacional Fundamental, que integra os itinerários principais (IP), como o IP8 que faz a ligação Sines / Santiago do Cacém / Beja / Serpa / V.V. Ficalho;
- Rede Nacional Complementar, com os itinerários complementares (IC) e as estradas nacionais (EN), como o IC4 que estabelece a ligação Sines – Lagos – Portimão – Faro e o IC33 nas ligações de Sines – Grândola – Évora;
- Rede regional, que integra as vias regionais;
- Rede Municipal, composta pelas estradas e caminhos municipais;
- Vias não classificadas.

Através da observação da Figura II.3. 2, é possível perceber que as ligações rodoviárias de hierarquia superior se concentram essencialmente na zona norte do concelho, e em especial na envolvente à cidade de Sines, com as principais ligações a estabelecerem-se com Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André. A zona sul do concelho é servida por vias de hierarquia inferior, sendo que aqui a rede apresenta menor densidade. Relativamente aos acessos ao lugar de Porto Covo, o segundo maior núcleo habitacional do concelho, estes só são possíveis através da rede municipal de estradas.

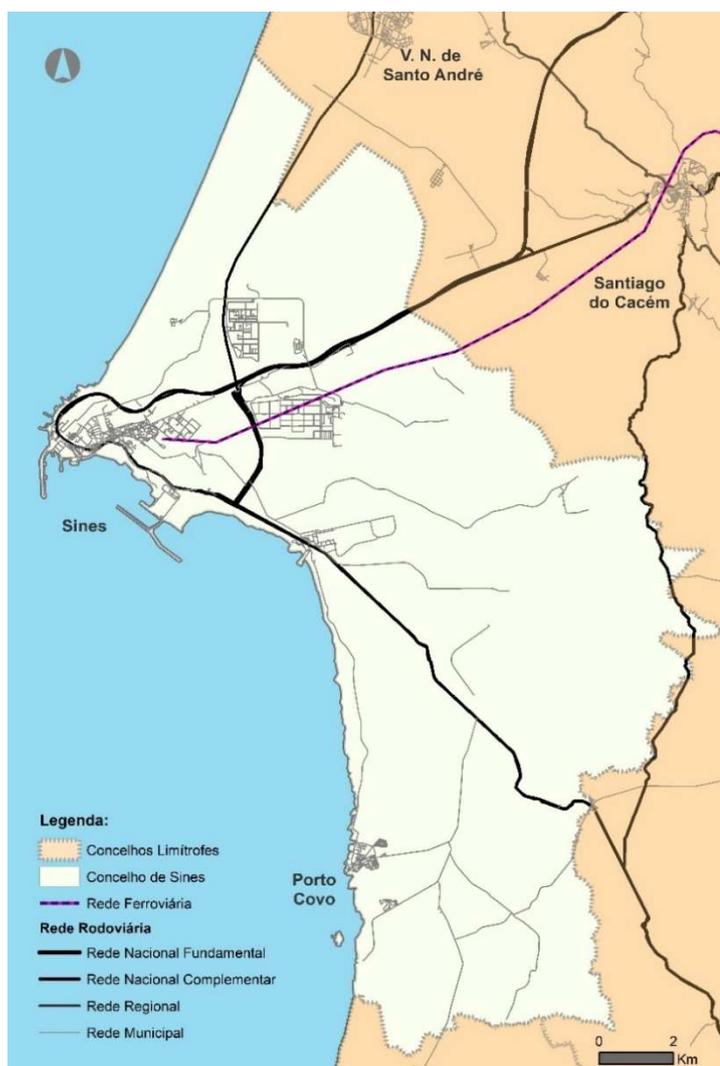


Figura II.3. 2 – Rede rodo-ferroviária de Sines. Fonte: Elaboração Própria

## II 3.2 Rede Ferroviária

A rede ferroviária no concelho de Sines, como se observa na Figura II.3. 3, limita-se à linha férrea que atravessa o concelho de este para oeste, em direção ao porto e terminal de mercadorias de Sines. Como se pode ver na Figura 31, esta linha de 50km de extensão conecta-se na zona de Ermidas-Sado com a Linha do Sul que atravessa o Alentejo, ligando o Algarve a Lisboa. A linha de Sines “possui diversos ramais, associados a instalações industriais e portuárias e onde funcionam terminais de mercadorias, na sua maioria de utilização exclusiva das empresas aí localizadas: Ramal de Sines, Ramal Petrogal – Asfaltos, Ramal EDP – Cinzas.” (CIMAL, 2016 :153).

Para além do que foi anteriormente referido, o transporte ferroviário neste concelho tem à partida uma limitação considerável quando se fala de acessibilidade e mobilidade, dado que atualmente “o ramal ferroviário Ermidas-Sado da Linha de Sines, ainda em serviço, acabou por ser abandonado no que respeita ao transporte de passageiros, embora continue a ser explorado na componente mercadorias” (CMS, 2010 :68). Para além de ser exclusivamente dedicada ao transporte de mercadorias, esta linha tem como principal condicionante o facto de ser de via única e ter tido pouco investimento nos últimos anos (CIMAL, XXXX).

Segundo o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI, 2014) Sines, para além de estar integrado no Corredor da fachada Atlântica entre Sines – Lisboa – Aveiro – Porto/Leixões, também se integra no “corredor internacional sul que liga o arco metropolitano de Lisboa, incluindo os portos de Sines, Setúbal e Lisboa, aeroporto de Lisboa e plataformas logísticas a Madrid e ao resto da Europa” (PETI, 2014 :68). Está por isso definido neste plano que a consolidação deste corredor ferroviário é um dos projetos prioritários de investimento, dado que o incremento das atividades industriais associadas ao Porto de Sines só será viável com melhores infraestruturas de transportes.

Nesta configuração atual - de linha exclusivamente destinada ao transporte de mercadorias - o modo ferroviário não assegura assim deslocações de passageiros, internamente ou externamente, estando por isso a mobilidade através de transportes públicos completamente dedicada aos modos rodoviários.



Figura II.3. 31 – Mapa da rede ferroviária nacional. Fonte: Infraestruturas de Portugal, 2017

### II.3.3 Transporte Público

No concelho de Sines, a oferta de transporte público restringe-se ao transporte por meio rodoviário, dado que como referido anteriormente o modo ferroviário se destina exclusivamente ao transporte de mercadorias. Assim, e segundo o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral (2016), a oferta de transporte público, em Sines e no Alentejo Litoral, encontra-se estruturada em:

- Serviços Expresso, vocacionados para assegurar a ligação da região ao resto do território nacional, assegurados pela Rodoviária do Alentejo e pela Rede de Expressos;
- Serviços interurbanos, que asseguram as ligações intraconcelhias e interconcelhias e se encontram concessionados à Rodoviária do Alentejo;
- Serviços urbanos, existentes apenas na cidade de Sines, sendo assegurado diretamente pelo município.

A Câmara Municipal de Sines tem assim o único serviço de transporte urbano de toda a NUT do Alentejo Litoral, que foi criado em 2005 e é operado através de um minibus que faz um serviço regular, de hora a hora nos dias úteis, das 7h00 às 20h00, e que liga os principais pontos da cidade de Sines, permitindo à população aceder aos vários equipamentos, serviços

e zonas comerciais localizados nesta zona urbana. O município, em virtude do seu carácter rural e da dispersão da sua população pelo território, disponibiliza ainda um serviço de transporte municipal rural, o qual opera desde 2000 e permite à população dispersa pelos vários lugares do concelho acederem à sede do concelho. Este serviço de transporte é totalmente gratuito e funciona de modo diferenciado do transporte urbano, dado que só é operado às quintas-feiras e a partir de dois lugares: Casoto e Paiol.

Neste âmbito do transporte público, o referido Plano de Mobilidade elaborado para o Alentejo Litoral indica que “à semelhança do que acontece noutras regiões do país com forte índice de envelhecimento da população, [a oferta de transporte público rodoviário] encontra-se suportada na procura escolar, pelo que a oferta difere significativamente entre o período escolar e o período não escolar” (CIMAL, 2016 :193). No caso específico de Sines, é o município que opera o transporte escolar, em circuito dedicado, só comparticipando o transporte por outros operadores (Rodoviária do Alentejo) nos casos em que os alunos residentes no concelho têm que se deslocar para escolas de concelhos vizinhos. E, no caso da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA), que se localiza fora da cidade de Sines e apresenta significativa dispersão geográfica de origem dos seus formandos (oriundos de diferentes concelhos da região, como Sines, Santiago, Grândola, Alcácer e Odemira), as dificuldades de acesso à escola são obviadas por recurso a uma transportadora contratada pela Escola para assegurar a deslocação diária dos alunos.

Este cenário permite assim compreender que o serviço de transporte público terá pouca procura por parte de alunos e que, conseqüentemente, a oferta, por operadores privados, seja diminuta.

### **II.3.4 Movimentos Pendulares**

Os destinos e origens dos movimentos pendulares e o modo como as pessoas se deslocam entre o seu local de residência e de trabalho são indicadores importantes dos padrões de mobilidade de um território e do nível de serviço e de qualidade das infraestruturas de transporte.

Deste modo, importa perceber como se distribuem origens e destinos dos movimentos pendulares, não só para a população residente em Sines mas também para os demais residentes dos concelhos que constituem a NUT III do Alentejo Litoral. No que diz respeito aos residentes de Sines, 59,2% destes trabalham neste concelho e por isso as suas deslocações diárias limitam-se ao território concelhio, enquanto os restantes 40,8% deslocam-se diariamente para concelhos próximos por motivos de trabalho ou estudo (na proporção de 73,2% e 26,8% respetivamente). Como se percebe no Quadro II.3.3.1, dentro destes 40,8% de população que se desloca para fora do concelho de Sines para trabalhar ou estudar, a maioria

(59,5%) tem como destino o concelho de Santiago do Cacém. Através desta informação aqui exposta, é também possível perceber que a maioria das deslocações, tanto internas como externas, têm como principal motivo a deslocação para o trabalho, as deslocações da população estudante ou que cujo motivo é o estudo têm pouco peso nos padrões de mobilidade apresentados.

*Quadro II.3.3.1 – Distribuição percentual dos destinos dos movimentos pendulares da população empregada e estudante residente no concelho de Sines em 2011. Fonte: Censos 2011*

	<b>Total</b>	<b>População Empregada</b>	<b>População Estudante</b>
Residentes de Sines que aí vivem e trabalham	59,2	73,2	26,8
Residentes de Sines que trabalham ou estudam noutros concelhos	40,8	73,2	26,8
Grândola	4,0	87,5	12,5
Odemira	10,4	61,9	38,1
Santiago do Cacém	59,5	79,2	20,8
Setúbal	3,1	68,4	31,6
Lisboa	11,2	50,0	50,0
Outros concelhos	11,9	65,3	34,7

No sentido inverso, isto é, os residentes noutros municípios que diariamente se deslocam para Sines por motivos de trabalho ou estudo (Quadro II.3.3.2), percebe-se que existe grande interação com os concelhos limítrofes, nomeadamente com Santiago do Cacém, o concelho com maior peso percentual em termos de população residente na NUT e que é o principal concelho de origem com mais de 55% dos movimentos gerados. Segue-se Odemira, com cerca de 9%, e outros concelhos um pouco mais afastados como Grândola ou Setúbal, com 6,18% e 3,87%, respetivamente, de peso nos movimentos pendulares com destino a Sines.

*Quadro II.3.3.27 – Distribuição percentual das origens dos movimentos pendulares dos residentes noutros municípios que trabalham ou estudam no concelho de Sines (2011). Fonte: INE*

<b>Município de origem</b>	Santiago do Cacém	Odemira	Grândola	Setúbal	Alcácer do Sal	Seixal	Moita	Palmela	Vila Franca de Xira
<b>%</b>	55,24	9,83	6,18	3,87	1,91	1,43	1,35	1,07	1,07

No caso dos movimentos pendulares dos residentes do concelho de Sines (Quadro II.3.3.3) o modo de transporte que é mais utilizado é o automóvel, com 62% das preferências, tanto enquanto condutores ou como passageiros, valores semelhantes à repartição modal na NUT do Alentejo Litoral e de Portugal. O segundo modo transporte com mais peso é o modo

pedonal, com 24,8% das preferências, valor semelhante ao que se observa no Alentejo Litoral mas consideravelmente superior ao que se regista a nível nacional, onde este modo é o preferencial de 16,4% das pessoas. Relativamente ao transporte público ou coletivo, face às debilidades identificadas nos pontos anteriores, percebe-se o porquê deste modo deter tão pouco peso no concelho de Sines, tendo somente 11,2% das preferências, valor ligeiramente mais baixo do que é observado no Alentejo Litoral e quase 7% abaixo do que se observa a nível nacional. Esta distribuição modal demonstra uma grande dependência do transporte motorizado individual nas deslocações dos residentes de Sines, com o transporte público a ter pouca relevância. É, contudo, de destacar como ponto positivo a importância que a mobilidade pedonal desempenha nesta distribuição, sendo este o segundo modo de transporte mais utilizado.

*Quadro II.3.3.3 – Meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (2011) em Sines, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal Fonte: INE*

	Modos de Transporte				
	A pé	Bicicleta	Automóvel	Transporte Público ou Coletivo	Outros
<b>Sines</b>	24,8	0,8	62,1	11,2	0,9
<b>Alentejo Litoral</b>	22,6	0,8	61,7	13,6	1,2
<b>Portugal</b>	16,4	0,5	61,6	17,9	1,7

## II.4 Rede Urbana e Sistema de Povoamento Concelhio

### II.4.1 Sistema de Povoamento Concelhio

A forma como a população residente ou o edificado se distribuem pelo território permite perceber o sistema de povoamento vigente em determinado território. Como tal, segundo os censos de 2011, percebe-se que Sines é o grande centro agregador do quantitativo populacional do concelho com 87,5% da população (aproximadamente 12500 habitantes), a que se segue Porto Covo como o segundo aglomerado mais povoado, mas que acaba por ter somente 4,5% da população do concelho (menos de 650 habitantes). Da informação exposta no Quadro II.4.1. 1 é também possível perceber que 4,8% da população (684 habitantes) não reside nem nos núcleos de Sines e Porto Covo ou nos demais núcleos identificados e que se encontra dispersa pelo território do concelho. O restante da população encontra-se distribuída pelos poucos aglomerados existentes, cujos residentes variam entre as 25 e as 86 pessoas.

*Quadro II.4.1. 1 – Repartição dos Indivíduos Residentes, das Famílias Clássicas, dos Edifícios, dos Alojamentos e dos Alojamentos vagos nos lugares censitários do concelho de Sines. Fonte: Censos 2011*

<b>Lugares Censitários</b>	<b>Nº Indivíduos Residentes</b>	<b>% Indivíduos Residentes</b>	<b>% Famílias Clássicas</b>	<b>% Edifícios Clássicos</b>	<b>% de Alojamentos</b>	<b>% de Alojamentos Vagos</b>
<b>Sines</b>	12463	87,5	87,3	69,3	79,3	10,1
<b>Residual</b>	684	4,8	4,8	12,8	7,8	18,8
<b>Porto Covo</b>	643	4,5	4,6	12,3	9,4	15,6
<b>Afeiteira</b>	86	0,6	0,6	0,7	0,4	0
<b>Casoto</b>	74	0,5	0,6	1,1	0,6	31,4
<b>Paíol</b>	70	0,5	0,5	0,9	0,5	32,6
<b>Fontemouro/ Colmeia</b>	56	0,4	0,5	0,8	0,5	14,6
<b>Cabeça da Cabra</b>	51	0,4	0,4	1,0	0,6	12,2
<b>Pouca Farinha</b>	47	0,3	0,3	0,5	0,3	11,1
<b>Bairro Novo de Provença</b>	39	0,3	0,3	0,3	0,3	0
<b>Sonega</b>	25	0,2	0,2	0,4	0,3	0

Nos demais indicadores analisados, como a percentagem de famílias ou de alojamentos, a distribuição é semelhante à distribuição observada nos residentes, com grande concentração da distribuição em Sines. Somente no caso dos edifícios é que se percebe que o núcleo urbano

de Sines perde algum peso em detrimento dos demais lugares. Relativamente à percentagem de alojamentos vagos, estes predominam nos pequenos lugares de Casoto (31,4%) e Paiol (32,6%) e na categoria de “residual” (18,8%), ou seja a maioria das habitações vazias encontra-se nestes pequenos lugares e dispersa pelo território do concelho. Segue-se depois o núcleo de Porto Covo, com aproximadamente 15%, e depois Sines com 10% do seu parque habitacional vago, ou seja, estas habitações encontram-se para venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração entre outros motivos.

Lamentavelmente, não foi possível comparar os dados obtidos no recenseamento de 2011 sobre os lugares censitários com os dados relativos a 2001, dado que houve uma alteração no número de lugares identificados e esta consequentemente distorce qualquer análise comparativa entre os dois períodos. Esta alteração levou a que fossem acrescentados mais lugares censitários àqueles que foram elencados em 2001, onde somente constavam os seguintes lugares: Sines, Porto Covo, Sonega, Bairro Novo de Provença, Paiol e a categoria de “residual”.

Na sequência da análise aqui elaborada e como é possível observar na Figura II.4.1.1, Sines poderá ser considerado o principal núcleo urbano do concelho pela sua dimensão e quantitativo populacional, sendo seguido pela aldeia de Porto Covo e os demais lugares censitários definidos pelo INE, os quais se encontram essencialmente concentrados nas imediações de Sines e de Porto Covo.



Figura II.4.1.1 – Núcleos urbanos do concelho de Sines. Fonte: Censos 2011 (Elaboração própria)

#### II.4.2 Rede de Equipamentos

Independentemente da sua tipologia ou uso, pelo serviço que prestam às populações, os equipamentos constituem uma peça importante na estruturação urbana dos territórios em que se localizam. Neste caso estão em análise os equipamentos escolares, os quais, pela sua importância e função, importa perceber como se distribuem pelo território.

Como se percebe pelas Figuras II.4.2.1 e Figura II.4.2.2, a grande maioria dos equipamentos escolares do concelho está concentrada na cidade de Sines, exceção feita à Escola Básica de Porto Covo, localizada na aldeia com o mesmo nome, e à Escola Tecnológica do Litoral Alentejano localizada numa zona mais periférica, a nordeste da cidade de Sines. No resto do território, já não é possível encontrar equipamentos educativos, o que se percebe pelos reduzidos quantitativos populacionais presentes nos pequenos lugares existentes (Quadro II.4.1.1) e também pela quantidade de população dispersa pelo território, o que consequentemente determina a concentração da oferta de equipamentos no principal núcleo urbano, que é Sines.

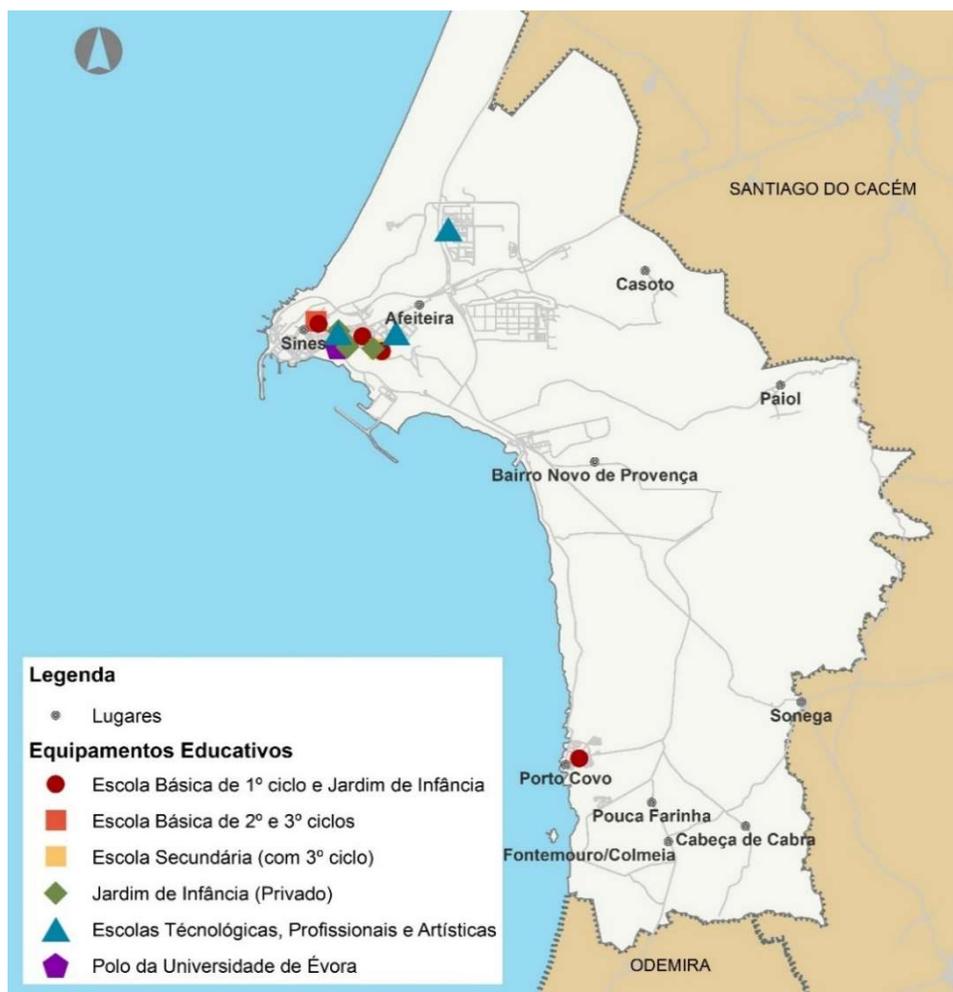


Figura II.4.2.1 – Localização dos equipamentos escolares por tipologia no concelho de Sines. Fonte: Elaboração própria

De destacar ainda a existência de um polo da Universidade de Évora, o Laboratório das Ciências do Mar<sup>1</sup>, situado na cidade de Sines, que pretende através desta localização estratégica o desenvolvimento das áreas científicas ligadas ao Mar. Para além de cursos de Licenciatura, este polo desenvolve também estudos e serviços de análise de qualidade de ambientes costeiros, tendo como pretensão futura a criação de novos espaços dedicados à divulgação científica e educação ambiental.

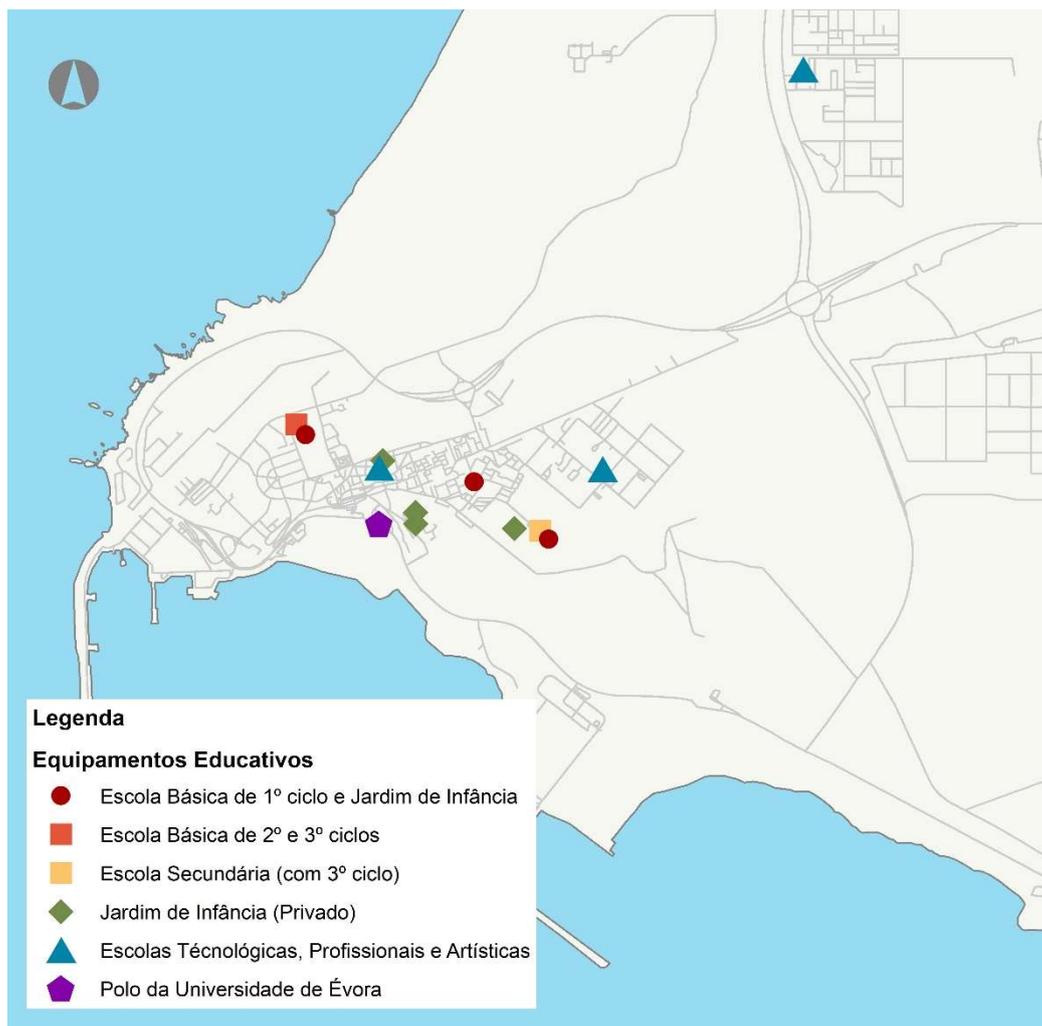


Figura II.4.2.2 – Localização dos equipamentos escolares por tipologia na cidade de Sines. Fonte: Elaboração própria

<sup>1</sup> Informações obtidas através da página do CIEMAR <http://www.ciemar.uevora.pt/CIEMAR>

## II.5 Caracterização do perfil funcional do concelho

O perfil funcional do concelho de Sines é aqui analisado à luz de informação económica e social recolhida sobre o município e sobre a região envolvente, com o propósito de identificar as diferentes funções e atividades nele desenvolvidas e caracterizar o seu contexto social. Pretende-se assim fazer uma avaliação da dinâmica e atratividade deste território através de uma série de indicadores que vão desde o emprego, às empresas, até às atividades turísticas.

### II.5.1 Atividade Económica e Emprego

A evolução da repartição do emprego por sectores de atividade, como apresentado no Quadro II.5.1.1, mostra-nos que entre 1991 e 2011 o sector primário perdeu progressivamente peso no emprego do concelho de Sines, tendo a maior quebra sido sentida entre 2001 e 2011 com um resultado negativo de menos 51%, o que coloca o sector na última posição quanto ao número de indivíduos empregados (somente 3,6% em 2011). Relativamente ao sector secundário, após uma perda de 3,4% entre 1991 e 2001, este voltou a crescer em 2011 com mais 5,2% de população empregada, ou seja é responsável por 31,4% do emprego em 2011. O sector terciário, apesar das variações positivas observadas nos períodos intercensitários, cresceu menos entre 2001 e 2011, tendo passado de 14,4% de crescimento entre 1991 e 2001 para somente 3,5%, mas ainda assim representa 65% do emprego em 2011.

*Quadro II.5.1.1 - Evolução percentual dos indivíduos residentes empregados por setor de atividade no concelho de Sines-  
Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011*

	<b>1991</b>	<b>Tx. Var. 91-01</b>	<b>2001</b>	<b>Tx. Var. 01-11</b>	<b>2011</b>
<b>Sector Primário</b>	14,1	-48,5	7,3	-51,2	3,6
<b>Sector Secundário</b>	31,0	-3,4	29,9	5,2	31,4
<b>Sector Terciário</b>	54,9	14,4	62,8	3,5	65,0

Ao analisarmos estes dados por freguesia (Quadro II.5.1.2), percebe-se que tanto na freguesia de Sines como de Porto Covo o sector primário perdeu 52% e 42,8%, respetivamente, da sua capacidade geradora de emprego entre 2001 e 2011. No sector secundário, enquanto Sines ganhou empregos neste sector, Porto Covo teve uma ligeira quebra. Quanto ao sector terciário, este é o que tem mais peso em ambas as freguesias, mas enquanto em Sines cresceu somente 2,9%, em Porto Covo o crescimento foi de 11,4%.

Quadro II.5.1.2- Evolução percentual dos indivíduos residentes empregados por setor de atividade em 2001 e 2011, nas freguesias Sines e Porto Covo- Fonte: INE – Censos 2011

		2001	Tx. Var. 01-11	2011
<b>Sines</b>	<b>Sector Primário</b>	6,6	-52,0	3,2
	<b>Sector Secundário</b>	30,2	5,4	31,9
	<b>Sector Terciário</b>	63,1	2,9	64,9
<b>Porto Covo</b>	<b>Sector Primário</b>	15	-42,8	9
	<b>Sector Secundário</b>	26	-0,6	25
	<b>Sector Terciário</b>	59	11,4	66

A situação da população residente relativamente ao emprego e a atratividade que os concelhos desempenham em termos de emprego são aspetos importantes na caracterização da economia local. Como tal, o Quadro II.5.1.3 mostra que 46% dos residentes em Sines trabalham no seu concelho, dos quais 93% trabalha na freguesia de Sines, enquanto somente 7% está empregado na freguesia de Porto Covo. A atratividade em termos de emprego do concelho de Sines é perceptível quando 54% dos empregados no concelho são residentes noutros municípios. Destas mais de 14600 pessoas, a maioria desloca-se de Santiago do Cacém e de Odemira, concelhos limítrofes a Sines, bem como de Grândola e Alcácer do Sal, mas mais de metade é proveniente dos mais variados concelhos do país.

Quadro II.5.1.3- Indivíduos residentes em Sines empregados em 2011, no concelho de Sines, nas freguesias de Sines e Porto Covo e residentes noutros municípios empregados em Sines- Fonte: INE – Censos de 2011

	2011	%
<b>Indivíduos residentes empregados em Sines</b>	6 547	46
<b>Indivíduos residentes empregados em Sines (freg.)</b>	6 117	93
<b>Indivíduos residentes empregados em Porto Covo (freg.)</b>	430	7
<b>Indivíduos empregados em Sines residentes noutros municípios</b>	14 652	-
<b>Alcácer do Sal</b>	112	1
<b>Grândola</b>	351	2
<b>Odemira</b>	572	4
<b>Santiago do Cacém</b>	3 059	21
<b>Alentejo Litoral</b>	4 094	28
<b>Portugal (noutros municípios)</b>	6 464	44

Em relação ao desemprego, como demonstrado no Quadro II.5.1. 4, as taxas registadas no concelho de Sines são em tudo semelhantes aos valores apresentados para os demais concelhos que compõe a NUT do Alentejo Litoral, apesar de em 1991 e 2001 o desemprego em Sines ter sido ligeiramente superior ao observado na região. Na comparação entre a taxa de Sines e a taxa registada a nível nacional, é possível ver que, em 1991 e 2001, o desemprego no concelho era superior aos valores observados a nível nacional. Contudo, no censo de 2011, a situação inverte-se e Sines tem uma taxa de desemprego inferior à taxa nacional, com 9,7% de desempregados contra 13,2% em Portugal.

Quadro II.5.1. 4 - Taxas de desemprego em 1991, 2001 e 2011, no concelho de Sines e nos concelhos da sub-região do Alentejo Litoral - Fonte: INE – Censos de 1991, 2001 e 2011

	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2011</b>
<b>Sines</b>	9,3	10,2	9,7
<b>Alcácer do Sal</b>	9,7	10,1	11,1
<b>Grândola</b>	9,4	9,4	11,0
<b>Odemira</b>	6,7	8,4	13,7
<b>Santiago do Cacém</b>	10,3	10,6	9,1
<b>Alentejo Litoral</b>	9	9,8	10,9
<b>Portugal</b>	6,8	6,8	13,2

No Quadro II.5.1.5 é possível observar a repartição das empresas do Alentejo Litoral pelos vários municípios que compõe esta NUT, a taxa de variação do número de empresas e a sua evolução nesta região, que em 2015 totaliza pouco mais de 11500 empresas. No período entre 2009 e 2015, todos os concelhos registaram perdas no número de empresas, sendo a variação mais negativa em Sines (-5,7%) e em Santiago do Cacém (-4,5%), enquanto nos restantes concelhos as perdas foram residuais, nunca chegando a 1%.

Os concelhos com maior percentagem do número de empresas, em 2015, são Santiago do Cacém, com 28,2%, e Odemira, com 27,2%. Sines é deste conjunto o concelho com menor peso no número de empresas registadas e aquele que observa a maior quebra nos anos em análise, mas apesar disto tem tido uma evolução relativamente constante no seu peso a nível regional, tendo em 2015 aproximadamente 13% do número de empresas.

Quadro II.5.1.5- Evolução percentual do número de empresas no concelho de Sines e nos concelhos da sub-região do Alentejo Litoral entre 2009 e 2011- Fonte: INE

	%							Tx. Var. 2009- 15
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
<b>Sines</b>	13,3	13,0	13,0	13,4	13,0	12,8	12,9	-5,7
<b>Alcácer do Sal</b>	14,7	15,1	15,1	14,6	14,7	14,6	14,9	-0,6
<b>Grândola</b>	16,5	16,8	16,4	16,5	16,4	16,5	16,7	-0,8
<b>Odemira</b>	26,7	26,2	26,0	26,2	26,9	27,1	27,2	-0,2
<b>Santiago do Cacém</b>	28,9	28,9	29,4	29,4	29,0	28,9	28,2	-4,5
<b>Alentejo Litoral (Nº)</b>	11791	11 545	11 423	10 788	10 928	11 129	11513	-2,4

No Quadro II.5.1.6, é possível perceber que, no concelho de Sines, o maior número de empresas se concentra em três atividades principais: “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (288 empresas), “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (245 empresas) e “Alojamento, restauração e similares” (193 empresas). Quando se analisa o peso destas empresas no conjunto das empresas do Alentejo Litoral, as atividades que mais se destacam são: “Transportes e Armazenagem” (com 25,6%), “Indústrias Extrativas” (com 25,0%) e “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”, com 21,4% das empresas da região a operarem nestas atividades, a estarem sediadas em Sines. As atividades em que a percentagem de empresas sediadas em Sines é menor são: “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (com 4,69%) e “Outras atividades de serviços” (com somente 9,37%). Percebe-se assim que a estrutura empresarial do concelho está essencialmente ligada ao sector terciário, em especial nos serviços, no turismo e nos transportes, e no sector secundário, com destaque para as indústrias extrativas.

Relativamente ao número de pessoal ao serviço, a maior concentração de pessoas por tipo de atividade económica está nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e “Indústrias transformadoras”. Analisando o peso do pessoal ao serviço por atividade económica em Sines, no contexto do Alentejo Litoral, destacam-se mais uma vez os “Transportes e Armazenagem” (com 67,27%), “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (com 33,41%) e “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, com 20,26% do emprego gerado nestas atividades, em 2015, nos concelhos do Alentejo Litoral a estar concentrado em Sines.

Quadro II.5.1.6– Empresas (N.º) e pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), no concelho de Sines e na sub-região do Alentejo Litoral - Fonte: INE – 2015

	Empresas			Pessoal ao Serviço		
	Alentejo Litoral	Sines	Peso do concelho de Sines (%)	Alentejo Litoral	Sines	Peso do concelho de Sines (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3198	150	4,69	7179	236	3,29
Indústrias extrativas	12	3	25,00	50	-	-
Indústrias transformadoras	411	60	14,60		974	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11	2	18,18	39	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	13	2	15,38	-	-	-
Construção	643	88	13,69	2454	418	17,03
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2025	288	14,22	4861	985	20,26
Transportes e armazenagem	168	43	25,60	1045	703	67,27
Alojamento, restauração e similares	1277	193	15,11	3113	487	15,64
Atividades de informação e de comunicação	69	14	20,29	113	19	16,81
Atividades imobiliárias	194	32	16,49	304	49	16,12
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	668	127	19,01	1042	191	18,33
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1145	245	21,40	3191	1066	33,41
Educação	353	70	19,83	422	77	18,25
Atividades de saúde humana e apoio social	490	69	14,08	770	143	18,57
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	174	32	18,39	277	37	13,36
Outras atividades de serviços	662	62	9,37	786	95	12,09

A dimensão das empresas é também um importante indicador na análise da estrutura empresarial de um município. Como apresentado no Quadro II.5.1.7, a esmagadora maioria das empresas sediadas em Sines são de pequena dimensão em termos de escalão de pessoal ao serviço, isto é, têm menos de 10 pessoas a trabalhar. Assim, de um universo de quase 1500 empresas, 1400 estão neste primeiro escalão, o que corresponde a 95% do tecido empresarial.

No escalão seguinte, de 10 a 49 pessoas empregadas, existem 54 empresas (o que corresponde a menos de 4% das empresas), e nos escalões seguintes o número de grandes empresas vai sendo cada vez mais reduzido, sendo que em Sines apenas existem 2 empresas com mais de 250 pessoas. Quando comparado com o conjunto de concelhos que compõe a NUT do Alentejo Litoral, a distribuição percentual é bastante semelhante.

*Quadro II.5.1.7 - Empresas (N.º e %) por Escalão de pessoal ao serviço, no concelho de Sines e na NUT III do Alentejo Litoral*  
- Fonte: INE – 2015

	Menos de 10 pessoas	%	10 - 49 pessoas	%	50 - 249 pessoas	%	250 e mais pessoas	%
<b>Sines</b>	1409	95,20	54	3,65	15	1,01	2	0,14
<b>Alentejo Litoral</b>	11190	97,19	269	2,34	46	0,40	8	0,07

O volume de negócios das empresas é analisado no Quadro II.5.1. 8 e permite perceber quais são as atividades económicas com maior impacto em Sines e no Alentejo Litoral, e qual é o peso de Sines no conjunto de concelhos da NUT do Alentejo Litoral. Como tal, destacam-se as “Indústrias Transformadoras” como a atividade com maior volume de negócios, cerca de 4700 milhões de euros em 2015, o que corresponde a cerca de 97% do valor gerado por esta atividade no Alentejo Litoral. Seguem-se os “Transportes e Armazenagem”, que geraram 232 milhões de euros, o que corresponde a 90% de todo o valor gerado neste segmento de atividade no conjunto de concelhos do Alentejo Litoral. A terceira atividade mais geradora de negócios para o concelho de Sines é o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, com 116 milhões de euros. As demais atividades geram menos receitas e Sines tem consideravelmente menos peso em termos regionais. Ainda assim, destacam-se as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” com 58,13% do volume de negócios a ser gerado em Sines, as “Atividades Imobiliárias” com 39,72% e as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” com 37,14%.

Quanto às atividades com menor volume de negócios destaca-se a “Educação”, as “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” e “Outras atividades e Serviços”. Relativamente ao peso de Sines no valor gerado ao nível do Alentejo Litoral, as atividades com menos destaque são a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com somente 2,38%, e as “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, com 8,34%.

Quadro II.5.1. 8- Volume de negócios (€) das empresas por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), no concelho de Sines e na sub-região do Alentejo Litoral - Fonte: INE - 2015

	Volume de Negócios (€)		
	Alentejo Litoral	Sines	Peso do concelho de Sines (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	370 532 416 €	8 865 276 €	2,39
Indústrias extrativas	-	-	-
Indústrias transformadoras	4 836 433 892 €	4 690 501 702 €	96,98
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11 784 773 €	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	27 149 099 €	3 043 642 €	11,21
Construção	101 832 819 €	19 908 780 €	19,55
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	595 474 923 €	116 151 749 €	19,51
Transportes e armazenagem	258 886 191 €	232 790 254 €	89,92
Alojamento, restauração e similares	125 680 546 €	17 226 049 €	13,71
Atividades de informação e de comunicação	13 581 510 €	3 558 695 €	26,20
Atividades imobiliárias	32 068 467 €	12 736 492 €	39,72
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	30 893 043 €	11 474 696 €	37,14
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	54 778 266 €	31 845 075 €	58,13
Educação	4 478 527 €	734 086 €	16,39
Atividades de saúde humana e apoio social	21 056 450 €	4 898 270 €	23,26
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11 199 595 €	933 783 €	8,34
Outras atividades de serviços	-	1 418 768 €	-

O turismo é uma das atividades económicas com maior potencial de desenvolvimento no concelho que, face às condições geográficas e territoriais de Sines, faz com que a “a realidade turística atual do concelho é quase totalmente apoiada nas praias e consequentemente apresenta uma concentração sazonal muito elevada [essencialmente na época do verão]” (CMS, 2013 :148). Há por isso espaço para diversificar a oferta ao nível das atividades de animação turística, nomeadamente pelo aproveitamento do património histórico e arqueológico do concelho.

Assim, no que respeita à atividade hoteleira, é possível perceber a evolução dos seus proveitos totais através do Quadro II.5.1.9, na qual se observa que os Estabelecimentos Hoteleiros no

concelho de Sines tiveram uma evolução positiva entre 2014 e 2016, tendo esta atividade no último ano em análise gerado quase 3,9 milhões de euros, mas somente 10,5% do valor gerado em todo o Alentejo Litoral e somente 0,1% do valor gerado a nível nacional. Recorrendo a dados do Quadro II.5.1.8, as atividades de “Alojamento, Restauração e Similares” em 2015 geraram 17 milhões de euros, mas a hotelaria somente 3,6 milhões, o que corresponde a somente 0,02% do volume de negócios, valor efetivamente reduzido para um concelho com grande potencial turístico.

*Quadro II.5.1.9 – Proveitos totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros em 2016, no concelho de Sines, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal- Fonte: INE – 2016*

	<b><i>Proveitos Totais dos Estabelecimentos Hoteleiros (milhares €)</i></b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Sines</b>	3 570 €	3 629 €	3 879 €
<b>Alentejo Litoral</b>	26 441 €	30 056 €	36 844 €
<b>Portugal</b>	2 285 896 €	2 627 741 €	3 103 755 €

Importa ainda compreender qual é o volume de dormidas face ao número de habitantes do concelho de Sines e comparar esses valores com outras regiões do país, de modo a compreender qual é o peso desta atividade nas dinâmicas locais. Como apresentado no Quadro II.5.1. 10, nos anos em análise houve uma variação entre as 385 e as 533 dormidas por cada 100 habitantes o que indica um aumento significativo da atividade hoteleiras, especialmente em 2014 e 2015, acompanhando a tendência do Alentejo Litoral. Quando comparado o comportamento deste indicador em Sines com outras regiões do país, este é somente ultrapassado pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e pelo Algarve, os destinos turísticos mais importantes do país. Nas demais regiões, e até a nível nacional, Sines regista mais dormidas, o que é demonstrativo da dinâmica que o turismo aqui impõe apesar do volume de negócios não ser particularmente relevante face ao total nacional.

Quadro II.5.1. 10 – Número de Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 habitantes nos anos de 2013, 2014 e 2015. Fonte: INE 2016

<b><i>Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 habitantes</i></b>			
<i>Localização Geográfica</i>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Sines</b>	385,8	568,6	533,8
<b>Alentejo Litoral</b>	360,1	540,1	617,6
<b>Alentejo</b>	149,8	225,4	265,6
<b>Algarve</b>	3332,6	3754,5	3904,8
<b>Lisboa</b>	357,6	437,2	478,9
<b>Centro</b>	163,8	197,4	224,2
<b>Norte</b>	133,5	166,9	194,3
<b>Continente</b>	347,8	415,2	454,4
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	426	453,9	543
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	2303,1	2502,6	2741,6
<b>Portugal</b>	398,7	468,3	513,2

Ainda no âmbito do turismo, importa perceber qual é a proporção de hóspedes nacionais e estrangeiros no concelho de Sines, na NUT do Alentejo Litoral e a nível nacional. Como apresentado na Figura II.5.1. 1, entre 2014 e 2015 o peso dos hóspedes estrangeiros variou entre os 29% e os 31%, quando no Alentejo Litoral o valor foi inferior (com 24 % em 2014 e 26% em 2015), a nível nacional estes valores crescem para 57% e 58%, respetivamente. Percebe-se assim que Sines é um destino turístico essencialmente para nacionais, tendo os visitantes estrangeiros um peso relativamente reduzido.

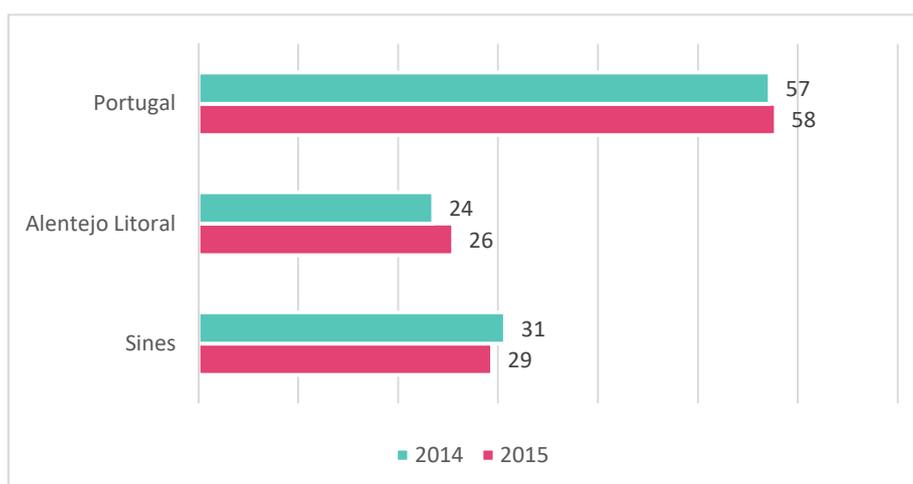


Figura II.5.1. 1 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%), no concelho de Sines, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal – Fonte: INE – 2016

A população estrangeira que solicitou o estatuto de residente poderá ser um indicador de atratividade e dinâmica dos territórios. Como apresentado na Figura II.5.1. 2, o número de estrangeiros que solicitou estatuto de residente em Sines tem assistido a uma quebra constante desde 2011 até 2016, situando-se neste último ano em 0,22% solicitações por cada 100 habitantes, quando em 2011 o valor foi de 0,83%.

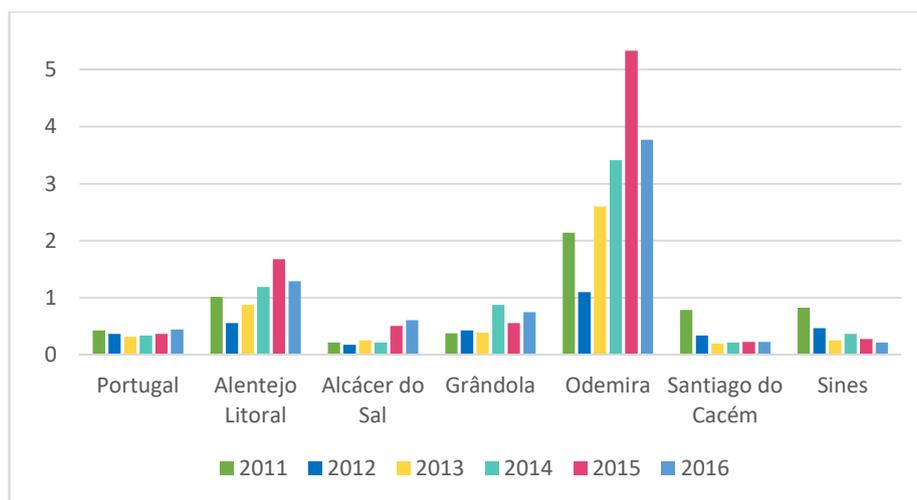


Figura II.5.1. 2 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes em Sines, na sub-região do Alentejo Litoral e em Portugal entre 2011 e 2016- Fonte: INE

Ainda no âmbito desta avaliação da dinâmica do território, o Quadro II.5.1. 11, demonstra a evolução, entre 2011 e 2016, da construção de habitação familiar no concelho de Sines, bem como na NUT do Alentejo Litoral e a nível nacional. Observa-se assim que o número de fogos concluídos no concelho de Sines caiu consideravelmente neste período, dado que passou de 58 fogos em 2011 para 14 fogos em 2016. A mesma tendência é observada no Alentejo Litoral e em Portugal, com a maior quebra a ser sentida de 2013 para 2014. A nível nacional, é possível já observar uma ligeira recuperação, mas ainda longe dos valores observados até 2013.

Quadro II.5.1. 11 - Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar, no concelho de Sines, na NUT III do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Sines</b>	45	27	x	x	x	x
<b>Porto Covo</b>	13	9	x	x	x	x
<b>Sines (concelho)</b>	58	36	96	26	15	14
<b>Alentejo Litoral</b>	397	238	225	117	78	95
<b>Portugal</b>	26069	19302	12430	7794	6611	7256

## II.5.2 Elementos de caracterização socioeconómica

Em termos da repartição da população por nível de escolaridade completo, observa-se no Quadro II.5.2.1 que o concelho de Sines ainda apresenta uma parte considerável de população sem um nível de escolaridade completo, ou seja, sem concluir o 1.º ciclo de ensino. Isto apesar da evolução positiva neste parâmetro, com uma redução de 23%, passando para 19,2% da população do concelho em 2011 nesta situação. Por oposição, a população com um nível de ensino completo teve uma variação positiva, passando de 73,8% em 2001 para 80,8% em 2011.

Relativamente à conclusão de ciclos de ensino, o 1.º ciclo do ensino básico é o único parâmetro a registar uma variação negativa, ou seja, foi reduzido o número de pessoas só com o 1.º ciclo concluído. Os ciclos de ensino que registaram as variações mais positivas foram o Ensino pós-secundário, os Mestrados, as Licenciaturas e os Doutoramentos. Contudo, em termos de ciclos de ensino concluídos, a maioria da população ainda se concentra no 1.º ciclo, no 3.º ciclo e no Ensino Secundário. Concluindo-se por isso que à medida que se avança nos ciclos de ensino, as taxas de variação entre 2001 e 2011 são cada vez mais positivas, apesar da maioria da população do concelho ainda só ter concluído um dos primeiros três ciclos de ensino ou o ensino secundário.

Quadro II.5.2.1 - Percentagem de indivíduos residentes por nível de escolaridade mais elevado completo, no concelho de Sines, em 2001 e 2011- Fonte: INE – Censos 2011

	2001	%	tx var. 2001- 2011	2011	%
<i>Sem nível de escolaridade completo</i>	3555	26,2	-22,98	2738	19,2
<i>Com nível de escolaridade completo</i>	10022	73,8	14,75	11500	80,8
1.º ciclo	3947	39,4	-12,26	3463	30,1
2.º ciclo	1738	17,3	2,30	1778	15,5
3.º ciclo	2095	20,9	25,49	2629	22,9
Ensino secundário	1566	15,6	40,42	2199	19,1
Ensino pós-secundário	53	0,5	226,42	173	1,5
Bacharelato	183	1,8	4,92	192	1,7
Licenciatura	417	4,2	131,65	966	8,4
Mestrado	19	0,2	384,21	92	0,8
Doutoramento	4	0,0	100,00	8	0,1
Total	13577	-	-	14238	-

Através da Figura II.5.2.1 é igualmente possível avaliar a distribuição da população pelos ciclos de ensino concluídos e comparar esta distribuição entre os vários concelhos do Alentejo Litoral, a própria NUT III e também comparar com a distribuição em Portugal. Assim, em 2011, percebe-se que quase 90% da população de Sines só concluiu um dos três primeiros ciclos de ensino ou o ensino secundário, fenómeno em tudo semelhante ao que se verifica no Alentejo Litoral ou em Portugal. O restante da população detém essencialmente licenciaturas, registando os demais níveis de ensino superior valores residuais, mas aqui será de destacar que Sines, apesar de percentualmente acima do valor regional, tem menos 2,5% de licenciados do que a média nacional.

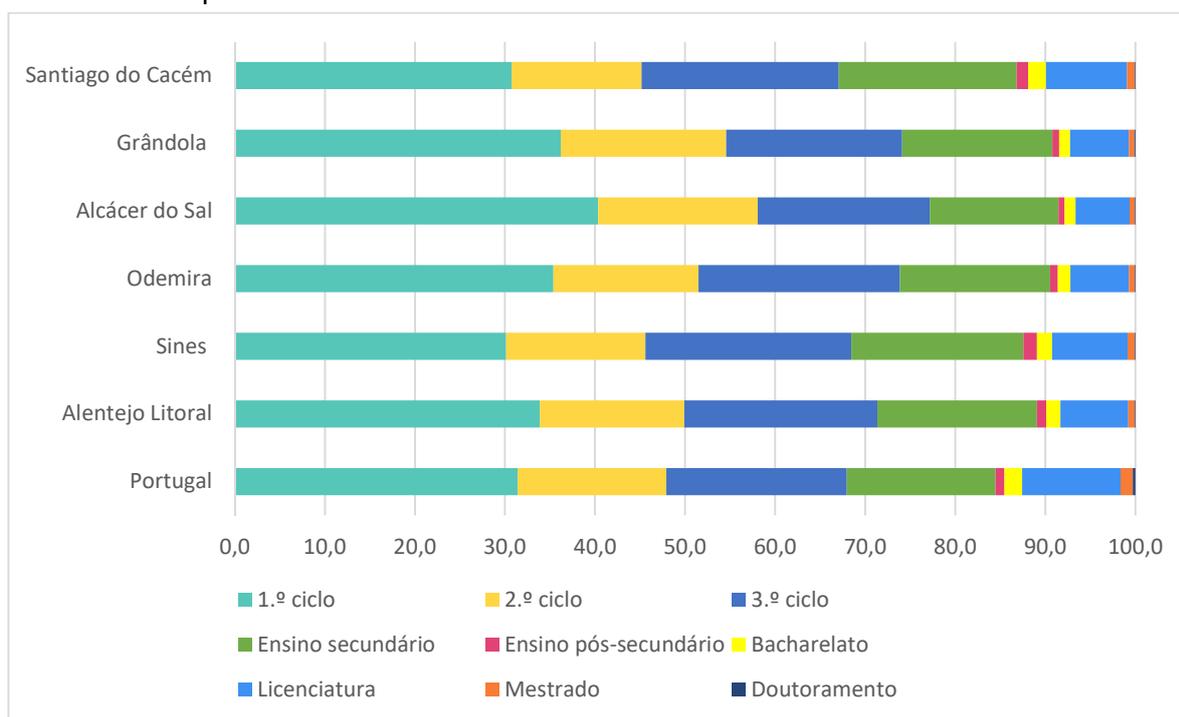


Figura II.5.2.1 - Percentagem de indivíduos residentes por nível de escolaridade completo no concelho de Sines, nos concelhos e NUT do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE – Censos 2011

Em termos de taxas de abandono escolar (segundo definição do INE2), este é um indicador que tem observado quebras sucessivas nos últimos três períodos censitários, em especial entre 1991 e 2001, como se observa na Figura II.5.2. 2. As quebras observadas, tanto nas freguesias como no próprio concelho de Sines, conduziram o abandono escolar a menos de 2%, quando em 1991 Porto Covo registava praticamente 9% de abandono e Sines quase 6%. A mesma tendência foi observada na NUT do Alentejo Litoral, apesar da maioria dos concelhos (Alcácer do Sal, Grândola e Odemira) em 2011 ainda registarem valores acima dos 2%. Na comparação do concelho de Sines com os valores nacionais, estes foram sempre inferiores à média nacional, somente em 2011 é que a taxa concelhia (1,84%), foi superior ao valor nacional que se situou nos 1,7%.

<sup>2</sup> Entende o INE por abandono escolar a “saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei.

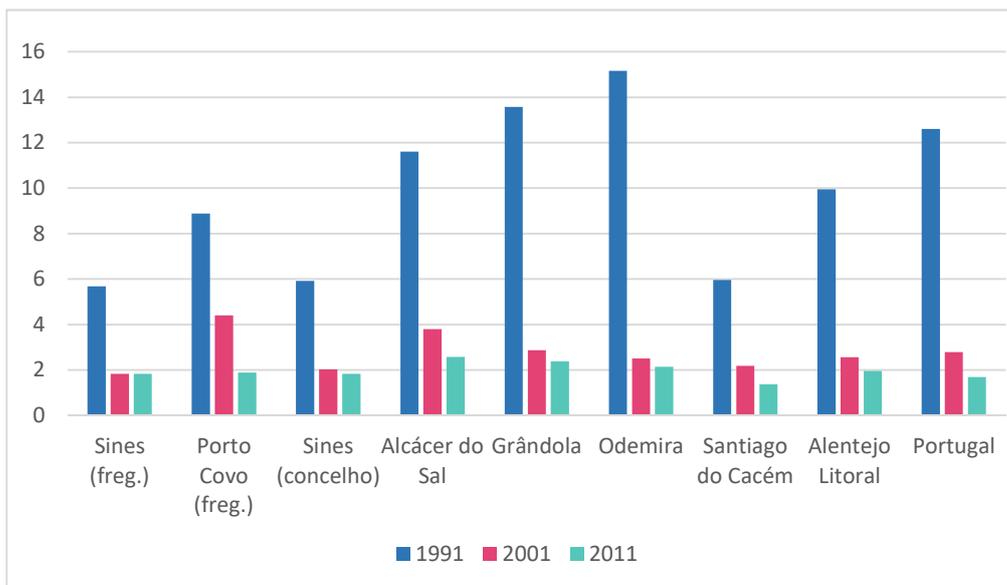


Figura II.5.2. 2- Taxa de abandono escolar (%), nas freguesias e no concelho de Sines, na NUT II do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE – Censos 2011

A Figura II.5.2. 3 faz a comparação dos ganhos médios mensais em Sines e nos demais concelhos do Alentejo Litoral, sendo possível perceber que este é substancialmente superior em Sines quando comparado com os concelhos vizinhos e a própria NUT. Enquanto no concelho de Sines os salários se concentram entre os 1700 e 1800 euros mensais, nos restantes concelhos o valor centra-se nos 700 euros, tendo Sines observado um ligeiro crescimento dos ganhos médios entre 2011 e 2012, e até 2014 perdas muito ligeiras deste valor.

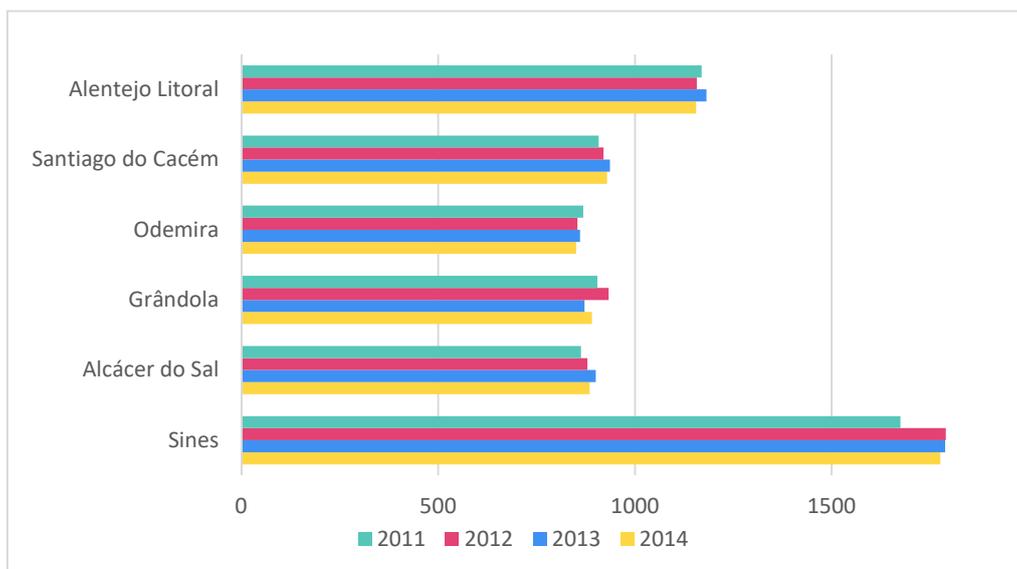


Figura II.5.2. 3 - Ganho médio mensal (€), no concelho de Sines e nos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral entre 2011 e 2014 - Fonte: INE – 2014

O poder de compra *per capita* é um indicador estabelecido pelo INE através da comparação entre os rendimentos e o custo de vida, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100). Como se percebe pela Figura II.5.2. 4 o concelho de Sines manifesta um poder de compra superior à média nacional, situando-se em 2013 nos 128,03 pontos, sendo também este valor superior ao valor observado nos demais concelhos que compõem a NUT do Alentejo Litoral. Em Sines, este indicador teve um crescimento sucessivo entre 2004 e 2011, tendo havido uma ligeira quebra em 2013, com o valor a situar-se próximo dos valores observados em 2007.

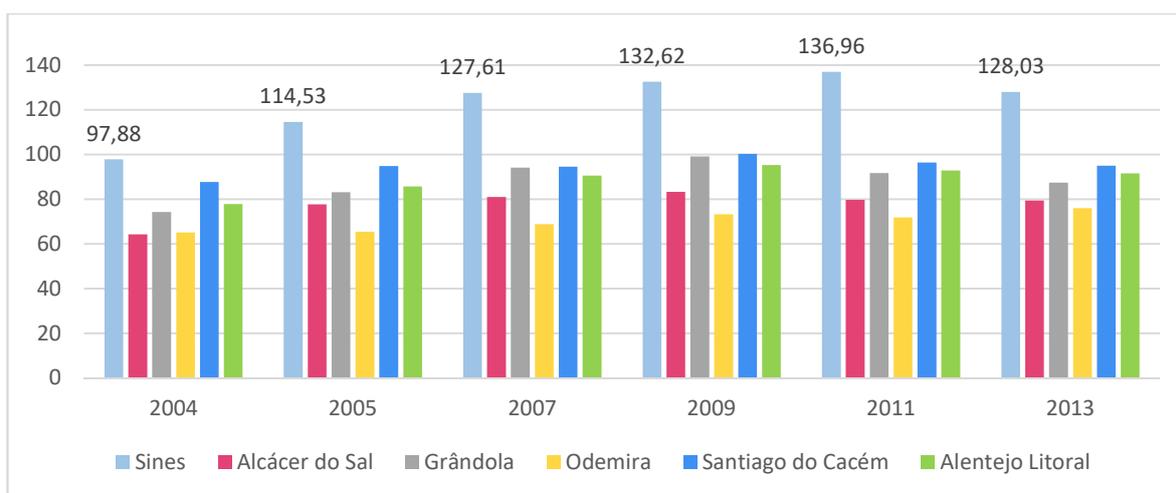


Figura II.5.2. 4 - Poder de compra per capita, no concelho de Sines e nos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral entre 2004 e 2013 - Fonte: INE

Representa-se na Figura II.5.2. 5 outro indicador socioeconómico: o número de beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da Segurança Social, por 1000 habitantes em idade ativa (%). Em Sines verificou-se um ligeiro crescimento entre 2011 e 2012, tendo chegado aos 49,78‰ neste último ano, a que se seguiu um fenómeno de quebra sucessiva do número de beneficiários até 2016, situando-se agora nos 35 beneficiários por cada mil residentes. O mesmo fenómeno ocorreu nos outros concelhos que compõem a NUT do Alentejo Litoral, apesar de alguns destes registarem bem menos beneficiários do que Sines, em especial nos anos mais recentes. Apesar desta tendência de quebra, que acompanhou a quebra sentida nos beneficiários a nível nacional, em 2016 Sines ainda se manteve ligeiramente acima da média nacional que se situou nos 32,4‰.

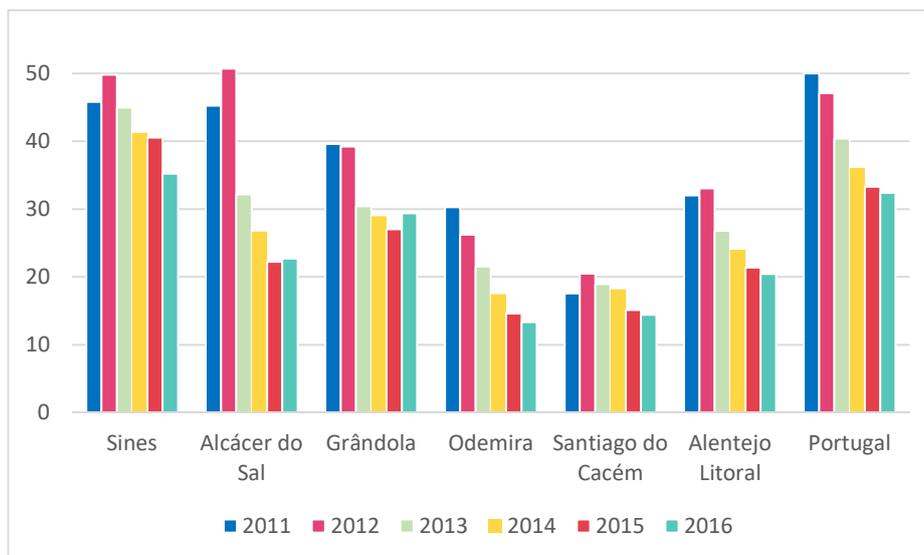


Figura II.5.2. 5 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%), no concelho de Sines, nos concelhos da NUT III do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE - 2014

Na Figura II.5.2. 6 são indicadas as proporções de alojamentos sobrelotados nas freguesias do concelho, correspondendo aos alojamentos com défice de divisões face às pessoas que nele residem. A freguesia de Porto Covo, com cerca de 18% de alojamentos sobrelotados, distingue-se face à freguesia de Sines (com 13,2%) e ao próprio concelho que tem somente 13,57%. Na comparação do concelho de Sines com a NUT do Alentejo Litoral e com Portugal, verifica-se que este se situa acima da proporção de alojamentos sobrelotados a nível regional e nacional.

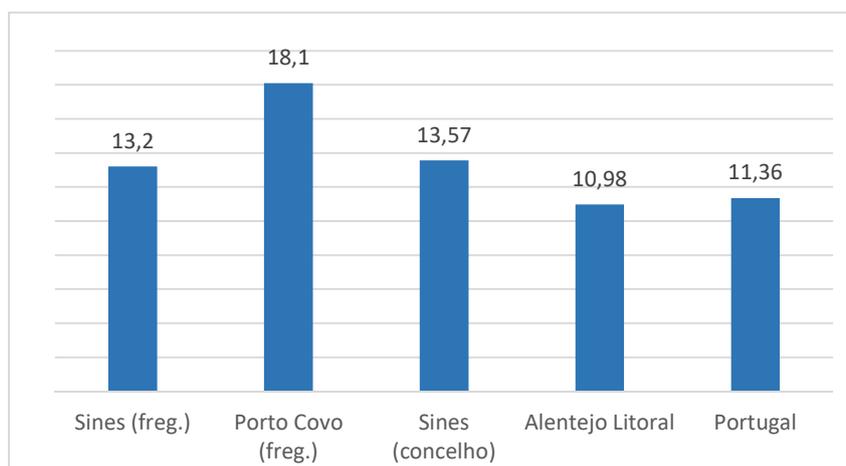


Figura II.5.2. 6 - Proporção de alojamentos sobrelotados<sup>3</sup> (%), nas freguesias e no concelho de Sines, na NUT II do Alentejo Litoral e em Portugal - Fonte: INE – Censos 2011

<sup>3</sup> Entende o INE por alojamento sobrelotado um “alojamento familiar clássico com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem de acordo com o índice de lotação do alojamento”.

## Parte III – Caracterização e evolução recente do sistema educativo do município de Sines

### III. 1 Rede escolar do concelho de Sines

A rede escolar do concelho de Sines, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, é constituída por um total de 12 estabelecimentos. Deste universo, 7 escolas pertencem à rede de escolas públicas e as restantes 5 escolas à rede de escolas privadas onde se incluem os estabelecimentos de natureza particular, cooperativa ou solidária.

A rede de escolas públicas dependentes do Ministério da Educação distribui-se pelas seguintes tipologias de ofertas:

- 4 escolas com 1º ciclo e jardim de infância
- 1 escola de 2º e 3º ciclo
- 1 escola de 3º ciclo e ensino secundário

A rede de escolas privadas é composta por:

- 4 Jardins-de-infância
- 2 escolas profissionais
- 1 escola artística

As escolas públicas do concelho de Sines que estão na dependência do Ministério da Educação estão organizadas num único agrupamento, o Agrupamento de Sines, com exceção da Escola Básica (3º ciclo) e Secundária Poeta Al Berto, a qual não se encontra agrupada.

Representam-se na Figura III.1. 1 as localizações destes estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Sines. Como é possível observar na figura, há uma clara concentração dos equipamentos escolares na cidade de Sines, com exceção da Escola Básica de Porto Covo (1º ciclo com jardim de infância), localizada na aldeia com o mesmo nome, e da Escola Tecnológica do litoral Alentejano (ETLA), instalada no Complexo Petroquímico Repsol Polímeros S.A., a cerca de 5 km do centro de Sines.

O resto do território concelhio não tem equipamentos educativos, o que se compreende pelos reduzidos quantitativos populacionais presentes nos pequenos lugares e pela quantidade de população dispersa pelo território, o que conseqüentemente determina e explica a concentração da oferta de equipamentos no principal núcleo urbano do concelho, que é Sines.

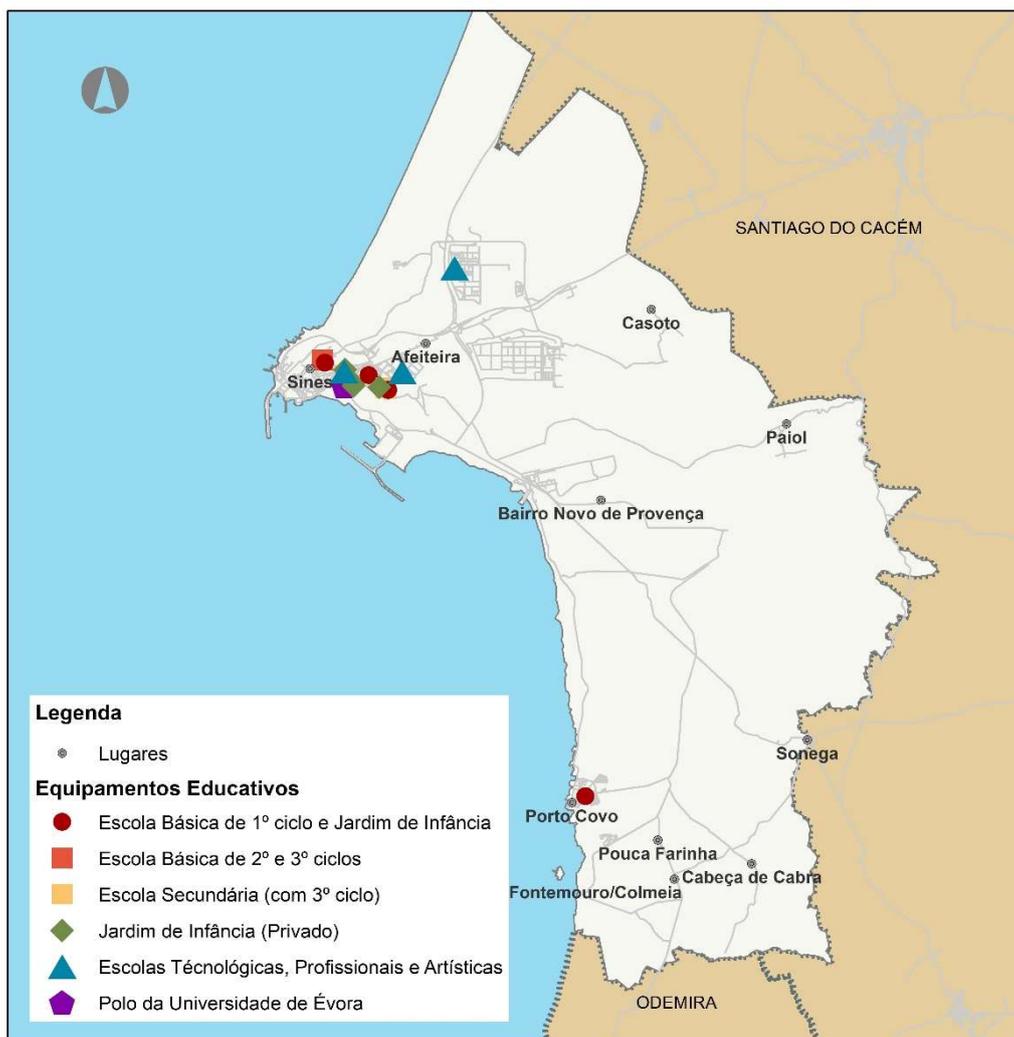


Figura III.1. 1 - Mapa de Localização dos Equipamentos Educativos do concelho de Sines. Fonte: Elaboração Própria

### III. 2. Caracterização dos equipamentos educativos

#### III.2.1 Jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo

##### III.2.1.1. Tipologias e caracterização geral dos estabelecimentos

A rede de escolas públicas do concelho de Sines inclui 4 estabelecimentos com educação pré-escolar e ensino básico do 1.º ciclo integrados, identificados no Quadro III.2.1.1. 1.

Para além da oferta da rede de escolas públicas, existem no concelho de Sines 4 estabelecimentos privados (particulares, cooperativos ou solidários) que oferecem educação pré-escolar, todos autónomos, não integrando qualquer dos restantes ciclos de ensino. Não existe qualquer estabelecimento privado com o 1.º ciclo do ensino básico.

As escolas enquadram-se deste modo nas tipologias identificadas no Quadro III.2.1.1. 1 e oferecem ainda outros serviços identificados nesse mesmo quadro, nomeadamente AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família) e AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) que serão tratados em secção própria.

*Quadro III.2.1.1. 1 – Estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar e ensino básico do 1.º ciclo, localização e serviços oferecidos em 2017/2018*

Designação	Tipologia	Agrupam.	Código	Natureza	Localidade	Freguesia	Outros serviços	Mobilidade
			DGEEC					Reduzida
Centro Infantil de Sines - "A Conchinha"	Jl	NA	1513143	IPSS	Sines	Sines	AAAF	X
Infantário Capuchinho Vermelho - SCM de Sines	Jl	NA	1513870	IPSS	Sines	Sines		
Jardim Infantil "O Pintainho" (Cáritas Paroquial)	Jl	NA	1513901	IPSS	Sines	Sines	AAAF	X
Colégio Estrela do Mar	Jl	NA	1513213	Part. e Coop.	Sines	Sines		X
Escola Básica de Porto Covo	EB1+Jl	AE de Sines	1513416	Pública	Porto Covo	Porto Covo	AAAF/AEC	SIM
Escola Básica n.º 1 de Sines	EB1+Jl	AE de Sines	1513632	Pública	Sines	Sines	AAAF/AEC	SIM
Escola Básica n.º 2 de Sines	EB1+Jl	AE de Sines	1513908	Pública	Sines	Sines	AAAF/AEC	SIM
Escola Básica n.º 3 de Sines	EB1+Jl	AE de Sines	1513464	Pública	Sines	Sines	AAAF/AEC	SIM
Notas: NA - Não aplicável; S/I - Sem informação								

Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.2.1.2. Capacidades dos jardins-de-infância

A Figura III.2.1.2. 1, Figura III.2.1.2. 2 e Figura III.2.1.4.1 apresentam, respetivamente: i) os números de salas de atividade e rácios de crianças por sala; ii) os números de educadores de infância e rácios de crianças por educador com funções letivas; e iii) as crianças inscritas, capacidades e taxas de ocupação por estabelecimento com educação pré-escolar do concelho de Sines no ano letivo de 2017/18.

A grande maioria dos jardins-de-infância do concelho de Sines é de pequena ou média dimensão, regra geral dispendo de 4 salas de atividades, ou menos. As exceções são o Centro Infantil de Sines - "A Conchinha" e o Colégio Estrela do Mar com 8 e 11 salas de atividades, respetivamente, ambos da rede solidária. O Infantário Capuchinho Vermelho, da rede solidária, é o jardim-de-infância de menor dimensão com apenas 1 sala de atividade.

É de relevar igualmente o facto de nenhum estabelecimento ter um rácio superior a 25 crianças por sala, sendo que 2 estabelecimentos possuem um rácio inferior a 10 crianças por sala, os JI particulares Centro Infantil de Sines - "A Conchinha" e Colégio Estrela do Mar (8 e 5 crianças por sala, respetivamente). Os estabelecimentos públicos com menor rácio são as escolas básicas de Porto Covo (14 crianças por sala) e n.º 3 de Sines (10).

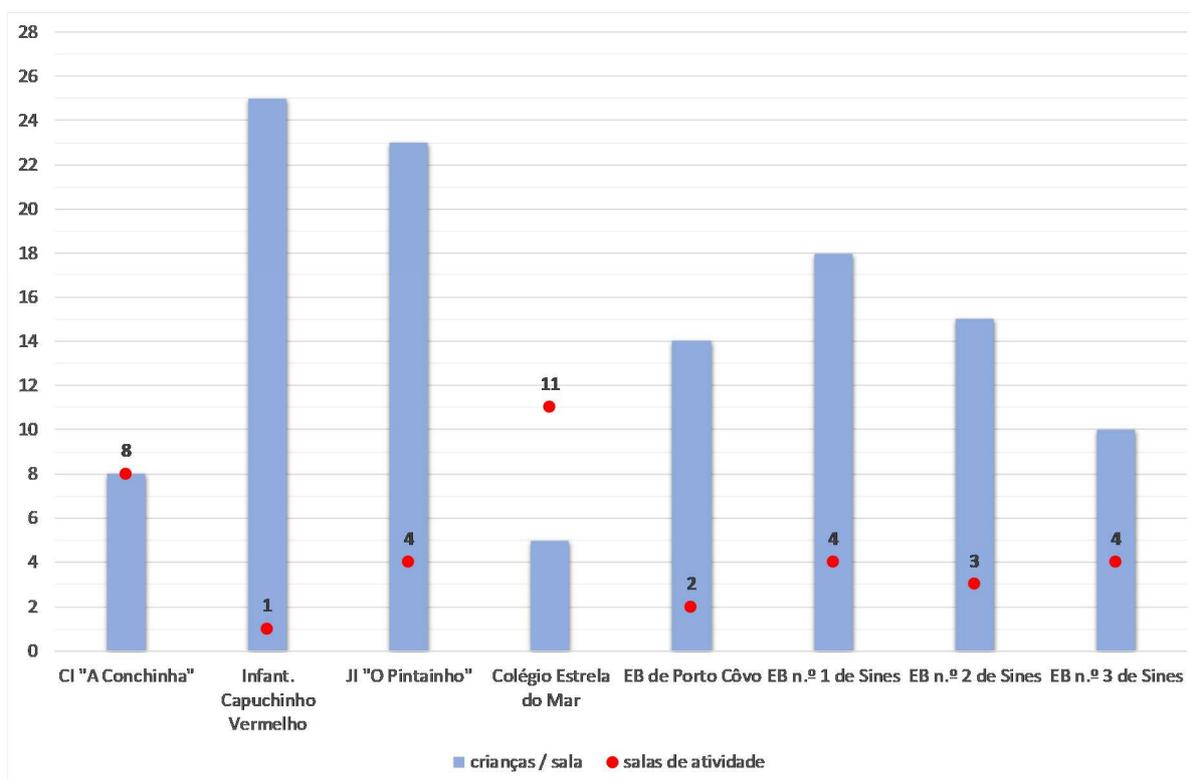


Figura III.2.1.2. 1 – N.º de salas de atividade e n.º de crianças por sala em jardins-de-infância (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Os jardins-de-infância com os maiores números de educadores são o Centro Infantil de Sines - "A Conchinha" (8) e o Colégio Estrela do Mar (6), tendo todos os restantes quatro educadores ou menos. O Infantário Capuchinho Vermelho, da rede solidária, revela-se novamente como o jardim-de-infância de menor dimensão com apenas 1 educador de infância.

É de realçar ainda o facto de nenhum estabelecimento ter um rácio superior a 25 crianças por educador, sendo que 2 estabelecimentos possuem um rácio igual ou inferior a 9 crianças por educador, os JI particulares Centro Infantil de Sines - "A Conchinha" e Colégio Estrela do Mar (8 e 5 crianças por educador, respetivamente).

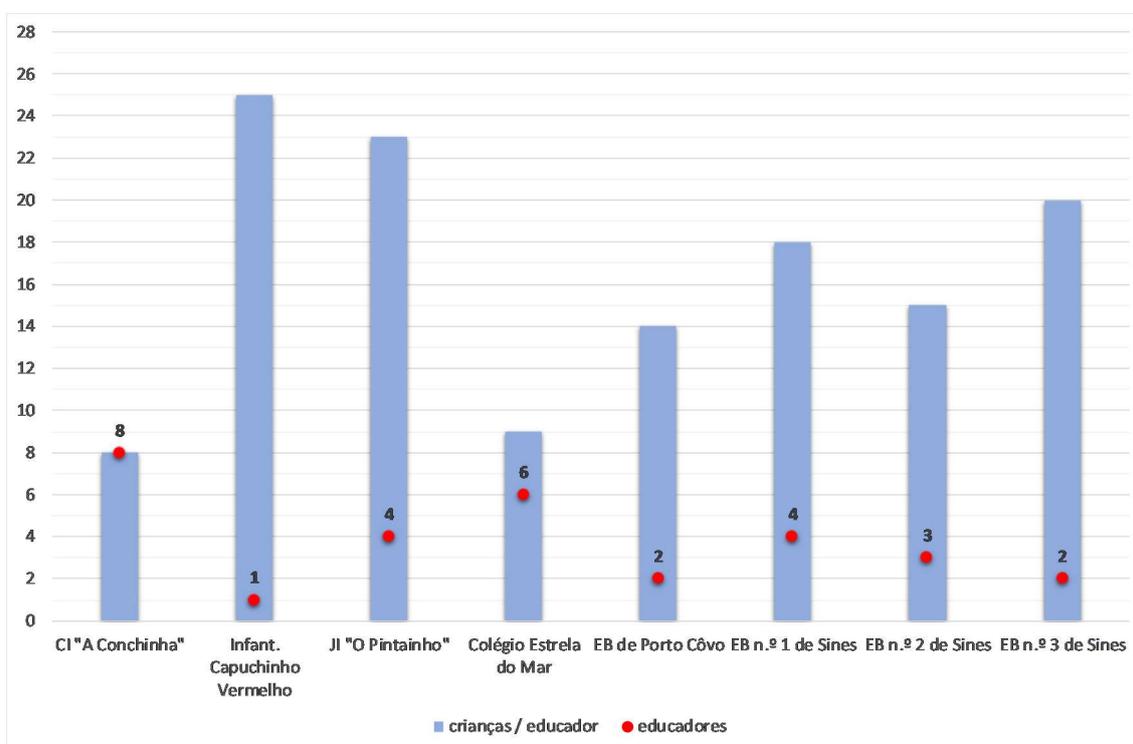
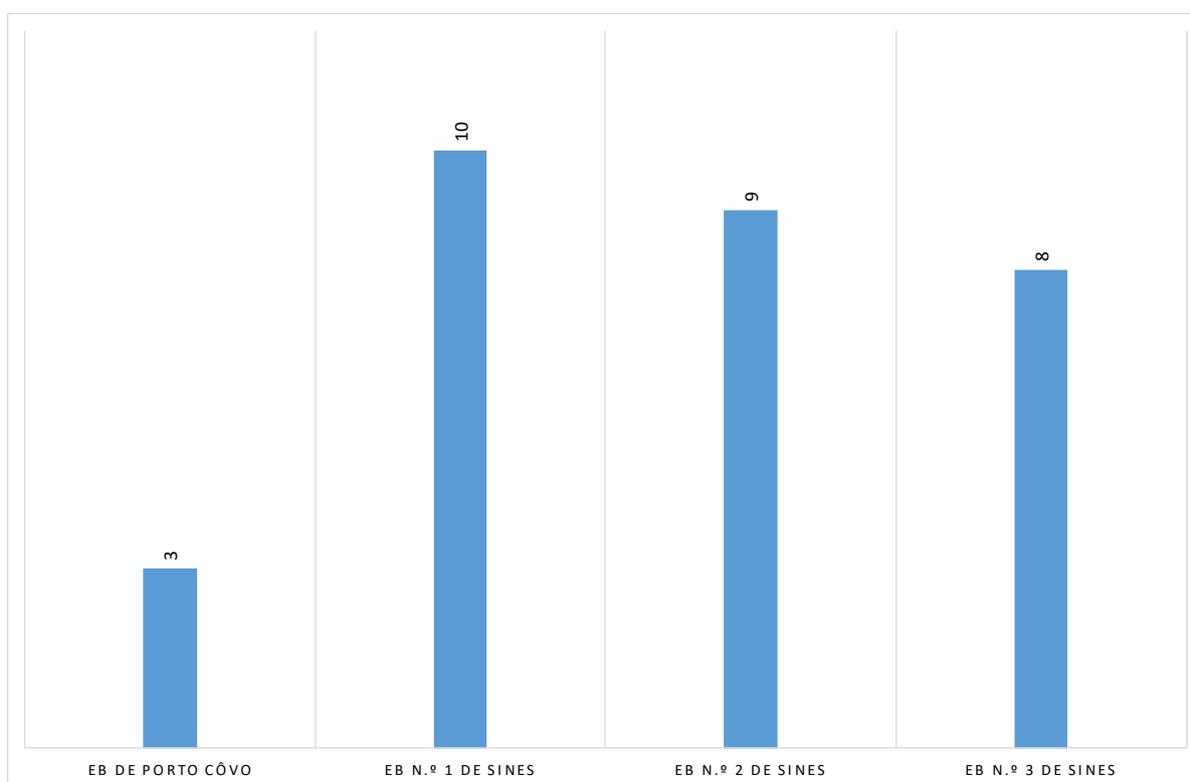


Figura III.2.1.2. 2 – N.º de educadores de infância e n.º de crianças por educador nos jardins-de-infância (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

*III.2.1.3. Capacidades das escolas básicas do 1.º ciclo*

A Figura III.2.1.3. 1, a Figura III.2.1.3. 2 e a Figura III.2.1.3. 3 apresentam respetivamente: i) o número de salas de aulas; ii) o número de turmas e o rácio de crianças por turma; e iii) o número de professores e rácio de alunos por professor com funções letivas, das escolas com o 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Sines no ano letivo de 2017/18.

A Figura III.2.1.3. 1 ilustra o número de salas de aulas por cada escola. Constata-se que todas as escolas são de média dimensão, possuindo pelo menos 8 salas de aula, com exceção da escola básica de Porto Covo que possui 3 salas. Salienta-se que a escola com maior dimensão é a escola básica n.º 1 de Sines, com 10 salas.



*Figura III.2.1.3. 1 – N.º de salas de aulas em estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS*

A Figura III.2.1.3. 2 apresenta o número de turmas e o rácio de alunos por turma de cada estabelecimento com o 1.º ciclo do ensino básico, observando-se que, coincidentemente, o número de turmas existentes em 2017/2018 em cada estabelecimento é igual ao número de salas, com exceção da escola básica n.º 3 de Sines na qual, no ano 2017/2018, uma das salas de atividades foi convertida em sala de aulas do 1º ciclo. Constata-se ainda que todas as escolas têm uma ocupação média de turmas inferior a 26 alunos, ou seja, inferior ao número máximo de alunos por turma de aulas permitido pelo Despacho normativo n.º 7-B/2015 do Ministério da Educação, de 7 de maio, devido em primeiro lugar ao número de alunos com necessidades educativas especiais indutores de redução da dimensão das turmas e, no caso da escola básica n.º 3 de Sines, devido à reduzida capacidade das salas de aulas (22 alunos por

sala). Deve realçar-se a escola básica de Porto Covo que, sendo a escola de menor dimensão em termos de salas de aulas e turmas no ano letivo 2017/2018, apresenta igualmente o menor rácio (correspondente a 15 alunos por turma).

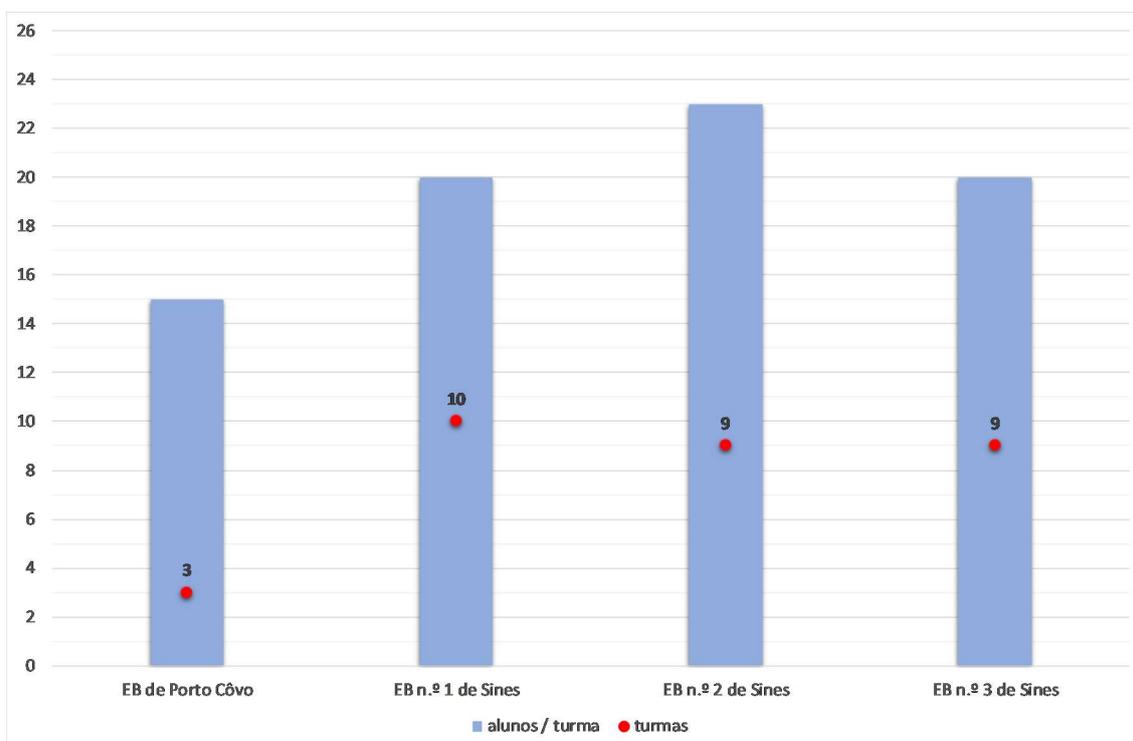


Figura III.2.1.3. 2 – N.º de turmas e n.º de alunos por turma em estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico (2017/18)  
– Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Finalmente, na Figura III.2.1.3. 3 estão representadas diferentes classes de rácios entre número de alunos e professores. Este gráfico indica que, em média, não há professores com mais de 20 alunos.

Importa realçar que o Agrupamento de Escolas de Sines está inserido no programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). De acordo com o Plano de Melhoria deste TEIP, o número máximo de alunos por cada turma dos anos de escolaridade de entrada dos 3 ciclos do ensino básico (1.º, 5.º e 7.º anos) é de 22 alunos. Este facto, associado ao número de alunos com necessidades educativas especiais e à reduzida capacidade das salas de aulas da escola básica n.º 3 de Sines, permite explicar os rácios reduzidos de alunos por turma e por professores.

Relativamente ao número de professores, verifica-se na mesma figura que todas as escolas contam com onze ou doze professores dos quadros do Agrupamento de Escolas de Sines, com exceção da escola básica de Porto Covo, a escola de menor dimensão em termos de salas de aulas e turmas no letivo de 2017/2018, com apenas 3 professores.

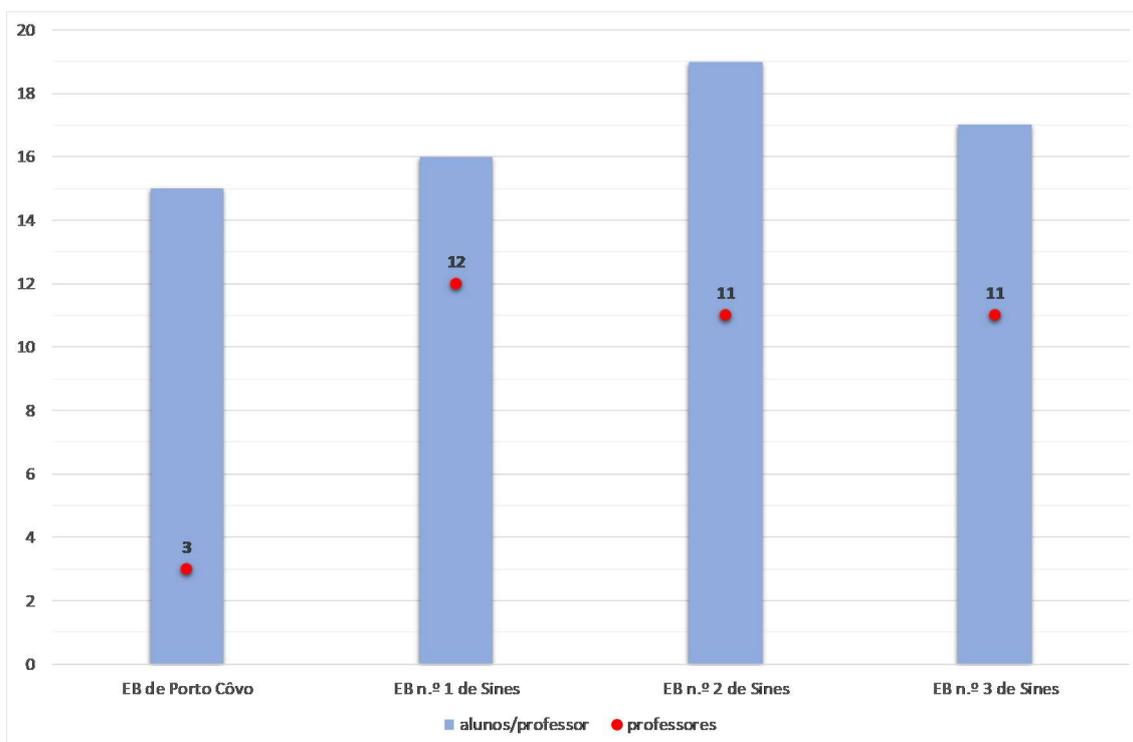


Figura III.2.1.3. 3 – N.º de professores e n.º de alunos por professor por estabelecimento com 1.º ciclo do ensino básico (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

As turmas do 1.º ciclo do ensino básico podem ser não agregadas (turmas com apenas um ano de escolaridade) ou agregadas (turmas abrangendo vários anos de escolaridade). Importa assim analisar o peso das turmas agregadas no sistema educativo do concelho de Sines.

A Figura III.2.1.3. 4 e a Figura III.2.1.3. 5 apresentam respetivamente: i) a evolução do número de turmas agregadas por estabelecimento; e ii) o número de turmas não agregadas e agregadas por estabelecimento entre os anos letivos de 2013/2014 e 2017/2018.

Constata-se que apenas 2 das 4 escolas possuem turmas agregadas no período em análise, as escolas básicas de Porto Covo e n.º 2 de Sines, sendo que somente a primeira apresenta turmas agregadas em todos os anos letivos. No que respeita à escola básica n.º 2 de Sines, observa-se que as turmas agregadas surgem apenas nos 2 últimos anos letivos (em apenas uma turma). Deve relevar-se ainda que o número global de turmas agregadas aumentou em 33% (passou de 2 para 3 turmas) nos 2 últimos anos letivos.

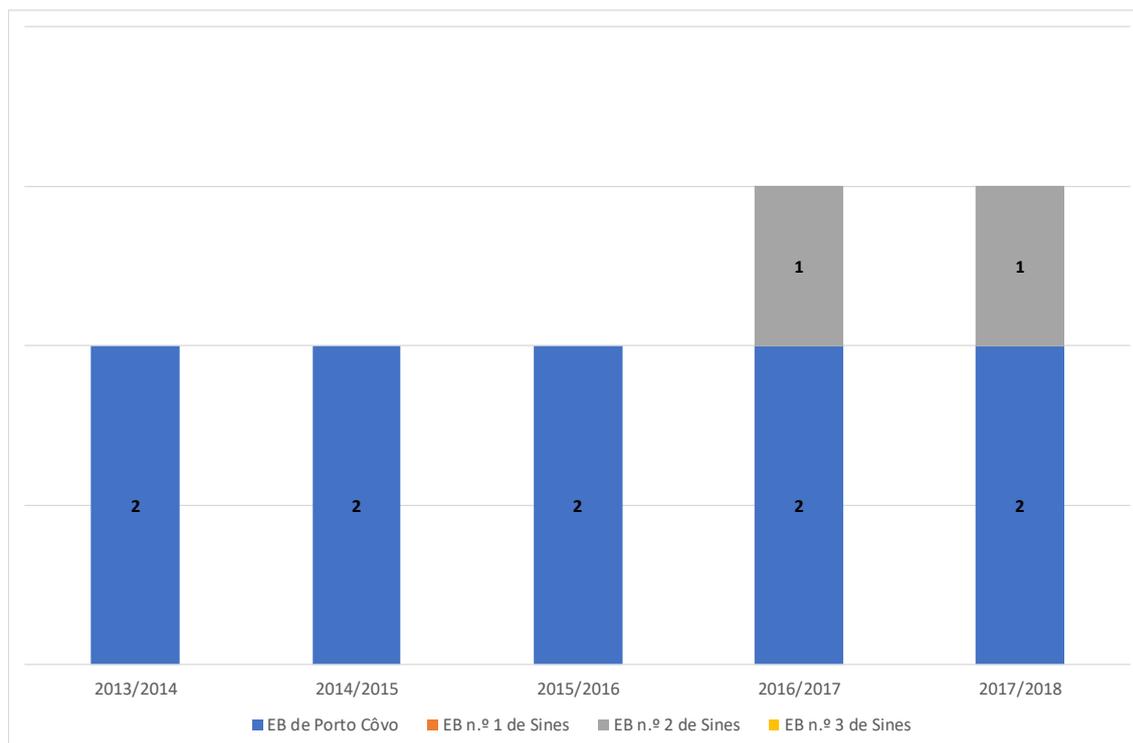


Figura III.2.1.3. 4 – Evolução do n.º de turmas agregadas por estabelecimento com 1.º ciclo do ensino básico entre 2013/2014 e 2017/2018 – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEstE

Uma vez mais, observa-se na Figura III.2.1.3. 5 que as escolas básicas n.º 1 e n.º 3 de Sines são os únicos estabelecimentos com o 1.º ciclo do ensino básico que nunca tiveram turmas agregadas entre os anos letivos de 2013/2014 e 2017/2018. Constata-se ainda que, em 2017/2018, foi criada mais uma turma na escola básica de Porto Covo, a primeira não agregada no período em análise, e que nesse ano 3 das 28 turmas do 1.º ciclo no concelho são agregadas (cerca de 11%), contra 2 das 25 turmas em 2013/2014 (cerca de 8%).

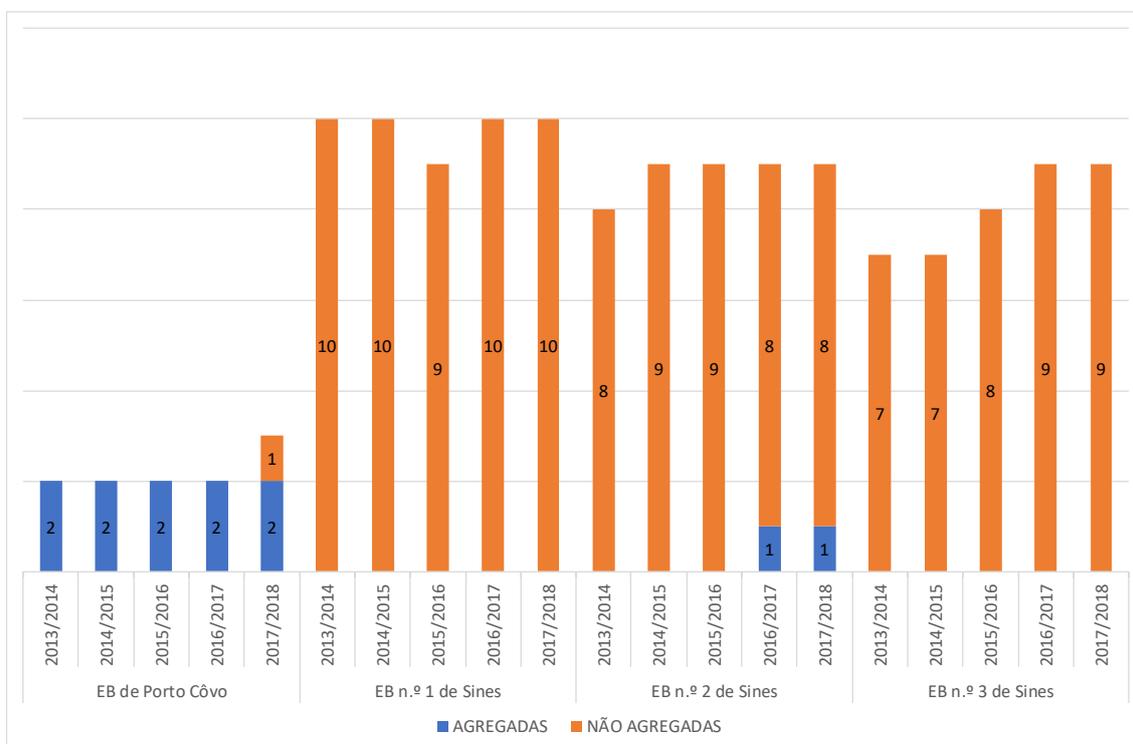


Figura III.2.1.3. 5 – Turmas não agregadas e agregadas por estabelecimento com 1.º ciclo do ensino básico entre 2013/2014 e 2017/2018 – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEstE

#### III.2.1.4. Taxas de ocupação por estabelecimento

Relativamente à taxa de ocupação face à capacidade máxima dos estabelecimentos com educação pré-escolar no ano letivo de 2017/2018 (Figura III.2.1.4.1), apenas 2 estabelecimentos (privados) atingem o limite da sua capacidade ou apresentam valores próximos desse limite (igual ou superior a 80%), sem nunca o ultrapassar. Todos os estabelecimentos da rede de escolas públicas apresentam taxas superiores a 50%, sendo que o valor mais reduzido se verifica na escola básica n.º 3 de Sines (53%) e o mais elevado é observado na escola básica n.º 1 de Sines, com 73%. No que respeita ainda aos estabelecimentos privados, observa-se ainda que 2 apresentam valores muito reduzidos, 30% no Centro Infantil “A Conchinha” e 19% no Colégio do Mar. Para a determinação da capacidade da escola básica n.º 3 de Sines foram consideradas apenas 3 salas de atividade, pois em 2017/2018 uma das salas de atividade está convertida em sala de aulas do 1.º ciclo.

Deve referir-se que qualquer uma das escolas ou jardins-de-infância públicos pode ter a sua ocupação condicionada pela presença dos alunos com necessidades educativas especiais (NEEs), descritos no ponto III.5.5.

As taxas de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho de Sines, apresentadas na Figura III.2.1.4.1, obtêm-se através da aplicação da seguinte expressão:

$$\text{taxa de ocupação} = \frac{\text{n.º de crianças inscritas no estabelecimento (matrículas)}}{\text{capacidade do estabelecimento}}$$

em que a capacidade, também representada na figura, é dada por:

$$\begin{aligned} & \text{capacidade do estabelecimento} \\ &= \text{n.º salas de atividade} \\ & \times \text{capacidade máxima (n.º crianças) por sala} \end{aligned}$$

Foi adotada como capacidade máxima das salas de atividade dos jardins-de-infância o valor de 25 crianças (por aplicação do Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do Ministério da Educação), a menos que um estabelecimento tenha indicado uma capacidade média por sala de atividade inferior a esse valor, adotando-se nesse caso como capacidade máxima por sala a capacidade indicada. O número de salas de atividade foi fornecido pelos estabelecimentos e pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

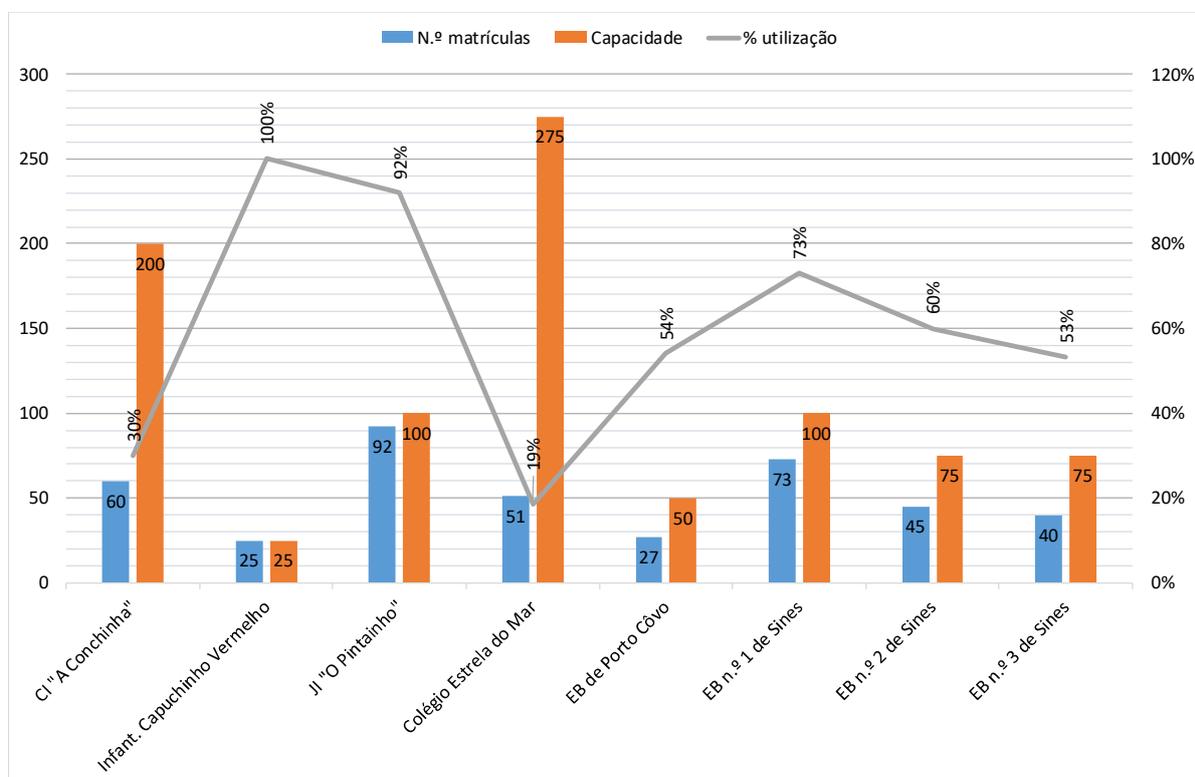


Figura III.2.1.4.1 – N.º de matrículas, capacidade e taxa de ocupação dos jardins-de-infância (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEstE

No que respeita à taxa de ocupação face à capacidade máxima dos estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2017/2018 (Figura III.2.1.4. 2), dois estabelecimentos apresentam valores próximos dos limites das respetivas capacidades, as escolas básicas n.º 2 e n.º 3 de Sines (com 91% e 93%, respetivamente), a escola básica n.º 1 de Sines apresenta uma taxa muito próxima (79%), enquanto a escola básica de Porto Covo apresenta uma ocupação mais reduzida (61%).

Deve referir-se que qualquer uma das escolas básicas analisadas pode ter a sua ocupação condicionada pela presença dos alunos com necessidades educativas especiais (NEEs) descritos no ponto III.5.4, não se dispondo de informação sobre a distribuição destes alunos por turma que viabilize a correspondente correção das taxas de ocupação apresentadas. A mesma situação pode ocorrer no pré-escolar, mas em menor dimensão, uma vez que a população de crianças com NEEs é menos significativa (cf. ponto III.5.4).

As taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares com o 1.º ciclo do ensino básico, apresentadas na Figura III.2.1.4. 2, obtêm-se através da aplicação da seguinte expressão:

$$\text{taxa de ocupação} = \frac{\text{n.º de alunos inscritos no estabelecimento (matrículas)}}{\text{capacidade do estabelecimento}}$$

em que a capacidade, também representada na figura, é dada por:

$$\begin{aligned} & \text{capacidade do estabelecimento} \\ & = \text{n.º de turmas} \times \text{capacidade máxima (n.º alunos) por sala de aula} \end{aligned}$$

Foi adotada como capacidade máxima das salas de aulas dos estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico o valor de 26 crianças (por aplicação do Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do Ministério da Educação), a menos que um estabelecimento tenha indicado uma capacidade por sala de aulas inferior a esse valor, adotando-se nesse caso como capacidade máxima por sala a capacidade indicada. O número de turmas (capacidade atual do estabelecimento) foi fornecido pelos estabelecimentos e pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Deste modo, obtêm-se as taxas de ocupação da figura seguinte, tendo em conta que:

- (1) na escola básica n.º 3 de Sines, a capacidade de alunos por sala (logo por turma) é de 22 alunos;

- (2) nas restantes escolas básicas do agrupamento de escolas, a capacidade de alunos nas turmas do 1.º ano é limitada a 22 alunos (de acordo com o Plano de Melhoria do TEIP em que se insere).

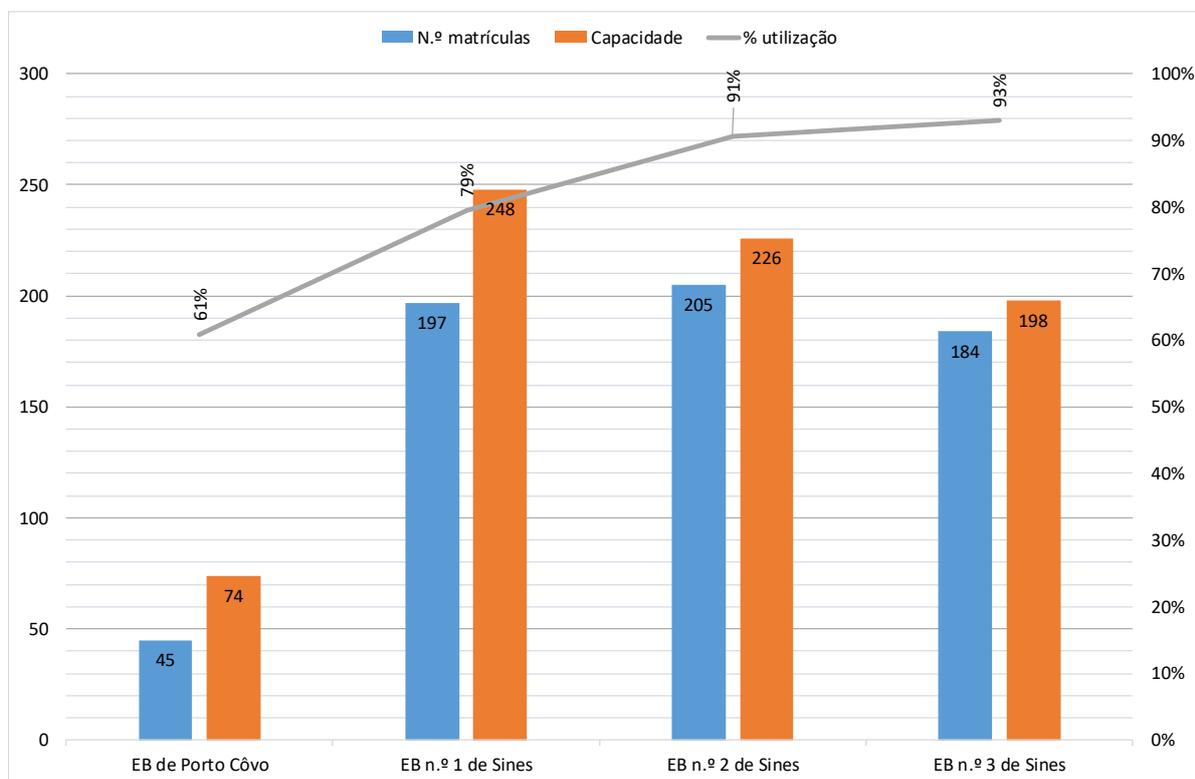


Figura III.2.1.4. 2 – N.º de matrículas, capacidade e taxa de ocupação das escolas com 1.º ciclo do ensino básico (2017/18)  
– Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEstE

### III.2.1.5. Taxas de frequência por freguesia

A Figura III.2.1.5. 1 representa a taxa de frequência da população em idade própria do pré-escolar. Esta taxa representa a razão entre o número de crianças matriculadas (média dos anos letivos 2010/2011 e 2011/12) e a população residente em idade própria de frequência deste nível de educação (crianças entre os 3 e os 5 anos de idade) em 2011. O concelho de Sines apresentava globalmente em 2010/2011 um valor ligeiramente superior a 100%, indiciando que toda a população em idade própria é servida pela oferta de pré-escolar existente no concelho ou que há crianças residentes noutros concelhos a frequentarem jardins-de-infância de Sines, ainda que em número reduzido. Refinando a análise para o nível das 2 freguesias, verificam-se taxas semelhantes entre elas, o que parece indiciar que as crianças residentes numa freguesia frequentam os jardins-de-infância dessa mesma freguesia.

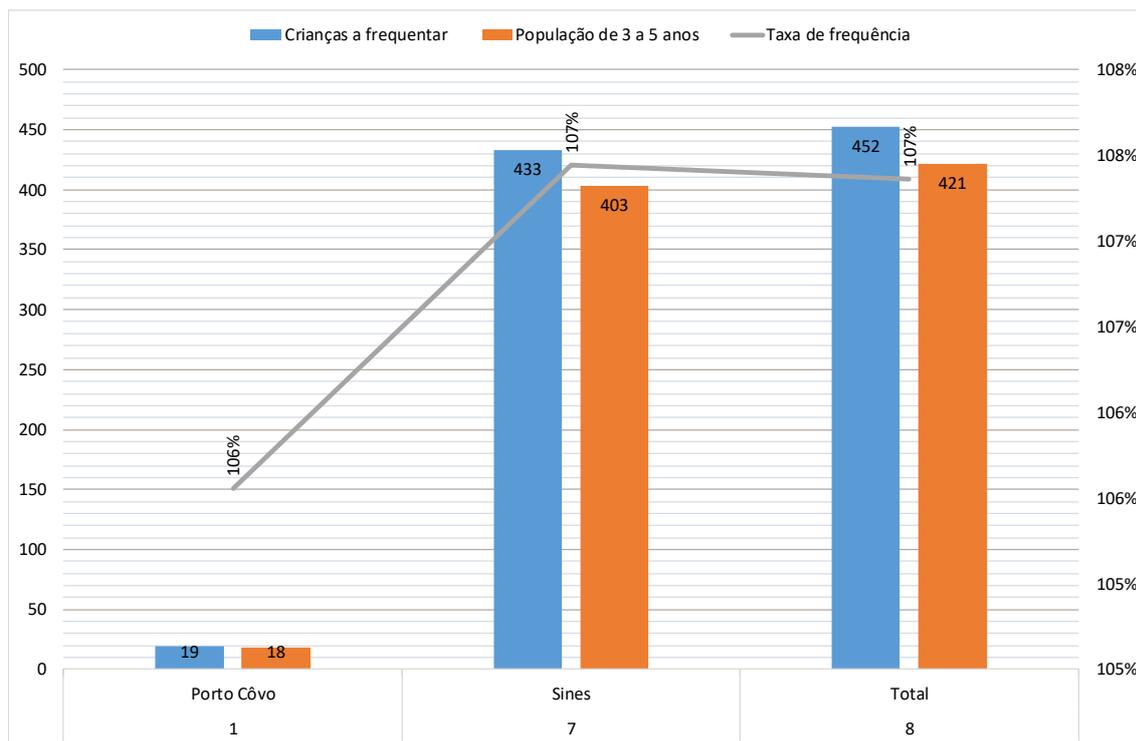


Figura III.2.1.5. 1 – Crianças a frequentar a educação pré-escolar (média 2010-2012) e taxa de frequência face à população do grupo etário (2011) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEstE e DGEEC

Na Figura III.2.1.5. 2, apresenta-se a taxa de frequência da população em idade própria do 1.º ciclo. Esta taxa representa a razão entre o número de alunos matriculados (média dos anos letivos 2010/2011 e 2011/12) e a população residente em idade própria de frequência destes ciclos (crianças entre os 6 e os 9 anos de idade) em 2011.

De maior relevância serão os valores totais ao nível do concelho de Sines, verificando-se que a taxa de frequência total no concelho apresenta um valor elevado (116%), o que pode ser explicável por haver alunos fora da idade própria a frequentar o 1º ciclo (fruto da retenção) e/ou por haver alunos residentes em outros concelhos a frequentarem escolas de Sines.

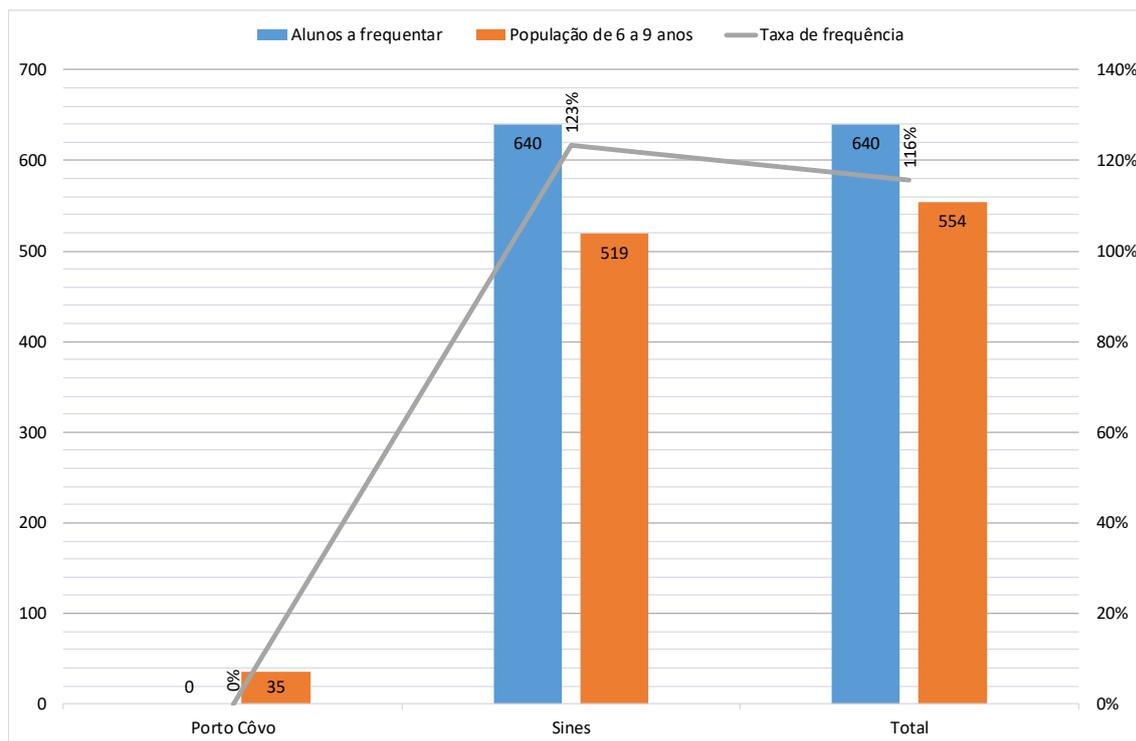


Figura III.2.1.5. 2 – Alunos a frequentar o 1.º ciclo (média 2010/2012) e taxa de frequência face à população do grupo etário (2011) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEstE e DGEEC

#### III.2.1.6. Apetrechamento e dotação de infraestruturas

Analisando a dotação de infraestruturas e equipamentos de apoio dos estabelecimentos com educação pré-escolar (Quadro III.2.1.6. 1, Quadro III.2.1.6. 2 e Quadro III.2.1.6. 3).

No que respeita aos estabelecimentos privados, observa-se que 3 dos 4 estão apetrechados com pelo menos um recreio, coberto ou descoberto. Observa-se ainda que um desses jardins-de-infância não têm qualquer tipo de acesso à internet.

Por outro lado, apenas um dos estabelecimentos privados possui uma instalação desportiva ou lúdica, para além dos recreios, sendo que o estabelecimento que não possui qualquer recreio também não dispõe de instalações desportivas.

A escola básica n.º 2 de Sines não possui salas exclusivamente dedicadas às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), utilizando para o efeito as salas de atividades.

Quadro III.2.1.6. 1 – Dotação de infraestruturas (salas e tecnologias de informação)

Designação	Salas						Internet	
	Polival.	Infor- mática	AAAF / AEC	ludo- biblioteca	ens. espec. / estrut.	outras	banda larga	outros
Centro Infantil - "A Conchinha"	0	0	0	0	0	2	9	0
Infantário Capuchinho Vermelho	0	0	0	0	0	0	0	0
Jardim Infantil "O Pintainho"	1	0	0	1	0	0	6	0
Colégio Estrela do Mar	3	0	0	0	0	0	6	1
EB de Porto Covo	1	0	1 AAAF	1	0	0	0	1
EB n.º 1 de Sines	1	0	2 AAAF	1	0	0	0	1
EB n.º 2 de Sines	0	0	0	0	0	0	0	1
EB n.º 3 de Sines	0	0	1 AAAF	1	0	0	0	1

Fonte: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Quadro III.2.1.6. 2 – Dotação de infraestruturas (instalações desportivas)

Designação	Instalações Desportivas					
	campo de jogos	poli- desportivo	sala de desporto	pavilhão desportivo	balneários	Outras
Centro Infantil - "A Conchinha"	0	0	1	0	0	0
Infantário Capuchinho Vermelho	0	0	0	0	0	0
Jardim Infantil "O Pintainho"	0	0	0	0	0	0
Colégio Estrela do Mar	0	0	0	0	0	0
EB de Porto Covo	1	0	0	0	0	1
EB n.º 1 de Sines	1	0	0	0	0	1
EB n.º 2 de Sines	1	0	0	0	0	1
EB n.º 3 de Sines	1	0	0	0	0	1

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Quadro III.2.1.6. 3 – Dotação de infraestruturas (outras instalações)

Designação	Cantina	Cozinha	Copa	WC's		Recreios	
				crianças	outros	cobertos	descobertos
Centro Infantil - "A Conchinha"	SIM	SIM	SIM	8	11	0	2
Infantário Capuchinho Vermelho	SIM	NÃO	NÃO	1	1	0	0
Jardim Infantil "O Pintainho"	SIM	SIM	SIM	7	5	0	1
Colégio Estrela do Mar	SIM	SIM	SIM	4	4	2	1
EB de Porto Covo	SIM	SIM	SIM	6	1	1	1
EB n.º 1 de Sines	SIM	SIM	SIM	6	1	0	1
EB n.º 2 de Sines	SIM	SIM	SIM	8	1	0	1
EB n.º 3 de Sines	NÃO	NÃO	NÃO	7	1	1	1

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Relativamente à alimentação escolar, apenas se pode observar que os 4 jardins-de-infância privados possuem um refeitório ou cantina, sendo que apenas um não possui cozinha.

No que respeita aos estabelecimentos da rede de escolas públicas, foi possível apurar que a Escola Secundária Poeta Al Berto cede o espaço do refeitório para que os alunos da escola básica n.º 3 de Sines tomem as suas refeições, as quais são confeccionadas pela Câmara Municipal de Sines (os alunos deslocam-se a pé, dada a proximidade dos dois estabelecimentos e a existência de uma passagem direta entre ambos, evitando a utilização da via pública). As restantes escolas dispõem de um refeitório onde são servidas as respetivas refeições. Todas as refeições servidas aos alunos destes estabelecimentos são confeccionadas pelos serviços camarários.

### III.2.1.7. Estado das infraestruturas por estabelecimento público

No que diz respeito aos estados de conservação e adequação das instalações dos jardins-de-infância públicos, nada se pode adiantar por não se dispor de informação relativamente às mesmas.

### III.2.2 Escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos e escolas secundárias

#### III.2.2.1. Tipologias e caracterização geral dos estabelecimentos

Tal como se pode observar no Quadro III.2.2.1.1, no concelho de Sines existem dois estabelecimentos públicos com pelo menos um dos dois últimos ciclos do ensino básico, um estabelecimento com ensino básico do 2.º e 3.º ciclos integrados e um estabelecimento público com o 3.º ciclo do ensino básico, integrado com o ensino secundário (regular e profissional). Estes dois estabelecimentos situam-se na freguesia de Sines.

Verifica-se também que existe um estabelecimento privado que ministra cursos de ensino artístico especializado do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Os cursos dos 2.º e 3.º ciclos resultam de um protocolo entre este estabelecimento e o Agrupamento de Escolas de Sines em que o primeiro é responsável pelas disciplinas específicas dos cursos (formação musical, classe conjunto e instrumentos) e o segundo é responsável pelas restantes disciplinas do currículo.

Existe ainda outro estabelecimento privado com oferta de ensino profissional com cursos de nível 4, equivalentes ao ensino secundário regular, a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA). A ETLA é uma escola profissional gerida pela Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano, associação constituída por 2 câmaras municipais (Sines e Santiago do Cacém) e 6 empresas (AICEP, Global Parques, APS, Administração do Porto de Sines, a GALP Energia, a REPSOL Polímeros, a ARTLANT PTA e o Sines Tecnopolo). A ETLA encontra-se sob a tutela do Ministério da Educação, prestando serviço público de educação e integrando a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações.

Por último, inclui-se ainda neste ponto o CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, entidade criada ao abrigo de um protocolo entre o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e entidades privadas, que neste seu núcleo de Sines tem uma oferta de ensino profissional, de nível 4 equivalente ao ensino secundário regular, e uma oferta de cursos de educação e formação, com equivalência ao 3.º ciclo do ensino básico (CEF tipo 2), sendo que, até ao ano letivo 2016/2017, essas ofertas eram complementadas com uma oferta de ensino secundário regular (cursos tecnológicos).

Toda a oferta privada, assim como a oferta do CENFIM, situa-se igualmente na freguesia de Sines. As escolas enquadram-se deste modo nas tipologias identificadas no quadro seguinte.

Quadro III.2.2.1.1 – Estabelecimentos com oferta de ensino básico dos 2.º e 3.º ciclos e de ensino secundário, localização e serviços oferecidos em 2017/2018

Designação	Tipologia	Agrupamento	Código	Natureza	Localidade	Freguesia	Mobilidade
			DGEEC				Reduzida
Escola Básica Vasco da Gama	EB23	Escolas de Sines	1513632	Pública	Sines	Sines	X
Escola Secundária Poeta Al Berto	EB3+ES	NA	1513749	Pública	Sines	Sines	X
Escola das Artes do Alentejo Litoral	Artística (2.º/3.º ciclos e sec.)	NA	1513846	Privada	Sines	Sines	X
Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	Profissional	NA	1513649	Privada	Sines	Sines	X
CENFIM	Profissional	NA	NA	Privada	Sines	Sines	X
Notas: NA - Não aplicável;							

Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.2.2.2. Capacidades das escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos

Nas figuras seguintes apresentam-se alguns indicadores que ajudam a caracterizar as escolas básicas com os 2.º e 3.º ciclos do concelho de Sines, assim como o CENFIM com uma oferta equivalente de CEF tipo 2, equivalente ao 3.º ciclo.

A Figura III.2.2.2.1 e a Figura III.2.2.2. 2 apresentam, respetivamente: i) o número de salas de aulas utilizadas; e ii) o número de alunos inscritos nos estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, no concelho de Sines no ano letivo de 2017/18.

No que respeita ao número de salas de aulas utilizadas em cada ciclo de ensino, verifica-se que todas as escolas utilizam as mesmas salas para vários ciclos (Figura III.2.2.2.1). Por exemplo, na escola secundária Poeta Al Berto, as salas são utilizadas pelo 3.º ciclo do ensino básico e pelo secundário. A escola com o maior número de salas é a escola secundária Poeta Al Berto (com 25 salas) tal como ilustrado na Figura III.2.2.2. 2, imediatamente seguida da escola básica Vasco da Gama que é igualmente a escola com o maior número de alunos inscritos. No caso da Escola das Artes do Alentejo Litoral, deve acrescentar-se às 5 salas de aulas coletivas, cerca de 13 salas de aulas individuais.

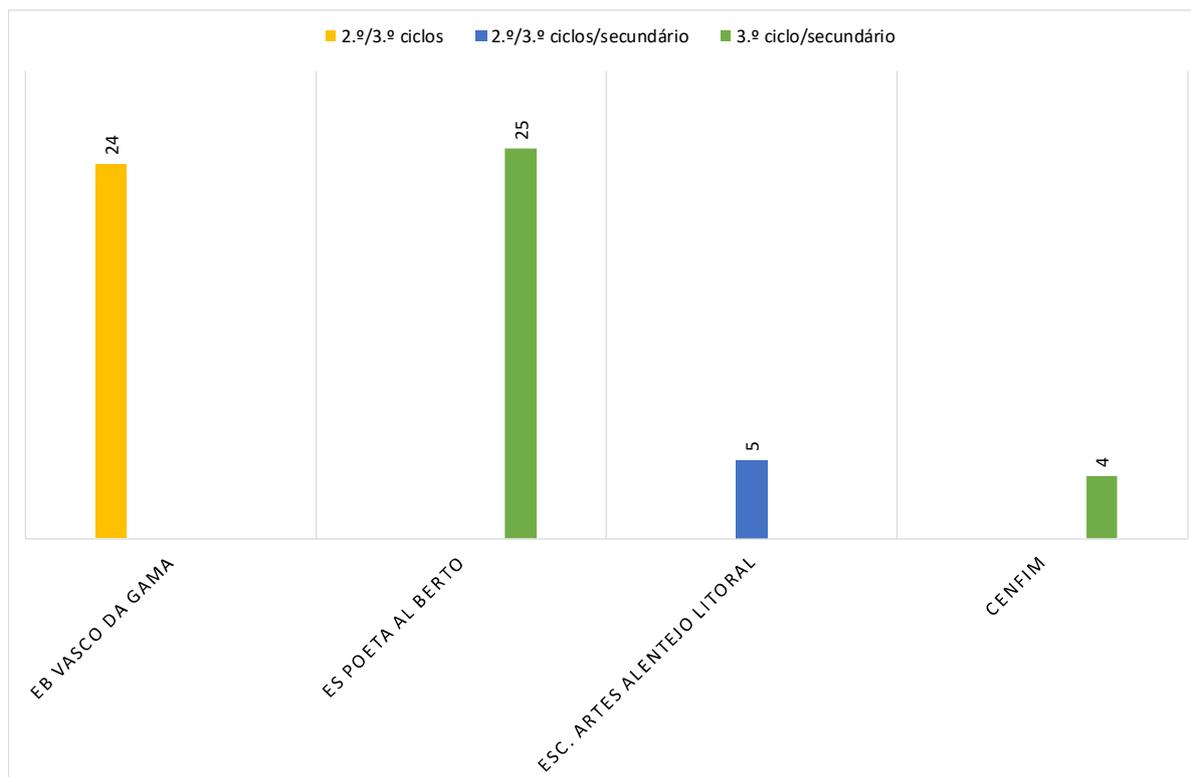


Figura III.2.2.2.1 – N.º de salas de aulas utilizadas nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário por estabelecimento com 2.º e 3.º ciclos (2017/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

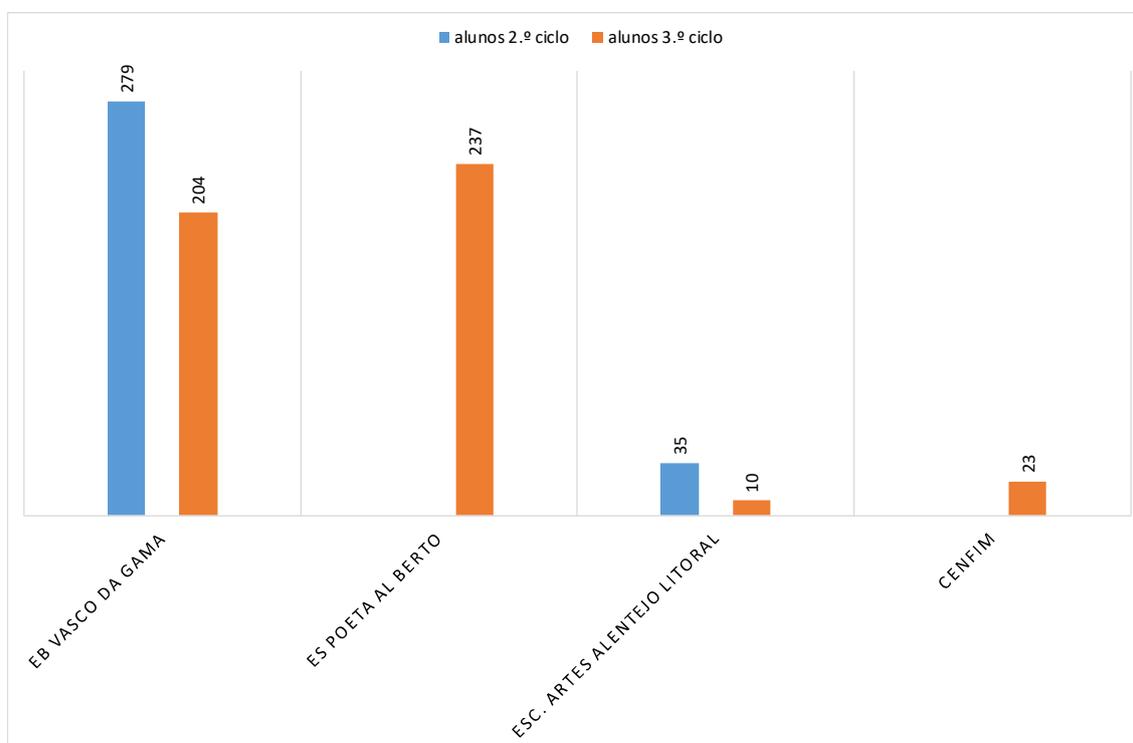


Figura III.2.2.2. 2 – N.º de alunos inscritos nos 2.º e 3.º ciclos por estabelecimento (2017/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

A Figura III.2.2.2. 3 e a Figura III.2.2.2. 4 apresentam, respetivamente: i) o número de turmas e o rácio de alunos por turma e ii) o número de professores do 2.º ciclo do ensino básico e do 3.º ciclo e do secundário (ou docentes/formadores de cursos de níveis equivalentes a estes, nos casos das escolas profissionais ou centros de formação) e os respetivos rácios de alunos inscritos em cada um dos ciclos (adicionando os alunos do secundário aos do 3.º ciclo, ou de outras oferta de ensino de nível equivalente, nos casos da escola secundária Poeta Al Berto, da Escola de Artes do Alentejo Litoral e do CENFIM) por professor do mesmo ciclo de ensino, dos estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclos (e, se for o caso, secundário) do ensino básico do concelho de Sines, no ano letivo de 2017/18.

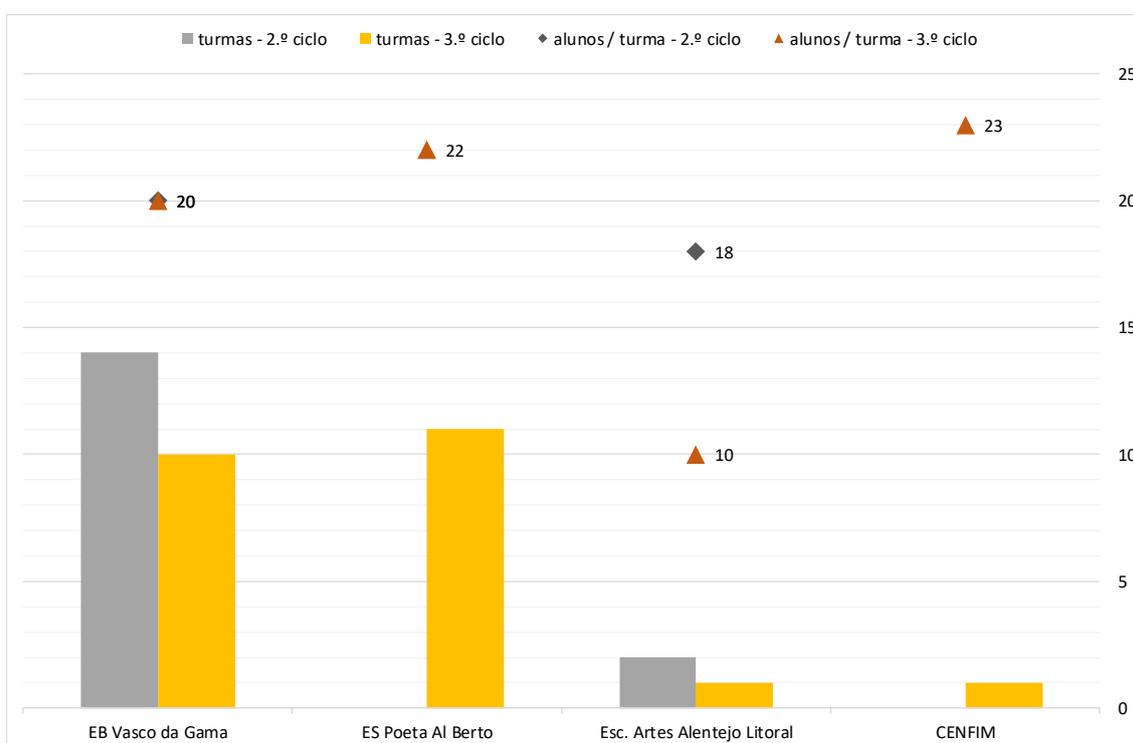


Figura III.2.2.2. 3 – N.º de turmas e n.º de alunos por turma em estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Relativamente ao número de alunos por turma, constata-se que todas as escolas têm uma ocupação média de turmas inferior a 25 alunos (cumprindo com o número máximo de alunos por turma fixado no Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do Ministério da Educação, de 30 alunos). A escola com menor número de turmas (em igualdade com o CENFIM no 3.º ciclo ou outra oferta de ensino de nível equivalente) e rácio de alunos por turma é a Escola de Artes do Alentejo Litoral, o que se deve à especificidade da sua oferta. A escola básica Vasco da Gama e a escola secundária Poeta Al Berto apresentam valores semelhantes para o rácio de alunos por turma, assim como uma dimensão semelhante em número de

turmas do 3.º ciclo. Importa ter presente que que, estando o Agrupamento de Escolas de Sines inserido num Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), as capacidades das turmas de início dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão limitadas a um máximo de 22 alunos por turma (5º e 7º anos de escolaridade).

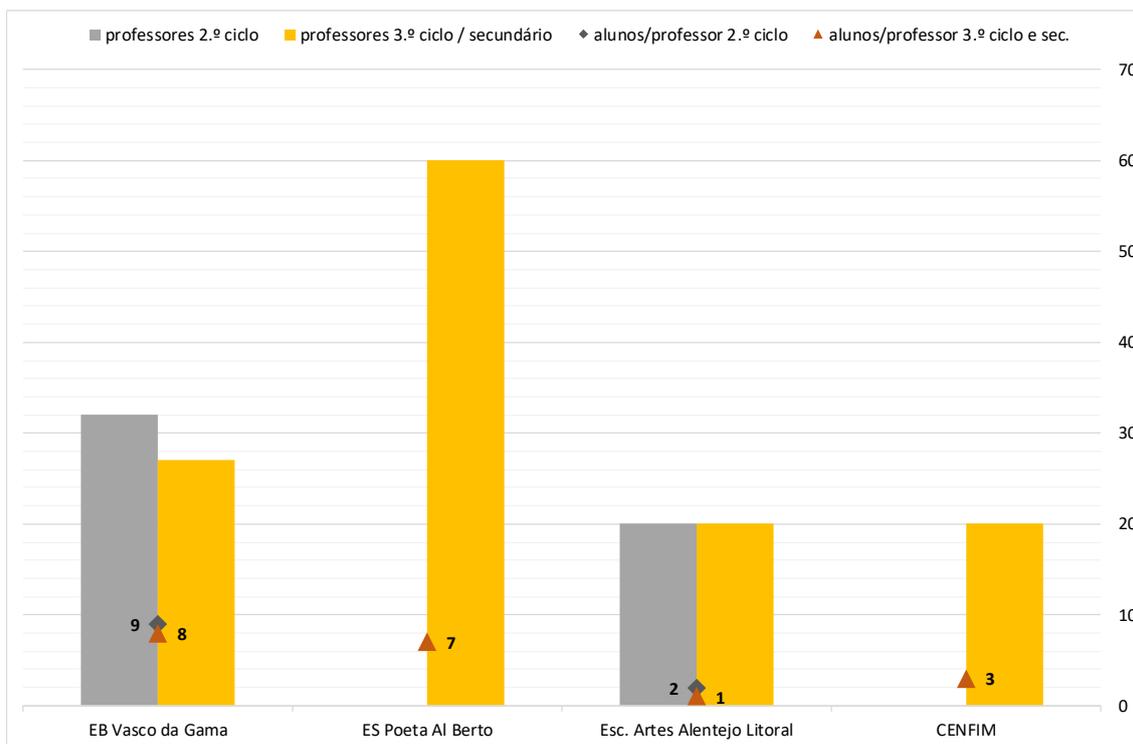


Figura III.2.2.2. 4 – N.º de professores e n.º de alunos por professor por estabelecimento com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (2017/18) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Relativamente ao número de professores e ao rácio de alunos por professor (Figura III.2.2.2. 4), a escola básica Vasco da Gama (2.º e 3.º ciclos) e a escola secundária Poeta Al Berto (3.º ciclo) têm rácios alunos por professor semelhantes. Destacadamente, a escola com menor rácio de alunos por professor, em ambos os ciclos, é a Escola de Artes do Alentejo Litoral, devido à especificidade dos cursos do ensino artístico especializado, uma vez que estes incluem uma elevada componente de aulas individuais.

### III.2.2.3. Capacidades das escolas secundárias

A Figura III.2.2.3. 1 e a Figura III.2.2.3. 2 apresentam, respetivamente: i) o número de salas de aulas utilizadas e ii) o número de alunos inscritos nos estabelecimentos com ensino secundário por tipo de ensino (CG – Cursos Gerais, CT – Cursos Tecnológicos e EAE – Ensino Artístico

Especializado, do ensino regular, e PROF – ensino profissional), no concelho de Sines no ano letivo de 2017/18.

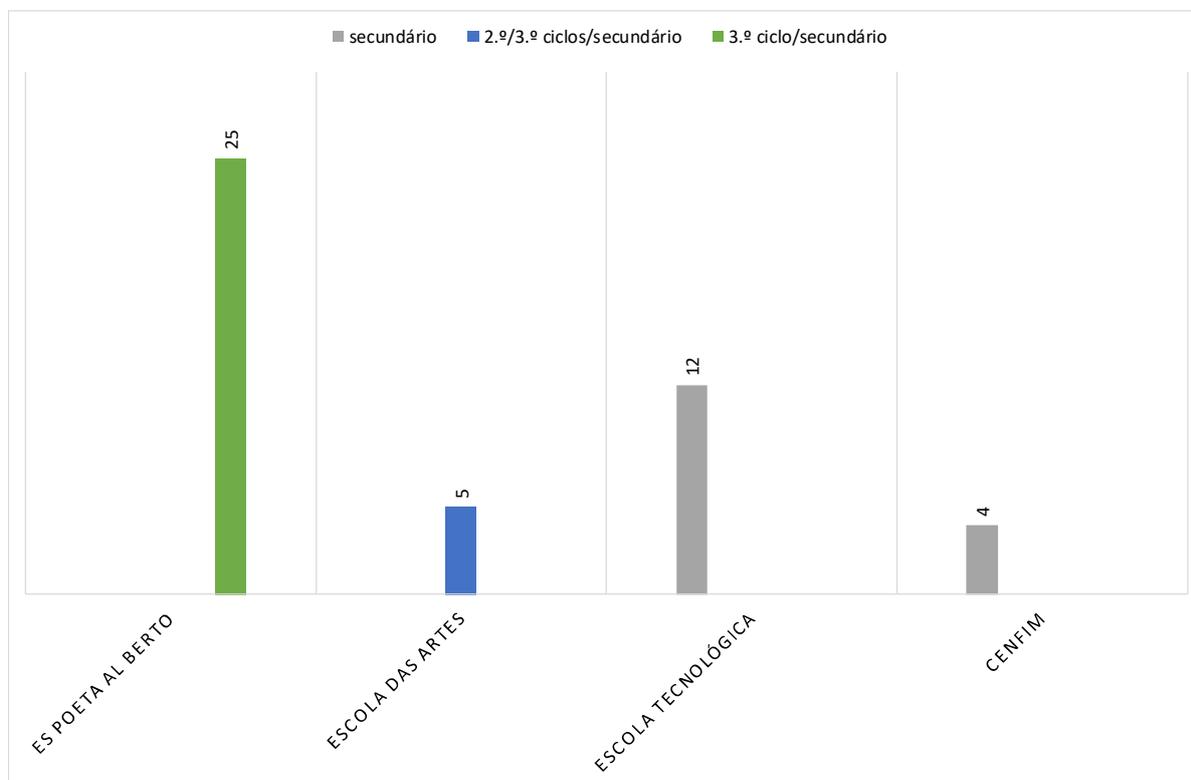


Figura III.2.2.3. 1 – N.º de salas de aulas utilizadas nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário por estabelecimento com ensino secundário (2017/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

No que respeita ao número de salas de aulas utilizadas em cada nível e ciclo de ensino (Figura III.2.2.3. 1) verifica-se que a escola secundária Poeta Al Berto e a Escola das Artes do Alentejo Litoral distribuem as mesmas salas pelos vários ciclos, enquanto as salas indicadas pelo CENFIM (desde 2017/2018) e pela ETLA são utilizadas apenas para o ensino profissional (secundário). De forma mais detalhada nas escolas com ensino regular, na escola secundária Poeta Al Berto, as salas são utilizadas pelo 3.º ciclo do ensino básico e pelo secundário, enquanto o número de salas de aulas apresentado pela Escolas de Artes do Alentejo Litoral corresponde ao total de salas disponíveis para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário.

Na Figura III.2.2.3. 2 representa-se o número de alunos inscritos no ensino secundário, ou equivalente, por estabelecimento e por tipo de ensino, constatando-se o peso muito significativo da escola secundária Poeta Al Berto neste nível de ensino (com 246 alunos inscritos em 2017/2018 no ensino regular, 156 alunos, e profissional, 90) e da Escola

Tecnológica do Litoral Alentejano, com 244 alunos, todos no ensino profissional equivalente ao ensino secundário regular.

No que se refere exclusivamente ao ensino regular, a escola secundária Poeta Al Berto destaca-se claramente com 156 alunos (cursos gerais) face à Escola das Artes, com apenas 9 alunos (cursos artísticos).

No entanto, importa realçar que o número reduzido de alunos inscritos na Escola das Artes do Alentejo Litoral poderá crescer no futuro, uma vez que o ano letivo 2017/2018 é o primeiro em que existe ensino secundário neste estabelecimento (ver ponto III.3.4).

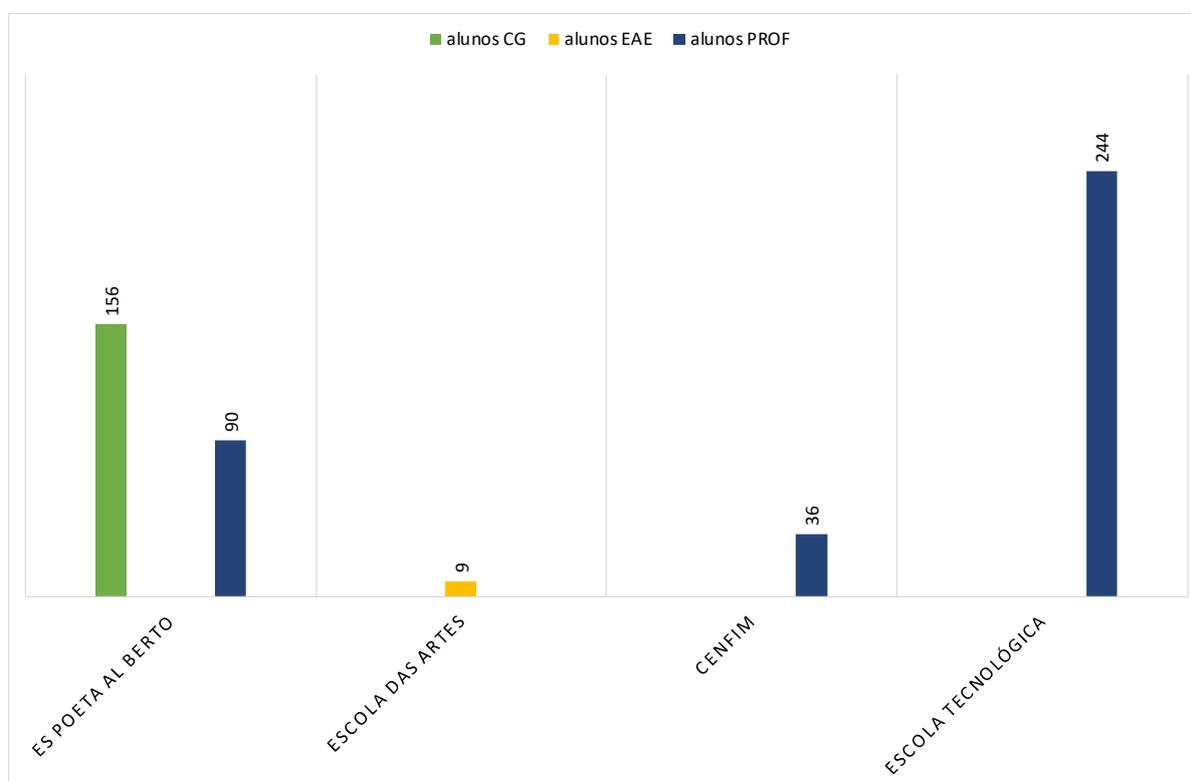


Figura III.2.2.3. 2 - N.º de alunos inscritos no ensino secundário por tipo de ensino e por estabelecimento (2017/18) – Fonte: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino e CMS

A Figura III.2.2.3. 3 e a Figura III.2.2.3. 4 apresentam, respetivamente: i) o número de turmas e o rácio de alunos por turma; e ii) o número de professores do 3.º ciclo e do secundário (ou docentes/formadores de cursos de nível equivalente, nos casos das escolas profissionais ou dos centros de formação) e o rácio de alunos inscritos no 3.º ciclo e secundário, ou em outras ofertas de ensino de nível equivalente, por professor dos estabelecimentos com ensino secundário, ou equivalente, do concelho de Sines, no ano letivo de 2017/18.

Relativamente ao número de alunos por turma, constata-se que a Escola das Artes do Alentejo Litoral tem uma ocupação média de turmas substancialmente diferente dos restantes estabelecimentos, apenas 2 alunos por turma, comparativamente aos 22 alunos na escola secundária Poeta Al Berto, e aos 18 e 20 alunos por turma verificados no CENFIM e na Escola Tecnológica. No entanto, todos os estabelecimentos apresentam um rácio inferior ao número máximo de alunos por turma fixado no Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do Ministério da Educação, de 30 alunos.

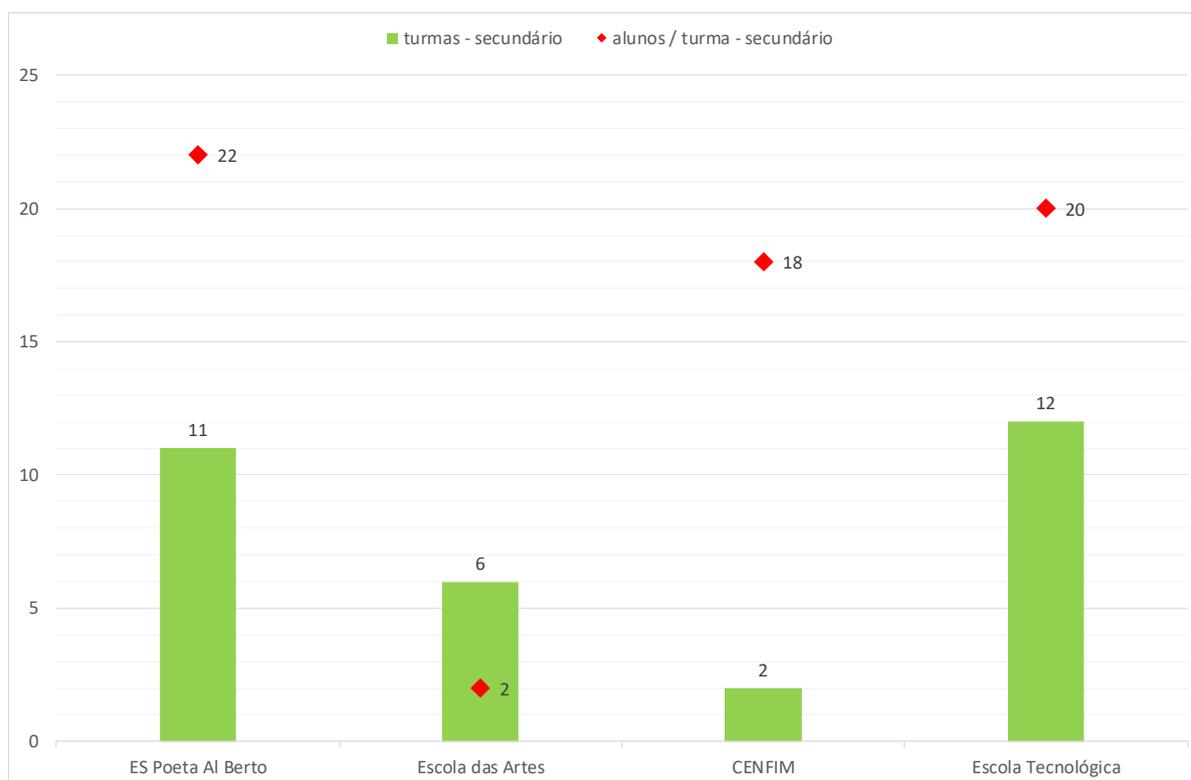


Figura III.2.2.3. 3 – N.º de turmas e n.º de alunos por turma em estabelecimentos com ensino secundário (2017/18, 2014/2015 no caso do CENFIM) – Fontes: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Relativamente ao número de professores e ao rácio de alunos por professor (Figura III.2.2.3. 4), os estabelecimentos têm uma vez mais rácios alunos por professor bastante diferenciados, 11 alunos para a Escola Tecnológica e apenas 1 para a Escola das Artes do Alentejo Litoral, podendo este último valor e o reduzido rácio de alunos por turma justificar-se pela especificidade do ensino artístico, com uma grande componente de aulas individuais. Em situações intermédias, situam-se o CENFIM e a escola secundária Poeta Al Berto, com rácios de 2 e 8 alunos por docente/formador, respetivamente.

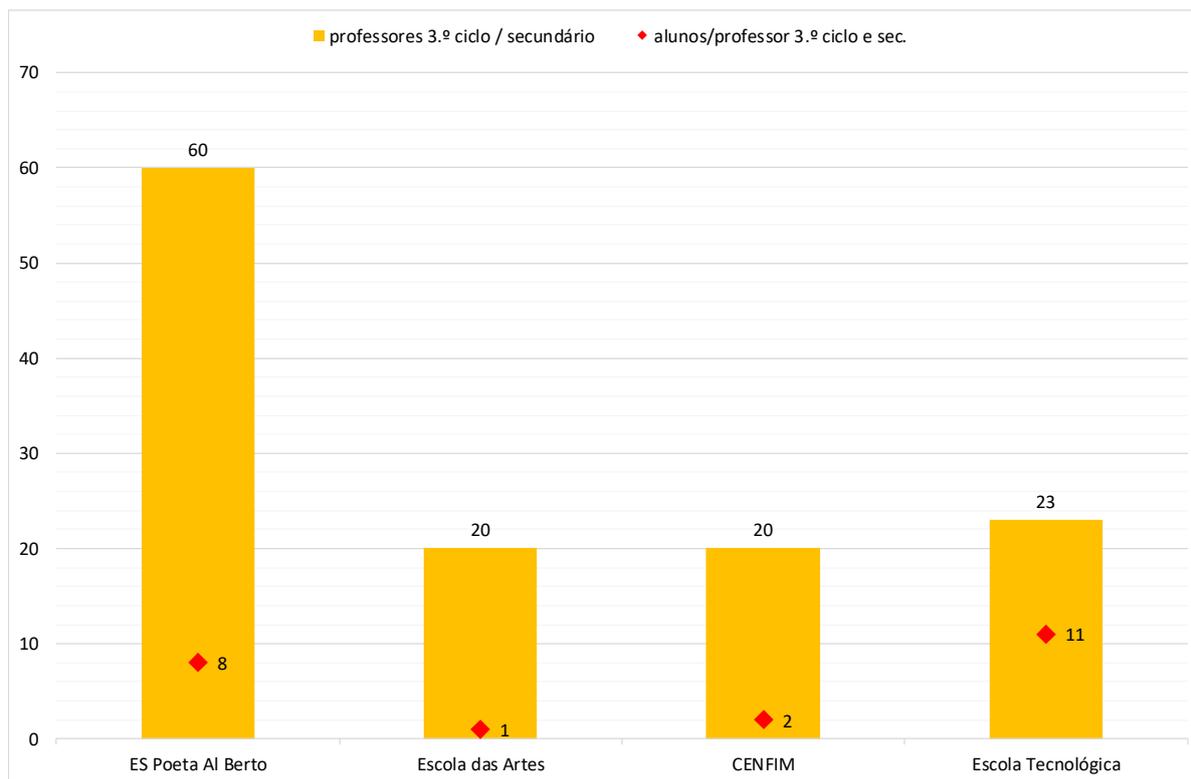


Figura III.2.2.3. 4 – N.º de professores e n.º de alunos por professor por estabelecimento com ensino secundário (2017/18, 2014/2015 no caso do CENFIM) – Fontes: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino e CMS

#### III.2.2.4. Taxas de ocupação por estabelecimento

Relativamente à taxa de ocupação face à capacidade máxima dos estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e /ou com ensino secundário, ou ofertas de ensino equivalentes, no ano letivo de 2017/2018 (Figura III.2.2.4. 1), nenhum estabelecimento apresenta valores próximos do limite da sua capacidade, sendo a escola com taxa mais elevada a escola básica Vasco da Gama (77%), logo seguida da Escola Tecnológica (68%) e da escola secundária Poeta Al Berto (62%). Consta-se também que a Escola de Artes do Alentejo Litoral e o CENFIM apresentam uma ocupação mais reduzida (cerca de 35%).

Deve referir-se que qualquer uma das escolas básicas analisadas pode ter a sua ocupação condicionada pela presença dos alunos com necessidades educativas especiais (NEEs) descritos no ponto III.5.4, não se dispondo de informação sobre a distribuição destes alunos por turma que viabilize a correspondente correção das taxas de ocupação apresentadas.

As taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares com os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e / ou com ensino secundário, apresentadas na Figura III.2.2.4. 1, obtêm-se através da aplicação da seguinte expressão:

$$\text{taxa de ocupação} = \frac{\text{n.º de alunos inscritos no estabelecimento (matrículas)}}{\text{capacidade do estabelecimento}}$$

em que a capacidade, também representada na figura, é dada por:

$$\begin{aligned} & \text{capacidade do estabelecimento} \\ & = \text{n.º de turmas} \times \text{capacidade máxima (n.º alunos) por sala de aulas} \end{aligned}$$

Foi adotada como capacidade máxima das salas de aulas dos estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e / ou do ensino secundário o valor de 30 crianças (por aplicação do Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do Ministério da Educação), a menos que um estabelecimento tenha indicado uma capacidade por sala de aulas inferior a esse valor, adotando-se nesse caso como capacidade máxima por sala a capacidade indicada no inquérito. O n.º de turmas (capacidade atual do estabelecimento) foi fornecido pelos estabelecimentos (nos respetivos inquéritos, ou em outras fontes de informação), com exceção do CENFIM, em que foi adotado o número máximo de turmas existente num determinado ano do período analisado (2007/2008 a 2017/2018), e da Escola Tecnológica, em que foi adotado o número de turmas no ano letivo 2017/2018.

Deste modo, obtêm-se as taxas de ocupação apresentadas na figura seguinte, tendo em conta que:

- (1) na escola secundária Poeta Al Berto a capacidade média por sala indicada no inquérito é de 26 alunos;
- (2) na escola básica Vasco da Gama, a capacidade de alunos nas turmas dos 5.º e 7.º anos é limitada a 22 alunos (de acordo com o Plano de Melhoria do TEIP em que se insere o respetivo agrupamento de escolas).

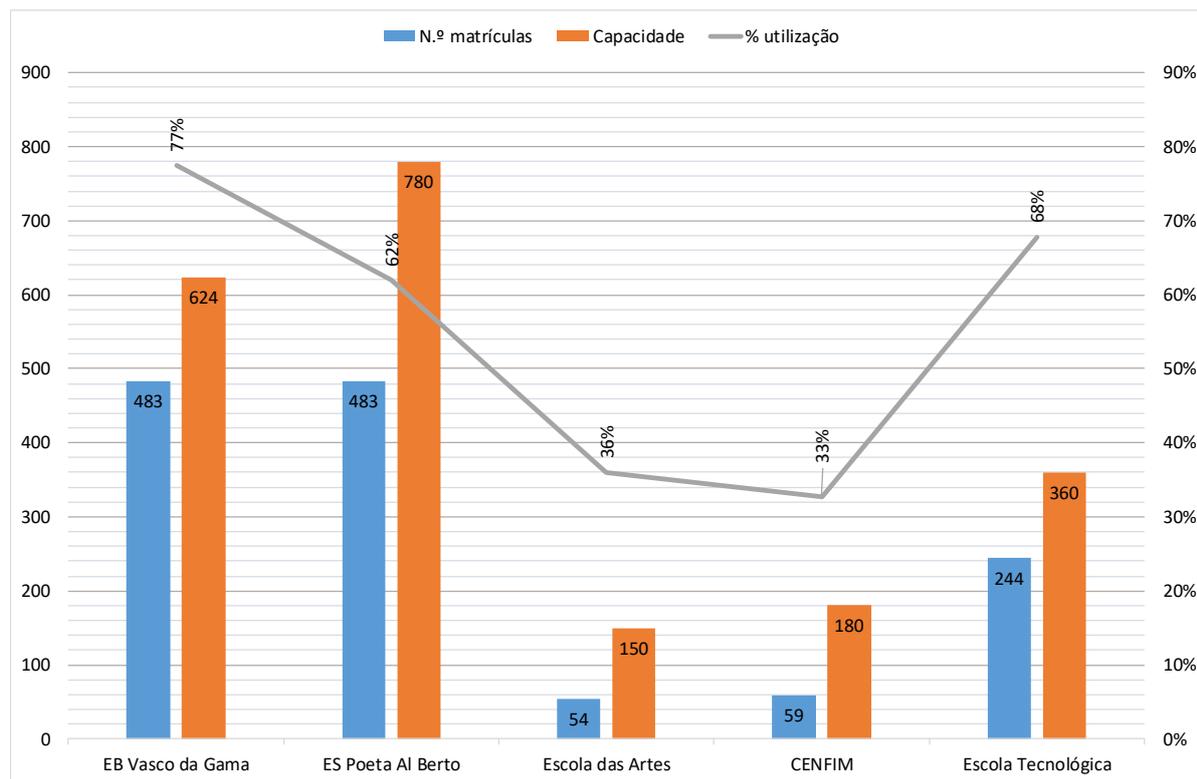


Figura III.2.2.4. 1 - N.º de matrículas, capacidade e taxa de ocupação das escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário (2017/18, 2014/2015 no caso do CENFIM) – Fontes: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.2.2.5. Taxas de frequência por freguesia

Na Figura III.2.2.5.1 e na Figura III.2.2.5.2, apresentam-se as taxas de frequência da população em idade própria dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, respetivamente. Estas taxas representam a razão entre o número de alunos matriculados (média dos anos letivos 2010/2011 e 2011/12) e a população residente em idade própria de frequência destes ciclos (crianças entre os 10 e os 14 anos de idade para os 2.º e 3.º ciclos e jovens entre os 15 e os 17 anos para o secundário) em 2011.

A freguesia de Porto Covo não possui escolas destes níveis de ensino básico, pelo que os respetivos residentes devem frequentar as escolas da freguesia de Sines, ou de outros concelhos no caso do ensino secundário.

No caso do ensino dos 2.º e 3.º ciclos (Figura III.2.2.5.1), este último facto, conjuntamente com a grande mobilidade da respetiva faixa etária, pode explicar a taxa elevada verificada nesta freguesia de Sines.

De maior relevância serão os valores verificados globalmente ao nível do concelho de Sines, constatando-se que a taxa de frequência total no concelho apresenta um valor relativamente

elevado (113%), o que pode ser explicável por haver alunos fora da idade própria a frequentar estes ciclos ciclo, fruto da retenção.

No caso do ensino secundário (Figura III.2.2.5.2), o facto de os alunos poderem procurar outras ofertas em concelhos vizinhos, conjuntamente com a grande mobilidade da respetiva faixa etária, pode explicar a taxa reduzida verificada nesta freguesia de Sines e consequentemente na globalidade do concelho.

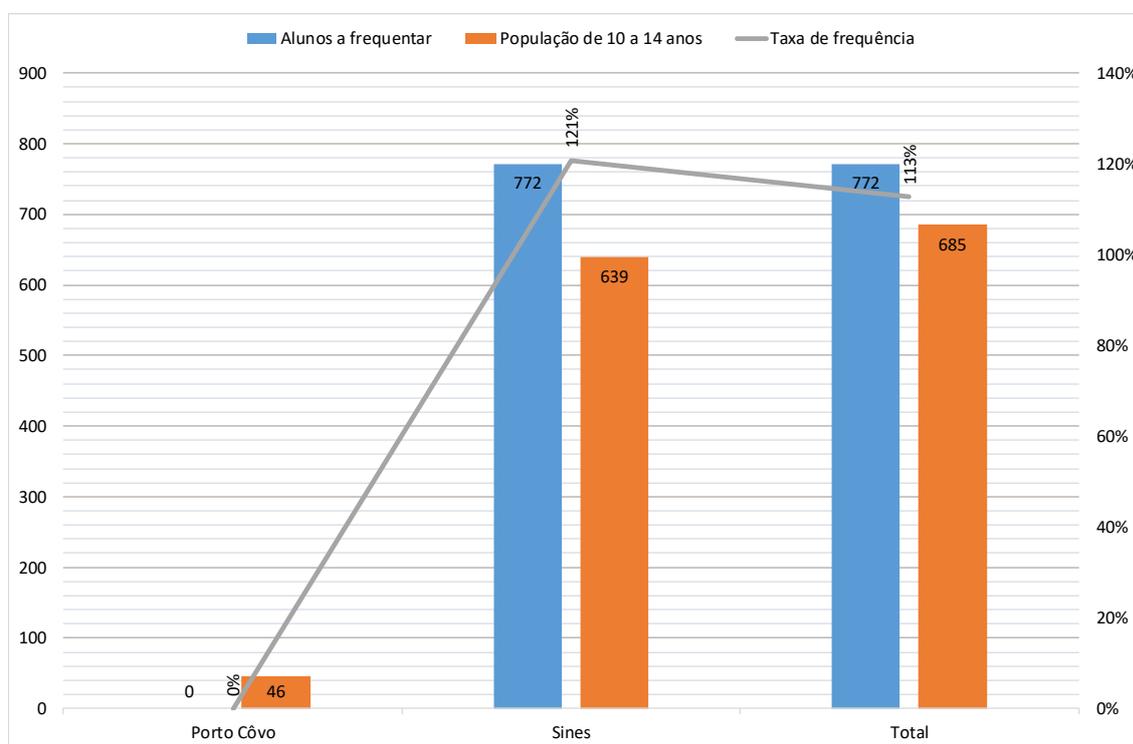


Figura III.2.2.5.1 – Alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos (média 2010-2012) e taxa de frequência face à população do grupo etário (2011) – Fontes: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEstE e DGEEC

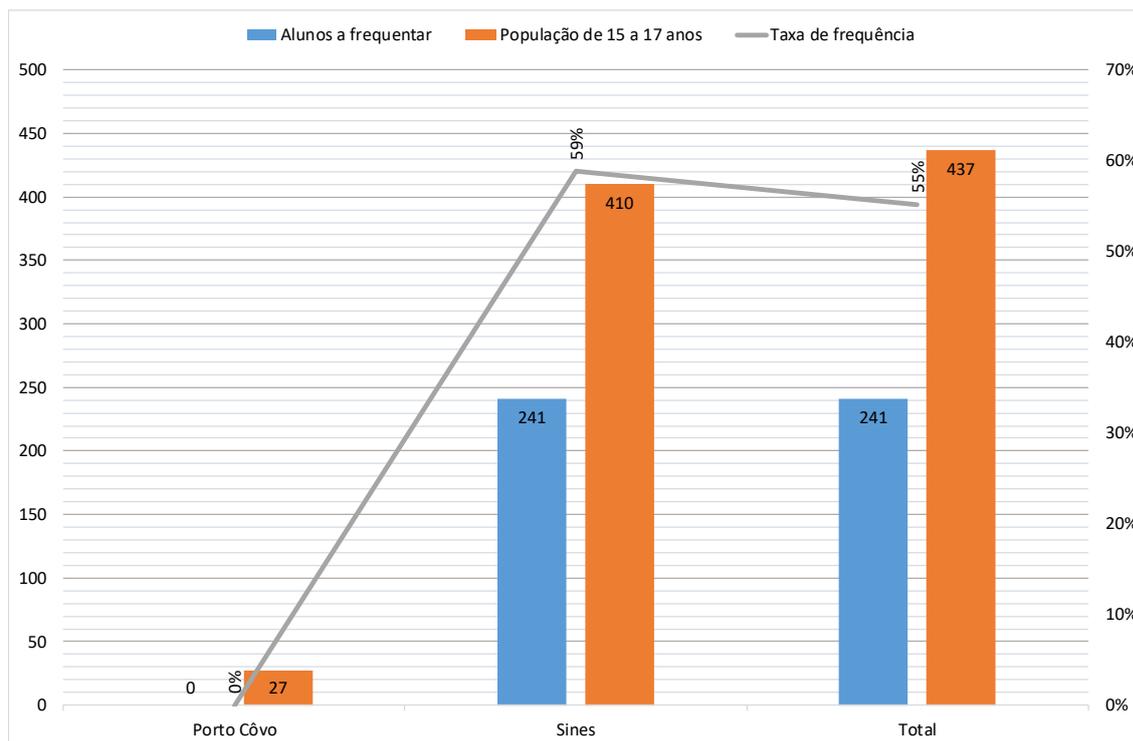


Figura III.2.2.5.2 – Alunos a frequentar o secundário (média 2010/2012) e taxa de frequência face à população do grupo etário (2011) – Fontes: Inquéritos aos estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEstE e DGEEC

### III.2.2.6. Apetrechamento e dotação de infraestruturas

Analisando a dotação de infraestruturas e equipamentos de apoio dos estabelecimentos com o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e / ou com ensino secundário (Quadro III.2.2.6.1, Quadro III.2.2.6. 2 e Quadro III.2.2.6. 3), nada se pode concluir relativamente à Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, por não se dispor de suficiente informação relativamente às mesmas. A escola secundária e a EB Vasco da Gama possuem todas as infraestruturas listadas nos quadros abaixo, com exceção de um recreio coberto.

Observa-se também que a Escola das Artes do Alentejo Litoral e o CENFIM são casos particulares que não possuem determinados equipamentos ou espaços próprios de outros estabelecimentos, tais como recreio, outros espaços lúdicos ou desportivos ou, no caso da escola de artes, laboratórios e oficinas.

Observa-se que todas as escolas têm acesso à internet em banda larga, com exceção da escola das artes.

Quadro III.2.2.6.1 – Dotação de infraestruturas (salas e tecnologias de informação)

DESIGNAÇÃO	SALAS						INTERNET - ACESSOS	
	POLIV.	INFORMÁT.	LABO/ OFICINA	BIBLIOT./ C. RECURSO	OUTRAS ATIVIDADES	OUTRAS	BANDA LARGA	OUTROS
EB VASCO DA GAMA	2	1	2	1	0	0	1	1
ES POETA AL BERTO	1	4	4	1	2	7	90	0
ESCOLA DAS ARTES	3	0	0	2	0	0	0	S/I
CENFIM	4	1	4	1	4	0	30	0
ESCOLA TECNOLÓGICA	0	5	9	0	S/I	S/I	100	S/I

Nota: S/I – Sem Informação

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Quadro III.2.2.6. 2 – Dotação de infraestruturas (instalações desportivas)

DESIGNAÇÃO	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS						
	CAMPO DE JOGOS	POLI- DESPORTIVO	SALA DE DESPORTO	PAVILHÃO DESPORT.	BALNEÁRIOS	OUTRAS - DESIGNAÇÃO	OUTRAS - N.º
EB VASCO DA GAMA	1	0	0	1	6	1 SALA DE GINÁSTICA	0
ES POETA AL BERTO	2	1	0	0	2	-	0
ESCOLA DAS ARTES	0	0	0	0	0	-	0
CENFIM	0	0	0	0	0	-	0
ESCOLA TECNOLÓGICA	1	0	1	0	2	-	0

Nota: S/I – Sem Informação

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos públicos de educação e ensino

Quadro III.2.2.6. 3– Dotação de infraestruturas (outras instalações)

Designação	Cantina	Cozinha	Copa	Wc's		Recreios	
				Alunos	Outros	Cobertos	Descobertos
EB VASCO DA GAMA	SIM	SIM	SIM	8	4	0	1
ES POETA AL BERTO	SIM	SIM	SIM	6	3	1	1
ESCOLA DAS ARTES	NÃO	NÃO	S/I	8	2	0	0
CENFIM	SIM	SIM	SIM	5	0	0	0
ESCOLA TECNOLÓGICA	NÃO	SIM	SIM	4	4	0	1

Nota: S/I – Sem Informação

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Apenas a escola das artes não possui cantina nem cozinha. A escola tecnológica possui uma cozinha mas não possui cantina ou refeitório, dispondo, no entanto, de um espaço polivalente para refeições, bar escolar e convívio, assim como do livre acesso a um refeitório da empresa REPSOL. Por outro lado, a escola secundária Poeta Al Berto fornece um espaço de refeitório para que se sirvam as refeições da escola básica n.º 3 de Sines, confeccionadas pela CMS.

### III.2.2.7. Estado das infraestruturas por estabelecimento público

No Quadro III.2.2.7. 1, no Quadro III.2.2.7. 2 e no Quadro III.2.2.7. 3 é apresentada uma análise das infraestruturas e equipamentos de apoio existentes nas escolas públicas com os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou com ensino secundário do concelho de Sines, relativamente aos seus estados de conservação e adequação.

Quanto à escola secundária, observa-se, de acordo com os resultados do respetivo inquérito, que 14 das 22 infraestruturas analisadas necessitam de intervenção.

Quadro III.2.2.7. 1 – Estado de conservação das infraestruturas (escolas com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário)

Designação	Rede Elétrica	Rede de Água	Rede de Esgotos	Aquecim. Central	Ar Condic.	Pavimentos interiores	Pinturas interiores	Janelas
EB VASCO DA GAMA	Bom	Bom	Bom	N/T	Interv.	Raz.	Interv.	Interv.
ES POETA AL BERTO	Interv.	Interv.	Interv.	N/T	N/T	Bom/R.	Interv.	Interv.
ESCOLA TECNOLÓGICA	Raz.	Raz.	Interv.	Raz.	Raz.	Raz.	Interv.	Bom

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Quadro III.2.2.7. 2 – Estado de conservação das infraestruturas (escolas com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário) (cont.)

Designação	Cobertura	Pavimentos exteriores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Campos de jogos	Polidesportivo
EB VASCO DA GAMA	Razoável	Interv.	Bom	N/T	Interv.	Interv.	Razoável
ES POETA AL BERTO	Interv.	Interv.	Interv.	S/I	N/T	Interv.	Interv.
ESCOLA TECNOLÓGICA	Interv.	Interv.	Interv.	N/T	Interv.	Interv.	N/T

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

Quadro III.2.2.7. 3 – Estado de conservação das infraestruturas (escolas com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário) (cont.)

Designação	Sala de Desporto	Pavilhão Desport.	Balneários	Refeitório	Cozinha	Wc's Alunos	Outros Wc's
EB VASCO DA GAMA	Insuf.	Razoável	Razoável	Interv.	Interv.	Razoável	Razoável
ES POETA AL BERTO	N/T	N/T	Interv.	Bom/R.	Interv.	Interv.	Interv.
ESCOLA TECNOLÓGICA	Interv.	N/T	Interv.	Bom/R.	Interv.	Interv.	Interv.

Legenda: Bom/R. - Bom / Razoável  
 Interv. - Requer Intervenção  
 N/T - Não Tem  
 Bem Eq. - Bem Equipado  
 Mal Eq. - Mal Equipado  
 Suf. - Suficiente  
 Insuf. - Insuficiente  
 S/I - Sem Informação

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos de educação e ensino

No que respeita ao estado de mobiliários e materiais educativos (ver Quadro III.2.2.7. 4), no que se refere à escola secundária Poeta Al Berto, dois dos itens se encontram de estado desconhecido, um encontra-se em bom estado (a conservação dos laboratórios e oficinas) e os restantes em estado de carência.

Quadro III.2.2.7. 4 – Estado do mobiliário escolar e materiais

Designação	Mobiliário escolar		Laboratório(s) e oficina(s)		Material desportivo	
	Conservação	Adequação	Conservação	Adequação	Conservação	Adequação
EB VASCO DA GAMA	Bom	Razoável	Interv.	Bom	Bom	Razoável
ES POETA AL BERTO	Interv.	S/I	Bom/R.	Mal Eq.	Interv.	S/I
ESCOLA TECNOLÓGICA	Interv.	Razoável	Interv.	Razoável	Interv.	Razoável

Legenda: Bom/R. - Bom / Razoável  
 Interv. - Requer Intervenção  
 N/T - Não Tem  
 Bem Eq. - Bem Equipado  
 Mal Eq. - Mal Equipado  
 Suf. - Suficiente  
 Insuf. - Insuficiente  
 S/I - Sem Informação

Fonte: Inquéritos realizados aos estabelecimentos públicos de educação e ensino

### III. 3. Caracterização das ofertas educativas

A Figura III.3.1 representa a oferta de educação e ensino em número de estabelecimentos dos vários níveis de educação e ciclos de ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, incluindo o ensino profissional) por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas, rede privada e protocolos entre setores públicos e privados) e por freguesia. Observa-se que a quase totalidade dos estabelecimentos se situa na freguesia de

Sines, sendo que a freguesia de Porto Covo acolhe apenas um estabelecimento com educação pré-escolar e com o 1.º ciclo do ensino básico (a escola básica de Porto Covo).

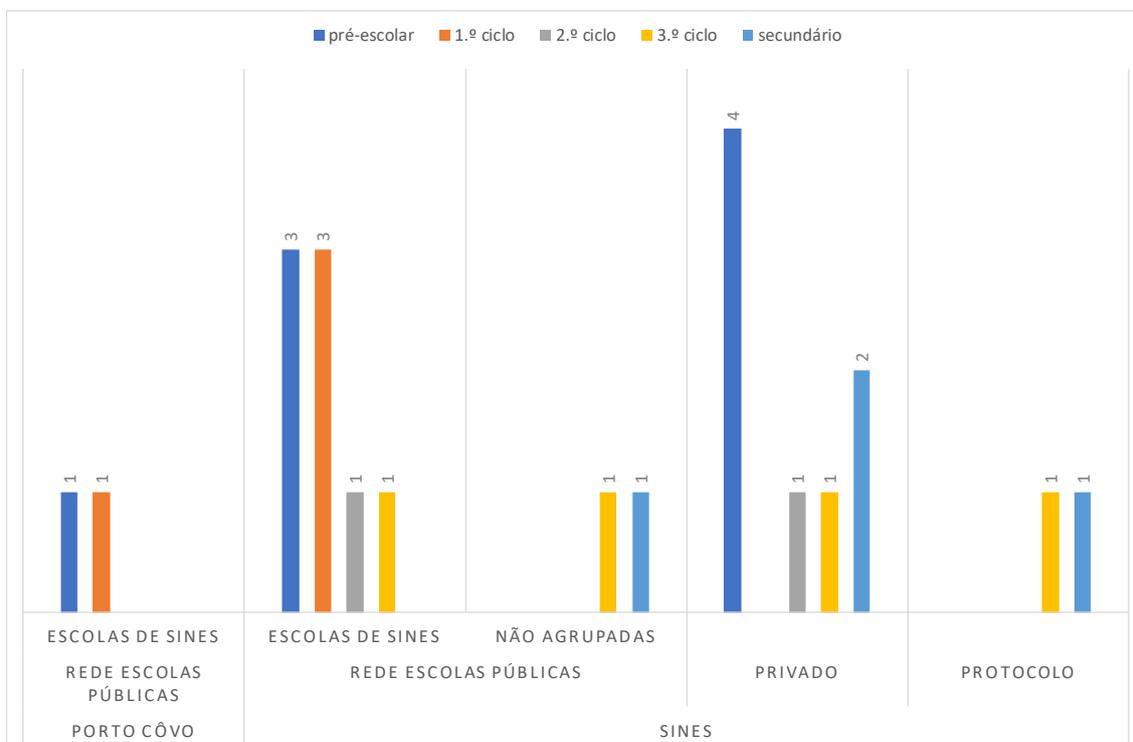


Figura III.3. 1 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de educação e ensino pré-escolar por freguesia, nível de ensino e natureza em 2017/18 – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.3.1. Oferta educativa no pré-escolar

A Figura III.3.1. 1 apresenta a oferta de educação pré-escolar, em número de estabelecimentos deste nível de educação por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas, escolas da rede solidária e escolas da rede particular e cooperativa) e por freguesia. Identificando ainda quantos desses estabelecimentos estão inseridos no único agrupamento de escolas do concelho, o agrupamento de Escolas de Sines.

A freguesia com a maior oferta global (independentemente da natureza dos estabelecimentos) é a freguesia de Sines com 7 estabelecimentos e, no que respeita apenas à oferta da rede de escolas públicas, a mesma freguesia dispõe de 3 estabelecimentos. A freguesia de Porto Covo situa-se a larga distância, com apenas um estabelecimento.

Neste nível de educação, a oferta da rede solidária tem um peso significativo no concelho e na freguesia de Sines, igualando a oferta da rede de escolas públicas (3 estabelecimentos cada). Existe apenas uma oferta particular e cooperativa na educação pré-escolar no concelho, situada na freguesia de Sines.

A freguesia de Porto Covo não possui qualquer oferta de estabelecimento das redes solidária ou particular e cooperativa.

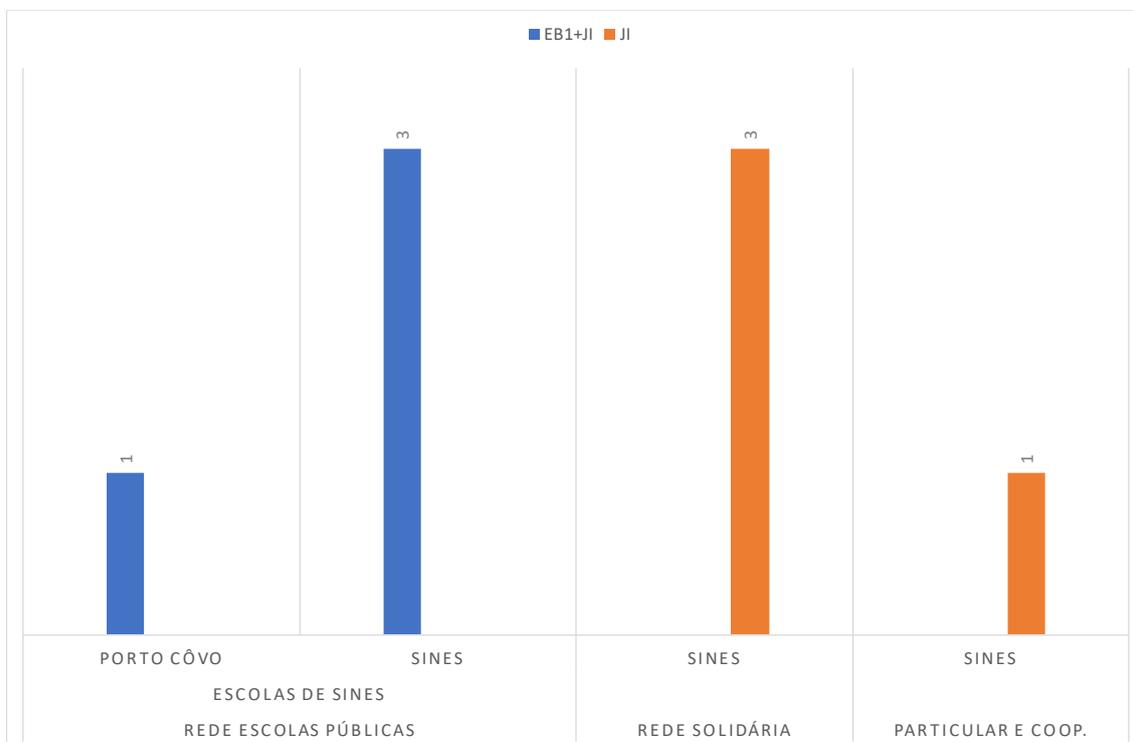


Figura III.3.1. 1 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de educação pré-escolar por freguesia, natureza e tipologia dos estabelecimentos em 2017/18 – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.3.2. Oferta educativa no 1.º ciclo do ensino básico

A Figura III.3.2. 1 apresenta a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, em número de estabelecimentos deste ciclo de ensino por natureza do estabelecimento, por agrupamento e por freguesia.

Toda a oferta existente é da rede de escolas públicas e é integrada no agrupamento de Escolas de Sines.

Como visto anteriormente, a freguesia com a maior oferta (3 estabelecimentos) é a freguesia de Sines, e a freguesia de Porto Covo acolhe apenas um estabelecimento com este tipo de oferta que funciona integrada com a única oferta de educação pré-escolar da freguesia (escola básica de Porto Covo).

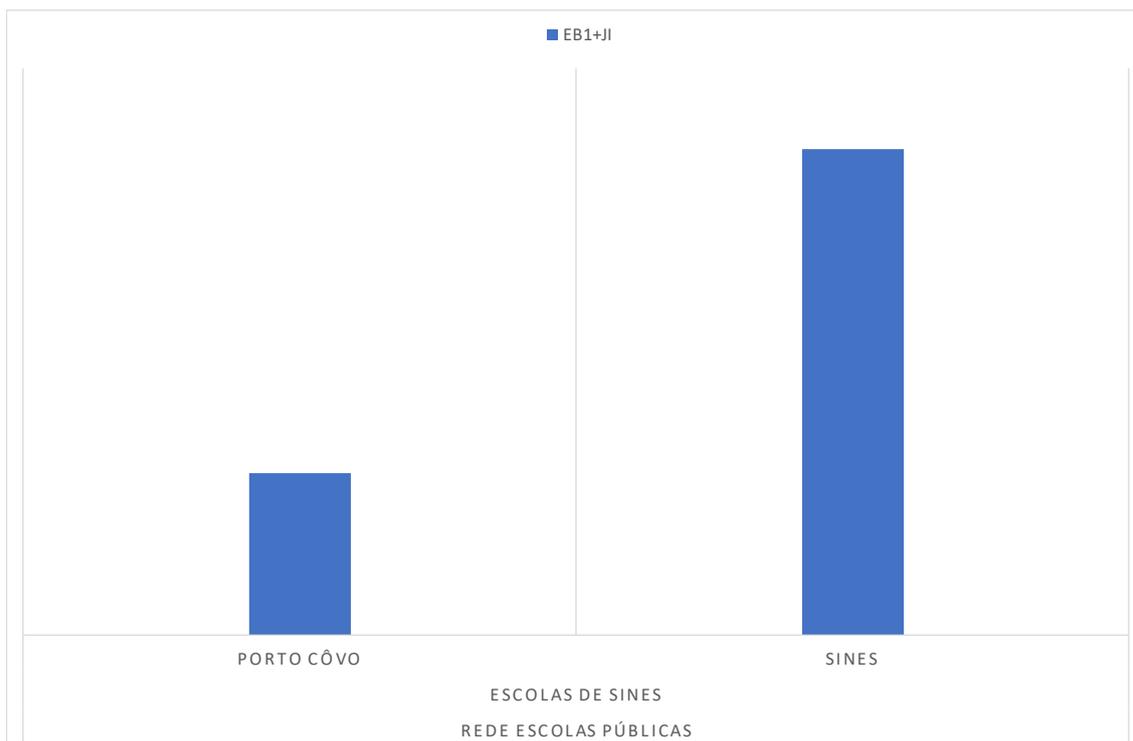


Figura III.3.2. 1 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de 1.º ciclo do ensino básico por freguesia, natureza e tipologia dos estabelecimentos em 2017/18 – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Em 2017/18, as ofertas foram preenchidas com os números de alunos inscritos representados na Figura III.3.2. 2 por freguesia, por agrupamento de escolas, por natureza do estabelecimento e por tipo de oferta. A freguesia com maior número de alunos inscritos, com 586 alunos, todos na rede de escolas públicas e no agrupamento de Escolas de Sines, é a freguesia de Sines, que também dispõe do maior número de estabelecimentos. A freguesia de Porto Covo recebe apenas cerca de 7% das crianças inscritas no pré-escolar.

Na mesma figura observa-se que a única oferta no 1.º ciclo no concelho é do tipo de ensino básico geral (ou regular).

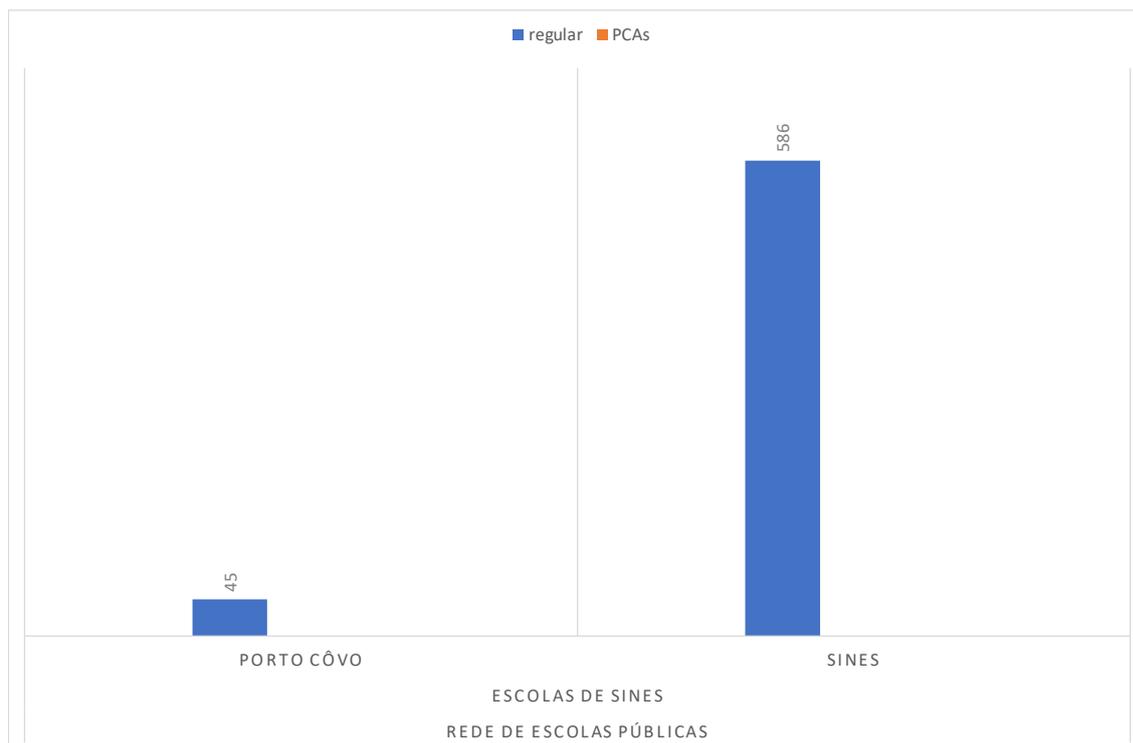


Figura III.3.2. 2 – Alunos inscritos no ensino básico geral do 1.º ciclo em 2014/15 por tipo de oferta, freguesia, agrupamento e natureza do estabelecimento – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.3.3. Oferta educativa no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

A Figura III.3.3.1 apresenta a oferta dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em número de estabelecimentos de cada um destes ciclos de ensino por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas, rede privada e protocolo), por escolas agrupadas e não agrupadas e por freguesia.

Toda a oferta nestes dois ciclos de ensino insere-se na freguesia de Sines, sendo que a oferta de estabelecimentos da rede de escolas públicas corresponde a um estabelecimento com o 2.º ciclo e 2 estabelecimentos com 3.º ciclo (um destes agrupado, a escola básica Vasco da Gama, em que os 2 ciclos são integrados, e um estabelecimento não agrupado, a escola secundária Poeta Al Berto, em que o 3.º ciclo funciona integrado com o secundário).

Observa-se ainda a existência de uma escola de artes privada, com oferta de ensino artístico especializado dos 2.º e 3.º ciclos, e de uma instituição que funciona em regime de protocolo entre entidades públicas e privadas, com oferta de 3.º ciclo do ensino básico.

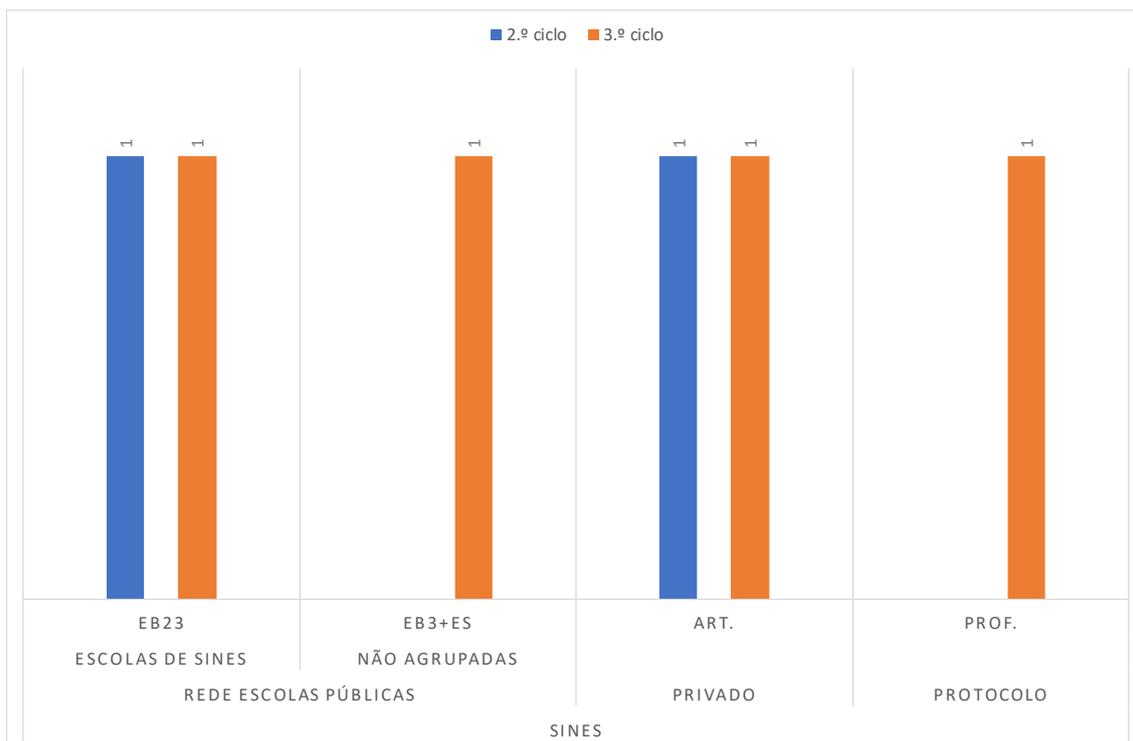


Figura III.3.3.1 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico por freguesia, natureza e tipologia dos estabelecimentos em 2017/18 – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Em 2017/18, no concelho de Sines existiu oferta de ensino básico geral do 2.º ciclo, assim como uma oferta substancialmente mais reduzida de Ensino Artístico Especializado (EAE) no mesmo ciclo, preenchidas com os números de alunos inscritos representados na Figura III.3.3.2, por freguesia e por estabelecimento, respetivamente. Constata-se que toda a oferta fica concentrada na freguesia de Sines, em 2 estabelecimentos, a escola básica Vasco da Gama (agrupada) que concentra a oferta de ensino geral e a Escola das Artes do Alentejo Litoral, só com toda a oferta de EAE.

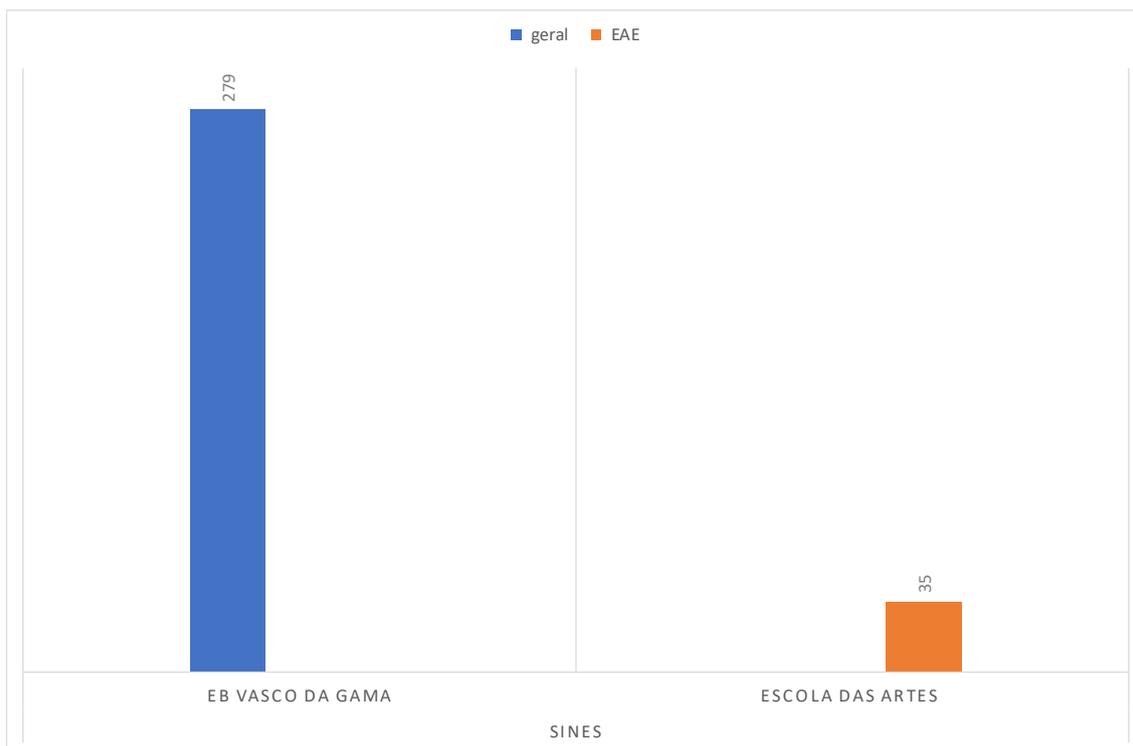


Figura III.3.3.2 - Alunos inscritos no 2.º ciclo do ensino básico em 2017/18 por oferta, freguesia e por estabelecimento –  
Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Em 2017/18, no concelho de Sines, a oferta de 3.º ciclo do ensino básico incluiu ensino básico geral e EAE e cursos CEF (Cursos de Educação e Formação) do tipo 2 (na Escola das Artes do Alentejo Litoral), preenchidos com os números de alunos inscritos representados na Figura III.3.3.3 por freguesia, escolas agrupadas ou não agrupadas, natureza do estabelecimento e por estabelecimento, respetivamente.

Tal como para o 2.º ciclo do ensino básico, constata-se que toda a oferta do 3.º ciclo fica concentrada na freguesia de Sines, agora em 3 estabelecimentos, a escola básica Vasco da Gama (agrupada) e a escola secundária Poeta Al Berto (não agrupada), que concentram a oferta de ensino geral, a Escola das Artes do Alentejo Litoral (privada), que acolhe toda a oferta de EAE, e o CENFIM (protocolo entre setores público e privado), que alberga a única oferta específica de CEF equivalente ao 3.º ciclo do concelho neste ano letivo.

A dimensão da oferta nos dois estabelecimentos da rede de escolas públicas é semelhante, com um pouco mais de 200 alunos cada.

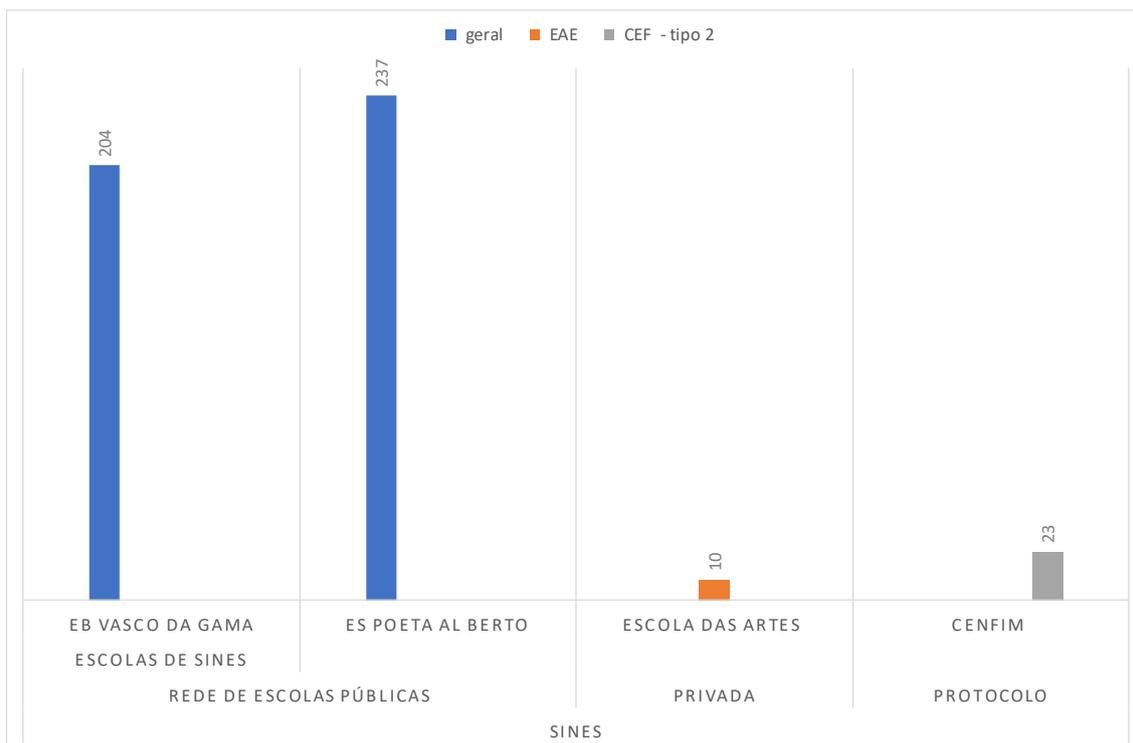


Figura III.3.3.3 – Alunos inscritos no 3.º ciclo do ensino básico em 2017/18 por oferta, freguesia, agrupamento e estabelecimento – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

#### III.3.4. Oferta educativa no ensino secundário

A Figura III.3.4.1 apresenta a oferta de ensino secundário regular e profissional em número de escolas secundárias e de escolas profissionais por natureza das mesmas (rede de escolas públicas ou rede privada) e por freguesia.

A oferta no concelho de Sines da rede de escolas públicas concentra-se num único estabelecimento, a escola secundária Poeta Al Berto. A escola secundária oferece cursos do ensino regular e cursos do ensino profissional com equivalência ao ensino secundário regular, como se pode observar nos quadros e figuras seguintes.

No que respeita ao ensino regular, existe ainda uma escola artística privada, com oferta de cursos de ensino artístico especializado do ensino secundário regular.

Destacam-se também no concelho de Sines, uma escola profissional privada e um centro de formação profissional de natureza mista (pública e privada) com oferta de cursos profissionais até ao nível 4, com equivalência ao ensino secundário regular, a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e o núcleo de Sines do CENFIM.

A única freguesia com oferta educativa para este nível de ensino, ou com equivalência para o mesmo, é a freguesia de Sines.

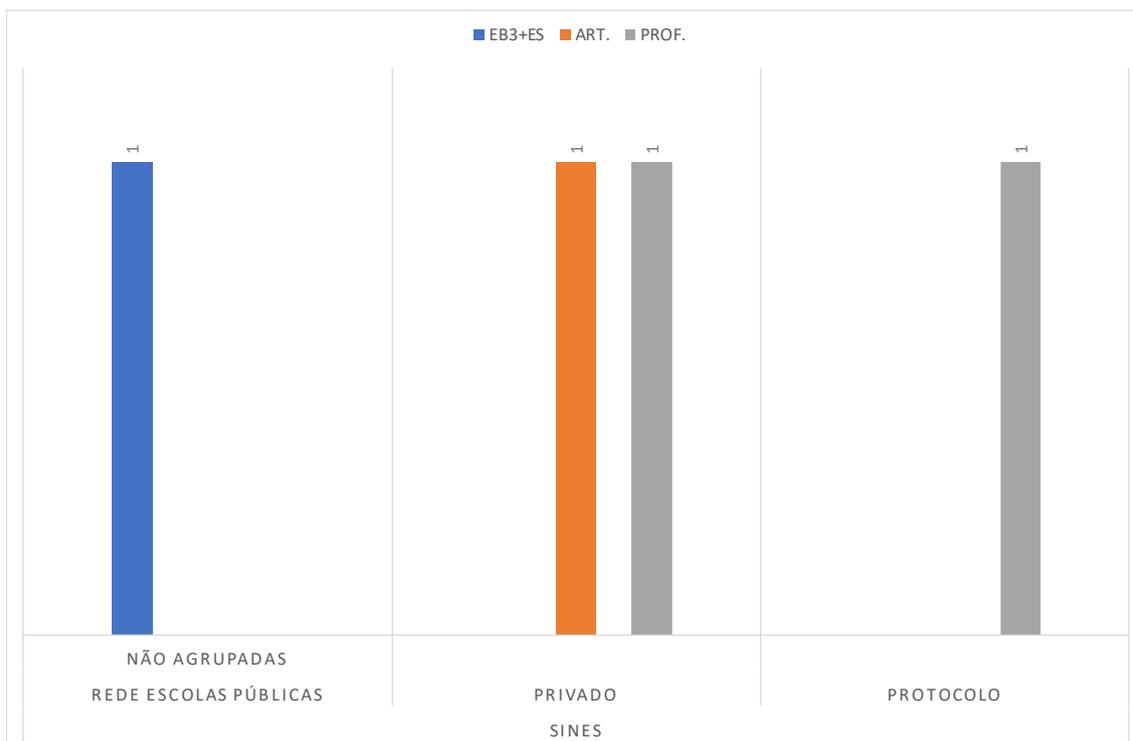


Figura III.3.4.1 – Oferta (n.º de estabelecimentos) de ensino secundário por freguesia, natureza e tipologia dos estabelecimentos em 2017/18 – Fonte: CMC

Em 2017/18, a oferta de ensino secundário no concelho de Sines incluiu cursos gerais/científico-humanísticos (do ensino regular), cursos do ensino artístico especializado, cursos profissionais de nível 4, preenchida com os números de alunos inscritos representados na Figura III.3.4.2, por freguesia e natureza dos estabelecimentos e por estabelecimento, respetivamente.

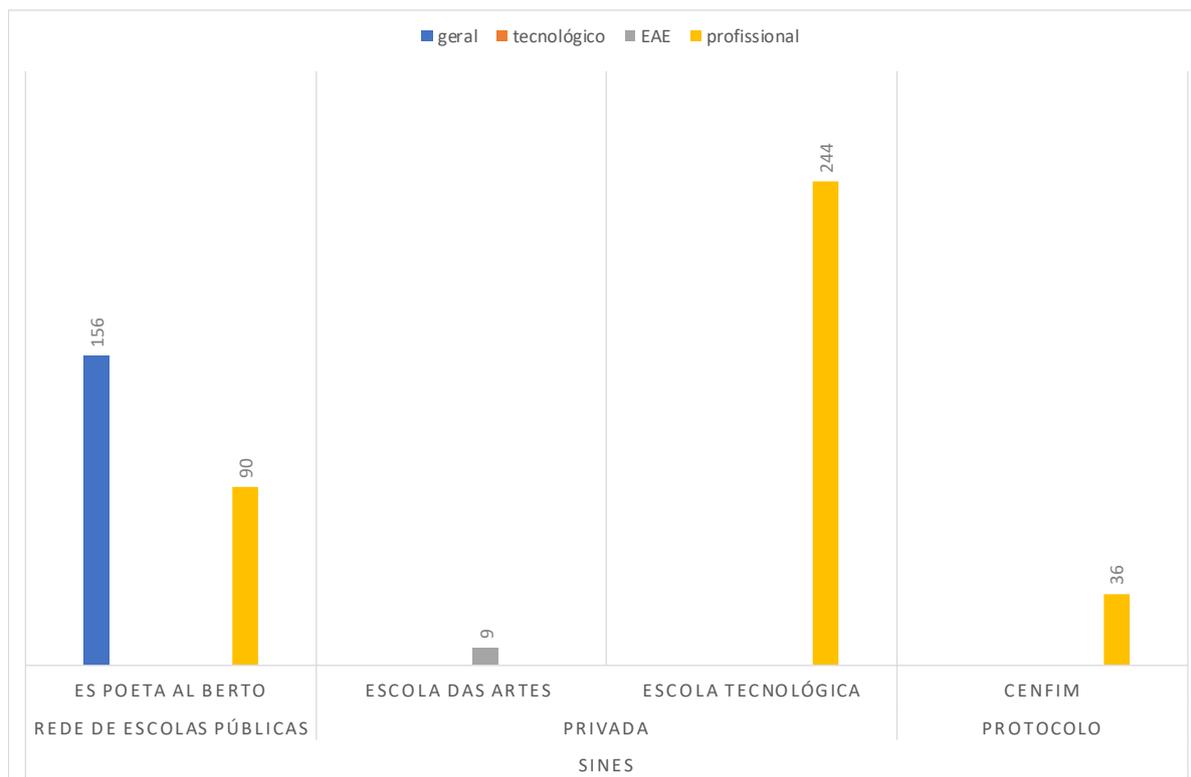


Figura III.3.4.2 – Alunos inscritos no ensino secundário em 2017/18 por oferta, freguesia e por estabelecimento – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

A oferta educativa de ensino secundário em Sines nos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018 é descrita de seguida no Quadro III.3.4.1, onde se destaca a Escola Secundária Poeta Al Berto com a maior concentração de alunos (246 alunos), em especial na vertente dos cursos Científico-humanísticos (CG) em que se constitui como a única oferta no concelho. Relativamente ao ensino profissional (CP), esta escola também se destaca face às demais pela variedade da oferta existente e pelo número de alunos inscritos. No entanto, o estabelecimento com maior destaque nesta vertente de ensino é a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, com a maior concentração de alunos neste tipo de oferta, quer pela sua variedade, quer pelo número de alunos inscritos (244 alunos, consubstanciando a segunda maior concentração de alunos).

Existe ainda oferta de Ensino Artístico Especializado (CEAE) no concelho, o qual é garantido pela Escola de Artes do Litoral Alentejano, tendo o curso se iniciado no ano letivo de 2017/18, com 10 alunos.

No CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e da Metalomecânica existiu oferta de Cursos Profissionais (CP) e de Ensino Vocacional (CEV) no ano letivo de 2016/17, mas no ano letivo seguinte não existem alunos inscritos em nenhum destes cursos.

Quadro III.3.4.1 – Oferta educativa no ensino secundário regular (2016/2017 e 2017/2018)

Estabelecimento	Tipo de Curso(*)	Designação do curso	N.º de alunos inscritos 2016/17(**)			N.º de alunos inscritos 2017/18(**)		
			10.º ano	11.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Escola Secundária Poeta Al Berto	CG	Ciências e Tecnologias	45	31	33	35	26	27
	CG	Línguas e Humanidades	22	22	20	17	21	22
Escola das Artes do Alentejo Litoral	CEAE	Supletivo				10		
CENFIM	CP	Técnico de Instalações Elétricas			8			
	CEV	Técnico de Fabrico de Componentes de Construção Metálica			10			

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

A oferta educativa de ensino secundário em Sines nos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018 atrás descrita é complementada por uma oferta de cursos com equivalência aos cursos do ensino regular do 3.º ciclo do ensino básico (nível 2), do ensino secundário (nível 4) e do ensino superior (cursos técnicos superiores profissionais, de nível 5), os quais são oferecidos pela escola secundária, pela ETLA e pelo CENFIM.

Como se observa no Quadro III.3.4.2, a escola secundária Poeta Al Berto oferece, para além do ensino regular, cursos do ensino profissional de nível 4, tendo-se observado um crescimento do número de alunos inscritos com a abertura de mais dois cursos em 2017/18 (Técnico de Desporto e Técnico de Apoio Psicossocial). No CENFIM há oferta de Cursos de Educação e Formação (CEF) de nível 2 e, assim como na ETLA, de cursos do ensino profissional de nível 4 e de nível 5, com maior variedade de cursos.

Quadro III.3.4.2 – Oferta educativa equivalente ao ensino regular do 3.º ciclo, do ensino secundário e do ensino pós-secundário (2016/2017 e 2017/2018)

Estabelecimento	Tipo de ensino	Nível	Equivalência do ensino regular	Designação do curso	N.º de alunos inscritos 2016/17(**)			N.º de alunos inscritos 2017/18(**)		
					1.º ano	2.º ano	3.º ano	1.º ano	2.º ano	3.º ano
Escola Secundária Poeta Al Berto	Prof.	4	Secundário	Técnico de Instalações Elétricas			8			
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Comércio		25				21
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Operações Turísticas	20				17	
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Desporto				30		
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Apoio Psicossocial				22		
Escola Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)	Prof.	4	Secundário	Análise Laboratorial*	16	14	18	12	16	17
	Prof.	4	Secundário	Eletrónica, Automação e Instrumentação	25	26	25	20	24	23
	Prof.	4	Secundário	Informática de Gestão	19	21	20	20	15	19
	Prof.	4	Secundário	Manutenção Industrial / Eletromecânica	25	21	25	20	21	18
	Prof.	4	Secundário	Química Industrial*	9	4		8	9	
ETLA em parcerias promovidas pelo Instituto Politécnico de Setúbal	Prof.	5	Pós-secundário	Técnico Superior de Logística**	Sem Informação					
	Prof.	5	Pós-secundário	Técnico Superior de Automação, Robótica e Controlo Industrial***						
	Prof.	5	Pós-secundário	Técnico Superior de Laboratório Químico e Biológico****						
CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica	CEF - tipo 2	2	3.º ciclo	Soldadura	22					
	CEF - tipo 2	2	3.º ciclo	Eletromecânico de Manutenção Industrial				23		
	Prof.	4	Secundário	Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho			13			
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica		13				13
	Prof.	4	Secundário	Técnico de Soldadura	22				18	
	Prof.	5	Pós-secundário	Gestão da produção	21				21	

- \*Cursos com turmas agregadas (2 cursos – 1 turma)
- \*\* Em parceria com a Escola Superior de Ciências Empresariais
- \*\*\* Em parceria com a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal
- \*\*\*\* Em parceria com a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro

*Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS*

Como se pode observar no quadro acima, a Escola Tecnológica tem, para além da já referida oferta de ensino profissional de nível IV, com equivalência ao 12º ano do ensino regular e diploma de qualificação profissional, uma oferta de ensino profissional pós-secundário, consubstanciada nos Cursos de Técnico Superior Profissional de nível V (CTeSP) identificados. Esta oferta resulta de parcerias com a Escola Superior de Ciências Empresariais, a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal e a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, promovidas pelo Instituto Politécnico de Setúbal.

A síntese dos cursos profissionais e do ensino artístico especializado é caracterizada no Quadro III.3.4.3, onde é possível perceber que existe apenas uma oferta que se repete em várias escolas, o curso de Técnico de Instalações Elétricas oferecido em três instituições diferentes, sendo que em duas destas na tipologia de ensino profissional de nível 4 e na outra escola (CENFIM) enquanto ensino regular através de curso profissional., No entanto esta oferta termina no ano letivo de 2016/2017 na escola secundária.

*Quadro III.3.4.3 – Síntese da oferta educativa de cursos profissionais e artísticos especializados (2016/2017 e 2017/2018)*

<b>Designação</b>	<b>Tipo de ensino</b>	<b>Nível</b>	<b>Tipo de curso</b>	<b>Estabelecimento</b>
Eletromecânico de Manutenção Industrial	CEF - tipo 2	2	-	CENFIM
Soldadura	CEF - tipo 2	2	-	CENFIM
Supletivo	Regular	4	CEAE	Escola das Artes
Técnico de Apoio Psicossocial	Profissional	4	-	ES Poeta Al Berto
Técnico de Comércio	Profissional	4	-	ES Poeta Al Berto
Técnico de Desporto	Profissional	4	-	ES Poeta Al Berto
Técnico de Fabrico de Componentes de Construção Metálica	Regular	4	CEV	CENFIM
Técnico de Instalações Elétricas	Profissional	4	-	ES Poeta Al Berto
	Regular	.	CP	CENFIM
	Profissional	4	-	Escola Tecnológica

Designação	Tipo de ensino	Nível	Tipo de curso	Estabelecimento
Técnico de Operações Turísticas	Profissional	4	-	ES Poeta Al Berto
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	Profissional	4	-	CENFIM
Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho	Profissional	4	-	CENFIM
Técnico de Soldadura	Profissional	4	-	CENFIM
Gestão da produção	Profissional	5	-	CENFIM
Análise Laboratorial	Profissional	4	-	ETLA
Eletrónica, Automação e Instrumentação	Profissional	4	-	ETLA
Informática de Gestão	Profissional	4	-	ETLA
Manutenção Industrial / Eletromecânica	Profissional	4	-	ETLA
Química Industrial	Profissional	4	-	ETLA
Técnico Superior de Logística	Profissional	5	-	ETLA
Técnico Superior de Automação, Robótica e Controlo Industrial	Profissional	5	-	ETLA
Técnico Superior de Laboratório Químico e Biológico	Profissional	5	-	ETLA

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

### III.3.5. Oferta educativa de ensino recorrente, cursos de EFA e educação extraescolar

O ensino recorrente, a educação extraescolar, e os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) destinam-se a um público específico e pretendem garantir que a todos os cidadãos o acesso à educação, consignado na Constituição da República Portuguesa.

Deste modo, os cursos EFA são uma oferta de ensino destinada a maiores de 18 anos, que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos podem ser organizados por estabelecimentos de ensino da rede pública ou da rede particular e cooperativa, por Centros de Formação Profissional do IEFP ou por outras entidades formadoras acreditadas.

No caso de Sines, como se pode perceber pelos Quadro III.3.5. 1 e Quadro III.3.5. 2, existe somente a oferta de cursos EFA, os quais só foram tiveram alunos inscritos em dois anos

letivos e somente 1 turma. A vertente do ensino recorrente e a vertente do ensino extraescolar não registaram entre 2012 e 2018 qualquer inscrição de alunos.

Quadro III.3.5. 1 - Evolução do número de alunos inscritos no Ensino Recorrente, Extraescolar e cursos EFA entre os anos letivos 2012/13 e 2017/18

Estabelecimento	Recorrente	Extra-escolar	EFA					
	2012/18	2012/18	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
ES POETA ALBERTO	-	-	29	-	-	-	-	-
CENFIM	-	-	-	-	-	-	24	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	-	-	<b>29</b>	-	-	-	<b>24</b>	-

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Quadro III.3.5. 2 – Evolução do número de turmas do Ensino Recorrente, Extraescolar e cursos EFA entre os anos letivos 2012/13 e 2017/18

Estabelecimento	Recorrente	Extra-escolar	EFA					
	2012/18	2012/18	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
ES POETA ALBERTO	-	-	1	-	-	-	-	-
CENFIM	-	-	-	-	-	-	1	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	-	-	<b>1</b>	-	-	-	<b>1</b>	-

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino e CMS

Relativamente à educação ou formação extraescolar, importa referir que as ofertas de ensino profissional da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano são complementadas com ofertas de formação especializada que garantem a formação contínua dos ativos das empresas instaladas na Plataforma Industrial, Portuária e Logística de Sines.

Neste contexto importa referir que existe ainda uma delegação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional – IEFP em Sines, o qual garante formação de vários níveis e tipologias nesta região. O Quadro III.3.5.3 apresenta as várias modalidades de formação existentes, explicando os objetivos inerentes a essas modalidades de formação e o público-alvo de cada uma delas.

Quadro III.3.5. 3 – Modalidades de formação existentes no IEFP.

<b>Modalidades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Destinatários</b>
<b>Aprendizagem</b>	Cursos de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens, privilegiando a sua inserção no mercado de trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.	Jovens com idade inferior a 25 anos, com o 9.º ano de escolaridade e sem a conclusão do ensino secundário.
<b>Cursos de Especialização Tecnológica</b>	Formações pós-secundárias não superiores que preparam para uma especialização científica ou tecnológica numa determinada área de formação	Jovens ou adultos que tenham as seguintes habilitações: - Curso de ensino secundário, ou habilitação legalmente equivalente - 10.º e 11.º completos e inscrição no 12.º ano - Qualificação profissional de nível 4 - Titulares de um Diploma de Especialização Tecnológica (DET) ou de um grau ou diploma de ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional Os indivíduos com idade igual ou superior a 23 anos, aos quais, com base na experiência, sejam reconhecidas competências podem candidatar-se à frequência de um curso num estabelecimento de ensino superior.
<b>Educação e Formação de Adultos</b>	Os cursos EFA são percursos formativos flexíveis, adaptados às competências que os adultos já possuem, que visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.	Candidatos com idade igual ou superior a 18 anos à data de início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho ou sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário. (i) Os destinatários dos cursos EFA de nível secundário, em regime diurno ou a tempo integral, têm de ter idade igual ou superior a 23 anos. (ii) A título excepcional poderá ser aprovada a frequência num curso EFA a formandos com idade inferior a 18 anos à data do início da formação, desde que inseridos no mercado de trabalho.
<p><i>Tipologia de cursos – Habilitações de acesso / duração e certificação</i></p> <p><b>Os cursos EFA possuem diferentes tipologias em função das habilitações escolares dos candidatos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>EFA Escolar</b> permite completar o 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico ou o ensino secundário.</li> <li>- <b>EFA de Dupla Certificação</b> permite adquirir uma habilitação escolar e certificação profissional</li> <li>- <b>EFA Profissional</b> aplica-se a adultos já detentores do 3.º ciclo do ensino básico ou do nível secundário que pretendam obter uma dupla certificação. Nesta situação, os adultos podem desenvolver apenas a componente de formação tecnológica do curso EFA correspondente.</li> </ul>		
<b>Formações Modulares Certificadas</b>	As formações modulares, integradas no âmbito da formação contínua de ativos, permitem atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos e competências dos adultos bem como	Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados que queiram melhorar as suas competências em domínios de âmbito geral ou específico de uma profissão.

<b>Modalidades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Destinatários</b>
	<p>eleva os seus níveis de habilitação escolar e profissional, podendo ser, igualmente, utilizadas em processos de reciclagem e reconversão profissional, nomeadamente, no âmbito da modalidade de intervenção vida ativa.</p>	
<p><b>Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC)</b></p>	<p>O reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais (RVCC) visa contribuir para o aumento dos níveis de qualificação dos adultos através da valorização das competências profissionais adquiridas ao longo da vida nos diversos contextos, bem como proporcionar uma nova oportunidade de formação para aqueles que não completaram ou abandonaram precocemente a formação nos sistemas de educação formal.</p>	<p>Adultos, empregados ou desempregados, com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.</p>
<p><b>Programa Português para Todos – PPT</b></p>	<p>Os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) têm como objetivo dar resposta ao requisito de conhecimento da língua portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração, bem como à promoção do domínio da Língua Portuguesa, no âmbito da leitura, escrita e oralidade.</p>	<p>Cidadãos de nacionalidade estrangeira que comprovem não possuírem nacionalidade portuguesa e que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possuir um título válido de residência com permanência em Portugal ou comprovativo de que foi iniciado o procedimento para a sua obtenção, renovação ou prorrogação</li> <li>- Ter idade igual ou superior a 18 anos</li> <li>- Serem possuidores do requisito de escolarização e ou alfabetização no âmbito do seu país de origem</li> </ul>
<p><b>Programa de Formação em Competências Básicas</b></p>	<p>O programa de formação em competências básicas é um programa formativo destinado a adultos que não possuem as competências básicas que lhes permita o acesso ou o prosseguimento da formação em percursos qualificantes. Tem por objetivo a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação tendo em vista a sua posterior integração em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) ou o encaminhamento para processos de RVCC de nível básico.</p>	<p>Adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham frequentado o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente ou que não demonstrem possuir as competências básicas de leitura, escrita e cálculo.</p>

Fonte: IEFP (2018)

No Quadro III.3.5.4 são apresentadas as ofertas que constam no Plano de Formação do IEPF do Alentejo Litoral para o ano de 2018 e que são disponibilizadas no concelho de Sines. De referir que em Sines só existe oferta de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), os cursos de Aprendizagem e CET só são oferecidos na sede do IEPF em Santiago do Cacém e noutros centros de formação como Grândola, Alcácer do Sal ou Vila Nova de Santo André.

Quadro III.3.5. 4 – Cursos de Educação e Formação de Adultos a decorrer em Sines

<b>CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS</b>			
<b>Habilitações de Acesso (mínimas)</b>	<b>Designação do Curso</b>	<b>Nível de Qualificação</b>	
		<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Saber ler e escrever, sem grau de ensino	Operador de Jardinagem		I
6º Ano	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	I	II
9º Ano	Mecânico de Serviços Rápidos TÊC.	II	II
9º Ano	Técnico de Distribuição	II	IV
	Técnico de Geriatria	II	IV
12º Ano	Animador Sócio-cultural TEC.	III	IV
<i>Níveis de Qualificação e correspondência com o sistema de ensino comum:</i> Nível I – 2º Ciclo Nível II – 3º Ciclo Nível III - Ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos a nível superior Nível IV - Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos a nível superior acrescido de estágio profissional – mínimo de seis meses			

Fonte: IEPF (2018)

Importa referir que neste plano de formação para o ano de 2018 não são apresentadas ofertas de cursos de formação para o Nível V, o qual corresponde a uma qualificação de nível pós secundário não superior, mas que permite o prosseguimento de estudos a nível do ensino superior. Sendo que esta é uma carência que já foi identificada pela comunidade educativa de Sines e que face ao perfil económico e do mercado de trabalho do concelho seria uma oferta a desenvolver.

### III. 4. Populações escolares e indicadores de desempenho

#### III.4.1. Populações escolares

A Figura III.4.1. 1 ilustra a evolução do número de crianças e alunos matriculados na rede de ensino no concelho de Sines entre os anos letivos de 2007/08 e 2017/18. Pode observar-se o seguinte:

- Verificam-se oscilações (acréscimos e decréscimos) no período em análise que não permitem determinar uma tendência global de evolução das populações escolares;
- Ainda assim, verifica-se que no final do período temporal em análise a população do pré-escolar sofreu um decréscimo de cerca de 10% em comparação ao início do mesmo período;
- Por outro lado, a população escolar do secundário sofreu um decréscimo pouco significativo (menos de 1% naqueles 10 anos), mostrando até alguma estabilização na parte final do período em análise (por volta de um valor médio de cerca de 530 alunos), com exceção de um pico significativo em 2014/2015 (641 alunos);
- Em contrapartida, no mesmo período, as populações escolares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos cresceram, mas de forma pouco significativa, cerca de 4%, 2% e 1%, respetivamente;
- No entanto, verifica-se que nos últimos 4 anos (2014/2018), uma tendência de decréscimo significativo de todas as populações escolares (cerca de 20%), com exceção da população escolar do 1.º ciclo que cresceu cerca de 7% (tendência que remonta até ao ano letivo 2013/2014, relativamente ao qual o crescimento é de cerca de 9%).

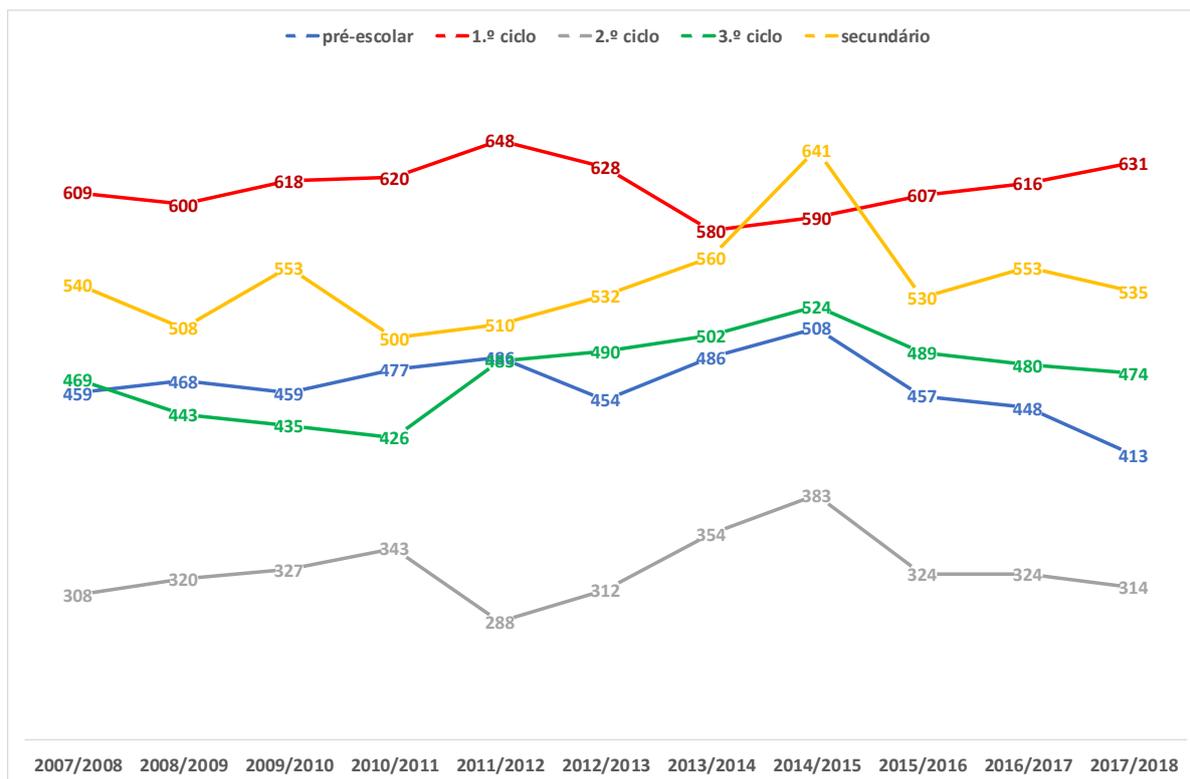


Figura III.4.1. 1 – Evolução do n.º de alunos e crianças matriculados (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

#### III.4.1.1. Frequências na Educação pré-escolar

A Figura III.4.1.1. 1 apresenta a evolução do número de crianças matriculadas no pré-escolar no concelho de Sines entre os anos letivos de 2007/08 e 2017/18. Conclui-se que:

- O número de crianças matriculadas na rede de escolas públicas manteve-se entre o início e o fim do período (189 crianças em 2007/2008 e 185 crianças em 2017/2018), apesar de algumas oscilações verificadas durante o período em análise;
- O número de crianças matriculadas na rede solidária globalmente decresceu de forma acentuada (cerca de 34%);
- O número de crianças matriculadas no único estabelecimento da rede particular e cooperativa (Colégio Estrela do Mar) cresceu significativamente numa primeira fase entre 2008 (ano de abertura) e 2014, tendo atingido o máximo nesse último ano, e reduziu ligeiramente no ano letivo seguinte, mantendo-se em valores semelhantes entre 2015 e 2018.

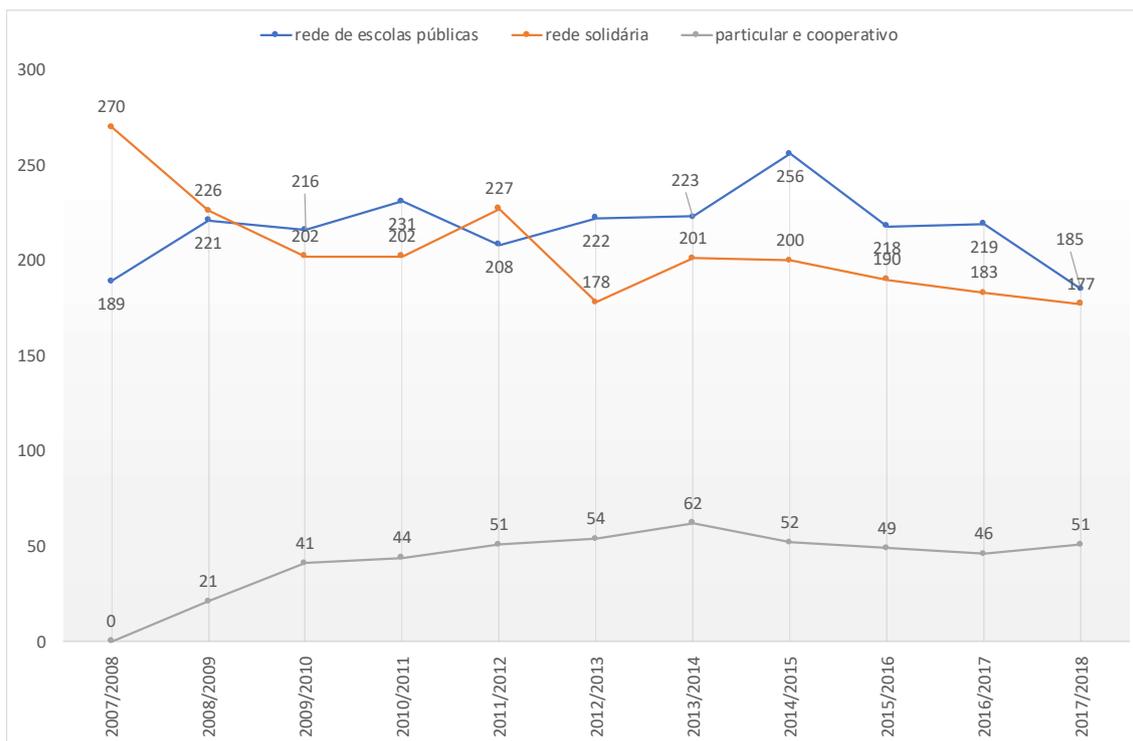


Figura III.4.1.1. 1 – Evolução do n.º de crianças inscritas no pré-escolar por natureza do estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

O Quadro III.4.1.1. 1, referente à evolução do número de crianças inscritas na educação pré-escolar, por estabelecimento (e no agrupamento de Escolas de Sines), demonstra uma vez mais que o número de crianças matriculadas em todos os estabelecimentos da rede solidária tem decrescido, com exceção do Jardim Infantil “O Pintainho”. Por outro lado o número de crianças inscritas na rede de escolas públicas tem-se mantido, apesar da diminuição das inscrições nos estabelecimentos existentes desde 2007, tal se deve à transferência de crianças para a escola básica n.º 3 de Sines, criada em 2009/2010.

Quadro III.4.1.1. 1 – Evolução do n.º de crianças inscritas por estabelecimento com pré-escolar (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

NATUREZA / AGRUPAMENTO / FREGUESIA / ESTABELECIMENTO	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
<b>Rede de escolas públicas</b>											
<b>Agrupamento de Escolas de Sines</b>	<b>189</b>	<b>221</b>	<b>216</b>	<b>231</b>	<b>208</b>	<b>222</b>	<b>223</b>	<b>256</b>	<b>218</b>	<b>219</b>	<b>185</b>
<i>Porto Covo</i>											
EB de Porto Covo	39	39	32	20	22	25	25	26	20	34	27
<b>Sines</b>	<b>150</b>	<b>182</b>	<b>184</b>	<b>211</b>	<b>186</b>	<b>197</b>	<b>198</b>	<b>230</b>	<b>198</b>	<b>185</b>	<b>158</b>
EB n.º 1 de Sines	90	112	79	82	81	86	90	100	83	77	73
EB n.º 2 de Sines	60	70	60	65	58	69	68	81	69	58	45
EB n.º 3 de Sines	0	0	45	64	47	42	40	49	46	50	40
<b>Rede solidária</b>											
<i>Sines</i>											
CI - "A Conchinha"	118	82	69	75	78	44	62	66	59	57	60
Infant. Capuch. Vermelho	55	55	59	52	56	42	50	49	43	37	25
Jl "O Pintainho"	97	89	74	75	93	92	89	85	88	89	92
<b>Particular e cooperativo</b>											
<i>Sines</i>											
Colégio Estrela do Mar	0	21	41	44	51	54	62	52	49	46	51
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>468</b>	<b>459</b>	<b>477</b>	<b>486</b>	<b>454</b>	<b>486</b>	<b>508</b>	<b>457</b>	<b>448</b>	<b>413</b>

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

#### III.4.1.2. Frequências no 1.º ciclo do ensino básico

Na Figura III.4.1.2. 1 apresenta-se a evolução do número de alunos inscrito no 1º ciclo do ensino básico regular (única oferta no período em análise) entre 2007/2008 e 2017/2018. No início do período em análise, observa-se uma tendência de crescimento, culminando num máximo de alunos inscritos em 2011/2012 (648 alunos), mas este crescimento é seguido de um decréscimo acentuado até ao ano letivo 2013/2014, atingindo aí um mínimo de alunos (580), a partir do qual os valores voltam a crescer até atingir os 631 alunos em 2017/2018, valor cerca de 4,6% acima do valor registado em 2007/2008.

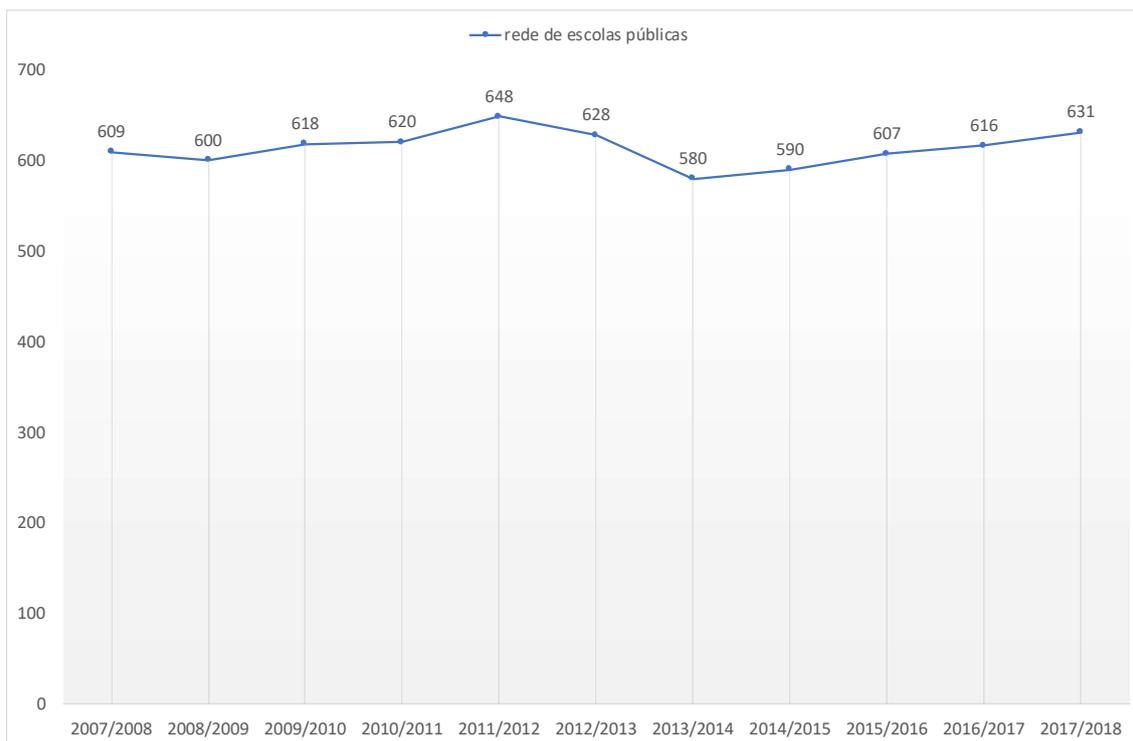


Figura III.4.1.2. 1 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico por natureza do estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Quando são analisadas as escolas de uma forma isolada (Quadro III.4.1.2. 1), observa-se que a única escola com mais alunos no final do período em análise é a escola básica de Porto Covo. As restantes escolas já existentes em 2007/2008 perderam alunos quando comparado com esse ano letivo, mesmo tendo estabilizado nos últimos 3 ou 4 anos letivos, sendo o caso mais paradigmático, a escola básica n.º 1 de Sines (com quase metade dos alunos perdidos), todos estes decréscimos significativos de população escolar devem-se à criação da escola básica n.º 3 de Sines e à consequente transferência de alunos para este estabelecimento.

No que diz respeito ainda ao número de alunos, é patente que em 2017/2018 existe apenas uma escola de menor dimensão, a escola básica de Porto Covo, com cerca de 45 alunos inscritos, no entanto este valor é substancialmente superior ao verificado no início do período analisado (33) e ao mínimo do período (29, em 2014/2015). As escolas da freguesia de Sines são de dimensão muito superior (mais de 180 alunos).

Quadro III.4.1.2. 1 – Evolução do n.º de alunos inscritos por estabelecimento com o 1.º ciclo do ensino básico (2007/18) –  
Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

NATUREZA / AGRUPAMENTO / FREGUESIA / ESTABELECIMENTO	2007/ 08	2008/ 09	2009/ 10	2010/ 11	2011/ 12	2012/ 13	2013/ 14	2014/ 15	2015/ 16	2016/ 17	2017/ 18
Rede de escolas públicas											
AE de Sines											
<i>Porto Covo</i>											
EB de Porto Covo	33	35	47	48	49	44	32	29	37	39	45
<b>Sines</b>	<b>576</b>	<b>565</b>	<b>571</b>	<b>572</b>	<b>599</b>	<b>584</b>	<b>548</b>	<b>561</b>	<b>570</b>	<b>577</b>	<b>586</b>
EB n.º 1 de Sines	366	366	262	255	227	209	228	211	197	196	197
EB n.º 2 de Sines	210	199	181	184	206	197	180	204	207	202	205
EB n.º 3 de Sines	0	0	128	133	166	178	140	146	166	179	184
<b>Total</b>	<b>609</b>	<b>600</b>	<b>618</b>	<b>620</b>	<b>648</b>	<b>628</b>	<b>580</b>	<b>590</b>	<b>607</b>	<b>616</b>	<b>631</b>

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

#### III.4.1.3. Frequências no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

A Figura III.4.1.3. 1 e a Figura III.4.1.3. 2 ilustram, respetivamente: (i) a evolução do número de alunos matriculados no 2.º ciclo do ensino básico no concelho de Sines por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas e rede privada); e (ii) a evolução do número global (todas as redes) de alunos inscritos nesse mesmo ciclo por tipo de oferta, ente os anos letivos de 2007/08 e 2017/18.

O número de inscritos na rede pública (escola básica Vasco da Gama) sofre oscilações no período analisado, sendo que nos últimos 4 anos a tendência é de decréscimo da população (perda de cerca de 21% de alunos). Na rede privada (Escola das Artes do Alentejo Litoral), o número de alunos mantém-se relativamente constante (cerca de 30 alunos) desde a criação da respetiva oferta em 2013/2014, com exceção de um mínimo atingido em 2015/2016 (18 alunos).

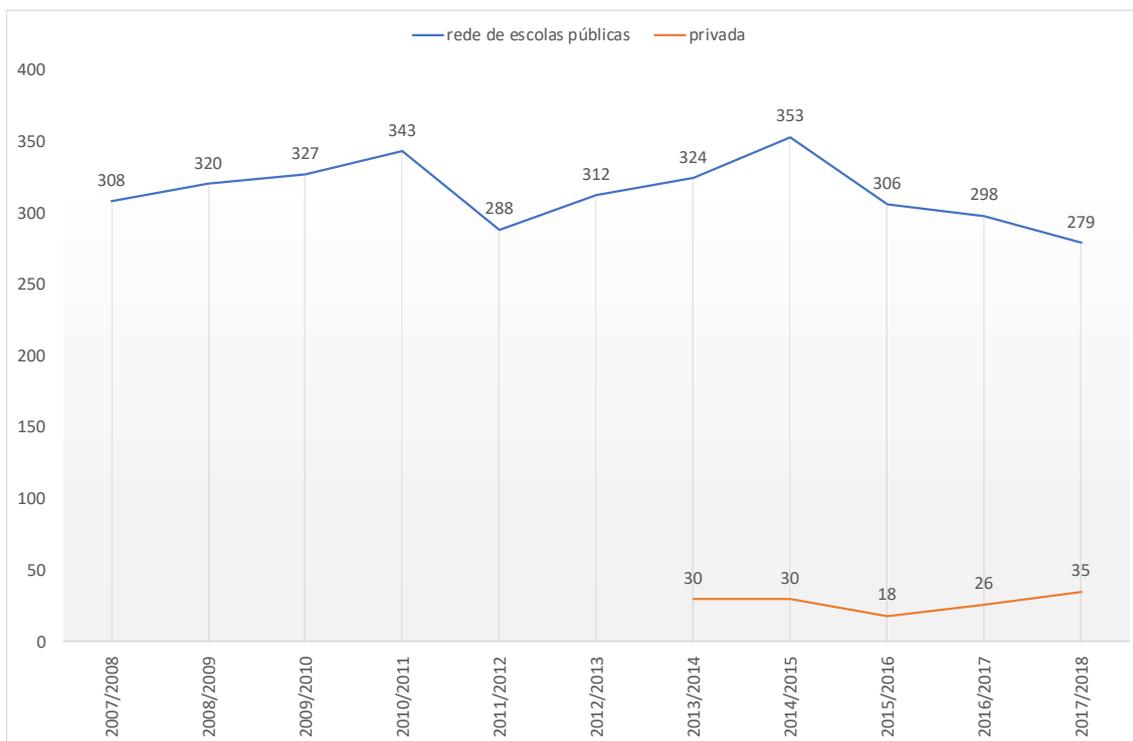


Figura III.4.1.3. 1 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 2.º ciclo do ensino básico por natureza do estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Como visto anteriormente, a rede pública é composta por um único estabelecimento agrupado no agrupamento de Escolas de Sines onde a oferta é exclusivamente de ensino básico geral, sendo ainda a única escola do concelho com essa oferta, pelo que a evolução de alunos inscritos nesse tipo de ensino (Figura III.4.1.3. 2) segue a evolução verificada na rede pública e nessa escola, com exceção de uma oferta pontual de ensino vocacional do 2.º ciclo surgida em 2014/2015 (22 alunos).

Por outro lado, e ainda relativamente à evolução por tipo de oferta (Figura III.4.1.3. 2), e uma vez que o único estabelecimento com oferta de ensino artístico especializado (inserido no ensino regular) é a escola privada de artes, a evolução do número de alunos inscritos é a verificada nesta escola e respetiva rede (Figura III.4.1.3. 1).

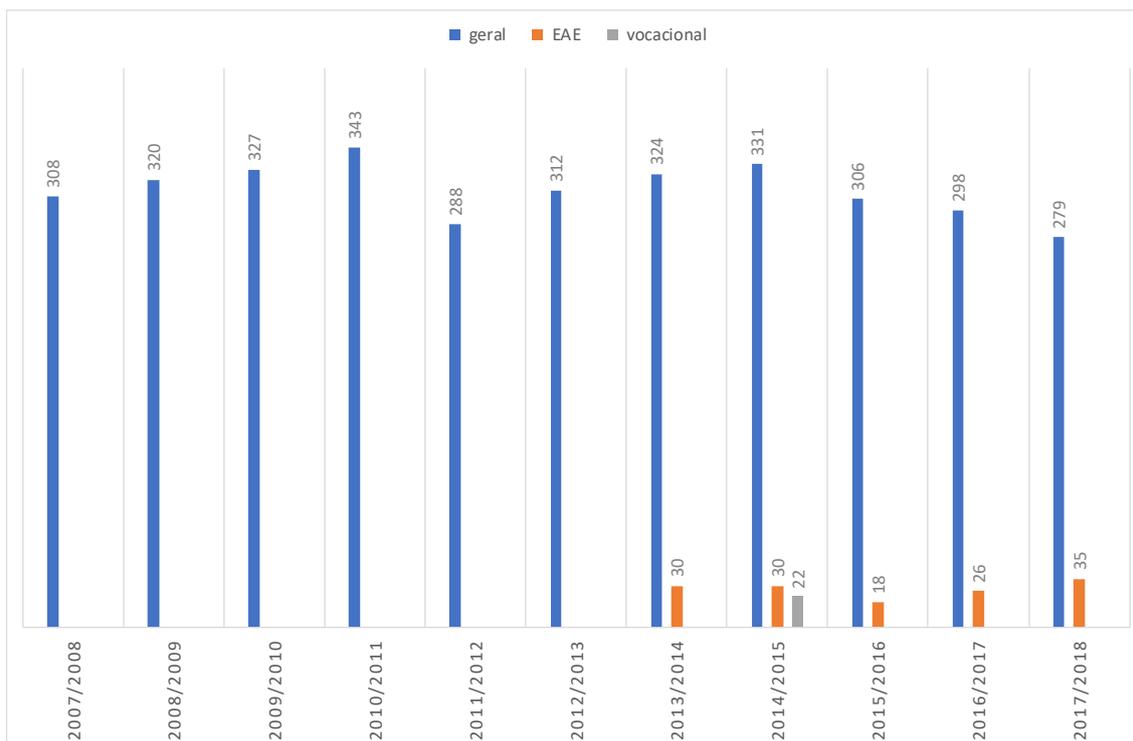


Figura III.4.1.3. 2 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 2.º ciclo do ensino básico por tipo de oferta (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

A Figura III.4.1.3. 3, a Figura III.4.1.3. 4 e o Quadro III.4.1.3. 1 apresentam, respetivamente: (i) a evolução do número de alunos matriculados no 3.º ciclo do ensino básico no concelho de Sines por natureza do estabelecimento (rede de escolas públicas e rede privada); (ii) a evolução do número global (todas as redes) de alunos inscritos nesse mesmo ciclo por tipo de oferta; e (iii) a evolução do número de alunos inscritos por estabelecimento, ente os anos letivos de 2007/08 e 2017/18.

O número de inscritos na rede pública (composta pela escola básica Vasco da Gama e pela escola secundária Poeta Al Berto) mantém-se com alguma constância ao longo do período em análise, terminando o período com uma perda de cerca de 6% de alunos. Na rede privada (Escola das Artes do Alentejo Litoral), o número de alunos tem decrescido desde a criação da respetiva oferta em 2013/2014, com exceção de um máximo atingido em 2014/2015 (33 alunos). Por fim, o estabelecimento que resulta de um protocolo entre entidades públicas e privadas (o núcleo de Sines do CENFIM) com oferta de 3.º tem mantido com alguma regularidade o número de alunos inscritos desde o início da oferta (2011/2012), com exceção de um máximo significativo em 2014/2015 (quase o triplo do valor verificado em 2017/2018).

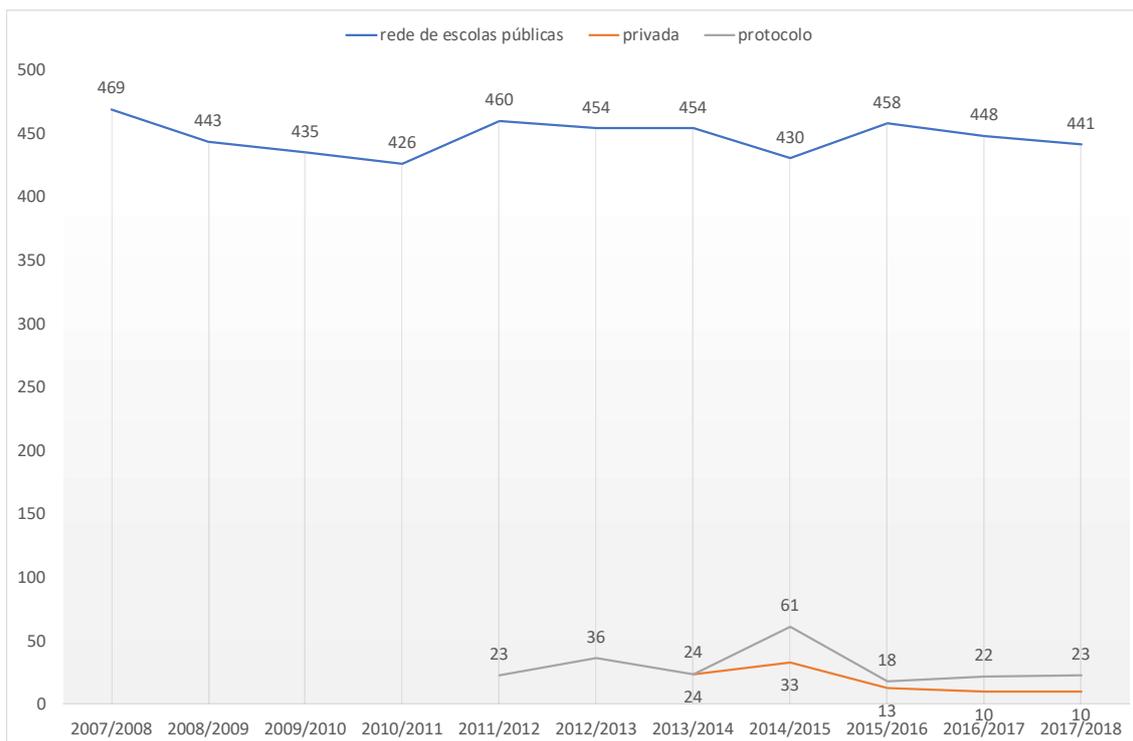


Figura III.4.1.3. 3 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 3.º ciclo do ensino básico por natureza do estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

No 3.º ciclo, a oferta educativa diversifica-se, mantendo-se ainda a oferta de ensino geral (concentrada nos 2 estabelecimentos da rede de escolas públicas) como a mais procurada, pelo que se observam mais opções de inscrições para os alunos, começando com os cursos CEF, tipo 2 ao longo de todo o período e tipo 3 apenas em 2009/2010, com crescimento até 2012/13 seguido de redução e substituição gradual por novas ofertas: ensino artístico especializado (a partir de 2013/14) e cursos vocacionais (em 2015/16 e 2016/17). Estas tendências observam-se na Figura III.4.1.3. 4.

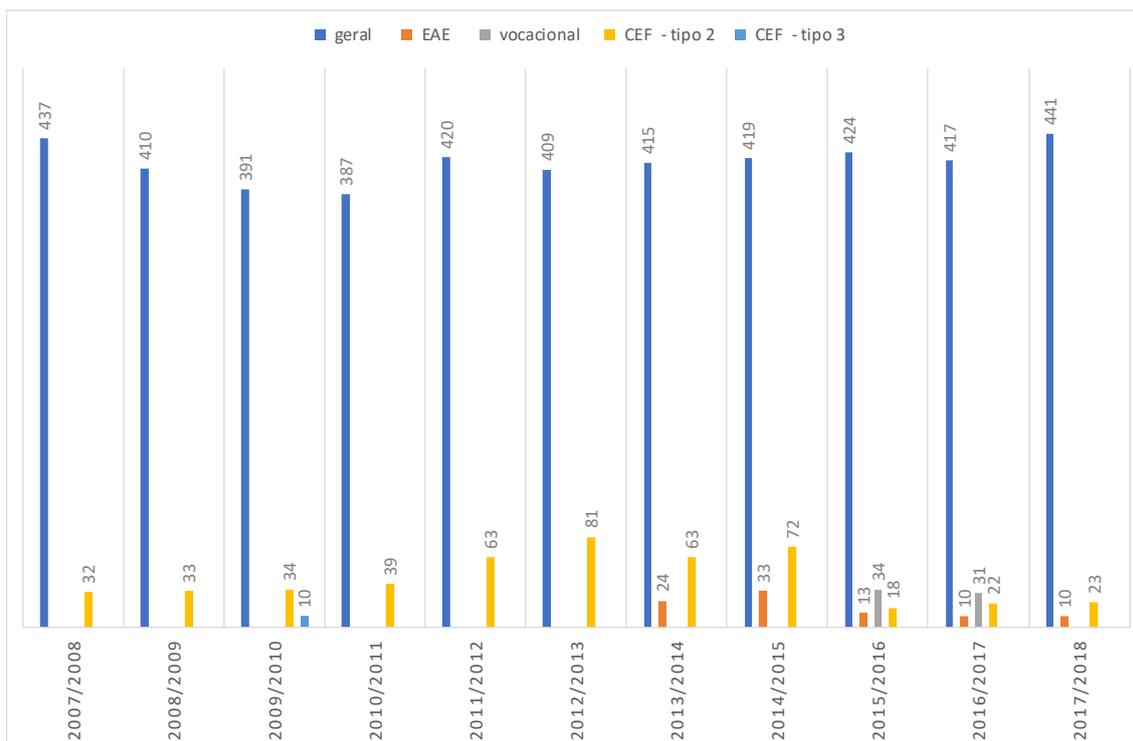


Figura III.4.1.3. 4 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 3.º ciclo do ensino básico por tipo de oferta (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Deve realçar-se ainda que a evolução do número de inscritos no ensino artístico especializado (Figura III.4.1.3. 4) na escola privada de artes é idêntica à evolução verificada nesta escola e respetiva rede privada, uma vez que este é o único estabelecimento com essa oferta (inserida no ensino regular), como se pode observar na Figura III.4.1.3. 5 e no Quadro III.4.1.3. 1.

Continuando a análise (Figura III.4.1.3. 5) das escolas de uma forma isolada e na totalidade dos dois ciclos (a escola secundária e o CENFIM apenas integram o 3.º ciclo), a maior variação verificada entre número máximo e número mínimo de alunos inscritos verifica-se na escola secundária (menos 25%, entre 317 alunos em 2007/2008 e 237 em 2017/2018), a escola básica Vasco da Gama sofre algumas oscilações, mas termina com mais 23 alunos do que no início do período. É também relevante observar que os 2 estabelecimentos não inseridos na rede de escolas públicas têm um máximo de alunos inscritos no ano 2014/2015, decrescendo no ano imediatamente a seguir e crescendo ligeiramente até ao ano letivo 2017/2018. O decréscimo de população na escola secundária poderá em parte ser explicada pela transferência de alunos para o CENFIM e para o Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.

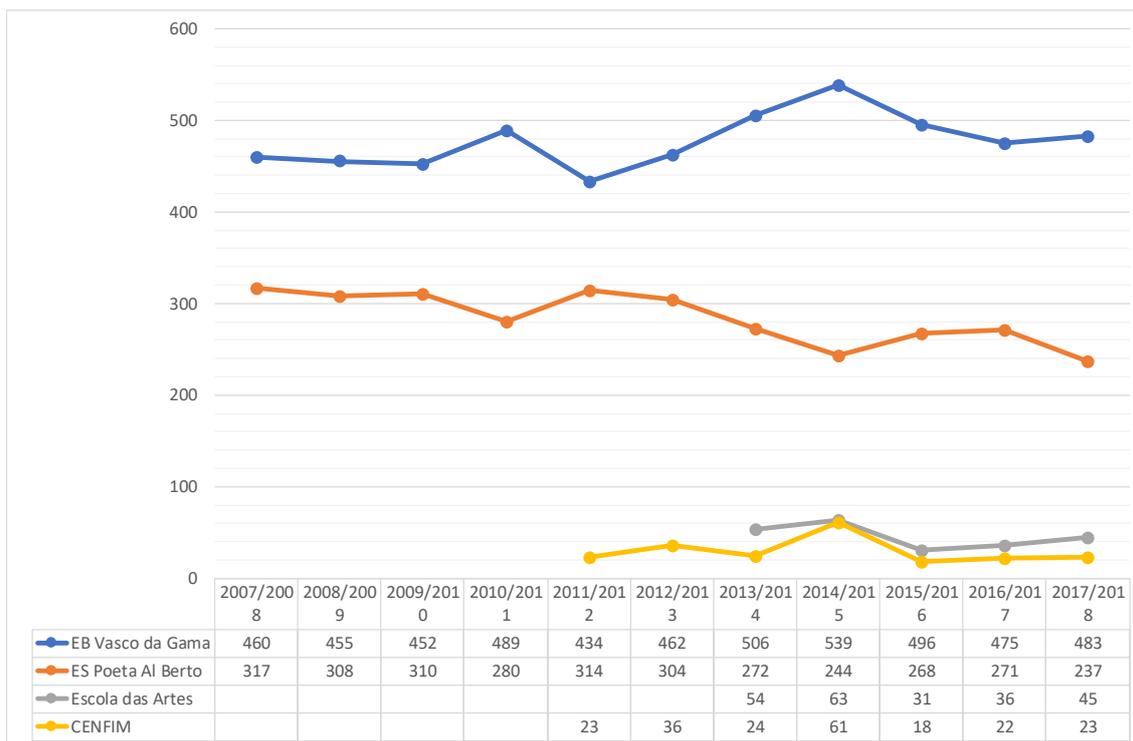


Figura III.4.1.3. 5 – Evolução do n.º de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos por estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Quadro III.4.1.3. 1 – Evolução do n.º de alunos inscritos por estabelecimento com o 3.º ciclo do ensino básico (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Estabelecimento / Oferta	2007 / 08	2008 / 09	2009 / 10	2010 / 11	2011 / 12	2012 / 13	2013 / 14	2014 / 15	2015 / 16	2016 / 17	2017 / 18
<b>EB Vasco da Gama</b>	<b>460</b>	<b>455</b>	<b>452</b>	<b>489</b>	<b>434</b>	<b>462</b>	<b>506</b>	<b>539</b>	<b>496</b>	<b>475</b>	<b>483</b>
Geral	460	455	452	489	434	462	506	517	496	475	483
Vocacional								22			
<b>Es Poeta Al berto</b>	<b>317</b>	<b>308</b>	<b>310</b>	<b>280</b>	<b>314</b>	<b>304</b>	<b>272</b>	<b>244</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>237</b>
CEF - tipo 2	32	33	34	39	40	45	39	11			
CEF - tipo 3			10								
Geral	285	275	266	241	274	259	233	233	234	240	237
Vocacional									34	31	
<b>Escola das Artes</b>							<b>54</b>	<b>63</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>45</b>
EAE							54	63	31	36	45
<b>CENFIM</b>					<b>23</b>	<b>36</b>	<b>24</b>	<b>61</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>23</b>
CEF - tipo 2					23	36	24	61	18	22	23
<b>Total Geral</b>	<b>777</b>	<b>763</b>	<b>762</b>	<b>769</b>	<b>771</b>	<b>802</b>	<b>856</b>	<b>907</b>	<b>813</b>	<b>804</b>	<b>788</b>

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

#### III.4.1.4. Ensino secundário

Na Figura III.4.1.4. 1 apresenta-se a evolução dos alunos matriculados no ensino secundário, e no ensino equivalente (profissional de nível 4, por exemplo), entre os anos letivos de 2007/2008 e 2017/2018, total e por estabelecimento (relativamente à Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, não foi possível apurar os dados de populações escolares para o ano letivo de 2016/2017). Pode observar-se nessa figura que o número de alunos inscritos na escola secundária Poeta Al Berto (ensino regular e profissional) tende a decrescer no período entre os anos letivos de 2007/2008 e 2017/2018, sendo que no último ano letivo a população nesta escola perdeu mais de 25% de alunos face ao primeiro. Na Escola Tecnológica do Litoral Alentejano (apenas ensino profissional), a tendência aparenta ser de estabilização desde 2012/2013 (entre 250 a 270 alunos).

Relativamente ao número de alunos inscritos no CENFIM, verifica-se uma tendência de decréscimo desde 2014/2015, ano em que tinha atingido o respetivo máximo (75 alunos), até chegar em 2017/2018 a um valor de 36 alunos inscritos (menos de metade do valor máximo).

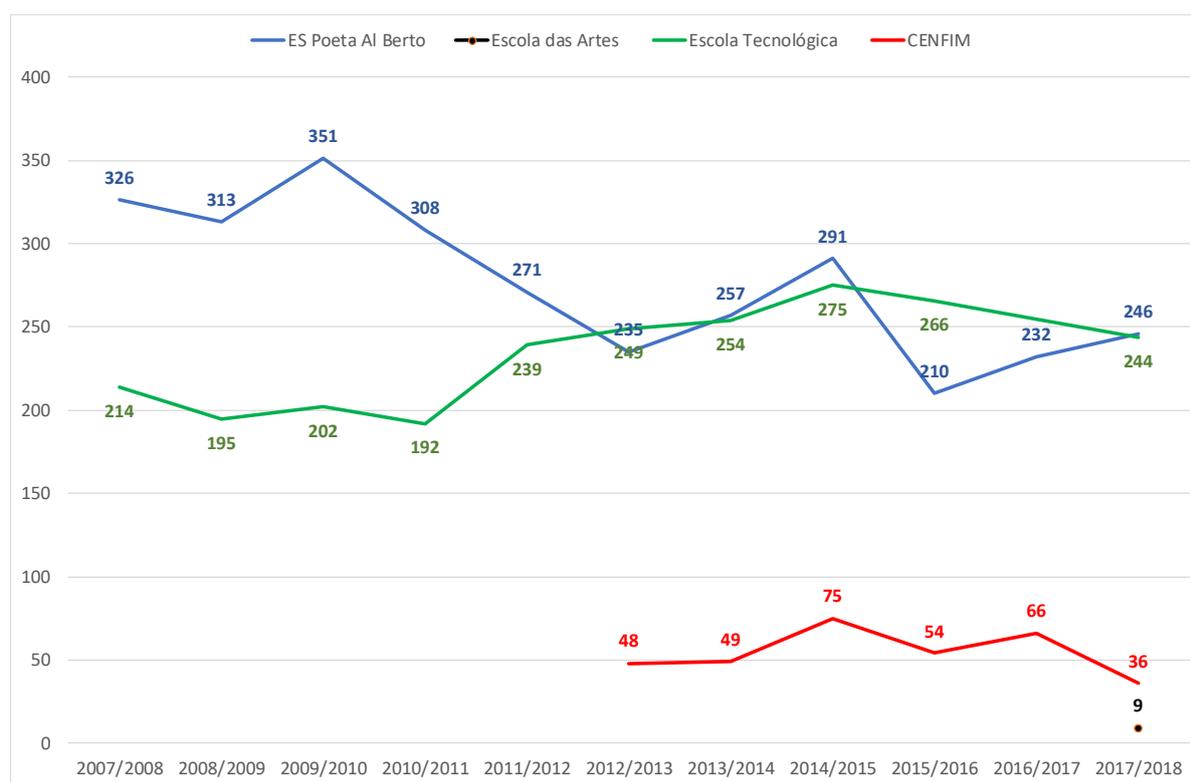


Figura III.4.1.4. 1 – Evolução do n.º de alunos a frequentar o ensino secundário por estabelecimento (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

No ensino secundário, a oferta educativa é ainda mais diversificada do que no 3.º ciclo ensino básico (ver Figura III.4.1.4. 2), pelo que se observam mais opções de inscrições para os alunos,

começando com os cursos tecnológicos do ensino regular, que aparecem no primeiro ano letivo analisado (2007/2008), desaparecendo a partir de 2008/2009 até 2013/2014, em que reaparece durante 3 anos até 2016/2017. Observa-se que, a partir do ano 2008/2009, os cursos do ensino profissional (de nível 4, com equivalência ao secundário) têm mais alunos inscritos do que as restantes ofertas juntas, sendo que a partir do ano de 2012/2013 o número de alunos matriculados nestes cursos começa a distanciar-se significativamente face ao número de alunos matriculados nas outras ofertas (nomeadamente no ensino regular geral), representando em 2017/2018 quase 70% (370 alunos, 126 na escola secundária e 244 na ETLA) do número total de alunos inscritos no ensino secundário regular ou equivalente (535 alunos).

O número de alunos inscritos em cursos gerais/científico-humanísticos (ensino regular geral) tem decrescido gradualmente, e quase constantemente, ao longo do período analisado, perdendo cerca de 37% do valor entre o primeiro e o último ano do período de análise.

Outras ofertas surgem ocasionalmente, como cursos CEF do tipo 5 em 2007/2008 (possivelmente como continuidade de cursos iniciados em momento anterior ao período analisado) e cursos vocacionais em 2016/2017 (que poderão ser a continuação de cursos vocacionais do ensino básico existentes em anos anteriores). Por fim, deve realçar-se o início de uma oferta de cursos de ensino artísticos especializados que se iniciam em 2017/2018, com 9 alunos, todos na Escola das Artes do Alentejo Litoral.

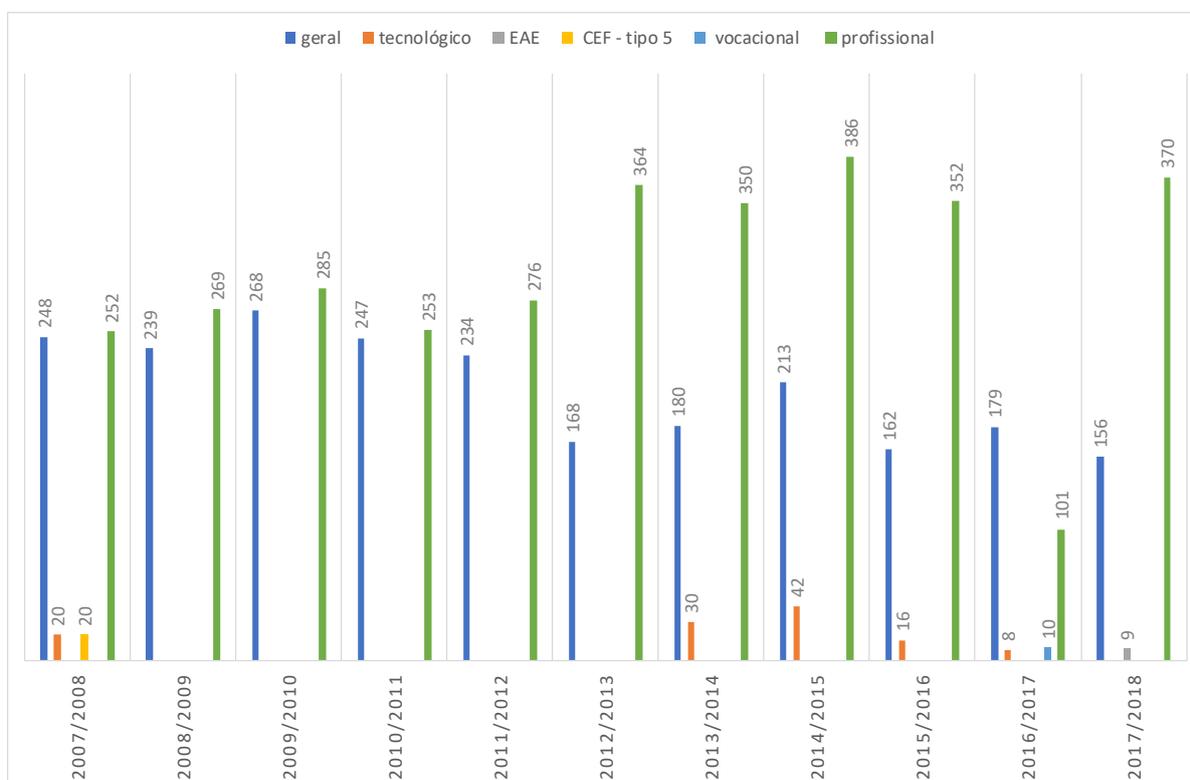


Figura III.4.1.4. 2 – Evolução do n.º de alunos inscritos no ensino secundário por tipo de oferta (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

### III.4.2. Indicadores de desempenho: taxa de retenção e desistência

#### III.4.2.1 No 1.º ciclo do ensino básico

Na Figura III.4.2.1. 1 é apresentada a evolução das taxas de retenção para os 2.º, 3.º e 4.º anos entre os anos letivos de 2007/2008 e 2016/17. Em todos os anos letivos, o 2.º ano de escolaridade é o que apresenta maiores taxas de retenção. Observa-se globalmente uma redução das taxas entre 2007/2008 e 2009/2010 (2.º e 4.º anos) ou 2010/2011 (3.º ano), seguida de um aumento até 2013/2014 (2.º ano), 2012/2013 (3.º ano) ou 2014/2015 (4.º ano), apesar de um máximo logo em 2010/2011). A partir dos máximos mais recentes para cada ano de escolaridade, a tendência recente é de redução mais ou menos constante e significativa, de forma a que as taxas em 2017/2018 são significativamente mais reduzidas do que em 2007/2008, sobretudo nos 3.º ano (0%) e 4.º ano de escolaridade (0,7%).

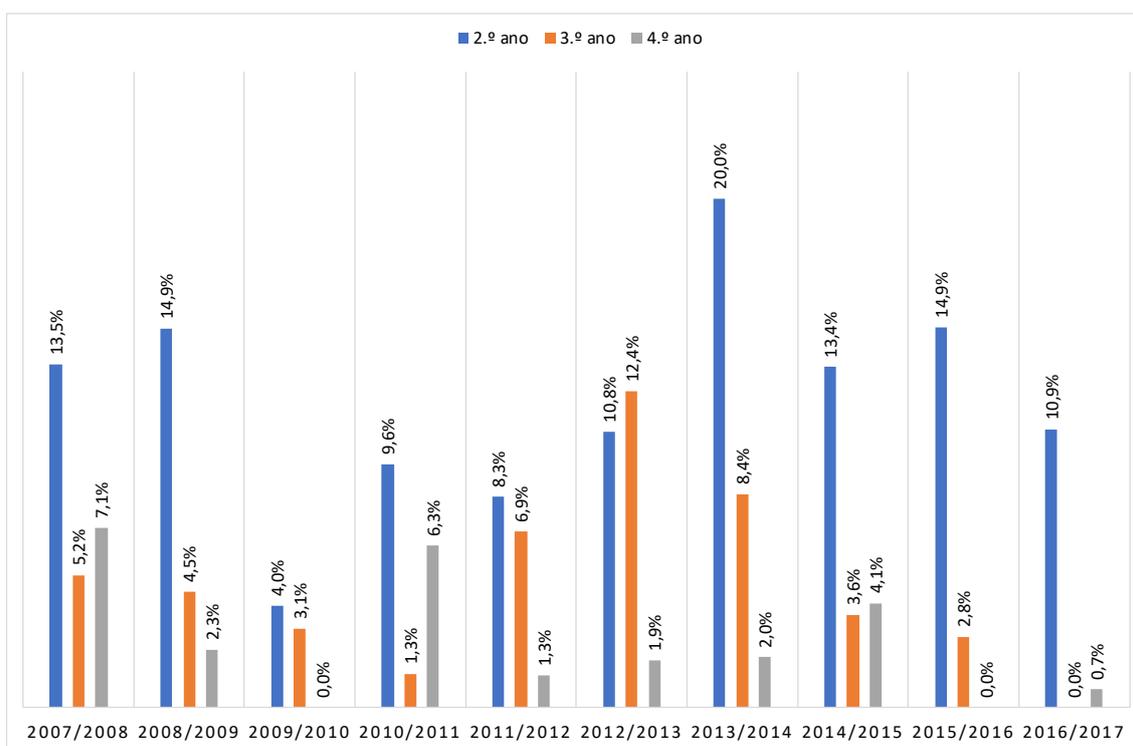


Figura III.4.2.1. 1 – Taxas de retenção nas escolas do 1º ciclo (de 2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

O Quadro III.4.2.1. 1 apresenta a evolução entre os anos letivos 2007/2008 e 2016/2017 das taxas de retenção em cada ano de escolaridade verificadas nos estabelecimentos escolares com o 1.º ciclo do ensino básico, todos pertencentes ao agrupamento de Escolas de Sines.

Observa-se uma vez mais que, globalmente, o 2.º ano apresenta o desempenho menos positivo, surgindo esporadicamente, num determinado ano letivo e/ou numa determinada escola, taxas de retenção noutra ano de escolaridade piores do que as taxas do 2.º ano. A

escola que aparenta o melhor desempenho global no período em análise, a escola básica de Porto Covo, apresenta ainda assim alguns máximos locais da taxa que num determinado ano podem representar o pior desempenho de todas as escolas analisadas (por exemplo, a taxa do 4.º ano em 2013/2014). Mas a diferença de desempenho entre as escolas não aparenta ser significativo.

Quadro III.4.2.1. 1 – Taxas de retenção nas escolas do 1.º ciclo por escola e ano de escolaridade (2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Agrupamento / Estabelecimento / ano de escolaridade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
<b>Escolas de Sines</b>										
<b>EB de Porto Covo</b>										
2.º Ano	6,3%	33,3%	0,0%	11,1%	0,0%	20,0%	37,5%	12,5%	11,1%	18,8%
3.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%
4.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>EB n.º 1 de Sines</b>										
2.º Ano	20,6%	12,1%	1,2%	20,0%	10,3%	11,7%	14,9%	16,1%	22,9%	15,7%
3.º ano	7,4%	8,8%	1,1%	2,4%	12,5%	18,8%	8,2%	6,6%	0,0%	0,0%
4.º ano	5,6%	1,9%	0,0%	7,7%	0,0%	0,0%	5,4%	5,0%	0,0%	1,8%
<b>EB n.º 2 de Sines</b>										
2.º Ano	4,6%	21,4%	4,3%	0,0%	5,8%	10,2%	25,0%	9,6%	14,1%	1,9%
3.º ano	2,7%	0,0%	13,0%	0,0%	1,6%	4,1%	8,7%	2,1%	8,7%	0,0%
4.º ano	10,2%	3,0%	0,0%	4,2%	0,0%	1,6%	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%
<b>EB n.º 3 de Sines</b>										
2.º Ano			30,0%	13,3%	11,6%	9,3%	18,4%	14,6%	8,7%	12,5%
3.º ano			0,0%	0,0%	11,4%	15,0%	4,7%	0,0%	0,0%	0,0%
4.º ano				0,0%	11,1%	3,3%	0,0%	5,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

### III.4.2.2 No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Em relação à taxa de retenção nos 5º e 6º anos entre os anos letivos de 2007/08 e 2016/17, representada na Figura III.4.2.2. 1, verifica-se que os valores desta taxa variaram significativamente, tanto para o 5º ano (máximo de 23,9%, em 2012/2013, e mínimo de 8,2%, em 2009/2010) como para o 6º ano (máximo de 19,9%, em 2011/2012, e mínimo de 6,3%, em 2016/2017). No que respeita à tendência de evolução da taxa de retenção no 5.º ano, esta oscila até 2012/2013, decrescendo a seguir até ao último ano 2016/2017 (com exceção de 2015/2016), atingindo o valor de 12,5%. A evolução da taxa no 6.º ano cresce entre 2007/2008

e 2011/2012, onde atinge o máximo, decrescendo a seguir até ao valor de 6,3% em 2016/2017 (com exceção do ano letivo 2013/2014).

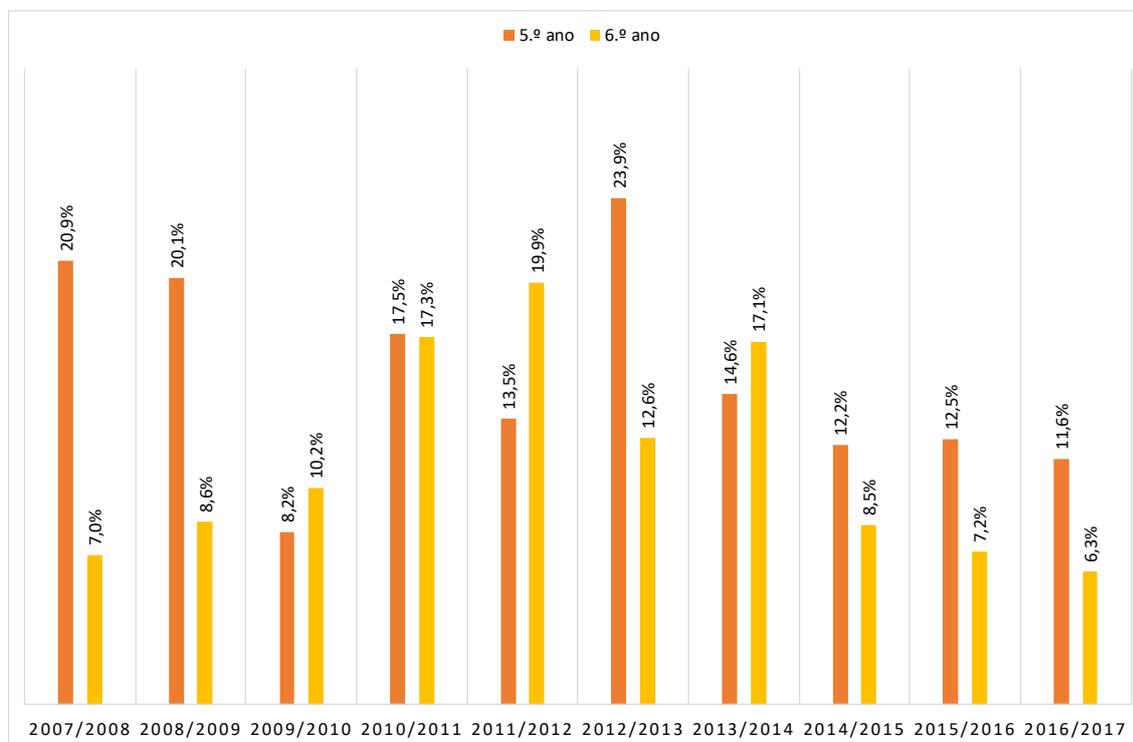


Figura III.4.2.2. 1 – Taxas de retenção nas escolas do 2º ciclo (de 2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

O Quadro III.4.2.2. 1 apresenta a evolução entre os anos letivos 2007/2008 e 2016/2017 das taxas de retenção em cada ano de escolaridade verificadas nos estabelecimentos escolares com o 2.º ciclo do ensino básico do concelho de Sines, a escola básica Vasco da Gama agrupada e a Escola das Artes do Alentejo Litoral, embora neste último só faça referência às disciplinas de ensino da música.

Observa-se novamente que os desempenhos menos significativos ocorreram até aos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 para os 5.º e 6.º anos, respetivamente, aparentando uma tendência gradual de diminuição das taxas nos últimos 5 ou 4 anos letivos conforme o ano de escolaridade.

Quadro III.4.2.2. 1 – Taxas de retenção nas escolas do 2.º ciclo por escola e ano de escolaridade (2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Agrupamento / Estabelecimento / ano de escolaridade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
<b>Escolas de Sines</b>										
<i>EB Vasco da Gama</i>										
5.º Ano	20,9%	20,1%	8,2%	17,5%	13,5%	23,9%	14,7%	13,8%	12,8%	12,8%
6.º Ano	7,0%	8,6%	10,2%	17,3%	19,9%	12,6%	19,0%	8,9%	7,5%	6,7%
Vocacional	-	-	-	-	-	-	-	14,3%	-	-
<b>Não agrupadas</b>										
<i>Escola das Artes</i>										
5.º Ano	-	-	-	-	-	-	13,3%	0,0%	8,3%	0,0%
6.º Ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Em relação à taxa de retenção nos 7.º, 8.º e 9.º anos, representada na Figura III.4.2.2. 2, verifica-se que, os valores desta taxa variaram significativamente para todos os anos de escolaridade, sem tendência global. Para o 7.º ano, observa-se um máximo de 33,1%, em 2008/2009, e um mínimo de 18,2%, em 2014/2015. No 8.º ano observa-se um máximo de 22,4%, em 2011/2012, e um mínimo de 9,4%, em 2016/2017 e para o 9.º ano tem-se um máximo de 23,6%, em 2010/2011, e um mínimo de 5,0%, em 2016/2017. No último ano letivo em análise (2016/2017), observa-se um decréscimo desta taxa em todos os anos de escolaridade, relativamente ao ano letivo anterior (2015/2016).

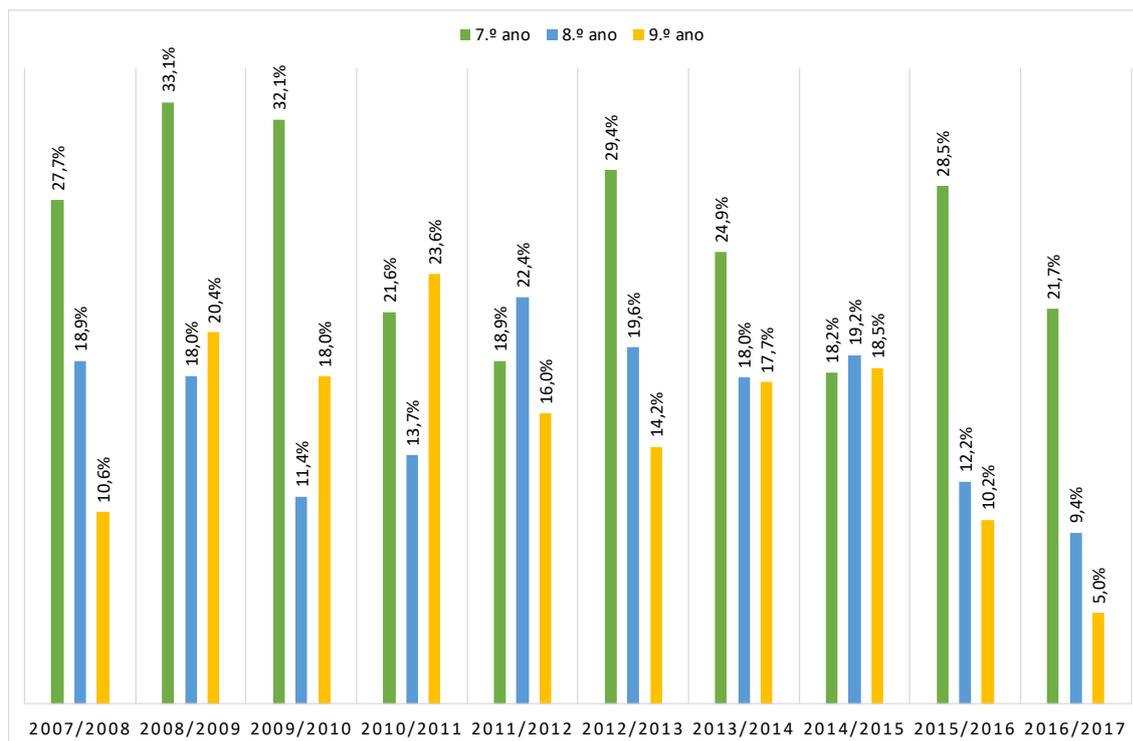


Figura III.4.2.2. 2 – Taxas de retenção nas escolas do 3.º ciclo (de 2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

O Quadro III.4.2.2. 2 apresenta a evolução entre os anos letivos 2007/2008 e 2016/2017 das taxas de retenção em cada ano de escolaridade verificadas nos estabelecimentos escolares com o 3.º ciclo do ensino básico do concelho de Sines.

Observa-se que, globalmente, os piores desempenhos das escolas do concelho de Sines ocorreram no 7.º ano de escolaridade, apesar de terem surgido esporadicamente, num determinado ano letivo e/ou numa determinada escola, taxas de retenção noutra ano de escolaridade piores do que as taxas do 7.º ano. A escola que aparenta ter o melhor desempenho global no período em análise é a Escola das Artes do Alentejo Litoral (taxas de 0%), não obstante ser difícil comparar os dois estabelecimentos pelas respetivas dimensões (número de alunos) e tipo de oferta.

A seguir à escola artística, a segunda escola com aparente melhor desempenho global no período em análise é a escola secundária Poeta Al Berto, apesar de alguns máximos locais em determinados anos superarem os piores desempenhos das restantes escolas do concelho (por exemplo, a taxa de retenção no 9.º ano em 2008/2009).

Quadro III.4.2.2. 2 – Taxas de retenção nas escolas do 3.º ciclo por escola e ano de escolaridade (2007/17)

Agrupamento / Estabelecimento / ano de escolaridade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
<b>Escolas de Sines</b>										
<b>EB Vasco da Gama</b>										
7.º Ano	37,7%	41,0%	39,3%	17,8%	24,1%	33,9%	28,3%	14,3%	36,4%	38,3%
8.º Ano	20,0%	24,4%	14,6%	20,0%	28,3%	30,8%	25,0%	19,2%	17,2%	17,0%
9.º Ano	23,1%	12,8%	14,3%	27,8%	25,0%	19,5%	17,5%	15,0%	6,8%	2,0%
<b>Não agrupadas</b>										
<b>ES Poeta Alberto</b>										
7.º Ano	21,9%	27,4%	27,9%	24,5%	16,2%	25,9%	21,6%	27,5%	22,5%	7,4%
8.º Ano	18,4%	15,2%	9,4%	10,4%	17,6%	13,9%	15,5%	20,3%	9,7%	5,0%
9.º Ano	1,4%	23,5%	19,3%	21,6%	12,0%	11,1%	19,8%	22,2%	13,4%	8,2%
CEF - tipo 2	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	9,1%	-	-
CEF - tipo 3	-	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
vocacional	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	6,7%
<b>Escola das Artes</b>										
7.º Ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	-	-
8.º Ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	-
9.º Ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>CENFIM</b>										
CEF - tipo 2	-	-	-	-	0,0%	0,0%	4,2%	11,5%	5,6%	-

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

A Figura III.4.2.2. 3 ilustra a evolução das taxas de retenção nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Sines, por nível de escolaridade e tipo de oferta. Pode observar-se que as maiores taxas se verificam no ensino geral (3.º e 2.º ciclos, por ordem decrescente), seguido dos cursos CEF e dos cursos do ensino artístico especializado do 2.º ciclo, sem contar com as elevadas taxas nos cursos vocacionais que aparecem esporadicamente (2.º ciclo em 2014/2015 e 3.º ciclo em 2016/2017). Os cursos do ensino artístico especializado do 3.º ciclo aparecem com taxas nulas em todos os anos da sua existência.

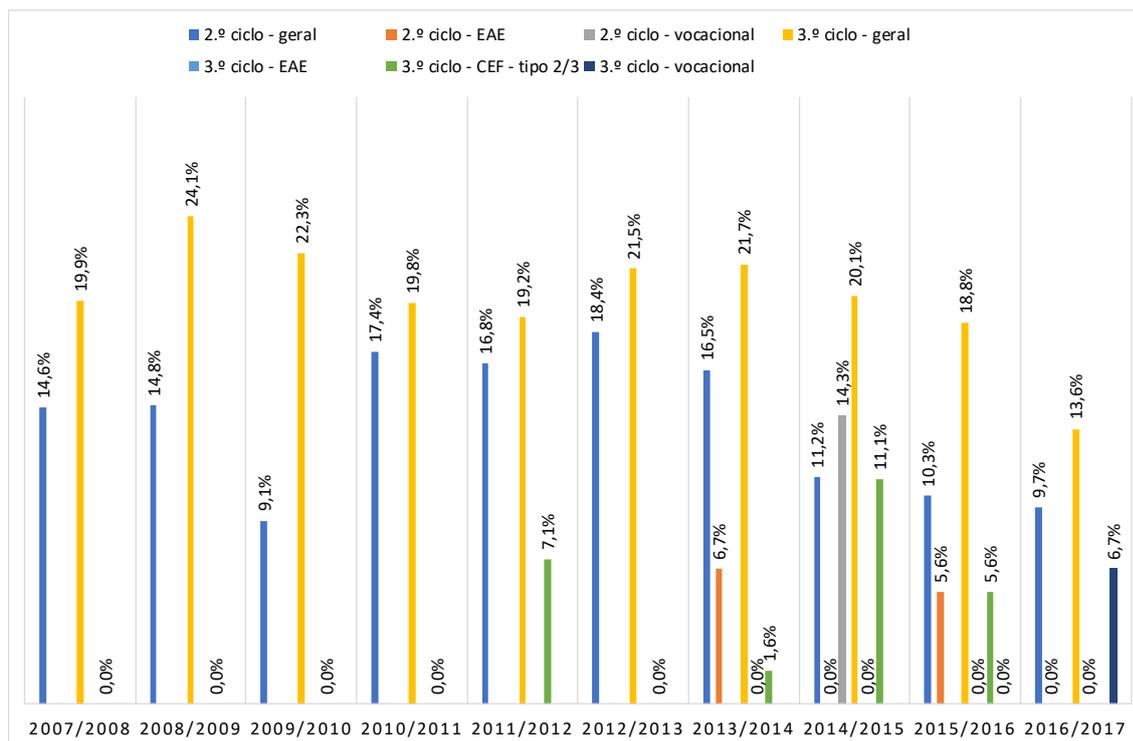


Figura III.4.2.2. 3 – Taxas de retenção nas escolas do 2.º e 3º ciclos por tipo de oferta (2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Na Figura III.4.2.2. 4 apresenta-se a taxa de abandono para os 2.º e 3º ciclos do ensino básico geral, do ensino artístico especializado e para as outras ofertas equivalentes a estes ciclos de ensino (CEF, cursos vocacionais). Observa-se que as taxas de abandono no 2.º ciclo do ensino básico geral são inexistentes ou nulas e as do 3.º ciclo do mesmo tipo de oferta é reduzido (até inexistente em alguns anos). As maiores taxas verificam-se nos cursos CEF do 3.º ciclo e no 2.º ciclo do ensino artístico especializado.

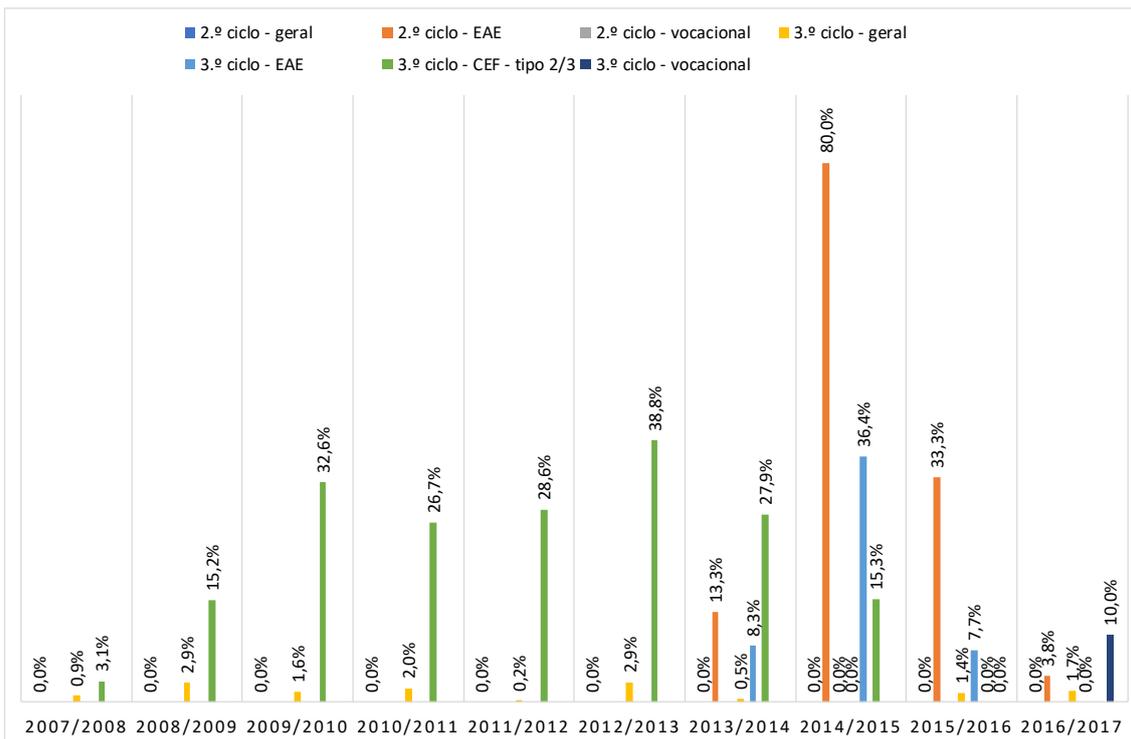


Figura III.4.2.2. 4 – Taxas de abandono no 2.º e 3.º ciclos do ensino regular e nas outras ofertas (2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

### III.4.2.3 Ensino secundário

Em relação à taxa de retenção no ensino secundário (cursos gerais e tecnológicos), representada na Figura III.4.2.3. 1, não são identificáveis tendências globais para o período em análise. Principalmente no que respeita aos 10.º e 11.º ano, verificam-se relativas estabilidades das respetivas taxas entre 2007/2008 e 2011/2012, seguidas de períodos de grande oscilação, chegando-se em 2017/2018 a alguns dos valores mais elevados destas taxas (23,1% e 18,2%, respetivamente). No que respeita ao 12.º ano, regista-se um forte crescimento da taxa de retenção até ao ano letivo 2010/2011, seguido de uma redução em 2011/2012, novo crescimento até 2013/2014, onde atinge o valor máximo, e subsequente decréscimo constante até ao ano letivo de 2017/2018 (com um valor de 30,9%).

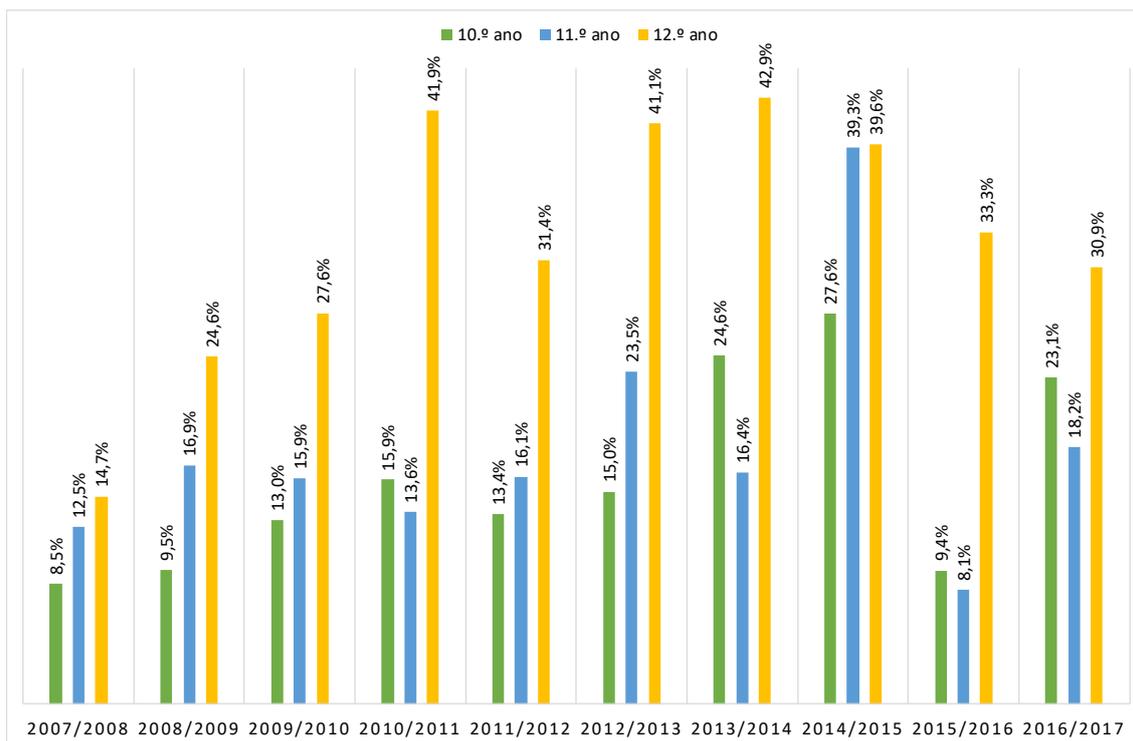


Figura III.4.2.3. 1 – Taxas de retenção nas escolas com ensino secundário (2007/17) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

O Quadro III.4.2.3. 1 apresenta a evolução entre os anos letivos 2007/2008 e 2016/2017 das taxas de retenção em cada ano de escolaridade verificadas nos estabelecimentos escolares com ensino secundário do concelho de Sines.

Observa-se que, globalmente, os piores desempenhos das escolas do concelho de Sines ocorreram nos 10.º, 11.º e 12.º anos dos cursos gerais / científico-humanísticos, apesar de terem surgido esporadicamente, num determinado ano letivo e/ou numa determinada escola, piores taxas de retenção noutros anos de escolaridade. Os melhores desempenhos globais no período em análise ocorrem no ensino profissional na escola secundária Poeta Al Berto em que as taxas nos dois primeiros anos de escolaridade são sempre nulas, não obstante algumas taxas no 3.º ano dos respetivos cursos profissionais apresentarem valores mais elevados do que outros anos de escolaridade de outros cursos nos mesmos anos.

Se a análise reportar a um ano de escolaridade apenas, o pior desempenho ocorre maioritariamente (em 6 dos 10 anos letivos analisados) no 3.º ano do ensino profissional da Escola Tecnológica. Os 2 primeiros anos do ensino profissional da Escola Tecnológica, o ensino profissional do CENFIM e os cursos tecnológico da escola secundária e do mesmo CENFIM apresentam quase sempre taxas nulas, em que a grande exceção reside na taxa de retenção do 11.º ano dos cursos tecnológicos do CENFIM em 2014/2015 com um valor que representa o máximo (66,7%) de todas taxas analisadas no período de tempo considerado.

Quadro III.4.2.3. 1 – Taxas de retenção nas escolas com ensino secundário por escola e ano de escolaridade (2007/17)

Estabelecimento / tipo de ensino / curso / ano de escolaridade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
<b>ES Poeta Al Berto</b>										
ensino regular										
cursos gerais										
10.º ano	8,6%	9,5%	13,0%	15,9%	13,4%	15,0%	44,7%	27,7%	9,4%	23,1%
11.º ano	12,7%	17,0%	15,9%	13,6%	16,1%	23,5%	16,4%	34,6%	9,3%	18,2%
12.º ano	16,2%	24,6%	28,0%	41,9%	31,4%	41,1%	42,9%	39,6%	38,8%	36,2%
cursos tecnológicos										
10.º ano	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11.º ano	0,0%	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
12.º ano	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
ensino profissional										
Nível IV										
1.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.º ano	-	0,0%	5,3%	22,2%	20,0%	27,3%	-	23,8%	9,1%	0,0%
cursos CEF										
tipo 5	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>CENFIM</b>										
ensino regular										
cursos tecnológicos										
10.º ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	27,3%	-	-
11.º ano	-	-	-	-	-	-	-	66,7%	0,0%	-
12.º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%
ensino profissional										
cursos profissionais										
1.º ano	-	-	-	-	-	-	-	5,6%	0,0%	0,0%
2.º ano	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
3.º ano	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	33,3%
<b>Escola Tecnológica</b>										
ensino profissional										
Nível IV										
1.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2.º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3.º ano	24,6%	25,5%	46,5%	33,3%	46,3%	43,1%	30,8%	55,5%	48,0%	27,0%

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

A Figura III.4.2.3. 2 ilustra a evolução das taxas de retenção no ensino secundário no concelho de Sines, entre os anos 2007/2008 e 2015/2016, por tipo de oferta. Pode observar-se que as maiores taxas se verificam no ensino geral (cursos gerais e tecnológicos, estes apenas no ano letivo 2014/2015), seguido dos cursos profissionais, com exceção do ano 2007/2008 em que a taxa no ensino profissional foi claramente superior às restantes (atingindo o seu máximo no

período). Os cursos do ensino artístico especializado do secundário iniciaram-se em 2017/2018, pelo que não existem ainda resultados para os mesmos.

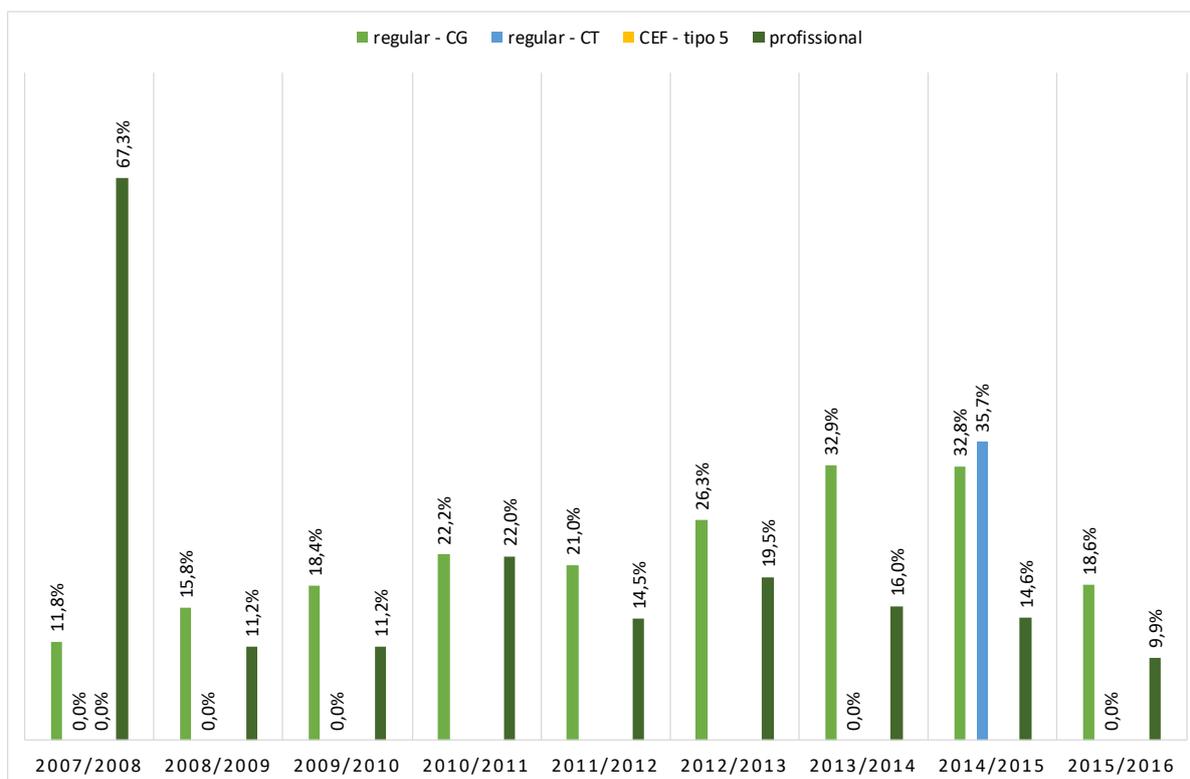


Figura III.4.2.3. 2 – Taxas de retenção nas escolas com ensino secundário por tipo de oferta (2007/16) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

A análise seguinte não inclui a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, uma vez que não se dispõe dos dados da mesma.

Na Figura III.4.2.3. 3 apresenta-se a taxa de abandono para o ensino secundário, cursos gerais e tecnológicos e outras ofertas educativas equivalentes a este nível de ensino (cursos profissionais e CEF do tipo 5). Globalmente, observam-se valores mais reduzidos nos últimos 3 anos letivos, com exceção dos cursos tecnológicos e dos cursos profissionais em 2015/2016. Os valores mais elevados observados no período considerado respeitam aos cursos tecnológicos (com um máximo de 29% em 2013/2014, igualmente máximo global de todas as ofertas) e aos cursos profissionais (com um máximo de 25,3% em 2009/2010). Os cursos gerais / científico-humanísticos apresentam taxas de abandono relativamente elevadas até 2013/2014 (entre 6,5% e 15%) e significativamente mais reduzidas nos últimos 3 anos letivos.

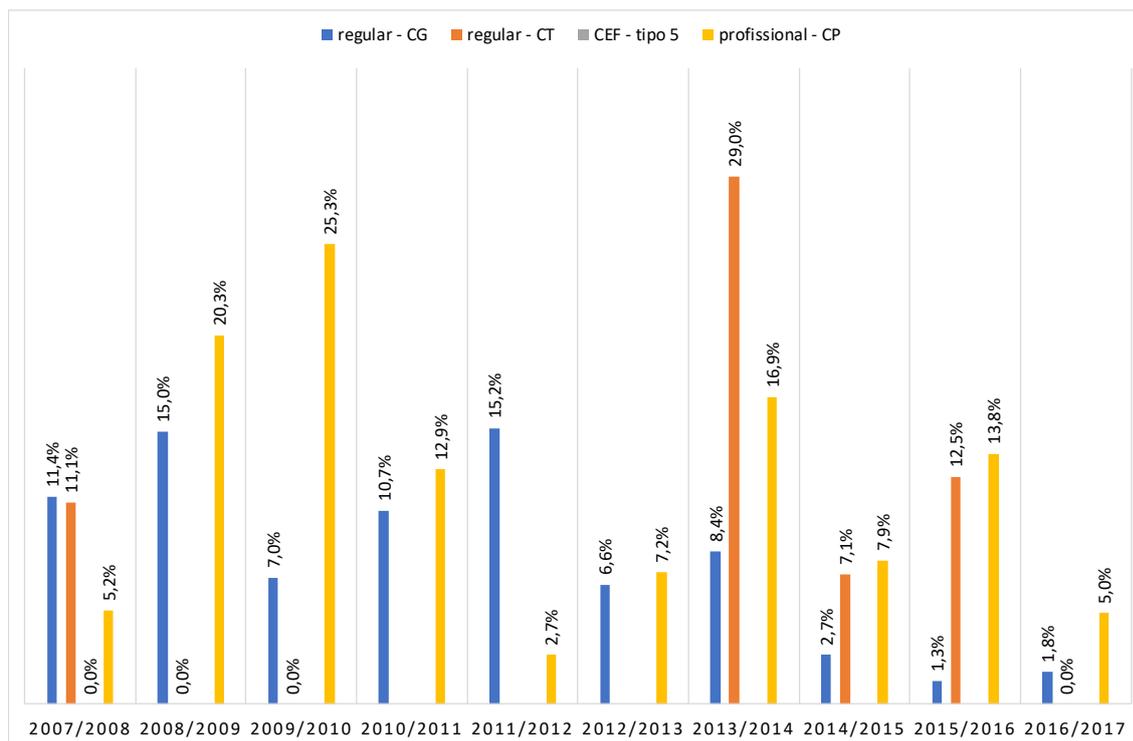


Figura III.4.2.3. 3 – Taxas de abandono no ensino secundário regular e nas outras ofertas equivalentes (2007/18) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

#### III.4.2.4 Comparação dos indicadores de desempenho de Sines com outros concelhos

O Quadro III.4.2.4. 1 apresenta as taxas de retenção e desistência nos 3 ciclos do ensino básico no ano letivo de 2015/16 a nível nacional, do Alentejo, do Alentejo Litoral e dos concelhos limítrofes.

Através da análise daquele quadro é possível perceber que aquela taxa no concelho de Sines é, em todos os ciclos do ensino básico, superior aos valores observados aos restantes níveis geográficos apresentados, nomeadamente aos valores dos concelhos vizinhos, com exceção da região do Alentejo no 1.º ciclo e do concelho limítrofe de Grândola no 2.º ciclo.

De destacar o 3º ciclo do ensino básico, onde o valor observado em Sines é substancialmente superior aos valores verificados nos concelhos vizinhos e na região a que pertence (Alentejo Litoral), com cerca de mais 50% relativamente a este último.

Quadro III.4.2.4. 1 - Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico no ano letivo 2015/2016

	<b>1º CICLO</b>	<b>2º CICLO</b>	<b>3º CICLO</b>
<b>Portugal</b>	3,7	6,7	10,0
<b>Alentejo</b>	5,0	8,6	10,9
<b>Alentejo litoral</b>	3,6	8,6	13,7
<b>Alcácer do sal</b>	3,2	7,0	13,7
<b>Grândola</b>	3,2	10,7	13,6
<b>Odemira</b>	4,1	10,1	9,3
<b>Santiago do Cacém</b>	2,8	5,8	13,7
<b>Sines</b>	4,9	10,3	20,2

Fonte: DGEEC / INE

No que respeita às taxas de transição / conclusão no ensino secundário no concelho de Sines, e na sua comparação com as taxas verificadas nos territórios administrativos e geográficos já anteriormente identificados (Quadro III.4.2.4. 2), as diferenças não são tão evidentes, demonstrando o concelho de Sines algum equilíbrio em comparação com os concelhos limítrofes e a região em que se insere Sines. Pode mesmo constatar-se que as taxas para o concelho de Sines são ligeiramente superiores às taxas regionais (Alentejo Litoral), com exceção dos cursos tecnológicos / profissionais, em que se verifica uma pequena inversão da tendência total e dos cursos gerais.

Quadro III.4.2.4. 2 - Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário no ano letivo 2015/2016

	<b>Total</b>	<b>Cursos gerais/ científico- humanísticos</b>	<b>Cursos tecnológicos / profissionais</b>
<b>Portugal</b>	84,3	82,0	88,4
<b>Alentejo</b>	85,3	81,6	91,8
<b>Alentejo Litoral</b>	83,1	78,7	89,8
<b>Alcácer do Sal</b>	85,5	82,7	95,7
<b>Grândola</b>	87,0	84,7	89,6
<b>Odemira</b>	82,0	75,9	90,1
<b>Santiago do Cacém</b>	78,6	77,4	88,7
<b>Sines</b>	85,7	79,2	88,9

Fonte: DGEEC / INE

### III.4.3. Desempenho escolar: resultados das provas de final de ciclo e exames nacionais

#### III.4.3.1 No 1.º ciclo do ensino básico

No final do 1.º ciclo do ensino básico, realizam-se provas finais de âmbito nacional de matemática e português. Analisam-se neste ponto os resultados obtidos nestas provas pelos alunos inscritos em estabelecimentos escolares do concelho de Sines, entre 2013 e 2015.

Na Figura III.4.3.1. 1, estão representadas as médias das notas (classificação por nível de 1 a 5) obtidas nas provas finais de matemática e português, entre 2013 e 2015, pelos alunos matriculados nas escolas básicas do 1.º ciclo do concelho de Sines, todas pertencentes ao agrupamento de Escolas de Sines, único no concelho. É possível observar a melhoria relevante (cerca de 0,4 pontos) das médias das notas na prova de português nos últimos 3 anos. Relativamente à prova de matemática, o ano de 2013 foi destacadamente o melhor, seguido de uma elevada quebra em 2014 e uma ligeira retoma em 2015, pois a média desse ano mantém-se ainda assim 2 décimas de ponto abaixo do melhor valor de 2013.

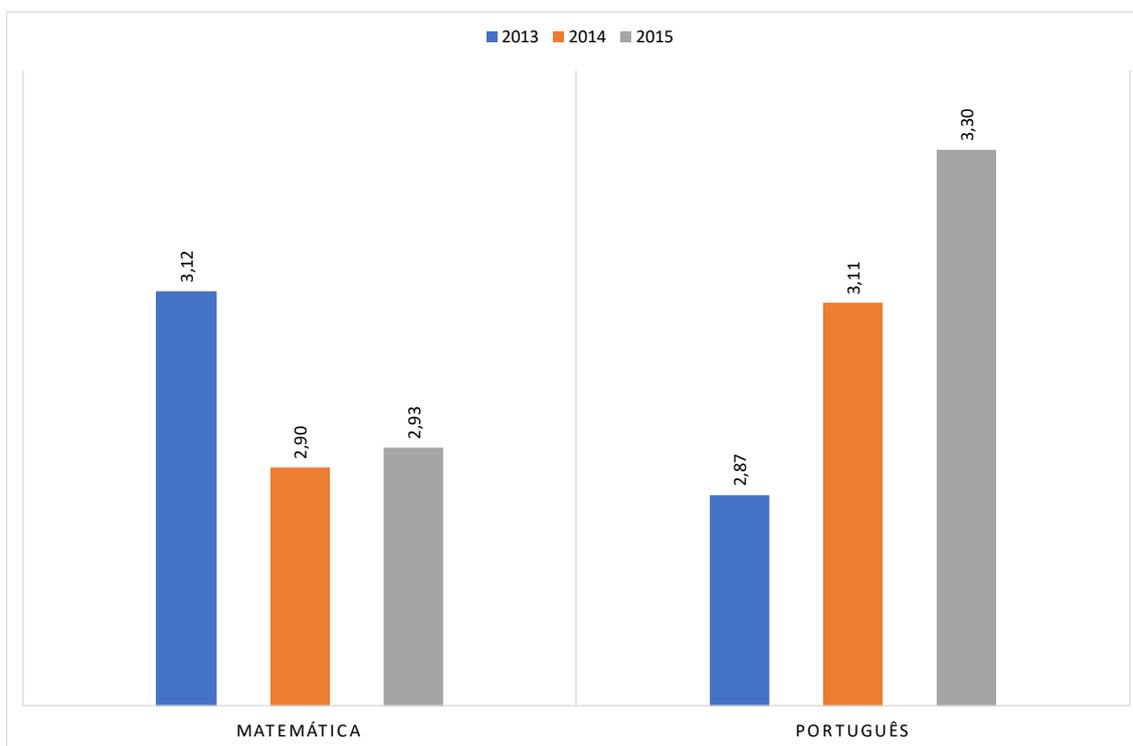


Figura III.4.3.1. 1 – Evolução da média das notas nas provas finais de matemática e português do 1.º ciclo (2013/2015) (2007/18) – Fonte: DGE

O Quadro III.4.3.1. 1 apresenta a evolução no mesmo período das médias das notas nas duas provas finais por estabelecimento com o 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Sines.

Constata-se que a escola com pior desempenho é a escola básica n.º1 de Sines pois teve, no período em análise, a pior média de notas em cada disciplina e em cada ano letivo, com exceção da nota na prova de matemática em 2013.

Devem realçar-se ainda as médias das notas nas provas de português verificadas no ano de 2013 em que todas as escolas obtiveram médias inferiores a 3 valores, com exceção da escola básica de Porto Covo.

*Quadro III.4.3.1. 1 – Evolução da média das notas nas provas finais de matemática e português do 1.º ciclo por estabelecimento (2013/2015)*

Agrupamento / Estabelecimento	Matemática			Português		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
AE de Sines						
EB de Porto Covo	3,69	3,36	2,75	3,44	3,64	3,50
EB n.º 1 de Sines	3,00	2,55	2,51	2,76	2,60	2,87
EB n.º 2 de Sines	3,08	3,61	3,07	2,84	3,64	3,60
EB n.º 3 de Sines	3,05	2,41	3,43	2,78	3,03	3,63

*Fonte: DGE*

#### *III.4.3.2 No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico*

No final do 2.º ciclo do ensino básico, realizam-se provas finais de âmbito nacional de matemática e português, e no final do 3.º ciclo realizam-se exames nacionais (designados de provas finais até 2014). Analisam-se neste ponto os resultados obtidos nestas provas pelos alunos inscritos em estabelecimentos escolares do concelho de Sines, entre 2012 e 2015 (2.º ciclo) e entre 2011 e 2016 (3.º ciclo).

Na Figura III.4.3.2. 1, estão representadas as médias das notas (classificação por nível de 1 a 5) obtidas, nas provas finais de matemática e português, entre 2012 e 2015, pelos alunos matriculados na única escola com 2.º ciclo do concelho de Sines, com exceção da Escola das Artes do Alentejo Litoral para a qual não foi possível obter os respetivos dados. Constata-se uma tendência de crescimento na média das notas nas provas de português entre os anos 2013 e 2015, após uma redução significativa de 2012 para 2013. Relativamente às provas de matemática, não é possível determinar uma tendência de evolução da média das notas no período em análise, contudo, observa-se um acréscimo relevante no último ano analisado (2015) face ao anterior (2014).

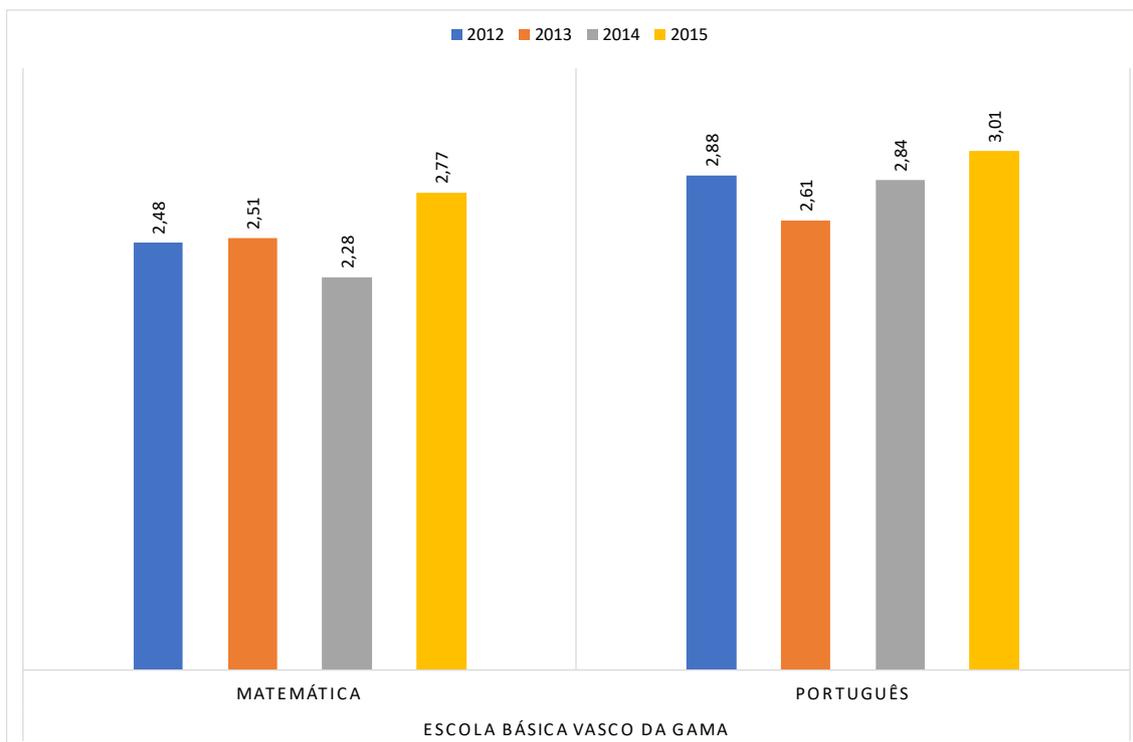


Figura III.4.3.2. 1 – Evolução da média das notas nas provas finais de matemática e português do 2.º ciclo (2012/2015) –  
Fonte: DGE

Na Figura III.4.3.2. 2, estão representadas as médias das notas (classificação por nível de 1 a 5) obtidas, nos exames nacionais de matemática e português (com a designação de provas finais até 2014), entre 2011 e 2016, pelos alunos matriculados nas escolas básicas com 3.º ciclo do concelho de Sines. Não é possível determinar uma tendência de evolução global, no período em análise, das médias das notas nas duas provas. É possível, porém, observar que a média das notas nas provas de português estabilizou por volta dos 2,75 valores nos anos de 2015 e 2016. Por outro lado, a média das notas nas provas de matemática atingiu em 2016 o seu máximo destacado com 2,94 valores, mais um ponto relativamente ao valor do que se verificava no início do período em 2011 (1,93 valores).

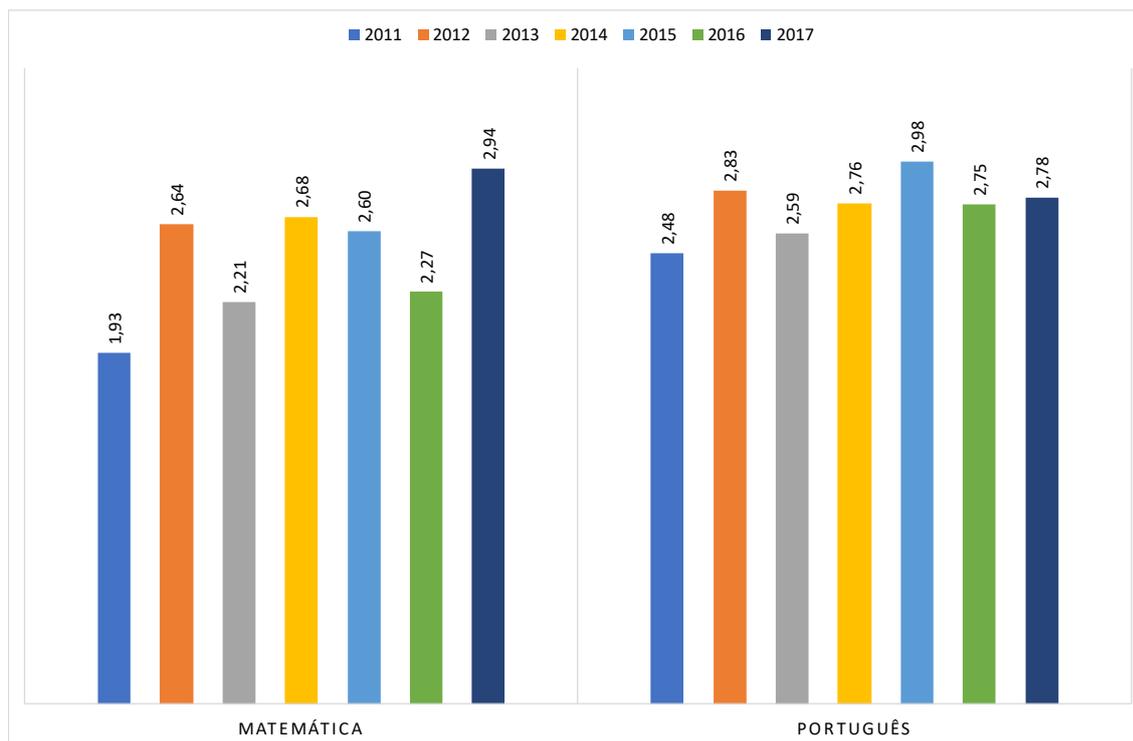


Figura III.4.3.2. 2 – Evolução da média das notas nos exames nacionais de matemática e português do 3.º ciclo (2011/2016)  
– Fonte: DGE

O Quadro III.4.3.2. 1 apresenta a evolução no mesmo período das médias das notas nas duas provas finais por estabelecimento escolar com o 3.º ciclo do ensino básico da rede de escolas públicas do concelho de Sines.

Constata-se que a escola com melhor desempenho global é a escola secundária Poeta Al Berto pois teve, no período em análise, a melhor média de notas de todas as escolas na disciplina de matemática em 5 dos 6 anos analisados (em igualdade no ano de 2016) e a melhor média nas provas de português em 3 anos. No entanto a diferença não é significativa, sobretudo nos últimos 3 anos em que a diferença inicial se esbateu, e inverteu mesmo em algumas anos e disciplinas, como se pode observar nas figuras seguintes.

Quadro III.4.3.2. 1 – Evolução da média das notas nos exames finais de matemática e português do 3.º ciclo por estabelecimento da rede de escolas públicas (2011/2016)

Estabelecimento	Matemática						Português					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Não agrupada</b>												
ES Poeta Al Berto	2,58	2,59	2,50	2,26	2,50	2,26	2,47	3,05	2,30	2,74	3,08	2,71
<b>Escolas de Sines</b>												
EB Vasco da Gama	1,95	2,36	2,04	2,49	2,34	2,26	2,42	2,61	2,47	2,63	3,09	2,76

Fonte: DGE

A Figura III.4.3.2.3 e a Figura III.4.3.2.4, apresentam a distribuição pelos 5 níveis de classificação das notas obtidas nos exames nacionais do 3.º ciclo de português e matemática na escola básica Vasco da Gama e na escola secundária Poeta Al Berto.

No que respeita aos exames de matemática, os comportamentos são ligeiramente diferentes, pois enquanto a escola básica Vasco da Gama tem as maiores percentagens de alunos classificados nos níveis 2, 4 (onde a diferença é maior) e 5, enquanto a escola secundária Poeta Al Berto tem as maiores percentagens de alunos no nível 1, verificando-se por último uma certa igualdade no nível 2. Observa-se ainda que em ambas as escolas mais de 60% dos alunos estão classificados nos 2 primeiros níveis.

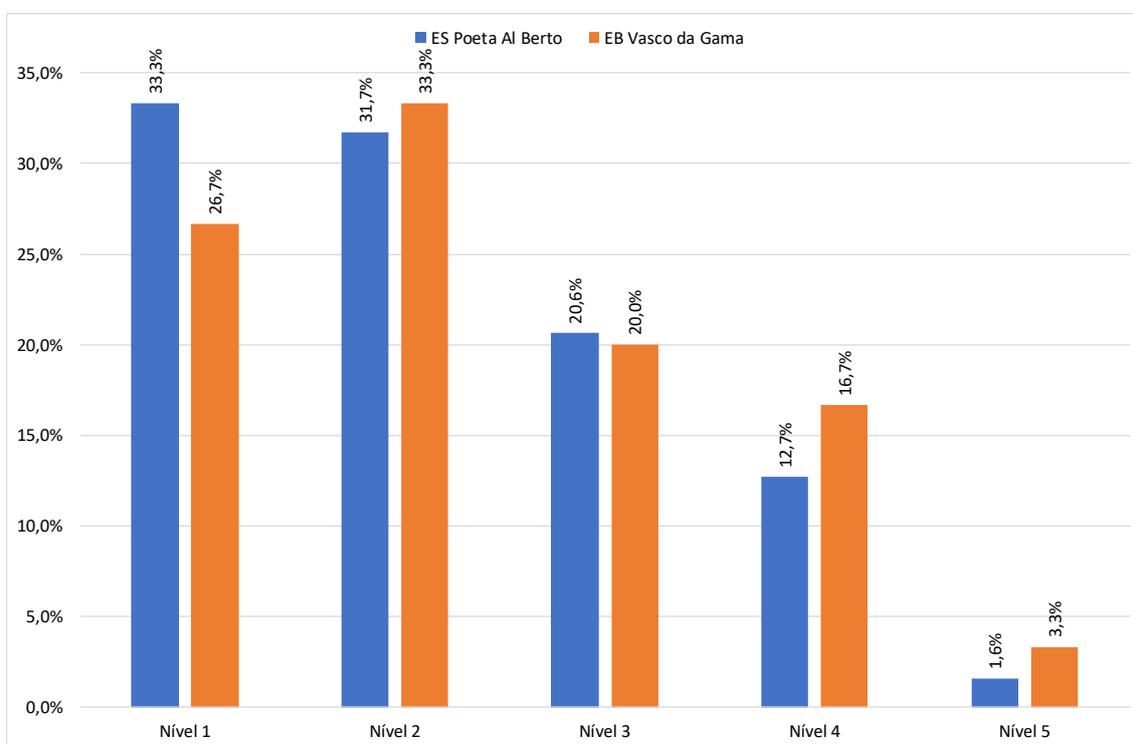


Figura III.4.3.2.3 – Distribuição das notas nos exames nacionais de matemática do 3.º ciclo do ensino básico por nível de classificação e por estabelecimento de ensino em 2016

No que respeita aos exames de matemática, constata-se que em ambos os estabelecimentos não existe qualquer aluno classificado nos níveis 1 e 5. Constata-se que a escola básica Vasco da Gama tem as maiores percentagens de alunos classificados nos níveis 3 e 4 (neste nível com larga vantagem) perfazendo nestes 2 níveis uma percentagem de alunos superior a 70%, enquanto a escola secundária Poeta Al Berto tem a maior percentagem de alunos no nível 2 (mais de metade dos seus alunos).

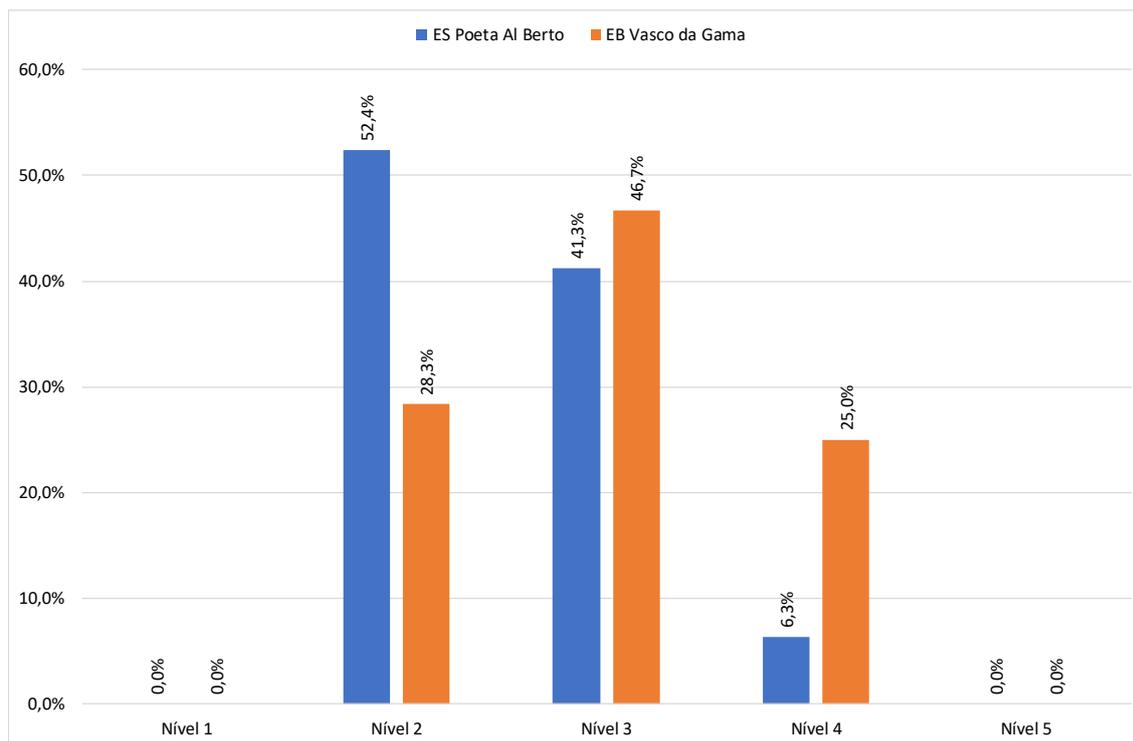


Figura III.4.3.2.4 – Distribuição das notas nos exames nacionais de português do 3.º ciclo do ensino básico por nível de classificação e por estabelecimento de ensino em 2016

### III.4.3.3 Ensino secundário

Nos dois últimos anos do secundário realizam-se exames nacionais. Analisam-se neste ponto os resultados obtidos nestas provas pelos alunos inscritos na escola secundária Poeta Al Berto, entre 2011 e 2017.

Na Figura III.4.3.3.1, estão representadas as médias das notas (pontuadas entre 1 e 200) obtidas pelos alunos da escola secundária Poeta Al Berto, nos exames finais nacionais do ensino secundário, que se realizam entre o 11.º ano e o 12.º ano. Para maior facilidade de análise, as disciplinas foram agregadas do seguinte modo:

- Matemática (matemática A, matemática B e matemática aplicada às ciências sociais);
- Português (incluindo literatura portuguesa);
- Ciências (economia, física e química, geografia e geometria descritiva);
- Humanidades (desenho, história, história da cultura e das artes, línguas estrangeiras e filosofia).

Com exceção das disciplinas de matemática e humanidades, não se descortinam tendências claras de evolução das médias das notas nos exames de cada disciplina, ou conjunto de disciplinas, no entanto é possível realçar o seguinte:

- Nas disciplinas de matemática e humanidades, após uma descida significativa de 2011 para 2012, observa-se nos anos seguintes um crescimento contínuo das médias, com exceção da matemática em 2017, ano em que se verifica uma ligeira diminuição;

- Em cada disciplina, ou conjunto de disciplinas, o mínimo no período em análise foi observado em dois anos consecutivos 2012, para as provas de matemática e humanidades, e 2013, para as provas de português e ciências;
- Globalmente, as melhores médias verificam-se nas disciplinas de humanidades, seguidas do português, das ciências e, por último, da matemática, com exceção dos últimos 3 anos em que ultrapassa as ciências;
- As médias das disciplinas de matemática (consideradas conjuntamente nesta análise) e de ciências foram sempre inferiores a 100 valores;
- As médias das disciplinas de português e de humanidades andam sempre próximas dos 100 pontos, e acima desse valor, com exceção dos anos de 2011 e 2013 para o português e de 2012 para as humanidades em que a média desce para valores entre os 82 e 88.

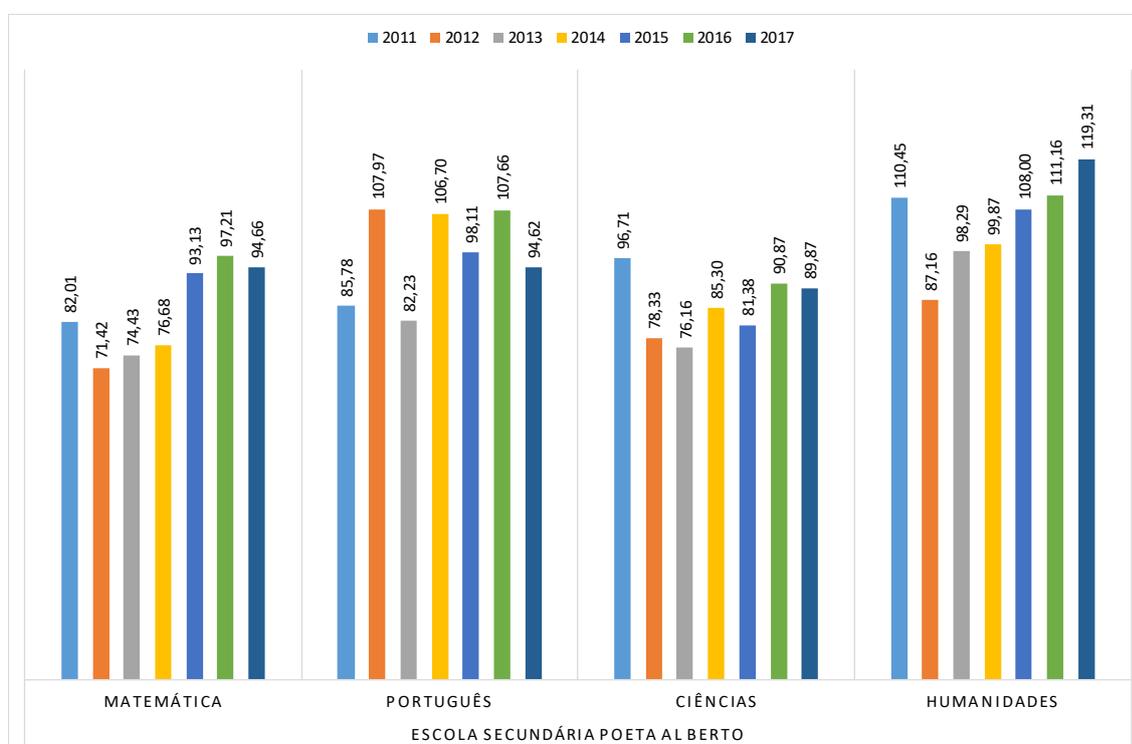


Figura III.4.3.3.1– Evolução da média das notas nos exames nacionais do ensino secundário da ES Poeta Al Berto (2011/2017) – Fonte: DGE

A Figura III.4.3.3.1 apresenta a distribuição por escalões de 20 pontos das notas obtidas nos exames finais nacionais do ensino secundário nas disciplinas de matemática, português, ciências e humanidades, pelos alunos da escola secundária Poeta Al Berto.

Constata-se nesta figura que apenas nas disciplinas de português e humanidades se verificam nos estabelecimentos 50% dos alunos ou mais com classificações superiores a 100 pontos. Nas restantes disciplinas, verifica-se que a grande maioria dos alunos têm classificações inferiores a 100 pontos.

### III.4.4. Taxas de escolarização

As taxas de escolarização (no que se refere exclusivamente à educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) no concelho de Sines, para cada idade da criança/jovem, são apresentadas na

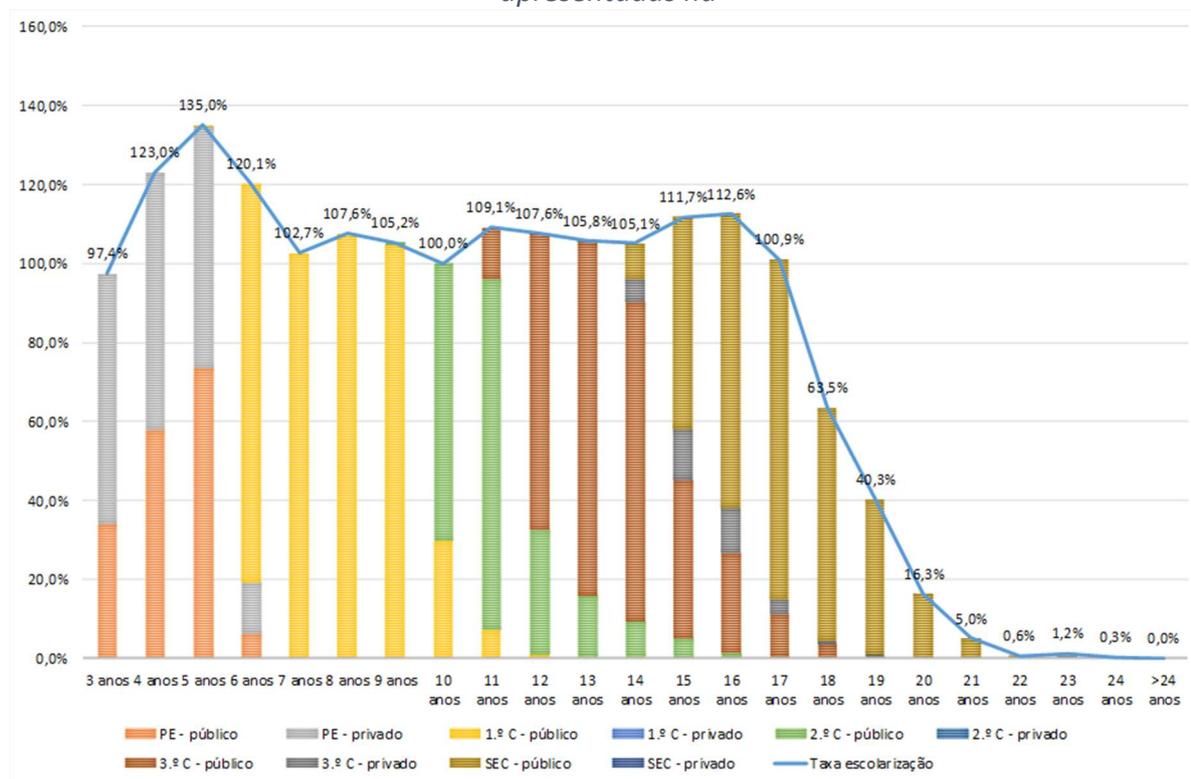


Figura III.4.4. 1. Estas taxas foram apuradas para o ano censitário de 2011, com base nos dados do CENSO de 2011 (no que respeita a residentes, por idade dos mesmos) e fornecidos pelos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Sines (no que respeita à média de alunos que frequentaram escolas do concelho de Sines, por idade dos mesmos, nos anos letivos 2010/11 e 2011/12 para atenuar a falta de coincidência entre os instantes de recolha desta informação face aos dados dos CENSOS).

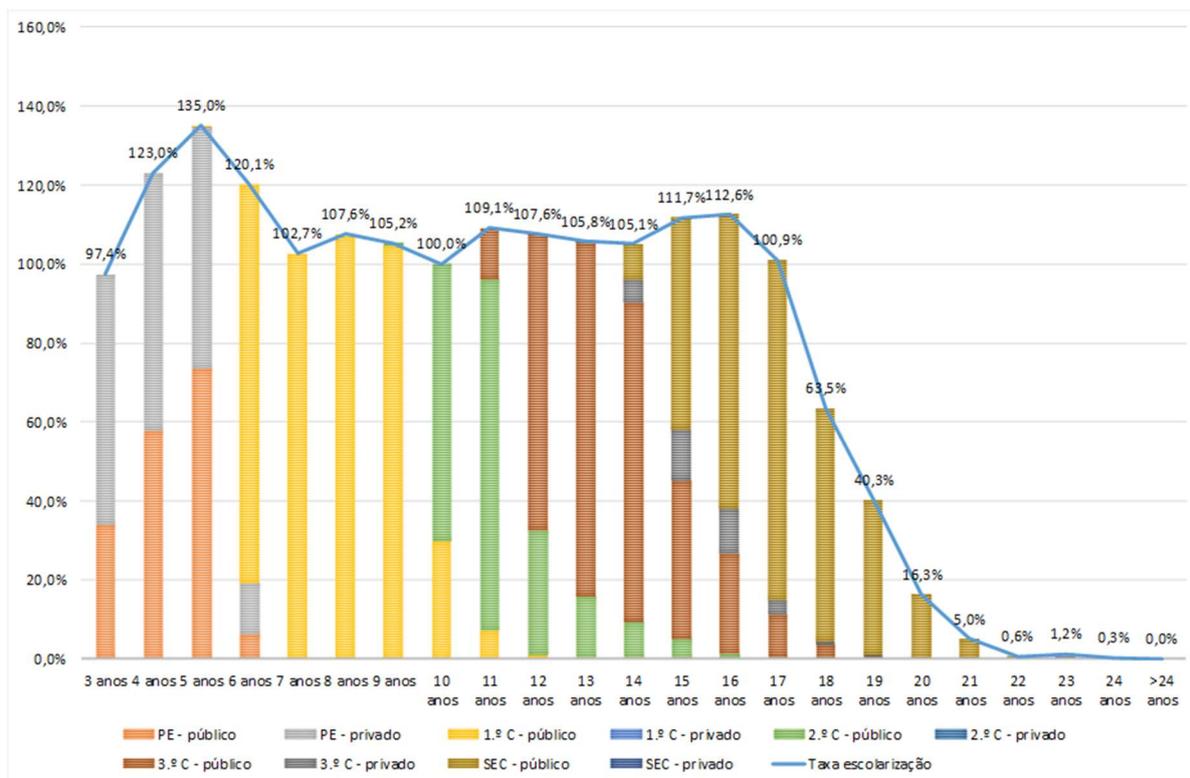


Figura III.4.4. 1 – Taxas de escolarização em 2011, no concelho de Sines - Fontes: INE (Censo 2011), estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

De sublinhar a constatação de que as taxas de escolarização apuradas apresentam valores sistematicamente superiores a 100% para idades entre os 4 e os 17 anos de idade, o que pode indiciar duas situações:

- Os jardins-de-infância de Sines acolhem e são frequentados por crianças com residência noutros concelhos, pois as taxas atingem os valores mais elevados (entre 120% e 135%) entre os 4 e os 6 anos de idade;
- As taxas elevadas entre os 11 e os 14 anos (superior a 105%) podem dever-se aos efeitos da retenção, que leva a que crianças e jovens frequentem ciclos e níveis de ensino fora das idades próprias de frequência desses ciclos e níveis de ensino;
- As taxas ainda mais elevadas nos jovens com 15 e 16 anos (superior a 110%) podem dever-se não só aos efeitos da retenção, mas também à frequência das escolas com ensino secundário (ou profissional equivalente) por jovens com residência noutros concelhos.

Estas taxas de escolarização, também para 2011, mas agora agregadas segundo os escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada ciclo e nível de educação e ensino, são apresentadas na Figura III.4.4. 2.

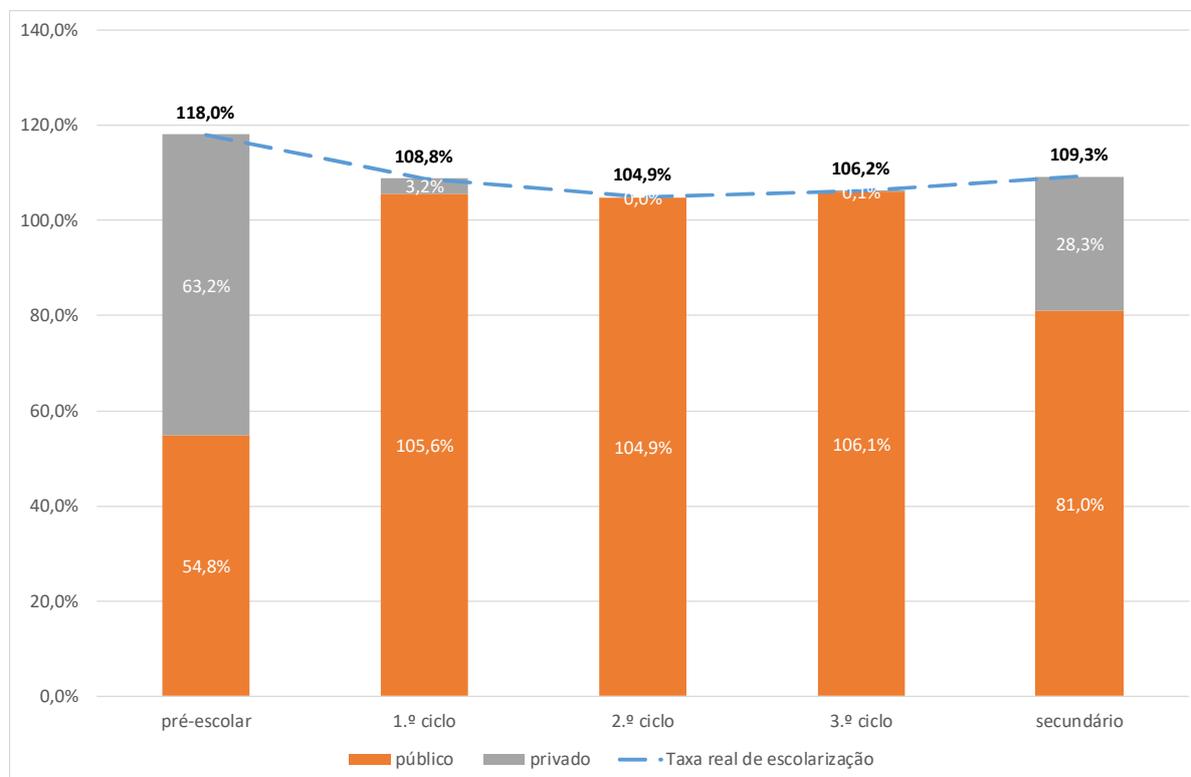


Figura III.4.4. 2 – Taxas de escolarização em 2011, no concelho de Sines (por escalão etário) - Fontes: INE (Censo 2011), estabelecimentos de educação e ensino, CMS e DGEEC

Na observação da figura acima constata-se o seguinte:

- i. Uma repartição da taxa de frequência das idades próprias correspondentes à educação pré-escolar que privilegia o ensino privado (IPSS e particular e cooperativo) em detrimento do ensino público, resultando ainda numa taxa bem superior a 100%, o que indicia mais uma vez que os jardins-de-infância do concelho, especialmente os privados, podem funcionar como atração das populações em idades pré-escolares dos concelhos limítrofes;
- ii. Para as idades próprias correspondentes à frequência do ensino básico, as taxas de escolarização rondam os 100%, o que indicia, introduzindo os efeitos da retenção, que as escolas básicas do concelho não atraem alunos exteriores ao concelho;
- iii. As taxas de escolarização são superiores a 100% nas idades próprias correspondentes ao ensino secundário, o que pode indiciar, apesar dos efeitos da retenção e do abandono escolar, que a oferta de ensino profissional equivalente ao secundário, com ligação ao tecido industrial e de serviços existente no concelho, é atrativa para os alunos dos concelhos vizinhos.

### III. 5. Áreas de apoio à família e da ação social escolar

#### III.5.1 Ação social escolar

A Ação Social Escolar – ASE é uma das formas de discriminação positiva e combate à exclusão de crianças e jovens, mas também se constitui como uma ferramenta para prevenir o abandono escolar e ao mesmo tempo promover o sucesso escolar de todos os alunos dos ensinos básico e secundário. Estas medidas de apoio socioeducativo destinam-se essencialmente a alunos pertencentes a agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações e ajudas de ordem financeira ou material. Contudo há tipologias de ação social que são mais transversais e os critérios de atribuição não estão diretamente relacionados com situações de carência financeira, como é por exemplo o caso do transporte escolar ou das atividades extracurriculares oferecidas nas escolas.

No caso do concelho de Sines o tipo de apoios concedidos através do ASE centram-se nas seguintes vertentes:

- Apoio Social Escolar
- Bolsas de Estudo
- Transportes Escolares
- Refeições Escolares

A atribuição do escalão de apoio social escolar segue as normas de atribuição do escalão de abono de crianças e jovens definidas pela Segurança Social. Contudo, no caso de Sines, a distribuição de Cadernos de Atividades é um apoio garantido a todas as crianças do município, nos escalões 1 e 2.

Os manuais escolares são gratuitos para todos os alunos do 1º Ciclo, de acordo com verba do Ministério da Educação.

Existem então dois escalões de apoio social escolar, variando o nível e tipo de apoios dados conforme o escalão:

- Escalão 1 – os alunos inseridos neste escalão têm direito aos cadernos de atividades e a material escolar, e ainda isenção do pagamento das senhas de refeição;
- Escalão 2 – os alunos só têm direito aos cadernos de atividade e à isenção de metade do valor das senhas de refeição.

Está previsto que, a partir do ano letivo de 2018/2019, os manuais do 2º ciclo do ensino básico também serão gratuitos, sendo que os alunos só terão de adquirir, eventualmente, os cadernos de atividades.

Relativamente às Bolsas de Estudo, a CMS atribui bolsas de estudo para os alunos do concelho economicamente mais carenciados que pretendem seguir os estudos para o ensino superior.

Outra das vertentes da ASE é a oferta de Transporte Escolar aos alunos do ensino básico residentes nos arredores da cidade de Sines. O Programa de Transportes Escolares opera através de viaturas do município em circuito especial para as respetivas escolas. No caso dos alunos residentes em Sines, mas que não encontram no concelho as respostas educativas que desejam, a autarquia comparticipa os passes escolares.

Outra das competências descentralizadas na CMS são as refeições escolares, competindo à autarquia a gestão dos refeitórios da rede de escolas públicas de pré-escolares e 1º ciclo do concelho.

Como se pode observar nas Figuras III.5.1.1 e III.5.1.2 é possível ver a evolução no número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar nos últimos anos letivos. Ao nível da educação pré-escolar, o número de alunos abrangidos pelo Escalão A tem observado um ligeiro crescimento, sendo apoiados 62 alunos em 2017/18, o Escalão B observa nos anos mais recentes um ligeiro decréscimo dos alunos abrangidos, decréscimo também observado ao nível dos alunos sem ASE. No 1º ciclo observa-se uma estabilização do número de alunos abarcados pelo Escalão A e um recente decréscimo dos alunos abrangidos pelo Escalão B, enquanto o número de alunos sem apoios da ASE aumentou nos últimos 2 anos letivos.

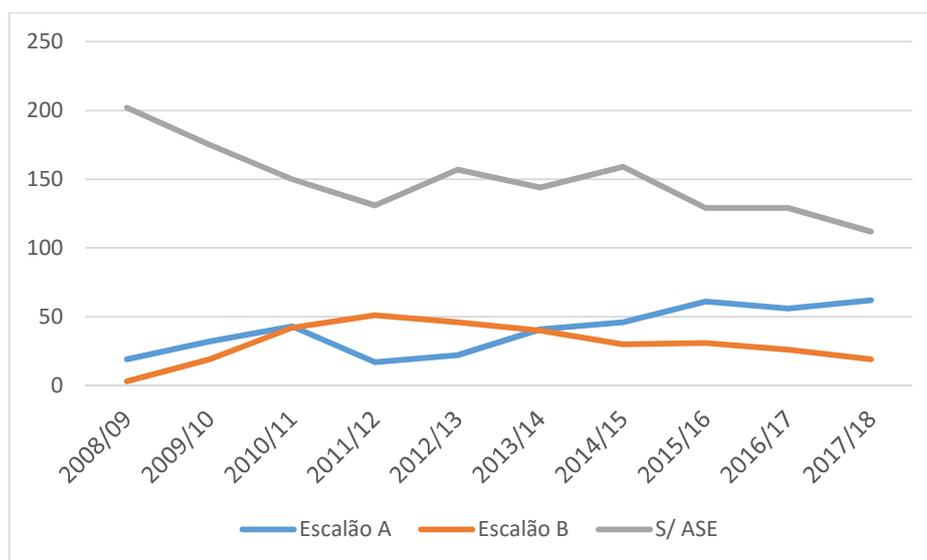


Figura III.5.1.1 Número de alunos, na educação pré-escolar, abrangidos pela Ação Social Escolar entre os anos letivos de 2008/09 e 2017/18 nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

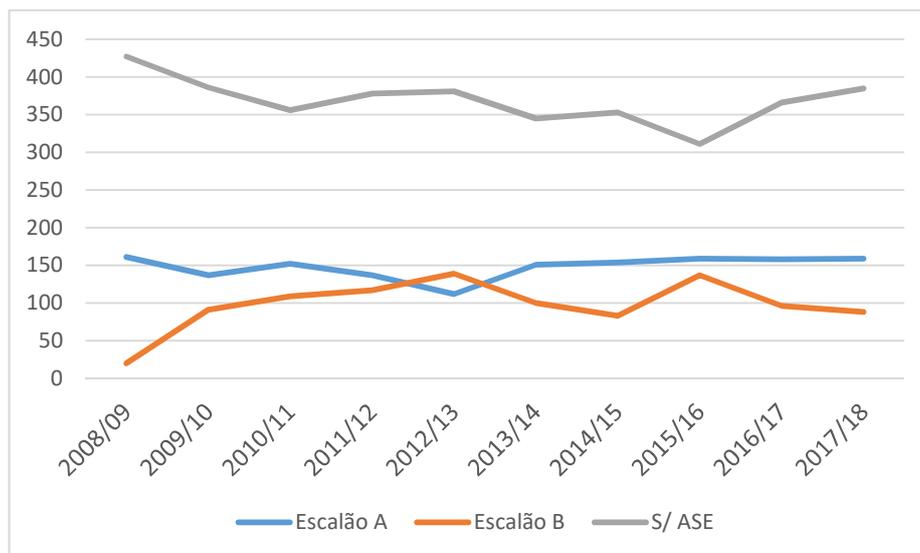


Figura III.5.1.2 Número de alunos, no 1º ciclo, abrangidos pela Ação Social Escolar entre os anos letivos de 2008/09 e 2017/18 nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

Na Figura III.5.1.3 são apresentados os valores globais de alunos apoiados pela ASE em todos os ciclos de ensino e escolas do concelho. Percebe-se que a grande maioria dos alunos apoiados se encontra no Escalão A, tendo este escalão observado um aumento considerável a partir do ano letivo de 2014/15 até 2016/17 onde atingiu os 325 alunos apoiados, enquanto o Escalão B teve maiores oscilações no número de alunos apoiados. No último ano letivo, 2017/18, ambos os escalões sofreram uma quebra acentuada no número de alunos apoiados, totalizando agora 248 alunos apoiados no Escalão A e 148 alunos no Escalão B.

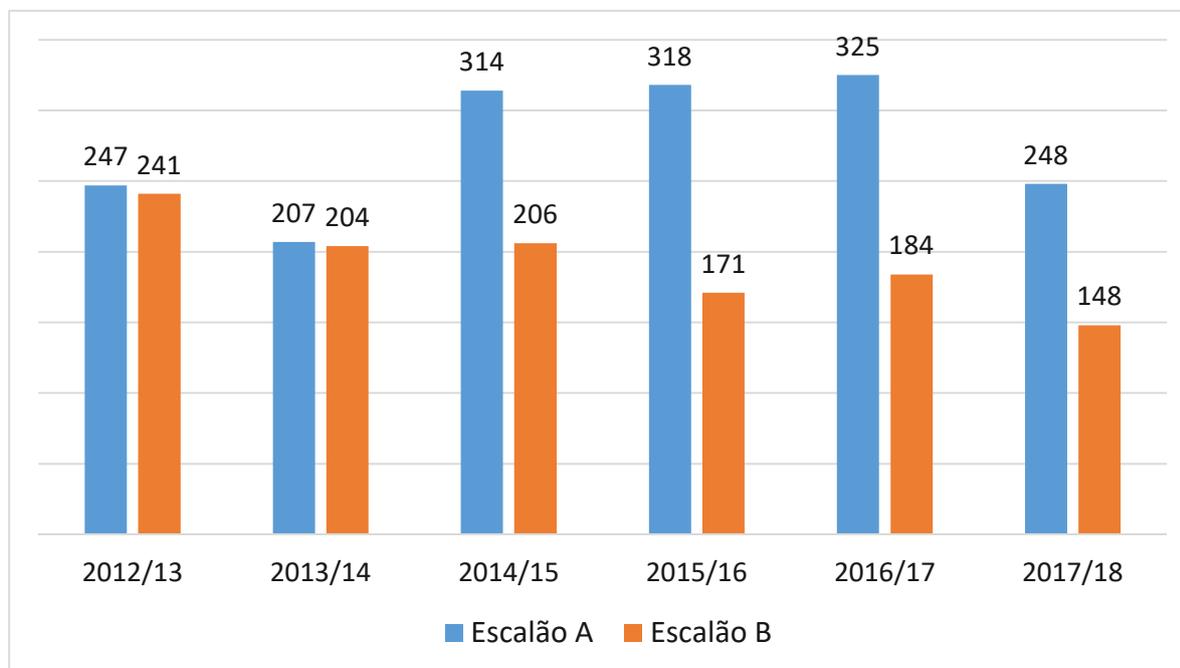


Figura III.5.1.3 Número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar entre os anos letivos de 2012/13 e 2017/18 em todos os ciclos de ensino e nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

Relativamente à distribuição percentual dos apoios pela população escolar do pré-escolar e 1º ciclo (ver Figura III.5.1.3), em ambos os casos praticamente 60% dos alunos estão excluídos dos apoios da ASE. Mas no caso do pré-escolar 32% têm acesso aos apoios do Escalão A, enquanto no 1º ciclo o valor desce para 25%. No caso do Escalão B, a percentagem de alunos abrangidos no pré-escolar (praticamente 10%) é inferior à do 1º ciclo, que já perfaz 14% dos alunos.

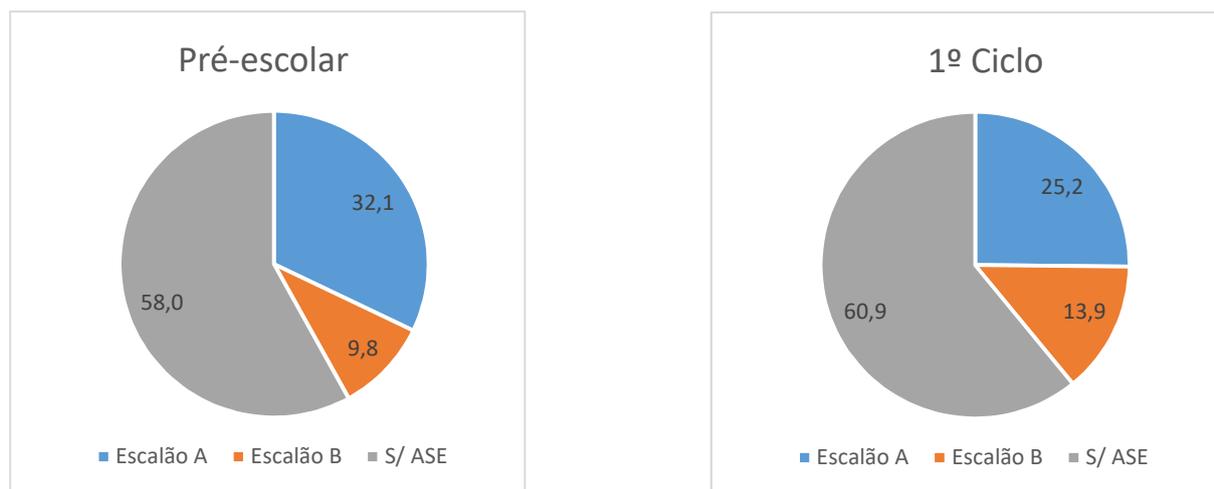


Figura III. 5.1.3 Distribuição percentual do número de alunos apoiadas pela Ação Social Escolar no ano letivo de 2016/17 ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

Na Figura III.5.1.4 é possível analisar a distribuição percentual dos alunos apoiados pela ASE nas escolas do concelho de Sines. A escola com maior percentagem de alunos apoiados é a EB de Porto Covo (1º ciclo + JI), que é a única escola que serve a freguesia de Porto Covo e a única que se situa fora da cidade de Sines. As demais escolas apresentam taxas relativamente mais baixas, como por exemplo a EB nº3 de Sines com 17.4% de alunos apoiados, mas ainda assim um valor não desprezável neste contexto.

Relativamente à Escola Básica Vasco da Gama, 38.3% dos seus alunos são subsidiados pela ASE, enquanto na Escola Secundária e de 3º Ciclo Poeta Al Berto este valor decresce ligeiramente (35.4%).

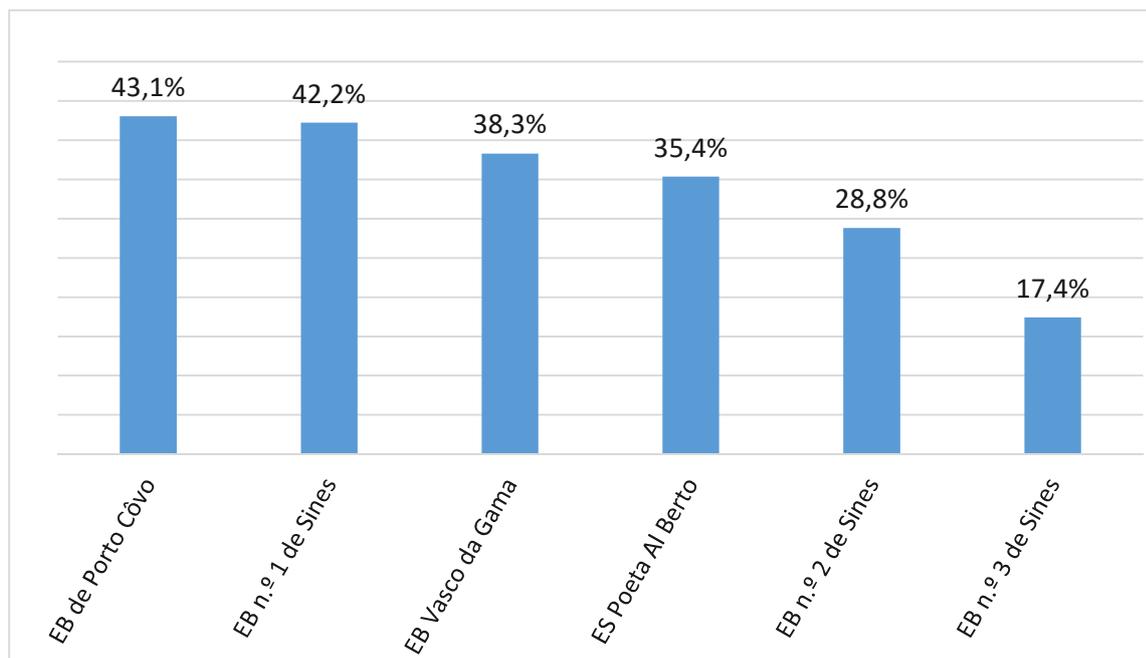


Figura III. 5.1.4 Distribuição percentual dos alunos apoiados pela Ação Social Escolar no ano letivo de 2017/18 nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

### III.5.2 Alimentação Escolar

A Câmara Municipal de Sines tem como competência descentralizada a gestão dos refeitórios escolares do pré-escolar e 1.º ciclo da rede pública do concelho de Sines. O município assegura assim a conceção das refeições, a fiscalização do funcionamento dos refeitórios, controlando desta forma as condições básicas para a produção de refeições seguras, garantindo a qualidade da prestação do serviço de refeições escolares.

Como apresentado na Figura III.5.2.1 o número de refeições escolares servidas nos últimos anos letivos tem observado ligeiras quebras, tanto no pré-escolar como no 1º ciclo. Enquanto em 2008/09 foram servidas mais de 134 mil refeições no pré-escolar e no 1º ciclo este número passou para pouco mais de 110 mil refeições em 2016/17, o que indica uma quebra de 17.4% no número de refeições.

No ano letivo de 2016/17 foram servidas quase 77 mil refeições no pré-escolar e mais de 33 mil refeições ao nível do 1º ciclo.

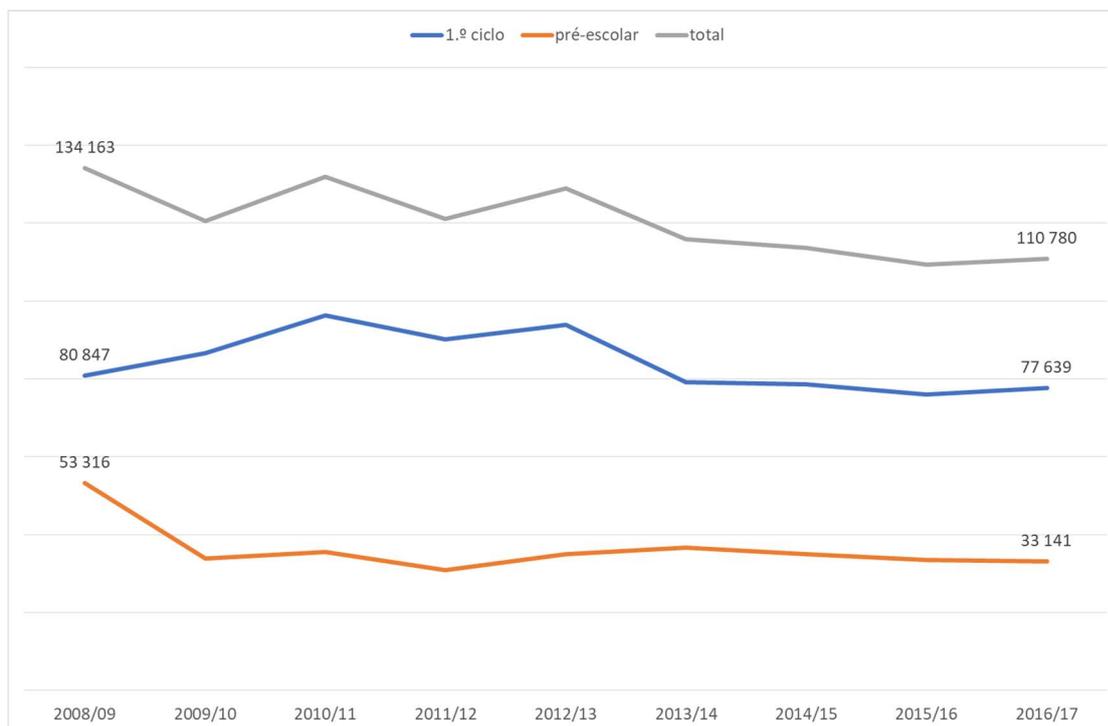


Figura III.5.2.1 – Número total de refeições servidas no pré-escolar e 1º ciclo entre os anos letivos de 2008/09 e 2016/17 nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

Ainda no âmbito das refeições servidas importa analisar qual é o peso dos apoios garantidos pela Ação Social Escolar nesta área. Assim, e como se observa na Figura III.5.2.2, uma grande parte das refeições servidas aos alunos são comparticipadas pela ASE. No pré-escolar praticamente 41% das refeições são apoiadas, isto no conjunto dos dois Escalões, sendo que no Escalão A, que perfaz 26,4% das refeições estão são comparticipadas na totalidade e as refeições do Escalão B (14,7%) têm uma isenção de metade do valor. Ao nível do 1º ciclo, o peso dos apoios aumenta ligeiramente, com quase 45% das refeições a serem comparticipadas, mas com o Escalão A a ganhar peso face ao Escalão B.

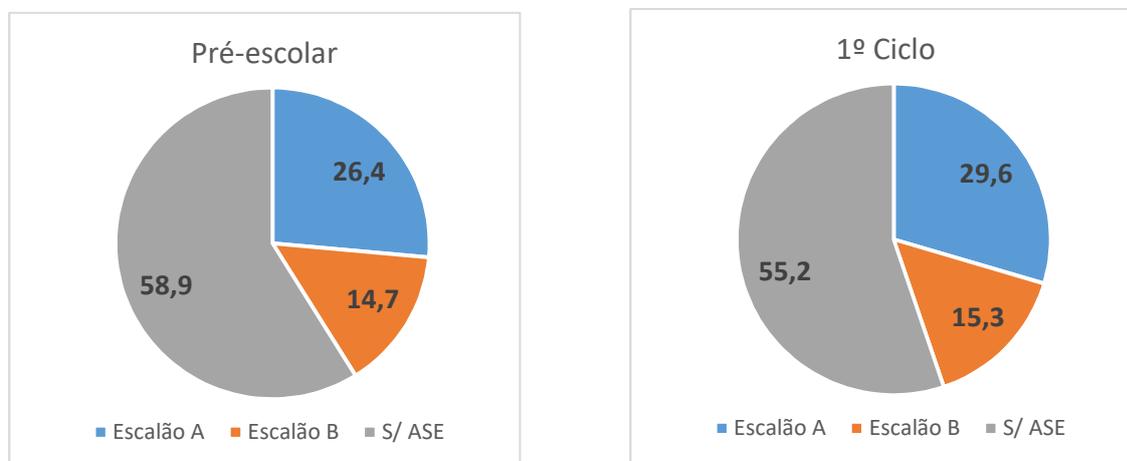


Figura III.5.2.2 – Distribuição percentual do número de refeições apoiadas pela Ação Social Escolar no ano letivo de 2016/17 ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

Na Figura III.5.2.3 é possível ver a evolução do número de refeições apoiadas pela ASE ao longo dos últimos anos letivos tanto no pré-escolar como no 1.º ciclo. É no 1.º ciclo que se regista o maior número de refeições apoiadas, em especial no Escalão A, tendo este uma variação relativamente constante. Em relação às refeições apoiadas ao nível do pré-escolar os número de refeições apoiadas é substancialmente inferior ao verificado no 1.º ciclo, o que se poderá explicar pelo menor número de alunos inscritos no pré-escolar da rede de escolas públicas. Também no pré-escolar volta-se a destacar-se o Escalão A com maior número de refeições apoiadas, tendo contudo o número de refeições apoiadas em ambos os escalões aumentado ligeiramente ao longo dos últimos anos letivos.

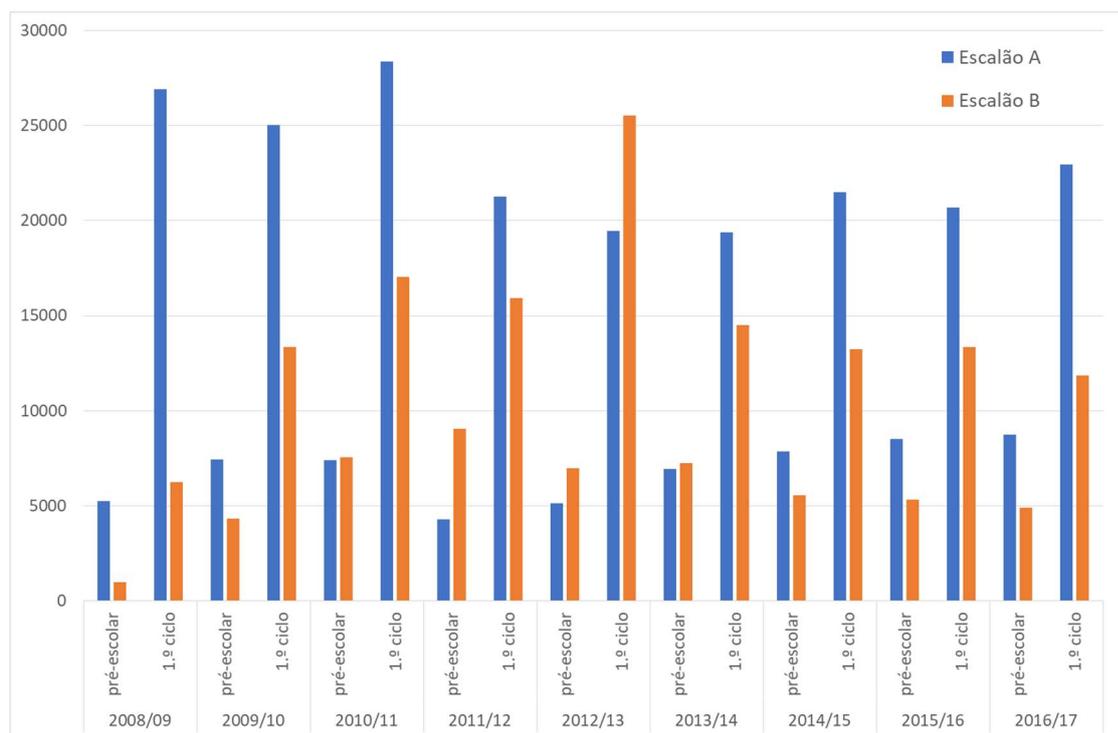


Figura III.5.2.3 – Evolução do número de refeições apoiadas pela Ação Social Escolar entre o ano letivo de 2008/09 e 2016/17 ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo nas escolas do concelho de Sines. Fonte: CMS

O Agrupamento de Escolas de Sines tem refeitório cuja gestão é feita pelo AE e serve cerca de 250 refeições diárias. O Agrupamento serve ainda um reforço alimentar a alunos de escalão A, sempre que as situações familiares o justifiquem.

A Escola Secundária Poeta Al Berto tem refeitório próprio, mas as refeições são fornecidas por uma empresa.

### III.5.3 Atividade de Animação e Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular

As Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF são mais uma das vertentes de apoio às famílias desenvolvidas pela autarquia de Sines. Estas atividades visam proporcionar às crianças que frequentam a educação pré-escolar, da rede de escolas públicas, a extensão do período de apoio para além das cinco horas diárias de apoio educativo asseguradas pela Educadora de Infância. As AAAF são deste modo compostas pelo serviço de refeições e pelas diversas atividades desenvolvidas no período de acolhimento e prolongamento. As AAAF caracterizam-se ainda por assegurar a ocupação das crianças, com diversas atividades, nos períodos de interrupções letivas como são o Natal, Carnaval, Páscoa e Verão.

À semelhança das atividades de apoio desenvolvidas para o pré-escolar, a CMS promove atividades também de enriquecimento curricular – AEC para os alunos que frequentam o 1º ciclo da rede de escolas públicas do concelho. As AECs são atividades de carácter facultativo e de natureza lúdica, formativa e cultural que visa completar a permanência dos alunos nas escolas, contribuindo deste modo para o seu desenvolvimento educativo.

No caso do concelho de Sines a oferta de AECs centra-se nas seguintes áreas: Ensino do Inglês, Atividade Física e Desportiva e Atividades Lúdico-Expressivas (Plástica, Dança, Teatro e Música) e desenvolve-se em toda a rede de escolas públicas que oferecem o 1º ciclo do ensino básico, durante a vigência do ano letivo.

Tal como apresentado no Quadro I.5.3.1 há oferta de AAAF e AEC em todas as escolas da rede de escolas públicas com 1º ciclo e jardim-de-infância, mas a cobertura é substancialmente maior ao nível do 1º ciclo com mais de 600 alunos matriculados nas AEC. Ao nível do pré-escolar o número de matriculados nas AAAF é consideravelmente inferior, não chegando sequer aos 185 matriculados. Na globalidade, em ambas as tipologias de atividades a autarquia de Sines apoia 816 alunos.

*Quadro III.5.3.1 – Número de Alunos que frequentam AAAF e AEC no ano letivo de 2017/18 nas escolas do concelho de Sines.*

Estabelecimento	Matrículas		
	Pré-escolar	1.º Ciclo	Total
Escola Básica de Porto Covo	27	45	72
Escola Básica n.º 1 de Sines	73	197	270
Escola Básica n.º 2 de Sines	45	205	250
Escola Básica n.º 3 de Sines	40	184	224
Total	185	631	816

Fonte: CMS

No Quadro III.5.3.2 é representada a distribuição dos alunos pelos diversos domínios das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, sendo que a atividade física e desportiva é aquela que tem maior número de alunos. As AEC destinadas à aprendizagem da língua inglesa e o domínio das expressões artísticas têm relativamente menos alunos inscritos nas escolas mencionadas.

*Quadro III.5.3.2 - Número médio de alunos com atividades de enriquecimento curricular (AEC), por atividade e por escola em 2016/2017.*

Agrupamentos/escolas	Aprendizagem da língua inglesa - 1.º e 2.º anos	Domínio artístico - Expressões artísticas	Atividade física e desportiva
Escolas de Sines:			
Escola Básica de Porto Covo	22	20	20
Escola Básica n.º 1 de Sines	57	97	97
Escola Básica n.º 2 de Sines	104	102	102
Escola Básica n.º 3 de Sines	100	91	91

Fonte: DGEEC

#### III.5.4 Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs)

O apoio garantido às crianças e jovens com necessidades educativas especiais processa-se sobretudo através da sua integração nas escolas do ensino regular, tomando tal situação a designação de Escola Inclusiva. A integração ocorre pela inclusão dos alunos NEEs nas turmas regulares, com eventuais redimensionamentos destas, ou pela criação de Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, que no caso de Sines se encontram integradas no Agrupamento de Escolas de Sines. Como se pode observar no Quadro I.5.4.1, estas unidades integram uma população bastante pequena, estando os demais alunos com NEEs, cerca de 100 alunos, inseridos no ensino regular.

*Quadro III.5.4.1 - Número de alunos com necessidades especiais de educação a frequentarem escolas públicas do concelho de Sines que recebem apoio nas Unidades Especializadas no ano letivo de 2016/17. Fonte: CMS*

Unidades	Pré-escolar	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo	2	3	2	0
Unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência	3	1	-	1

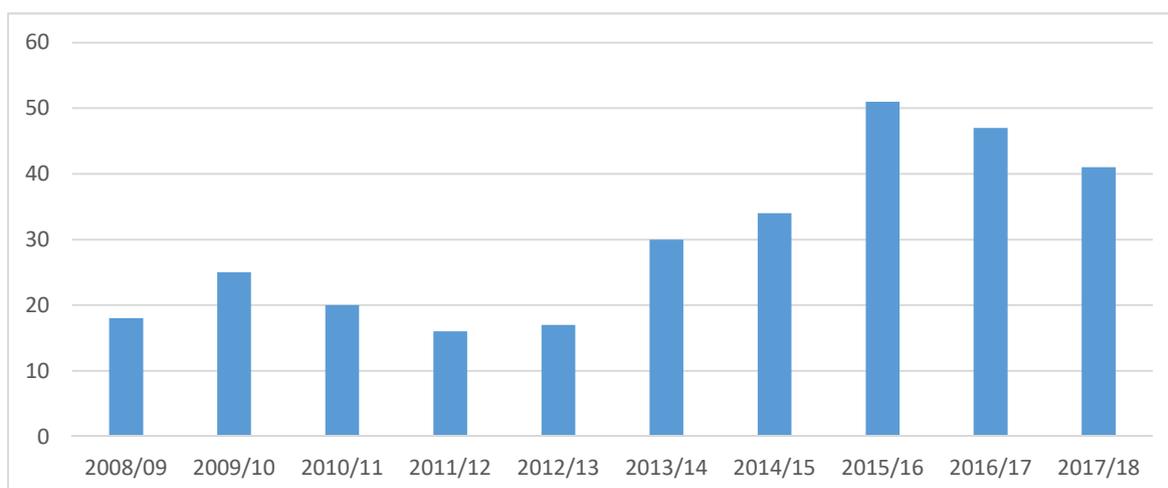
Como já referido anteriormente, a grande maioria dos alunos com NEE está inserida em turmas regulares e distribuída pelas diferentes escolas do concelho, estando na sua maioria concentrados nas escolas do AE de Sines. De um universo de 104 alunos com NEE, a maior parte destes encontra-se entre o 1.º e o 3.º ciclo de escolaridade. Ao nível do secundário, o número de alunos inscritos desce consideravelmente. De referir ainda que a Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, da rede privada, também tem atualmente alunos NEE a frequentar ensino profissional, equivalente ao ensino secundário.

*Quadro I.5.4.2 – Número de alunos com necessidades especiais de educação em escolas da rede pública e da rede privadas do concelho de Sines no ano letivo de 2016/17.*

Agrupamento/Escola	Pré-escolar	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário	Total
Agrupamento de Escolas de Sines:	<b>10</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>21</b>		<b>103</b>
Escola Básica de Porto Covo	1	7				8
Escola Básica n.º 1 de Sines	6	14				20
Escola Básica n.º 2 de Sines	2	7				9
Escola Básica n.º 3 de Sines	1	5				6
Escola Básica Vasco da Gama		0	39	21		60
Escola Secundária Poeta Al Berto				<b>18</b>	<b>7</b>	<b>25</b>
Escola Tecnológica do Litoral Alentejano					<b>10</b>	<b>10</b>

Fonte: CMS

Na Figura III.5.4.1 é possível observar a evolução no número de alunos com Necessidades Educativas Especiais inscritos tanto no pré-escolar como no 1.º ciclo. O número de alunos integrados nesta categoria tem oscilado ao longo do tempo, tendo atingido um valor máximo em 2015/16 com mais de 50 crianças inscritas como NEE. A partir desse ano o número de inscritos começou a decrescer, situando-se em 2017/18 nos 41 alunos.



*Figura III.5.4.1 – Evolução do número de alunos com NEE no pré-escolar e no 1.º ciclo entre os anos letivos de 2008/09 e 2017/18. Fonte: CMS*

### III.5.5 Apoio aos Alunos do Ensino Superior

O concelho de Sines não disponibiliza atualmente ofertas ao nível do ensino superior, mas a autarquia atribui bolsas de estudo para os alunos economicamente carenciados do concelho que pretendem seguir estudos. Estas bolsas de estudo são atribuídas anualmente e têm como principais destinatários os alunos a frequentar licenciaturas. Como se observa na Figura III.5.7.1 o número de bolsas atribuídas tem oscilado consideravelmente ao longo dos anos em análise, estando no presente ano letivo a ser apoiados 43 alunos.

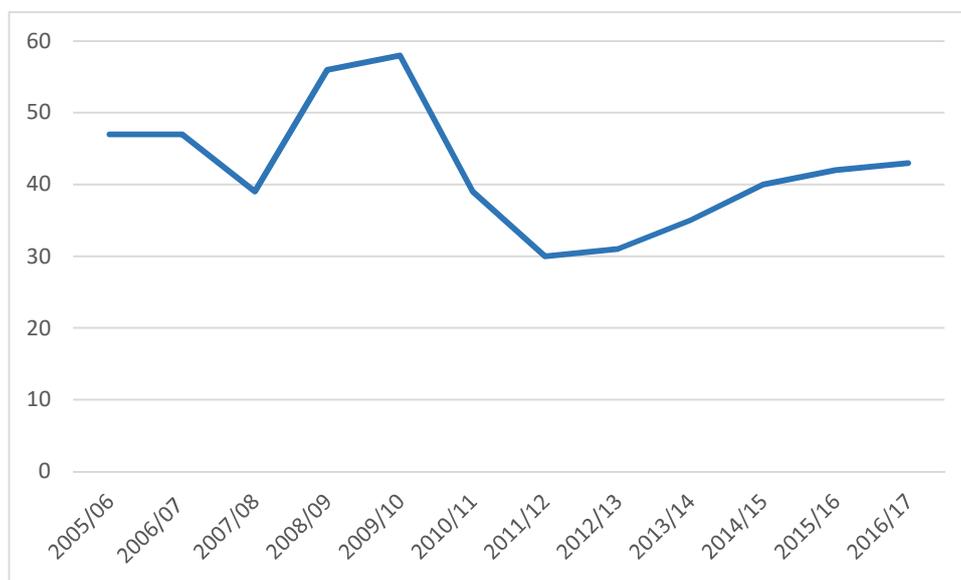


Figura III.5.7.1 Número de bolsas atribuídas a alunos a frequentar o ensino superior, entre 2005/06 e 2016/17. Fonte: CMS

### III. 6. Serviços de transporte escolar

O serviço de transporte escolar constitui mais uma das componentes do leque de apoios garantidos aos alunos dentro da Ação Social Escolar. O serviço de transporte é uma ferramenta importante no apoio e inclusão dos alunos, não só daqueles que estão geograficamente distantes dos estabelecimentos de ensino, mas também de todos aqueles cuja deslocação entre o local de residência e a escola constitui uma dificuldade.

No caso do concelho de Sines, estas são questões importantes dado que temos aqui duas situações, por um lado uma grande concentração da rede de equipamentos escolares na cidade de Sines, exceção feita à escola de 1º ciclo e Jardim de Infância de Porto Covo, e o grande quantitativo populacional que se encontra disperso pelo território. Estes dois cenários obrigam a que as crianças que residam nestes pequenos lugares tenham que se deslocar para Sines para poderem aceder às escolas. No caso de Porto Covo, a mesma necessidade de deslocação é observada para os alunos que já frequentam o 2º, 3º ciclos e o ensino secundário, dado não haver oferta nestes níveis de ensino na freguesia.

O serviço de transporte escolar é dividido entre a Autarquia de Sines e a Rodoviária do Alentejo. Esta empresa assegura assim o transporte de alunos dentro do concelho, mas também para fora deste, nos casos dos alunos que não encontram as ofertas educativas desejadas em Sines e que se deslocam para escolas dos concelhos vizinhos onde essas ofertas já existem.

Como se observa na Figura III.6.1 a maioria dos passes atribuídos são para alunos que estudam em escolas fora de Sines, tendo este número sido relativamente estável ao longo dos anos. Para o ano letivo de 2017/18 foram atribuídos 36 passes para alunos a estudar no concelho e 47 passes para alunos a estudar em escolas fora do concelho, o que em termos percentuais perfaz uma distribuição de 43% e 57%, respetivamente.

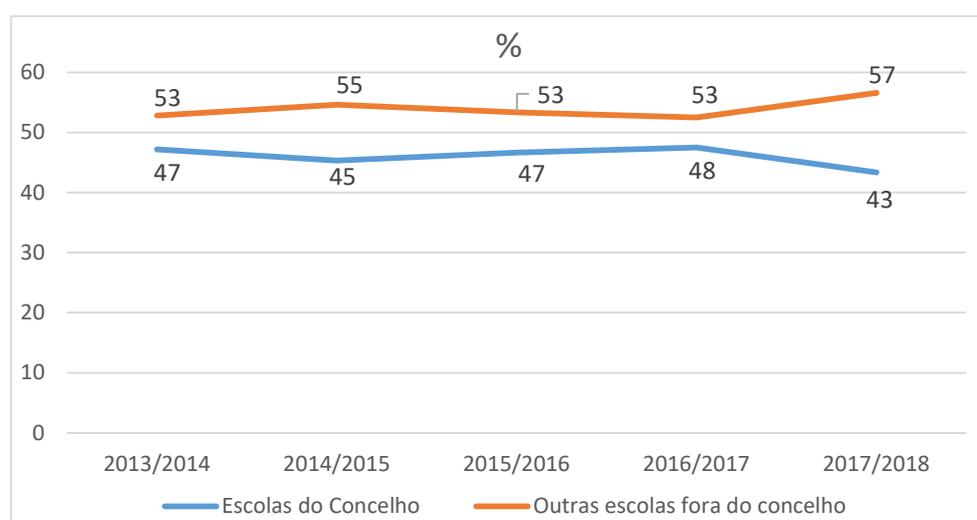


Figura III.6.1 Evolução percentual dos passes atribuídos nos anos letivos entre 2013/14 e 2017/18, nas carreiras realizadas pela Rodoviária do Alentejo para escolas do concelho de Sines e escolas fora do concelho. Fonte: CMS

Através do Quadro III.6.1 e da Figura III.6.2 é possível compreender a distribuição dos passes escolares pelas escolas de destino dos alunos e por ciclos de ensino. Denota-se que a maior parte dos alunos com passe escolar atribuído tem como destino a escola Poeta Al Berto, no concelho de Sines. Fora do concelho, os destinos repartem-se na sua grande maioria entre a Escola Manuel Fonseca em Santiago do Cacém e a Escola Padre António Macedo em Santo André. Percebe-se assim que uma grande parte dos alunos se destinam a escolas em Santiago do Cacém, em especial no 3º ciclo e secundário, e que esta é uma tendência que se tem mantido relativamente constante no período em análise. Destinos como Vila Nova de Mil Fontes ou Odemira têm substancialmente menos procura. Relativamente às deslocações de alunos pertencentes ao Ensino Profissional, só no ano letivo de 2017/18 é que se deteta procura por ofertas para fora do concelho e mesmo assim um número residual de alunos.

Quadro III.6.1 Número de alunos transportados com passe escolar para as escolas do concelho de Sines e para escolas em concelhos próximos. Fonte: CMS

	Escolas	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
<b>Escolas de Sines</b>	Escola Vasco da Gama	17	15	14	7	4
	Escola Poeta Al berto	25	24	28	31	32
	<i>Total</i>	42	39	42	38	36
<b>Escolas fora do concelho</b>	Escola Manuel Fonseca 3ºC/ES (Santiago do Cacém)	19	20	21	20	22
	Escola Padre António Macedo 3ºC/ES (Santo André - Santiago do Cacém)	19	20	21	20	22
	Colégio Nossa Senhora da Graça (VN Mil Fontes)	6	7	6	2	0
	EPO Odemira	0	0	0	0	3
	Escola Frei André da Veiga (EB1/JI - Santiago de Cacém)	3	0	0	0	0
	<i>Total</i>	47	47	48	42	47

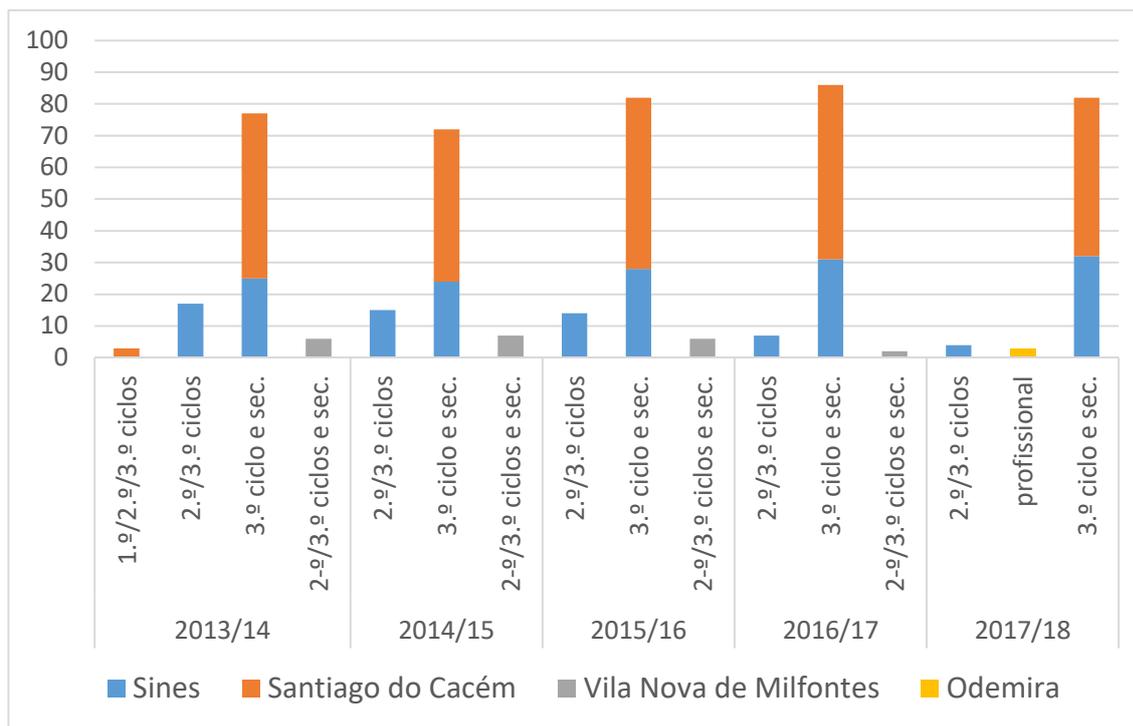


Figura III.6.2 – Evolução do número de alunos transportados, por ciclo de ensino e destino entre os anos letivos de 2013/14 e 2017/18 pelo serviço de transporte da Rodoviária do Alentejo. Fonte: CMS

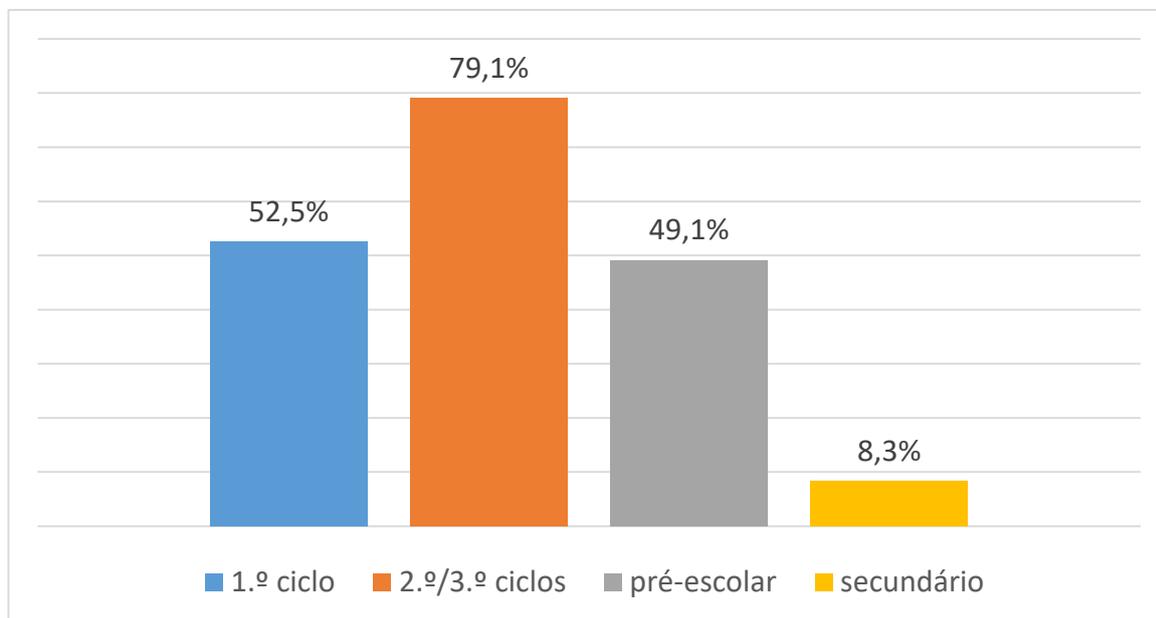


Figura III.6.3 – Percentagem de alunos apoiados com passe escolar face à população escolar total, por ciclos de ensino, em 2017/18. Fonte: CMS

A distribuição de alunos que são apoiados com passe de transporte escolar pelos ciclos de ensino, representada na Figura III.6.3, permite perceber que o maior peso de passes atribuídos face à população escolar global desse ciclo está concentrada no 2º e 3º ciclos, com 79% dos

alunos destes dois ciclos a terem direito a este apoio, o que se percebe pela concentração dos dois equipamentos com esta oferta na cidade de Sines que, como foi anteriormente referido, obriga aos alunos residentes noutras áreas do concelho a deslocarem-se. No pré-escolar e 1º ciclo, praticamente 50% dos alunos têm direito a passe, sendo que estes valores são fortemente influenciados pela Escola Básica de Porto Covo. Ao nível do ensino secundário, a percentagem de alunos com passe atribuído desce drasticamente para os 8% da população escolar total a frequentar o secundário.

De referir ainda o caso da ETLA, escola que tem uma percentagem significativa de alunos do ensino secundário que é oriunda do concelho de Santiago do Cacém (60%) e do concelho de Sines (28%), sendo os restantes 12% dos concelhos limítrofes de Grândola, Alcácer e Odemira. Face a esta dispersão geográfica da origem dos alunos, e dada a localização das suas instalações, a 5km da cidade de Sines (na ZILS), as dificuldades de acesso à escola são obviadas por uma transportadora “contratada” pela Escola para assegurar a deslocação diária dos alunos.

### III.7. Programas e Projetos de Desenvolvimento do Sistema Educativo Local

A Câmara Municipal de Sines desenvolve ao longo de cada ano letivo uma série de atividades, eventos e projetos que ajudam a complementar o ensino e as atividades que são desenvolvidas nas escolas do concelho. Essas atividades são apresentadas anualmente no Programa Municipal de Educação e abrangem várias áreas como o desporto, a música, o teatro, a dança, a leitura e a educação ambiental. As atividades que decorrem ao longo de todo o ano letivo dirigem-se aos alunos do município. Para além destas atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo e das férias escolares, importa ainda referir a existência de vários programas e projetos que visam o desenvolvimento e a melhoria qualitativa do sistema educativo local de Sines. Os programas atualmente em vigor encontram-se melhor explicitados a seguir.

A candidatura do projeto “Aprender Fora de Portas”, atualmente já aprovada, tem como intuito implementar um programa que visa a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono escolar no concelho de Sines. A par destes objetivos, pretende ainda promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação, através do desenvolvimento de um amplo conjunto de atividades e ações.

Este projeto, de âmbito e alcance concelhio, foi elaborado pela autarquia em parceria com o Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto, tendo este em linha de conta os vários planos já aprovados para estas escolas, nomeadamente os projetos educativos de cada Escola.

O projeto tem uma duração prevista de 2 anos, sendo que esta Operação se enquadra no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu e pelo Município de Sines. No final do projeto, a acontecer em 2019, deverão ser atingidas as seguintes metas:

- Reduzir a taxa de alunos com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos pela operação. A redução deverá ser de 10%, ou mais, em comparação com os resultados do ano letivo 2016/17;
- Diminuir a taxa de retenção e desistência, nos anos curriculares abrangidos, em 25% ou mais, em comparação com os resultados do ano letivo 2016/17.

Tanto o Agrupamento como a Escola Secundária Poeta Al Berto, também têm projetos de combate ao insucesso escolar e abandono e absentismo escolar, nomeadamente, o plano plurianual de melhoria do Agrupamento de Escolas no âmbito dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), bem como do plano de ação estratégica de combate ao

insucesso, da Escola Secundária Poeta Al Berto, ambos aprovados pelas entidades competentes para o efeito (DGE/EPIPSE e PNPSE).

O programa TEIP é uma iniciativa governamental que se destina a agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas que se localizem em territórios económica e socialmente desfavorecidos, que se caracterizem pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar se manifestam. O Programa tem como principais objetivos a prevenção e a redução dos fenómenos de abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e ainda a promoção do sucesso educativo dos alunos.

Atualmente encontram-se abrangidos pelo programa 137 agrupamentos/escolas, das quais faz parte do Agrupamento de Escolas de Sines. Na realidade, o Agrupamento de Sines já está integrado neste programa desde 2009.

O Agrupamento desenvolve o projeto de autonomia e flexibilidade curricular para o ensino básico implementado no ano letivo de 2017/18 e que foi autorizado em regime de experiência pedagógica de modo a alcançar as características definidas para o Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória<sup>4</sup>. Com o objetivo de promover melhores aprendizagens que induzam o desenvolvimento de competências, é permitida uma gestão flexível e contextualizada dos currículos, a qual permite garantir, assim, o exercício efetivo da autonomia na educação. A adesão a este projeto aconteceu de forma voluntária e decorreu em regime de autoproposta elaborada por cada um dos estabelecimentos interessados em ingressar nesta experiência. No caso de Sines, encontra-se integrado no projeto o Agrupamento de Escolas de Sines, o qual recebe apoio e acompanhamento da respetiva equipa de acompanhamento regional na implementação do projeto.

O Agrupamento de Escolas de Sines desenvolve também, e a par dos demais elencados, outros projetos que visam o desenvolvimento global do aluno, tais como:

- Projeto ECO escolas,
- Programa Rede de Escolas de Educação Intercultural – REEI
- Rede de Bibliotecas Escolares
- Projeto Erasmus
- Desporto Escolar, onde se insere o centro de Formação Desportiva de Surf
- Escola Azul

Neste âmbito, e na sequência de informações fornecidas pela ETLA, são aqui apresentadas as práticas educativas adotadas por esta escola, nomeadamente no que se refere a medidas de promoção do sucesso escolar; empregabilidade dos diplomados; certificação de qualidade,

---

<sup>4</sup> Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho

etc., disponibiliza-se a informação que se segue, algumas das quais com potencialidade para serem reproduzidas com igual sucesso, noutras escolas do concelho.

#### I- Medidas de melhoria do sucesso escolar:

- a) Intervenção preventiva ao nível psicopedagógico, sempre que qualquer situação potencial de risco é detetada (Gabinete de Psicologia);
- b) Encaminhamento de alunos com módulos em atraso para GAP (Gabinete de Apoio), no âmbito das reuniões de conselho de turma, de modo a aferir estratégias de superação de dificuldades e/ou potencialidades a desenvolver e aprofundar. Este acompanhamento do aluno, levado a cabo pela Psicóloga da escola e, posteriormente, pelo diretor de turma, visa motivar o aluno a comprometer-se com um plano específico de recuperação de módulos em atraso.
- c) Aulas de apoio pedagógico – durante o 1º período do ano letivo transato, foram lecionadas cerca de 200h de formação extra em diferentes disciplinas, dirigidas exclusivamente a alunos com módulos em atraso. A taxa de sucesso na recuperação dos conteúdos em atraso foi de 81%.

II- Práticas de melhoria e consolidação da ligação da ETLA ao mercado de trabalho: para além da formação teórica em sala de aula e da formação prática em Oficinas e Laboratórios, os alunos também têm formação em contexto real de trabalho (estágios profissionalizantes e Provas de Aptidão Profissional, defendidas perante um júri composto por representantes de empresas da região, das organizações de trabalhadores (sindicatos) e por responsáveis da escola.

Paralelamente, graças à localização geográfica da escola, bem como aos protocolos de parceria com o tecido empresarial, os alunos têm a possibilidade de usufruir de aulas práticas, ao longo do seu percurso escolar, de acordo com as especificidades de cada curso, em empresas da área.

III- Apoio a diplomados: apesar da elevada taxa de empregabilidade dos alunos formados, a ETLA tem um serviço de apoio a diplomados que visa assegurar o seu enquadramento no mercado de trabalho. Nesse sentido, estabelece a ligação entre as ofertas de trabalho que vão surgindo – normalmente em função dos pedidos efetuados diretamente à escola, por empresas e instituições da região – e os candidatos disponíveis. Não raras vezes, o processo de seleção é feito pela escola, ou com a sua colaboração, em função da necessidade de adequar os perfis profissionais às competências dos candidatos.

IV- Bolsa de mérito: a entrega desta bolsa aos melhores alunos diplomados em cada curso, decorre durante a cerimónia de entrega de diplomas (na presença de alunos, encarregados de educação, autarquias, sindicatos, empresas e entidades associadas) e traduz o reconhecimento do papel que a escola desempenha na qualificação de capital humano, capaz de responder às necessidades de especialização tecnológica detetadas nos recursos humanos das empresas instaladas na Plataforma Industrial, Portuária e Logística.

V - Política de Qualidade: A ETLA já tem um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) implementado desde 2006, nos termos das normas ISO 9001, encontrando-se atualmente na fase de adaptação do mesmo ao sistema EQAVET (Quadro de referência europeu para a garantia de qualidade da educação e formação profissionais – Decreto-Lei nº 92/2014).

O campo de aplicação do SGQ, implementado nesta escola há mais de uma década, abrange todas as atividades desenvolvidas pela escola e é o resultado do imperativo de melhoria contínua, da disponibilidade para experimentar novos métodos de trabalho e da capacidade para questionar práticas e procedimentos habituais, numa ótica de otimização constante de processos orientados para resultados de excelência.

### III.7.1 Projetos Educativos

Com o processo de descentralização da educação percebe-se a aproximação da gestão educativa da sua comunidade local, o que faz com que a concretização dessa descentralização esteja em parte dependente da capacidade da comunidade educativa local responder aos desafios que uma maior autonomia e capacidade de decisão impõe. Assim, “a autonomia e a abertura à comunidade educativa têm vindo a constituir palavras-chave de uma organização do sistema educativo que se pretende mais descentralizada, democrática e com melhores resultados educativos (...).” (Alves, 2012 :39).

A comunidade educativa é portanto constituída por uma série de atores e desta comunidade fazer parte alunos, pais e encarregados de educação, docentes e pessoal não docente, membros da comunidade local, entidades, empresas e instituições locais, entre outras pessoas ou entidades que estejam mais direta ou indiretamente ligados à vida das escolas. Neste contexto da descentralização, importa referir que as autarquias começaram a assumir-se como uma parte importante deste ecossistema, dado o peso e responsabilidade que têm agora no sistema educativo local e conseqüentemente na dinamização desta comunidade.

É neste quadro, e com o intuito de desenvolver a relação entre a escola e a comunidade onde esta se insere, que é necessário o sistema educativo munir-se de instrumentos como o Projeto Educativo – PE que se constitui como um documento (a par do plano de atividades) como instrumentos de estratégia e planeamento dos Agrupamentos ou Escolas. O PE é assim um documento importante na criação e valorização de uma imagem e identidade própria de cada escola/agrupamento e que “surge claramente como um instrumento, não só na reorganização do sistema e da administração educativa, mas também na concretização e desenvolvimento da autonomia das escolas” (Azevedo, 2011 :13).

Deste modo, importa perceber de que forma os Projetos Educativos do Agrupamento de Escolas de Sines e da Escola Poeta Al Berto têm impacto na comunidade e no desenvolvimento destas escolas.

Dado o carácter estratégico inerente aos Projetos Educativos, estes devem projetar um futuro desejado para o Agrupamento/Escola, devendo por isso definir uma missão e uma visão construída coletivamente, a qual deve constar do documento. Enquanto instrumento de planeamento institucional e estratégico da escola, existem uma série de conteúdos/temáticas que o PE deverá cobrir e apresentar (Azevedo, 2011), a saber:

- Diagnóstico Estratégico;
- Visão e Missão;
- Objetivos e Metas;
- Organização Escolar;
- Redes, Parcerias e Protocolos;

- Áreas e modalidades de qualificação;
- Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo;
- Estratégia de Comunicação e Divulgação;

Seguidamente serão referidos os conteúdos dos dois Projetos Educativos existentes no concelho, podendo constatar-se se os elementos anteriormente elencados se encontram refletidos nesses documentos.

### **Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sines**

O Agrupamento de Escolas de Sines apresenta como visão no seu Projeto Educativo, vigente entre 2017 e 2021, a ideia de “Uma escola de Todos para Todos” e pretende que o Agrupamento continue “a ser uma referência no ensino básico, a nível do Litoral Alentejano, que contribua para o desenvolvimento regional, assente na competência dos seus profissionais, bem como na qualidade dos seus serviços.” Defendendo como Missão “a formação integral dos alunos, como cidadãos democráticos, críticos, solidários e capazes de conviver com e na diversidade”, mas também “prepará-los para os desafios da era atual, para que se tornem cidadãos responsáveis, autónomos, ativos e aptos a interagir numa era global, digital e com acesso livre ao conhecimento, potenciando os seus conhecimentos e capacidades as suas competências”. Assim, são Valores subjacentes à atuação do AE o respeito, a responsabilidade, a perseverança e a solidariedade.

O projeto educativo identifica ainda uma série de áreas de intervenção prioritária no AE, como os resultados académicos, o insucesso, a indisciplina, as fragilidades nos processos e nas dinâmicas, entre outros problemas para os quais foram definidos objetivos gerais que pretendem promover melhorias no sistema educativo, introduzir dinâmicas e colmatar fragilidades ainda existentes nas escolas e no agrupamento.

A identificação das áreas que requerem uma intervenção prioritária permitiu ao Agrupamento desenvolver estratégias de atuação que, para além de serem comuns a todos os atores da comunidade, devem ainda potenciar as dinâmicas internas deste. Assim, as principais linhas estratégicas definidas passam pelo Apoio à Melhoria das Aprendizagens, Prevenção do Abandono, Absentismo e Indisciplina, Gestão e Organização (interna), Relação Escola – Famílias, Comunidade e Parcerias e ainda pela Autonomia e Flexibilidade. Paralelamente, o PE elenca grandes temáticas que devem ser trabalhadas nas áreas transversais, os quais vão deste a Cidadania e o Desenvolvimento, às Ciências Experimentais e à Educação Ambiental, sendo que cada um destes se desdobra em grupos temáticos e temas que devem ser abordados de formas específicas em cada um dos ciclos e anos de ensino.

Outra das questões abordadas pelo PE são as metas de sucesso que o Agrupamento pretende alcançar, sendo para cada Domínio apresentados indicadores e correspondentes valores

indicativos a alcançar no ano letivo 2020/21. São ainda apontadas metas específicas a atingir para cada disciplina em cada ciclo de ensino, o que torna em PE e as metas um dos aspetos mais concisos da estratégia delineada para este AE.

O projeto educativo contempla ainda um capítulo dedicado à ligação entre o Agrupamento e a comunidade educativa, que se consubstancia através de parcerias e protocolos e que visa rentabilizar e potenciar os recursos do concelho em prol da concretização deste projeto e, por consequência, do sucesso dos alunos.

### **Projeto Educativo da Escola Secundária Poeta Al Berto**

A Escola Secundária Poeta Al Berto encontra-se atualmente num processo de eleição de uma nova direção de escola e, portanto, o Projeto Educativo existente já viu expirado o seu prazo que seria até ao ano letivo de 2015/16. Posto isto, será analisado o documento vigente apesar da sua desatualização.

O projeto educativo apresenta como missão da escola “Perspetivar uma conciliação possível e necessária entre a Escola inclusiva e a Escola promotora de sucesso das aprendizagens dos seus alunos” e “Desenvolver o aluno, de forma equilibrada e construtiva, nos aspetos intelectual, socioeducativo, psicomotor e cultural, com vista à sua integração na comunidade”. Enquanto Visão, a Escola pretende alcançar o reconhecimento desta instituição pela oferta de um serviço de formação de nível básico de qualidade, a formação de alunos preparados para o mercado de trabalho ou ingresso no ensino superior e ainda constituir-se como um espaço de afirmação cultural. Apoiando-se para tal em Valores como a democraticidade e participação, liberdade individual, responsabilidade, respeito pelo outro, trabalho e empenho e autonomia.

Neste PE é feita a identificação de uma série de problemas/necessidades da escola e para cada um destes são apresentados objetivos gerais e objetivos específicos para resolução destas problemáticas. São identificados como problemas ou questões a resolver: a fraca valorização do Saber pelos alunos, a necessidade de valorizar as relações interpessoais, fraco domínio da língua portuguesa e de referências culturais, reduzida participação dos pais e encarregados de educação e ainda a dificuldade de integração dos alunos estrangeiros.

Como forma de medir e verificar a implementação do PE, é ainda apresentado um quadro operacional de indicadores e metas do projeto para os anos letivos em que estará vigente. Assim, para cada objetivo específico definido são elencados uma série de indicadores e metas que visam a resolução dos problemas anteriormente identificados.

Por fim, é apresentada em linhas gerais o modelo de avaliação a que o Projeto Educativo estará sujeito no final do seu período de vigência.

### III.7.2 Atividades e Projetos de Desenvolvimento Curricular

O Plano Anual de Atividades - PAA constitui-se como um dos instrumentos de autonomia das escolas sendo este elaborado por cada estabelecimento de ensino e/ou Agrupamento e determina as atividades que devem ser desenvolvidas ao longo do ano letivo. Este é um documento de planeamento que define “em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução”<sup>5</sup>. Assim, as atividades constantes nos PAA no seu conjunto refletem uma série de preocupações da comunidade escolar e a tentativa de responder aos problemas, necessidades e objetivos traçados nos projetos educativos das escolas/agrupamentos.

Com base nos planos de atividades, neste caso da Escola Secundária Poeta Al Berto e do Agrupamento de Escolas de Sines, é possível perceber a extensão de atividades de complemento curricular e/ou os projetos que são desenvolvidos em todas estas escolas. Os PAA visam criar momentos de aprendizagem mais dinâmicos e interativos aos seus alunos, enriquecer o processo ensino através de atividades que facilitem o desenvolvimento do aluno no plano pessoal e a sua integração na comunidade envolvente.

Deste modo, na Escola Secundária Al Berto, estas atividades e projetos desenvolvem-se essencialmente no âmbito dos departamentos curriculares, através das atividades desenvolvidas nos projetos curriculares de cada turma. Existem ainda as atividades da Biblioteca Escola, do Clube da Ciência, do Gabinete de Educação para a Saúde, do Desporto Escolar e ainda as atividades de carácter multidisciplinar, de Segurança, da Equipa de Educação Especial e as atividades inseridas na Semana da Escola. Todas estas atividades são desenvolvidas ao longo do ano letivo sendo na sua grande maioria transversais à comunidade escolar.

No caso do Agrupamento de Escolas de Sines, o PAA para além de ser o instrumento de operacionalização do projeto educativo, é também uma das ferramentas que dá forma ao plano plurianual de melhoria no âmbito do TEIP. À semelhança do que foi anteriormente referido, também o PAA do Agrupamento de Sines apresenta uma série de atividades, que visam o desenvolvimento global do aluno inseridas dentro daquilo que é o trabalho desenvolvido por cada departamento, e neste caso em específico, dentro de cada escola que compõe o AE. Para além destas existem ainda as atividades ligadas ao Desporto Escolar (onde se insere o Centro de Formação Desportiva de Surf) à Educação para a Saúde, à Rede de Bibliotecas Escolares, ao Projeto ECO Escolas e Escola Azul, ao programa da rede de escolas para a educação intercultural (REEI) e ainda o Jornal da escola. É ainda contemplada uma

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 75/2008 - Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008-04-22 – Diploma que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Secção de Formação que visa o desenvolvimento de atividades e ações destinadas ao pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, na área da gestão e organização e relação escola/família/comunidades e parcerias.

### III.7.3 Ligação à Comunidade Educativa – Parcerias e Protocolos

A relação entre as várias escolas e os agrupamentos com as entidades, instituições ou outros organismos da sua área de influência é cada vez mais um aspeto importante na integração e no relacionamento dos vários atores que compõem a comunidade educativa. Assim, e com o objetivo de dinamizar aquilo que são os projetos educativos das escolas e as suas atividades ao longo do ano, é importante criar uma rede de parceiros que permitam rentabilizar e potenciar os recursos locais em prol do desenvolvimento de um processo de aprendizagem de maior sucesso.

Deste modo, importa elencar quais são as parcerias e protocolos existentes no Agrupamento de Escolas de Sines e na Escola Secundária Poeta Al Berto.

#### **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SINES**

Câmara Municipal de Sines;  
 Escola de Artes do Litoral Alentejano;  
 Laboratório do Mar da Universidade de Évora;  
 Juntas de Freguesia de Sines e de Porto Covo;  
 Centro de Saúde de Sines;  
 Associação Cabo Verdiana de Sines;  
 GNR - Escola Segura;  
 Universidade Católica.

#### **ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO**

Câmara Municipal de Sines;  
 Centro de Saúde de Sines;  
 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);  
 GNR - Escola Segura;  
 RESGATE – Associação de Nadadores Salvadores do Litoral Alentejano;  
 Escola de Condução Sudoeste;  
 Santa Casa da Misericórdia de Sines – Rede Local de Intervenção Social;  
 Contrato Local de Desenvolvimento Social;  
 Empresas e entidades locais, no âmbito da formação em contexto de trabalho;

#### IV. Elementos preliminares de diagnóstico

O trabalho de contextualização económica, social e geográfica e de caracterização do sistema educativo do concelho de Sines, apresentado nos capítulos anteriores, permite-nos agora identificar alguns elementos preliminares de diagnóstico que importa ter em atenção nas fases seguintes de revisão da Carta Educativa de Sines. São por isso elencadas algumas preocupações que serão tidas em linha de conta na fase de formulação estratégica e de programação de ações.

- A cidade de Sines funciona com o grande centro urbano agregador da população residente no concelho, encontrando-se o restante da população dispersa pelo território. Este enquadramento ajuda a explicar a preferência pelo transporte individual nas deslocações pendulares e a consequente fraca utilização e oferta de transportes públicos;
- O crescimento populacional observado no concelho nas últimas décadas só aconteceu efetivamente na cidade de Sines, o único centro urbano do concelho. Na freguesia de Porto Covo, apesar de um ligeiro crescimento populacional entre 1991 e 2001, este foi completamente anulado pela quebra observada no último período intercensitário (2001-2011);
- O Saldo Natural concelhio é negativo, tendo esta tendência vindo a acentuar-se desde 2012, acompanhado pela quebra da natalidade e o ligeiro aumento da mortalidade;
- Atividade económica é, no essencial, concentrada no sector terciário, mas também no secundário, com especial destaque para a Indústria Transformadora (em pessoal ao serviço e volume de negócios), Transportes e Armazenagem (em volume de negócios), as Atividades Administrativas e serviços de apoio (em pessoal ao serviço e volume de negócios) e ainda a fileira do Turismo, representada pelo Alojamento, restauração e similares que, dado o potencial do concelho, ainda apresenta um volume de negócios reduzido mas já com algum peso no número de empresas e de emprego e que deverá ser melhor aproveitada;
- O nível de escolaridade da população observou um crescimento considerável entre 2001 e 2011, nos ciclos de ensino acima do secundário. Contudo, ainda subsiste uma grande fatia da população (68%) só com o 3º ciclo concluído, valor que cresce para 85% quando se chega ao nível do Ensino Secundário concluído, o que permite perceber que ainda existem carências na formação da população após o secundário. Conjugam-se aqui a não existência de ensino recorrente ou extra-escolar, a que se associa a oferta muito esporádica de cursos EFA – Educação e Formação de Adultos;

- Apesar da quebra no número de beneficiários do RSI, entre 2011 e 2016, atualmente ainda 35% da população do concelho é beneficiária deste subsídio, o que indica a existência de uma faixa populacional que vive com algumas dificuldades económicas;
- Existência de turmas agregadas em duas escolas – EB de Porto Covo e EB n.º 2 de Sines – sendo que a EB de Porto Covo tem turmas agregadas em todos os anos letivos desde 2013/14. Esta escola é também a que apresenta a mais baixa taxa de utilização do concelho (54%) no pré-escolar e (43%) no 1º ciclo;
- As taxas de utilização nos jardins-de-infância (da rede de escolas públicas) têm ocupações que variam entre os 54% e os 73%. No 1º ciclo, as taxas observam ligeiras melhorias, variando entre 58% e 93%. Nas escolas com oferta de 2º, 3º ciclo e ensino secundário, nenhum dos estabelecimentos ultrapassa os 70% de taxa de utilização;
- No ensino secundário as taxas de escolarização são superiores a 100% nas idades próprias correspondentes, o que pode indiciar, apesar dos efeitos da retenção e do abandono escolar, que a oferta de ensino profissional equivalente ao secundário é atrativa para os alunos dos concelhos vizinhos. Isto apesar de ao nível do secundário se observar um fenómeno oposto, com uma parte dos alunos residentes no concelho que seguem para a vertente geral do ensino secundário a optarem por se inscrever na escola secundária de Santiago do Cacém em vez da Escola Secundária Poeta Al Berto;
- São identificadas uma série de intervenções necessárias às infraestruturas da escola Poeta Al Berto;
- Verifica-se que, entre 2014 e 2018, há uma tendência de decréscimo significativo de todas as populações escolares (cerca de 20%), com exceção da população escolar do 1.º ciclo que cresceu cerca de 7%. No 2º e 3º, neste período, a tendência é de decréscimo da população (perda de cerca de 21% de alunos). No secundário, o número de alunos inscritos em cursos gerais/científico-humanísticos (ensino regular geral) têm decrescido gradualmente e quase constantemente ao longo do período analisado, perdendo cerca de 37% do valor entre o primeiro e o último ano do período de análise. Contudo, nos cursos do ensino profissional, a partir de 2008/09 há mais alunos inscritos do que as restantes ofertas juntas, sendo que a partir do ano de 2012/2013 o número de alunos matriculados nestes cursos começa a distanciar-se significativamente face ao número de alunos matriculados nas outras ofertas (nomeadamente no ensino regular geral), representando em 2017/2018 quase 70% do total;

- Dentro das ofertas do ensino secundário, o número de alunos inscritos em cursos gerais/científico-humanísticos tem decrescido gradualmente e quase constantemente, perdendo cerca de 37% do valor entre o primeiro e o último ano da última década. Na vertente profissional, a partir do ano de 2012/13, os cursos profissionais (do ensino profissional de nível 4, com equivalência ao secundário), existentes desde 2007/08, começam a ganhar definitivamente um peso mais relevante no número de alunos matriculados, atingindo o máximo em 2017/18;
- A taxa de retenção e desistência no 1º ciclo apresenta uma tendência de redução mais ou menos constante e significativa, de forma a que em 2017/18 são significativamente mais reduzidas do que em 2007/08, sobretudo nos 3.º anos (0%) e 4.º ano de escolaridade (0,7%). No 2º ciclo, observa-se que os piores desempenhos ocorreram até aos anos letivos 2012/13 e 2013/14 para os 5.º e 6.º anos, respetivamente, aparentando uma tendência gradual de diminuição das taxas nos últimos 5 ou 4 anos letivos. No 3º ciclo, globalmente, os piores desempenhos das escolas do concelho de Sines ocorreram no 7.º ano de escolaridade. No ensino secundário observa-se que, globalmente, os piores desempenhos das escolas do concelho de Sines ocorreram nos 10.º, 11.º e 12.º anos dos cursos gerais / científico-humanísticos;
- A taxa de retenção no concelho de Sines é, em todos os ciclos do ensino básico, superior aos valores observados a nível regional e nacional. No que respeita às taxas de transição / conclusão no ensino secundário no concelho de Sines, estas encontram-se alinhadas com os valores observados a nível regional e nacional;
- A ASE apoia quase 40% dos alunos, tanto no pré-escolar como no 1º ciclo, sendo que a maior parte destes estão abrangidos pelo escalão A que garante maiores apoios.

## Bibliografia

Alves, Mariana G., Varela, Teresa, 2012, “Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada”, Revista Portuguesa de Educação, 25(2), pp. 31-61

Azevedo, R., 2011, “Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação – Guião de Apoio”, Agência Nacional para a Qualificação, Lisboa

Carrilho, Maria José, Craveiro, Maria de Lourdes, “A situação demográfica recente em Portugal”, 2015, INE, Lisboa

CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2014, “Programa Operacional Regional do Alentejo”, CCDR Alentejo, Évora

CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2010, “Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)”, CCDR Alentejo, Évora

CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, 2016, “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral”, Grândola

CMS – Câmara Municipal de Sines, 2010, “Relatório da Revisão do PDM – Caracterização e Diagnóstico (Volume IV)”, Instituto Superior Técnico, Lisboa

CMS – Câmara Municipal de Sines, 2013, “Relatório da Revisão do PDM – Caracterização e Diagnóstico (Volume II)”, Instituto Superior Técnico, Lisboa

Ministério da Economia/ Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, 2014, “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI) – Horizonte 2014-2020”, Lisboa

Projeto Educativo da Escola Secundária Poeta Al Berto para o período 2012/13-2015/16, Sines

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sines “Uma Escola de Todos para Todos”, para o período 2017/2021, Sines



## **Volume II\* – Cenários prospetivos: projeções da procura de ensino e balanços oferta-procura**



Revisão da Carta Educativa do Concelho de Sines

## Parte IV – Cenarização e diagnósticos prospetivos

### IV. 1. Introdução

Esta Parte é dedicada à elaboração de um diagnóstico prospetivo, de natureza puramente quantitativa, baseado em balanços de oferta-procura até ao ano de 2026.

A oferta é quantificada pelas capacidades nominais dos equipamentos públicos atualmente existentes, tal como identificadas na Parte III do volume I do presente documento.

A procura de ensino (desde o pré-escolar até ao secundário) é estimada com base projeções demográficas, de carácter tendencial, baseadas num modelo de *cohort survival* que são apresentadas na secção IV.2. Partindo destas projeções demográficas, são construídos cenários prospetivos da procura de ensino, apresentados na secção IV.3, e elaborados os correspondentes balanços de oferta-procura que são apresentados na secção IV.4.

Na secção II.2 do volume I do presente documento foram apresentados alguns elementos de caracterização da evolução demográfica recente no concelho de Sines e em outros municípios da sub-região do Alentejo Litoral, como termos de comparação.

### IV. 2. Projeções demográficas

#### IV.2.1 Bases metodológicas do modelo de projeções demográficas

As projeções demográficas, ao nível do concelho e das freguesias de Sines para o horizonte temporal de 2026, são elaboradas através de um modelo de *cohort survival* que contempla:

- Modelação das principais variáveis demográficas (taxas de fecundidade, mortalidade e migratória);
- Estimação de parâmetros com base nos dados censitários e em dados sobre nascimentos e óbitos;
- Evolução dos “*cohorts*” (conjuntos de pessoas que têm a mesma idade no mesmo ano) ao longo do tempo, projetando no futuro tendências recentes.

O modelo produz resultados, de carácter tendencial, por freguesia (ou para o concelho) e escalão etário, os quais são apresentados com detalhe mais adiante.

Como informação de base que alimenta o modelo, usaram-se os seguintes dados oficiais do INE:

- CENSOS de 1991, com informação sobre a população residente por freguesia (segundo divisão administrativa anterior a 2012) e por escalão etário de 5 anos;
- CENSOS de 2001, com informação sobre a população residente por freguesia (segundo divisão administrativa anterior a 2012) e por idade;
- CENSOS de 2011, com informação sobre a população residente por freguesia (segundo divisão administrativa anterior a 2012) e por idade;
- Nados-vivos por freguesia e por idade da mãe (por grupos etários, dos 15 aos 19 anos, 20 aos 24, 25 aos 29, 30 aos 34, 35 aos 39, 40 aos 44 e 45 aos 49 anos) entre 1991 e 2015;
- Óbitos por freguesia e por idade, entre 2001 e 2015.

Para cada freguesia (ou para a totalidade do concelho de Sines), são desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas para estimação da população residente, discriminada por idades e posteriormente agregada em grupos etários:

- a) Cálculo da população em 2011, em crescimento natural: partindo da população em 2001, faz-se o seguimento do *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos;
- b) Cálculo das taxas migratórias: comparando a população obtidas na alínea a) com os valores do CENSOS 2011, obtêm-se os saldos e correspondentes taxas migratórias ocorridas no período intercensitário, por freguesia e por idade;
- c) Cálculo das taxas migratórias no período intercensitário 1991-2001: aplicando as alíneas a) e b) agora entre os CENSOS 1991 e CENSOS 2001;
- d) Estimação da população em 2026, em crescimento natural: partindo da população dos CENSOS 2011, faz-se o seguimento do *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos; não se dispoñdo de dados sobre os números de nados vivos ou de óbitos em anos futuros, esses valores são estimados assumindo taxas de fecundidade e de mortalidade adequadas;

- e) Estimação da população em 2026, considerando as migrações: aplicam-se estimativas das taxas migratórias em cada idade (baseadas, consoante o cenário a considerar, como abaixo explicitado, nas taxas migratórias determinadas de acordo com as alíneas b) e c)) à população estimada em cada ano apenas com o crescimento natural (obtida como referido na alínea d)).

A estimativa da população apenas com crescimento natural (obtida como referido em d) acima) será designada como “cenário conservador”. Adotando como estimativas das taxas migratórias, apuradas por freguesia e por idade (*cohort*), a média dos valores apurados como referido em b) e c) acima (o que corresponde a assumir comportamentos migratórios similares à média dos observados nas décadas de 1991-2000 e 2001-2010), obtêm-se estimativas para um cenário designado como “agressivo”. Foi ainda considerado um terceiro cenário, designado “intermédio”, em que se consideram taxas migratórias correspondentes a metade da média das observadas nas décadas intercensitárias 1991-2000 e 2001-2010.

Estes três cenários irão permitir efetuar uma análise de sensibilidade das populações escolares obtidas com o modelo de projeções. Esta análise de sensibilidade é considerada importante devido à volatilidade dos parâmetros demográficos, particularmente no que concerne aos fenómenos migratórios e à natalidade/fecundidade. As hipóteses sobre os parâmetros demográficos são discutidas nos pontos seguintes, a preceder a apresentação das projeções demográficas obtidas.

#### IV.2.2 Parâmetros demográficos

##### IV.2.2.1. Taxas de natalidade e de fecundidade

A evolução do número de nados-vivos no concelho de Sines nos últimos anos é apresentada na Figura IV.2.2.1.1 e apresenta tendências contraditórias. No entanto, observa-se uma tendência global de crescimento entre 1995 e 2011, à qual se segue uma quebra particularmente aguda até o ano de 2013. No entanto, os dois anos seguintes (2014-2015) indiciam uma possível retoma da tendência de crescimento verificada no período 2000-2011, interrompido porém por uma ligeira quebra em 2016.

A evolução da taxa (bruta) de natalidade no concelho de Sines nos últimos anos é apresentada na Figura IV.2.2.1.2 e apresenta também tendências contraditórias. Sem uma tendência marcada até 2011, observa-se depois um elevado decréscimo até 2013, invertido nos dois anos seguintes (2014-2015), fixando-se em 2016 num valor próximo do verificado no ano anterior.

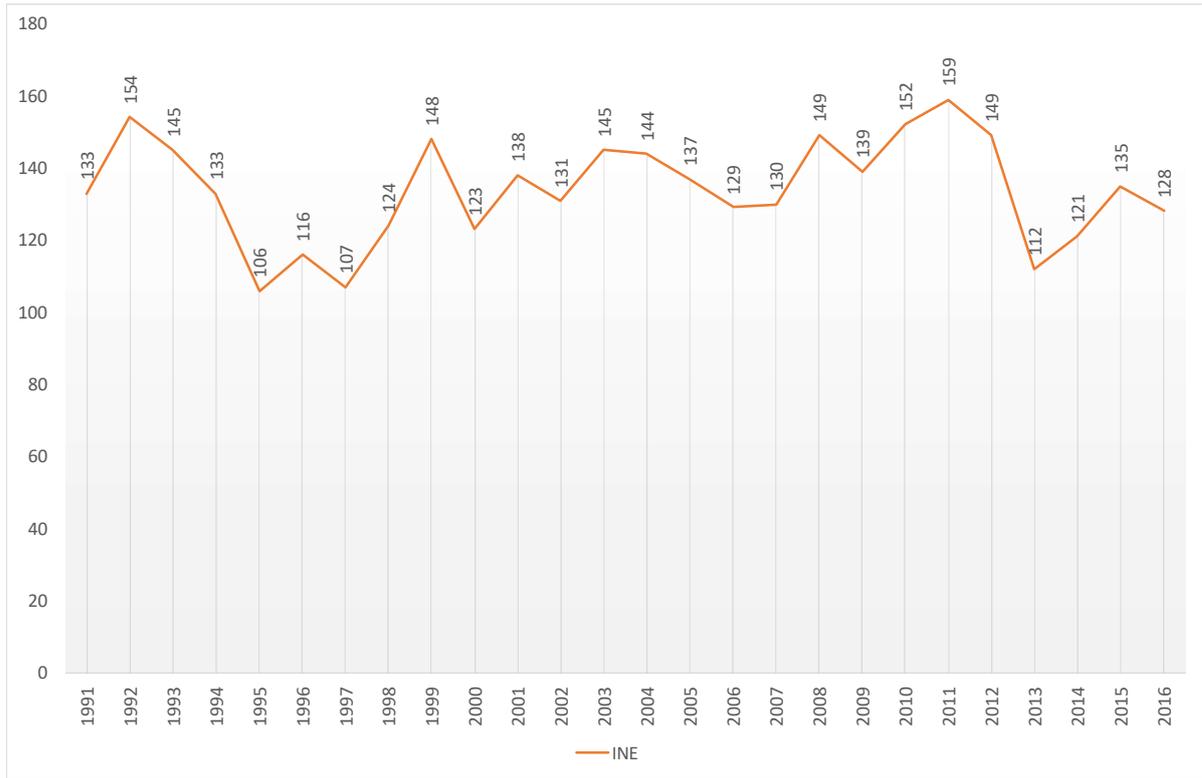


Figura IV.2.2.1.1 - Evolução do número de nados-vivos no concelho de Sines (1991-2016) – Fonte: INE

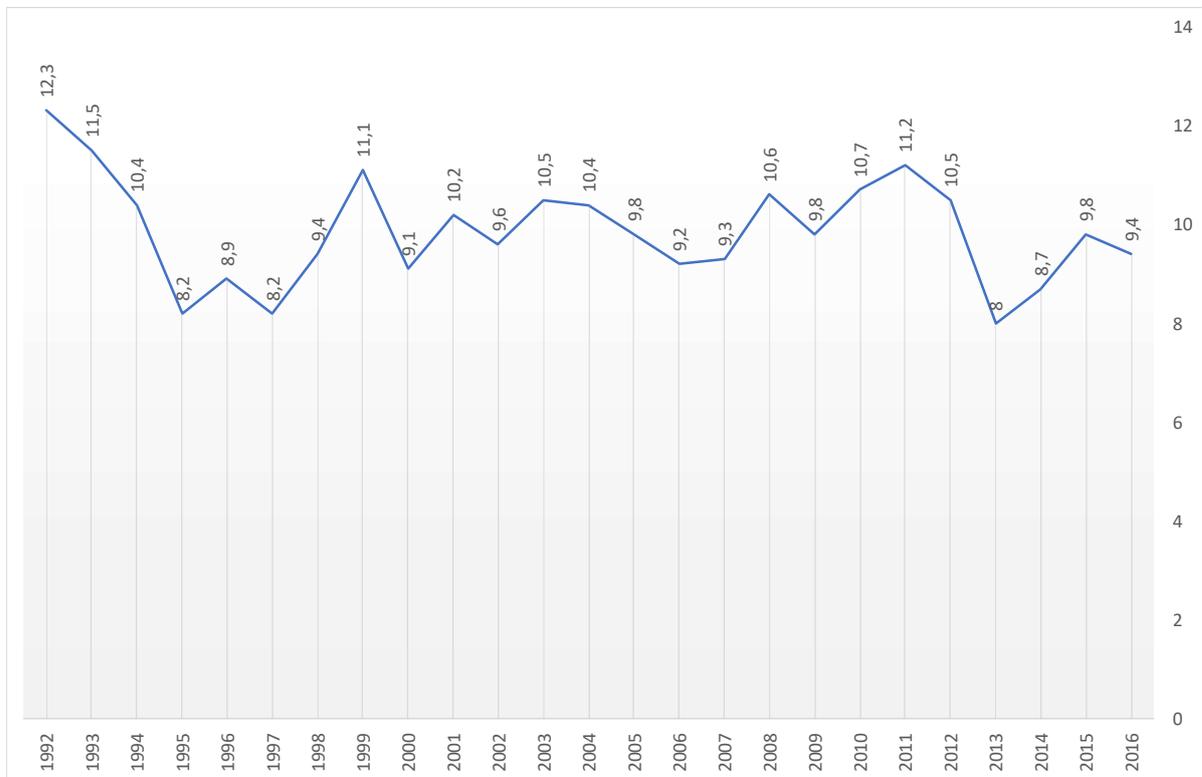


Figura IV.2.2.1.2 - Evolução recente da taxa de natalidade no concelho de Sines (1992-2016) – Fonte: INE

A evolução da taxa de fecundidade no concelho de Sines nos últimos anos é apresentada na Figura IV.2.2.1.3 e apresenta também ela tendências contraditórias. Observa-se uma tendência geral de crescimento entre 1997 e 2011, que é invertida nos dois anos seguintes (até 2013). No entanto, os anos de 2014 e 2015 mostram um elevado crescimento, seguido de uma ligeira redução em 2016. Esta evolução mais recente pode indiciar uma tendência de crescimento (mais reduzido) ou de estabilização em volta dos valores verificados em 2015 e 2016.

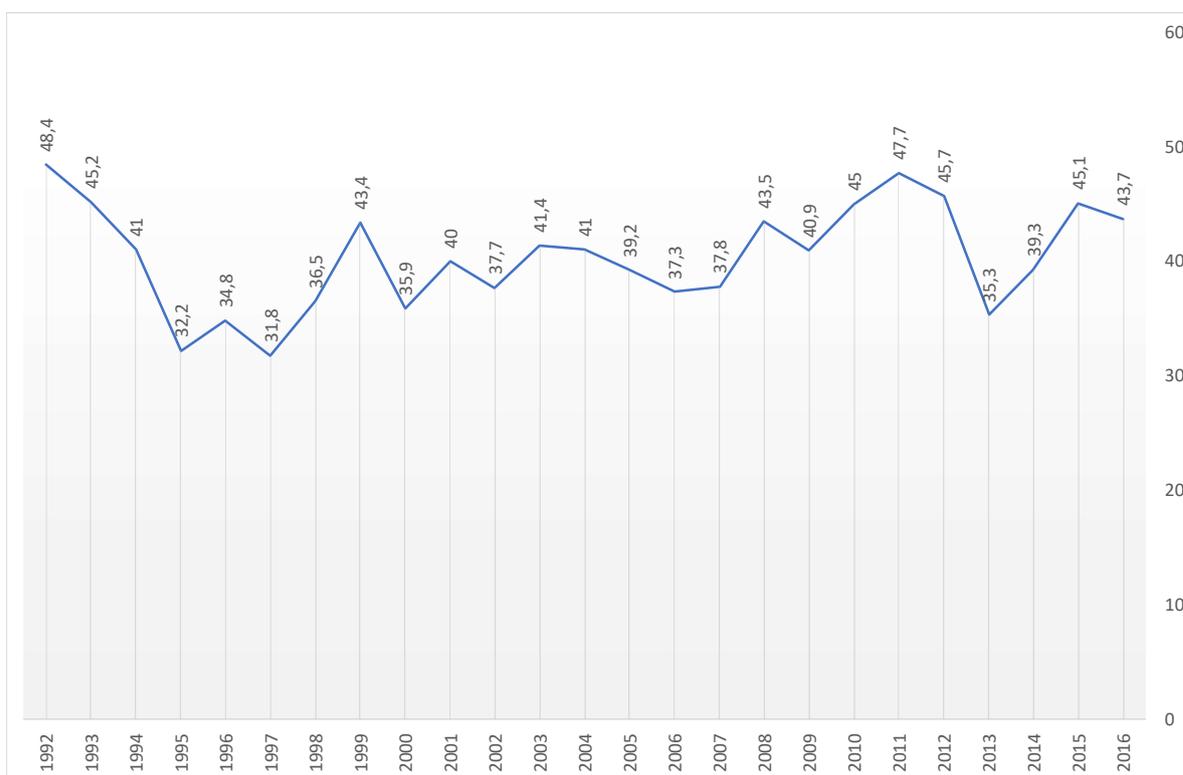


Figura IV.2.2.1.3 - Evolução recente da taxa de fecundidade no concelho de Sines (1992-2016) – Fonte: INE

Face ao comportamento errático destes indicadores demográficos, tornando pouco recomendável extrair uma tendência global, suscitam-se interrogações sobre as estimativas das taxas de fecundidade a considerar no modelo de projeções demográficas. Poderia projetar-se a tendência de crescimento observada genericamente na década intercensitária de 2001-2010, mas este crescimento deu lugar nos dois anos seguintes (2012-2013) a uma elevada quebra, havendo, no entanto, indícios nos três últimos anos de uma inversão desta última tendência ou da estabilização do valor em torno dos valores verificados em 2015 e 2016. Assim, realizou-se um exercício de projeção considerando taxas de fecundidade (por idade da mãe) iguais à média apurada para a década intercensitária 2001-2010. Apresenta-se na Figura

IV.2.2.1.4 a evolução projetada da taxa de fecundidade global para o concelho resultante do modelo de projeções demográficas (a partir do ano de 2017), podendo observar-se uma tendência de decréscimo moderado deste indicador até 2021, em boa parte fruto do progressivo envelhecimento da população residente projetada, com natural quebra da fecundidade para idades mais avançadas das mães, com uma ligeira recuperação no período 2021-2026.

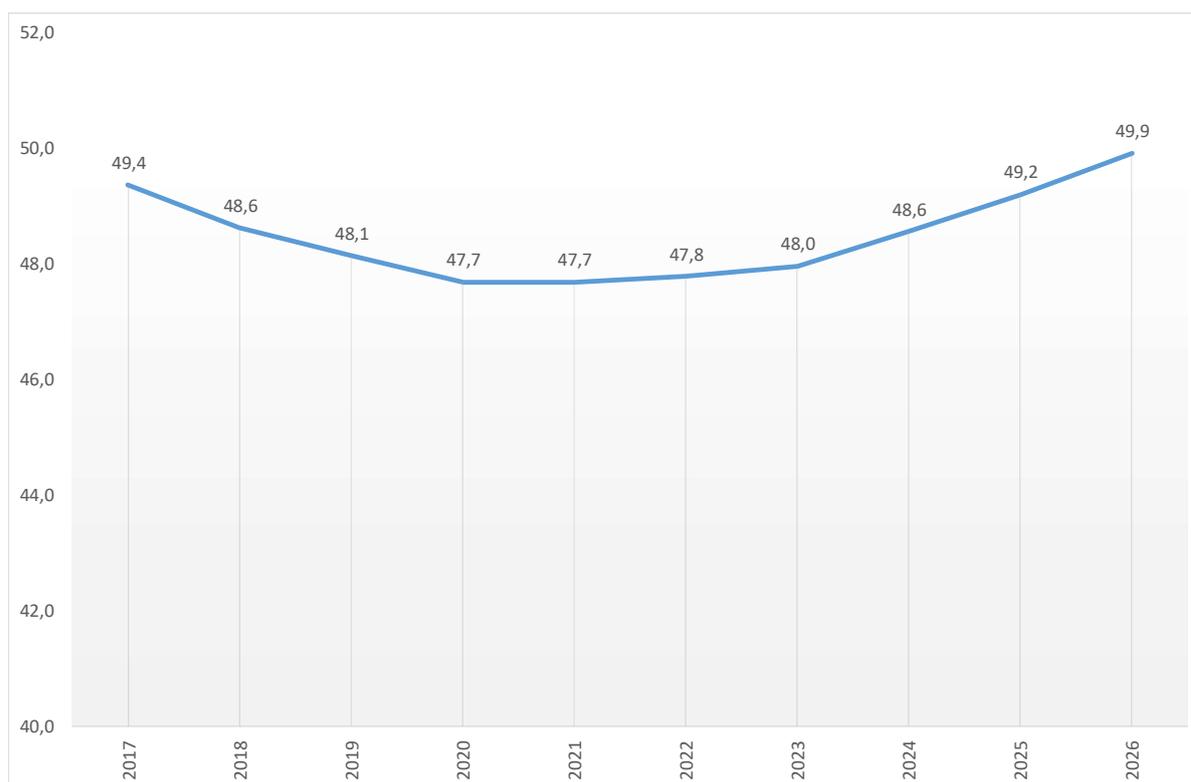


Figura IV.2.2.1.4 – Projeção da taxa de fecundidade estimada no concelho de Sines (2017-2026) – Fonte: modelo de projeções

Face a estes resultados, julga-se talvez excessivamente penalizante considerar cenários de ainda maior redução das taxas de fecundidade, pelo que para o que se segue se adotaram para estas taxas os valores acima referidos, isto é, taxas de fecundidade (por idade da mãe) iguais à média apurada para a década intercensitária 2001-2010. Sublinhe-se ainda que as estimativas das taxas de fecundidade apenas são usadas a partir de 2017 uma vez que se dispõe de dados (do INE) sobre os nados-vivos até 2016.

#### IV.2.2.2. Taxa de mortalidade e saldo natural

A evolução da taxa de mortalidade no concelho de Sines nos últimos anos é apresentada na Figura IV.2.2.2.1, não revelando tendências notáveis. Observa-se antes uma relativa estabilidade na última década. Assim, afigura-se razoável, para efeitos de elaboração de projeções, adotar estimativas das taxas de mortalidade iguais às médias observadas na última década intercensitária (2001-2010). Aliás, refira-se que este parâmetro demográfico é menos relevante para os efeitos pretendidos na Carta Educativa, para os quais são apenas relevantes as projeções para os escalões etários correspondentes às idades escolares (até ao ensino secundário), sendo os resultados para os restantes escalões etários um subproduto que poderá eventualmente ser de utilidade para outros fins.

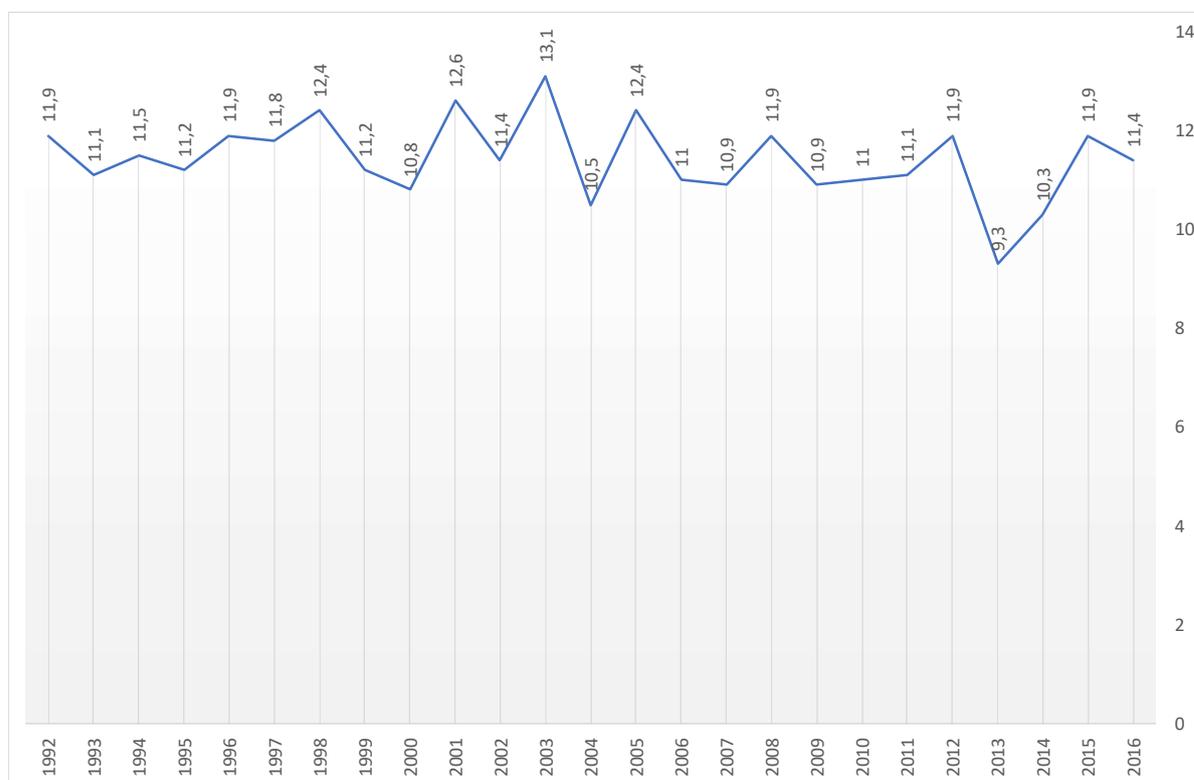


Figura IV.2.2.2.1 - Evolução da taxa de mortalidade no concelho de Sines (1992-2016) – Fonte: INE

Da conjugação da natalidade e mortalidade resultam saldos naturais cuja evolução é apresentada na Figura IV.2.2.2.2. De sublinhar que, a partir do ano de 1994, estes saldos naturais são sempre negativos, com exceção do ano de 2011. Observa-se que o saldo natural, depois de elevadas quebras desde 2011, indicia uma tendência de estabilização nos dois últimos anos.

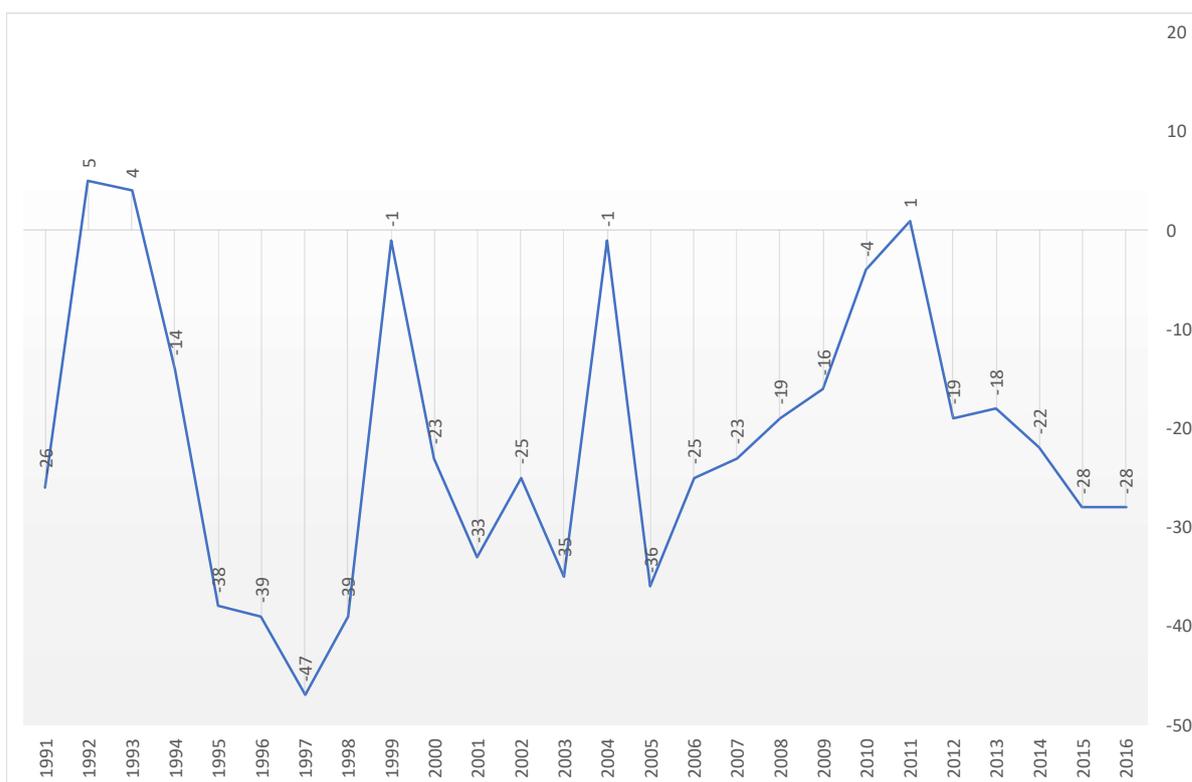


Figura IV.2.2.2.2 - Evolução do saldo natural no concelho de Sines (1991-2016) – Fonte: INE

#### IV.2.2.3. Saldos migratórios

A evolução dos saldos migratórios no concelho de Sines nos últimos anos é apresentada na Figura IV.2.2.3.1. Observa-se uma tendência de crescimento até 2000, ano em que atinge um máximo, seguindo-se uma quebra até 2004 para valores próximos dos de 1992, evoluindo depois para uma relativa estabilização entre 2004 e 2009, revelando de seguida quebras acentuadas entre 2010 e 2014, com valores negativos a partir de 2011, e terminando com uma retoma nos últimos dois anos (sendo de novo positivo em 2016). No entanto, os indícios de retoma de uma tendência de crescimento nos dois últimos anos não garantem que, no curto/médio prazo, os saldos migratórios possam atingir os níveis verificados na década de 1990, ou mesmo na de 2000.

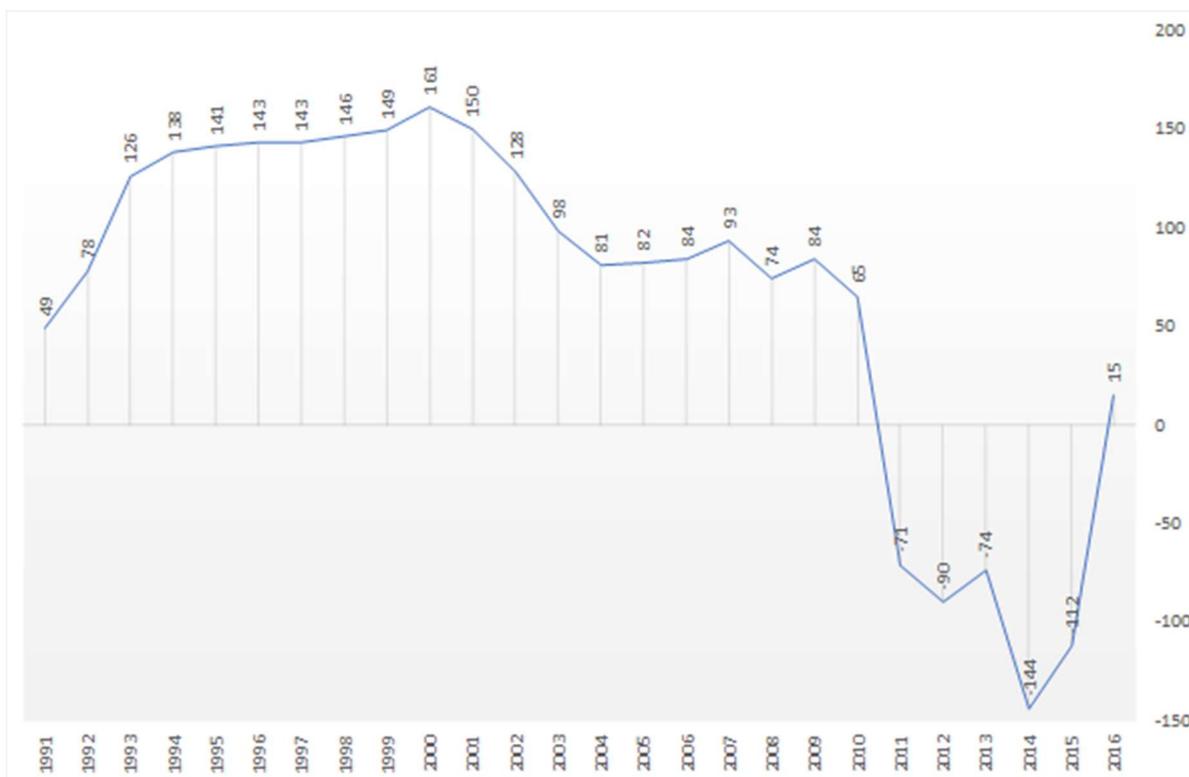


Figura IV.2.2.3.1 - Evolução do saldo migratório no concelho de Sines (1991-2016) – Fonte: INE

Assim, julga-se que assumir taxas migratórias para as projeções até 2026 da ordem de grandeza das médias observadas nos períodos intercensitários anteriores (1991-2000 e 2001-2010) corresponderá a uma perspetiva otimista, muito dificilmente superável (ou mesmo alcançável). Do mesmo modo, assumir que não haverá fenómenos migratórios (correspondendo, portanto, apenas a uma evolução natural da população residente) afigura-se uma perspetiva muito conservadora, pois apesar de entre 2011 e 2015 o INE ter registado os valores mais baixos (e negativos) do saldo migratório, a tendência aparente nos últimos anos é de crescimento. Deste modo, entendeu-se relevante considerar, para efeitos de projeções até 2026, um terceiro cenário em que a taxas migratórias teriam um valor intermédio entre aqueles dois, correspondendo provavelmente a um cenário mais verosímil para este parâmetro demográfico.

#### IV.2.3 Projeções demográficas para o concelho de Sines

Os resultados obtidos por aplicação do modelo de projeção demográfica atrás caracterizado, a nível do concelho e para os três cenários referidos, são apresentados na Figura IV.2.3.1. Refira-se que, no período 2011-2016, adotaram-se nestas projeções os números de nados-vivos disponibilizados pelo INE, ao invés das estimativas

produzidas pelo modelo para estes anos. E importará sublinhar, como atrás referido, que o número de nados-vivos neste período apresenta os valores mais baixos registados pelo INE neste século (com exceção de 2015), correspondendo a mínimos históricos recentes da taxa de natalidade no concelho.

Para o “cenário agressivo”, projeta-se um crescimento populacional de cerca de 4% relativamente a 2011, que se segue a crescimentos populacionais nos dois períodos intercensitário antecedentes na ordem dos 10% (1991-2000) e 5% (2001-2010), verificando-se assim uma tendência de decréscimo dessa taxa (como seria aliás expectável face aos pressupostos assumidos para este cenário, nomeadamente a média das taxas migratórias nas décadas de 1991-2000 e 2001-2010). No extremo oposto, para o “cenário conservador” e para o “cenário intermédio” projetam-se decréscimos populacionais na ordem de 8% e 3%, respetivamente.

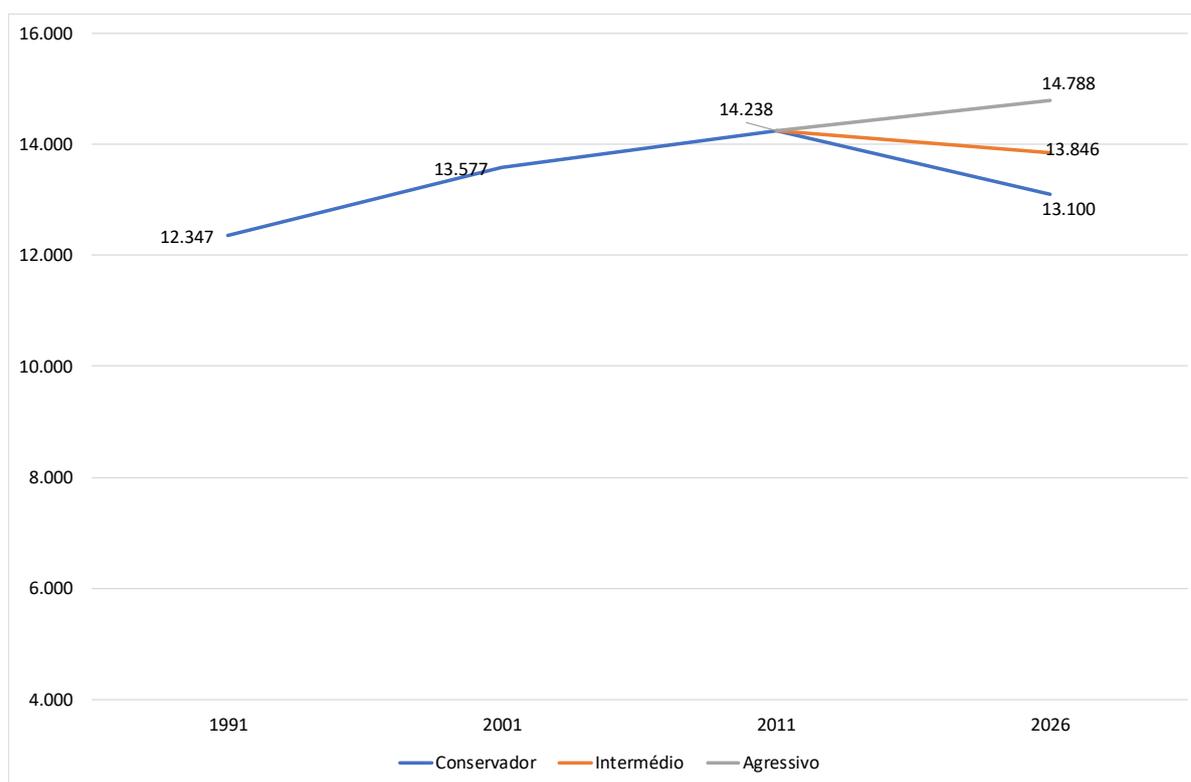


Figura IV.2.3.1 – Projeção demográfica (até 2026) para o concelho de Sines – Fonte: Modelo de projeções

A pirâmide etária resultante da projeção da população para 2026 no “cenário intermédio”, bem como as pirâmides para os anos censitários de 2001 e 2011, são apresentadas na Figura IV.2.3.2. Usando como termo de comparação os CENSOS de 2011, constata-se uma redução expressiva em todos os escalões etários até aos 39 anos de idade, com exceção do escalão dos 10-19 anos em que se verifica uma quase manutenção do número de residentes. Ainda que com menos interesse direto para efeitos de planeamento da rede educativa, observam-se aumentos das populações em todos os escalões etários a partir dos 40 anos, com a exceção de uma estabilização no escalão dos 50-59 anos e do número mais reduzido de residentes com mais de 90 anos.

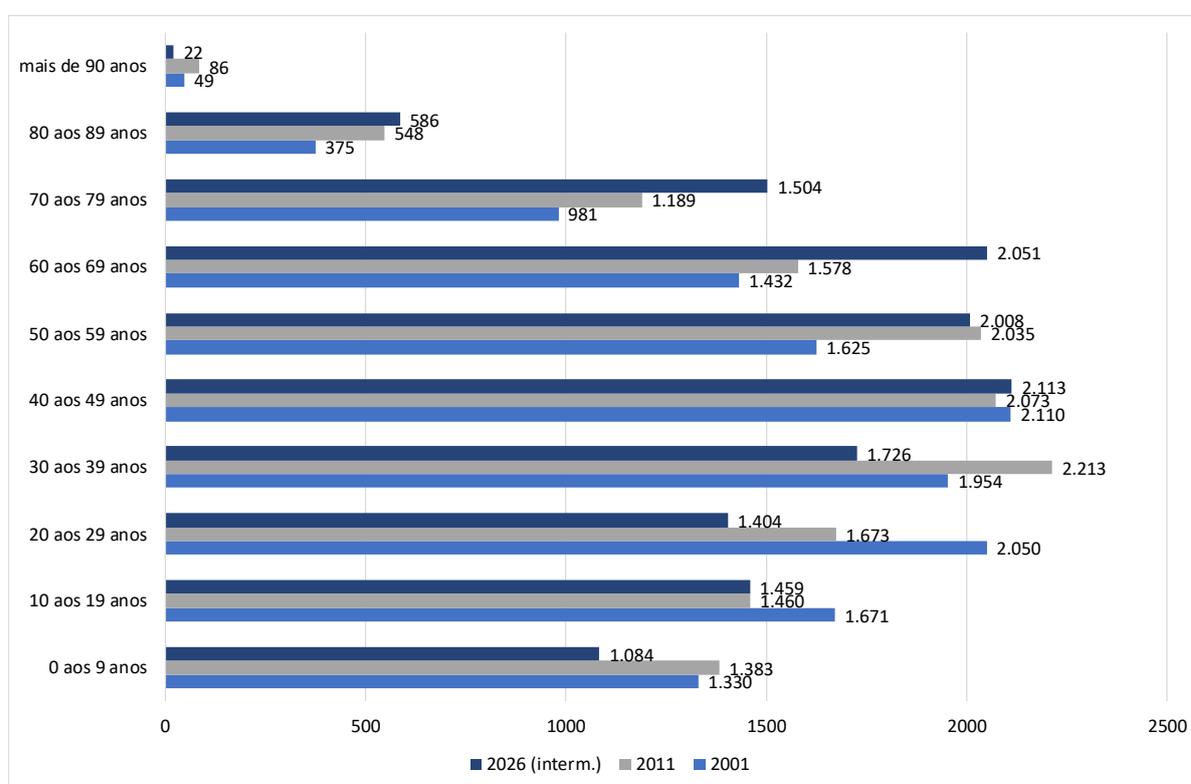


Figura IV.2.3.2 – Pirâmides etárias do concelho de Sines para os censos de 2001 e 2011 e projetada para 2026 (cenário “intermédio”) – Fonte: Modelo de projeções

A pirâmide etária resultante da projeção da população para 2026 no “cenário agressivo”, bem como as pirâmides para os anos censitários de 2001 e 2011, são apresentadas na Figura IV.2.3.3. Comparativamente com a pirâmide obtida para o “cenário intermédio”, continuam-se a verificar, em comparação com os CENSOS de 2011, reduções em todos os escalões etários até aos 39 anos de idade (com exceção dos 10-19 anos), mas menos expressivas do que as verificadas no “cenário intermédio”. No escalão dos 10-19 anos observa-se neste cenário um aumento significativo da respetiva população (cerca de 8%). Nos escalões etários a partir dos 40 anos, verifica-se agora um aumento das respetivas populações, sem exceções.

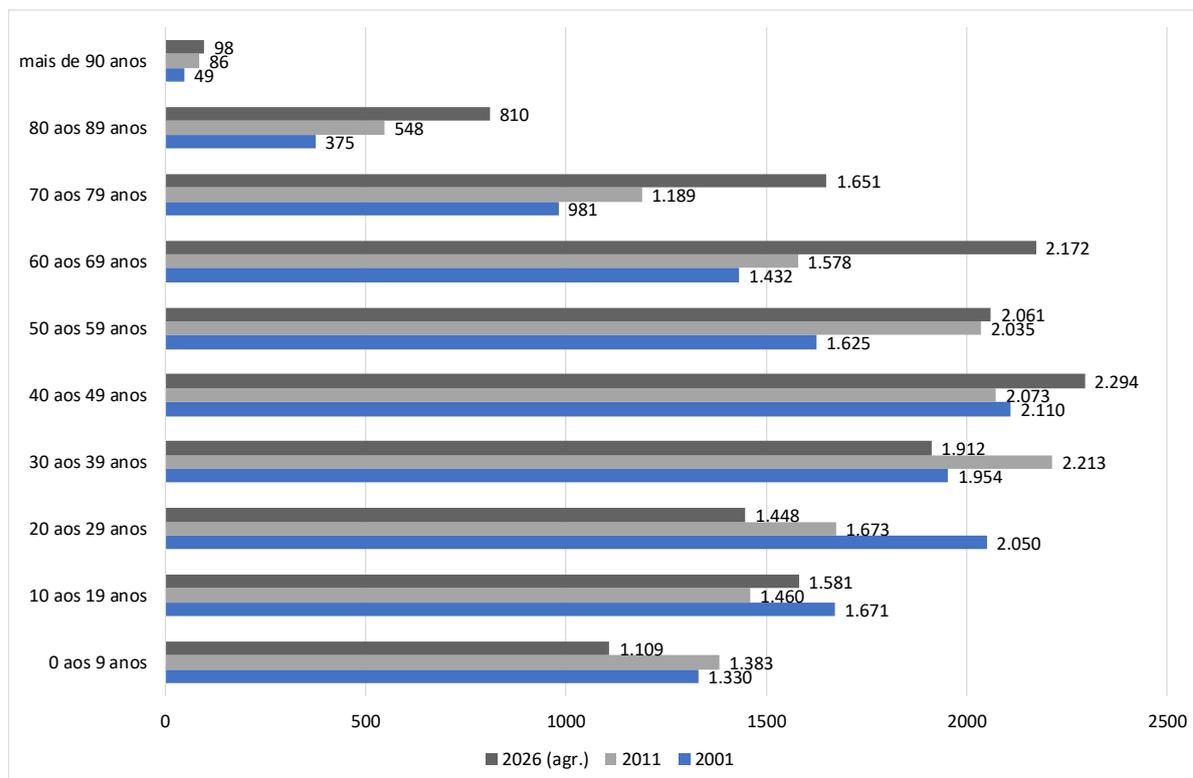


Figura IV.2.3.3 – Pirâmides etárias do concelho de Sines para os censos de 2001 e 2011 e projetada para 2026 (cenário “agressivo”) – Fonte: Modelo de projeções

Na pirâmide etária resultante da projeção da população para 2026 no “cenário conservador”, apresentada na Figura IV.2.3.4, atenuam-se um pouco as tendências de envelhecimento da população projetadas nos dois cenários anteriores, pois se existem aumentos das populações nos escalões etários dos 60-69 anos e 70-79 anos, as populações dos restantes escalões a partir dos 30 anos diminuem (por comparação com o Censo de 2011). Comparativamente com os dois cenários anteriores, a erosão populacional dos escalões etários até aos 29 anos é mais significativa, o que constitui um indício de que a introdução de migrações (presente apenas nos outros cenários) tem efeitos positivos nos escalões etários mais baixo, não só direto mas também por atrair mulheres em idade mais fértil. Neste cenário, o escalão etário dos 10 aos 19 anos apresenta agora igualmente um decréscimo, contrariamente aos outros cenários em que se verificaram a manutenção da população (“intermédio”) ou um aumento (“agressivo”).

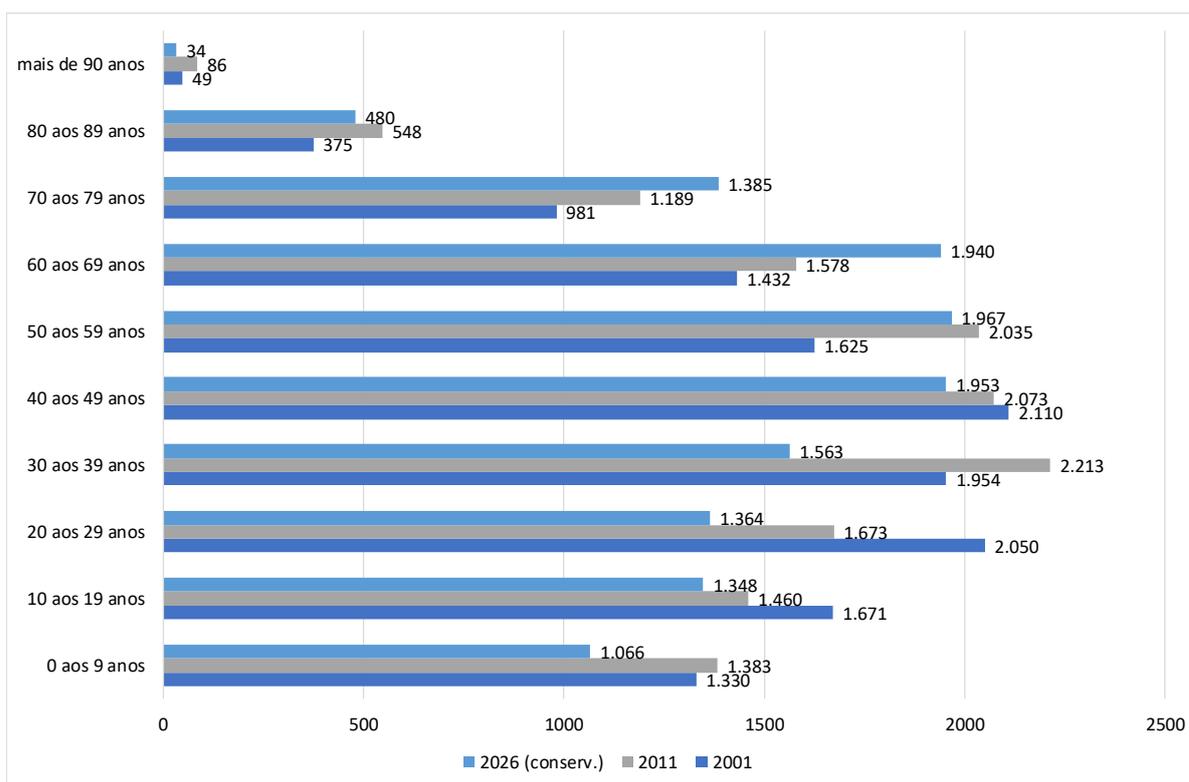


Figura IV.2.3.4 – Pirâmides etárias do concelho de Sines para os censos de 2001 e 2011 e projetada para 2026 (cenário “conservador”) – Fonte: Modelo de projeções

Os valores projetados para 2026 do número de crianças e jovens em idade própria de frequência de cada nível e ciclo de educação e ensino (para os três cenários considerados), bem como os correspondentes valores para os CENSOS de 2001 e 2011, estão representados na Figura IV.2.3.5. Como se pode observar, e por comparação com os valores dos CENSOS de 2011:

- i. Nos escalões etários dos 3-5 anos (educação pré-escolar) e dos 10-11 anos (2.º ciclo do ensino básico), projetam-se reduções significativas para todos os cenários, todos dentro da mesma ordem de magnitude;
- ii. No escalão etário dos 6-9 anos (1.º ciclo do ensino básico), projetam-se também reduções significativas para todos os cenários, menores para o cenário “agressivo”, seguido do cenário “intermédio” e do cenário “conservador”, por ordem crescente de magnitude;
- iii. Nos restantes escalões etários, correspondentes ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário, projetam-se aumentos para os 3 cenários, com exceção da população no escalão etário 15-17 anos do cenário “conservador” onde se verifica um muito ligeiro decréscimo face a 2011, sendo os aumentos observados mais significativos no cenário “agressivo”.

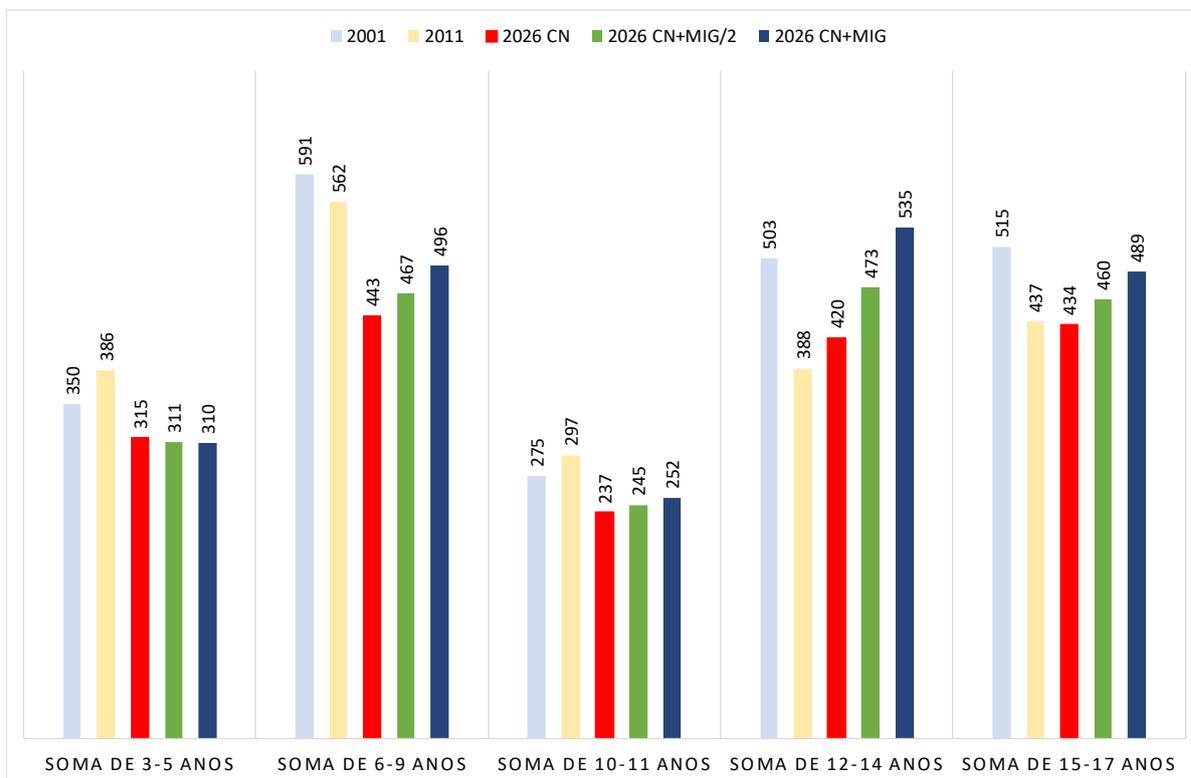


Figura IV.2.3.5 – População em idade própria de cada ciclo no concelho de Sines em 2001, 2011 e projetada para 2026 – Fonte: Modelo de projeções

#### IV.2.4 Projeções demográficas para as freguesias do concelho de Sines

Na análise da evolução por freguesia da população entre os CENSOS 2001 e 2011 e a projeção de população para 2026 (Figura IV.2.4.1), constata-se que, no “cenário conservador” e no “cenário intermédio”, as duas freguesias de Sines apresentam decréscimos de população entre 2011 e 2026 (sendo a maior variação em Porto Covo no “cenário conservador”, com uma variação de cerca de -11%). Relativamente ao “cenário agressivo”, as populações das duas freguesias crescem entre 2011 e 2026 de formas muito semelhantes (por volta de 6,5%).

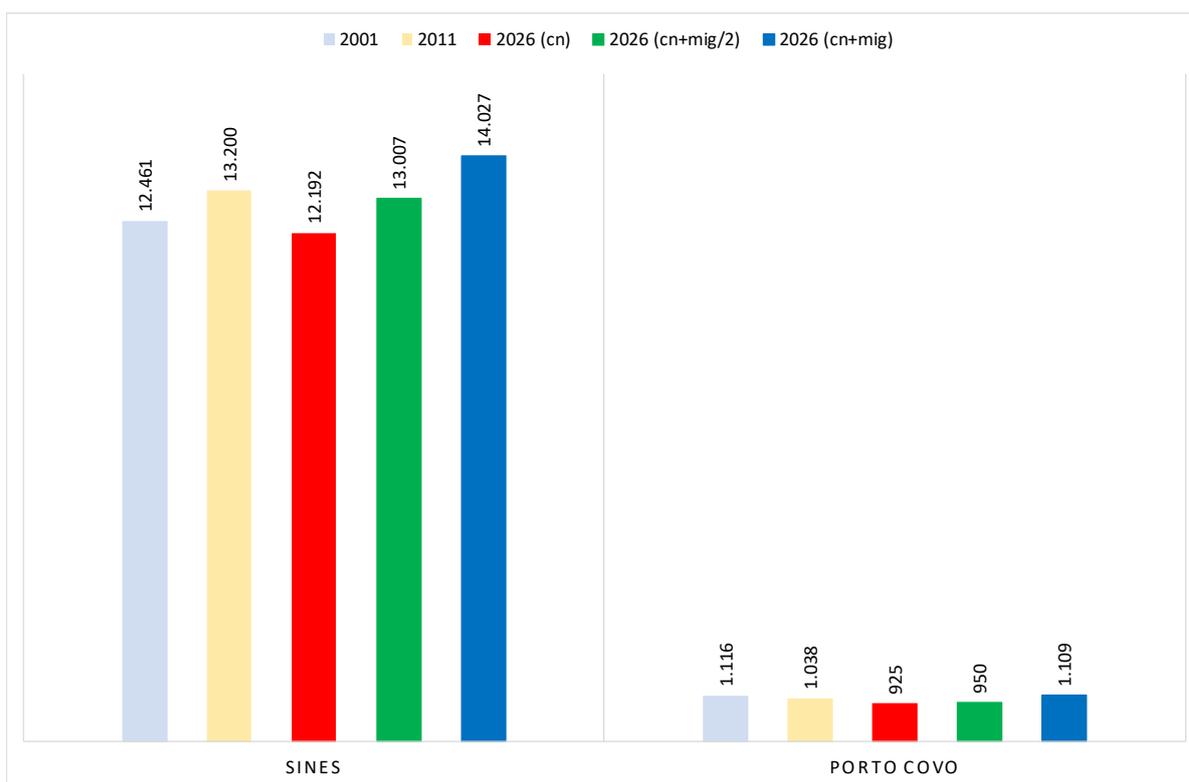


Figura IV.2.4.1 – População por freguesia do concelho de Sines em 2001 e 2011 e projeção para 2026 – Fonte: Modelo de projeções

As projeções para 2026 da população residente, por freguesia (escalões etários entre os 3 e os 24 anos, isto é, os relevantes para efeitos de planeamento da rede escolar), são apresentadas nos Quadros IV.2.4.1, IV.2.4.2 e IV.2.4.3, respetivamente para os cenários “conservador”, “intermédio” e “agressivo”.

Quadro IV.2.4.1 – Projeções da população por freguesia (cenário “conservador”)

Idade (anos)	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
3 a 5	315	300	15
6 a 9	443	422	21
10 e 11	237	227	10
12 a 14	419	399	20
15 a 18	434	405	29
18 a 24	947	889	58
<b>TOTAL</b>	<b>2.795</b>	<b>2.642</b>	<b>153</b>

Fonte: Modelo de projeções

Quadro IV.2.4.2 – Projeções da população por freguesia (cenário “intermédio”)

Idade (anos)	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
3 a 5	311	298	13
6 a 9	467	441	26
10 e 11	245	235	10
12 a 14	473	450	23
15 a 18	460	429	31
18 a 24	1.002	944	58
<b>TOTAL</b>	<b>2.958</b>	<b>2.797</b>	<b>161</b>

Fonte: Modelo de projeções

Quadro IV.2.4.3 – Projeções da população por freguesia (cenário “agressivo”)

Idade (anos)	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
3 a 5	310	296	14
6 a 9	496	461	35
10 e 11	252	244	8
12 a 14	535	509	26
15 a 18	489	455	34
18 a 24	1.065	1.006	59
<b>TOTAL</b>	<b>3.147</b>	<b>2.971</b>	<b>176</b>

Fonte: Modelo de projeções

### IV.3. Cenários prospetivos da procura de ensino

As projeções da procura de ensino para o horizonte de 2026 partem das projeções do número de crianças e jovens em idade própria de frequência de cada nível e ciclo de educação e ensino, às quais são aplicados fatores que refletem fenómenos de retenção ou antecipação (crianças e jovens que frequentam um dado nível e ciclo fora da idade própria) e de “importação/exportação” de alunos (crianças e jovens que frequentam escolas localizadas em concelhos distintos do seu concelho de residência).

Estes fatores foram estimados para o ano censitário de 2011, tirando partido de dados sobre população residente com idades dentro do escalão etário de idade própria de frequência de cada nível e ciclo de educação e ensino (retirados dos CENSOS de 2011) e de frequência das escolas do concelho de Sines, por idade dos alunos, para os anos letivos de 2010/2011 e 2011/12 fornecidos pelos estabelecimentos e pela DGEEC. No caso das projeções por freguesia, estes fatores são apurados para cada freguesia, refletindo assim as particularidades de cada caso.

Refira-se que, até aos 15 anos de idade, estes fatores para o concelho são praticamente iguais à unidade, com exceção dos 4-6 anos, refletindo assim, tendo ainda em conta os efeitos da retenção, o facto do sistema educativo do município de Sines acolher a totalidade (ou a esmagadora maioria) dos seus jovens e crianças nessas idades residentes no concelho. Esta constatação era já expectável face às taxas de escolarização (a rondar os 100%, com exceção das idades próprias do pré-escolar) apuradas para o ano censitário de 2011 atrás apresentadas (ver secção II.4.1). No que respeita aos 4-6 anos (idades próprias do pré-escolar), os fatores são significativamente superiores à unidade, indicando, como referido no ponto III.4.4 do volume I do presente documento, que os jardins-de-infância do concelho, especialmente os privados, funcionarem como atração das populações em idades pré-escolares dos concelhos limítrofes. Verifica-se algo semelhante, embora em menor expressão e considerando os devidos efeitos da retenção, nas idades próprias do ensino secundário (15-17 anos), fruto neste caso da conjugação de dois fenómenos de efeitos contrários: por um lado, da oferta de cursos profissionais que atrai alunos residentes noutros concelhos em número apreciável e, por outro, da perda de alunos dos cursos gerais (científico-humanísticos) para escolas de outros concelhos (particularmente para Escola Secundária Manuel da Fonseca em Santiago do Cacém) após conclusão do 10º ano.

Os valores das projeções da procura de ensino, para cada nível e ciclo (desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário) assim obtidos, por freguesia e para o concelho, são apresentadas nos Quadros IV.3.1, IV.3.2 e IV.3.3, respetivamente para os cenários “conservador”, “intermédio” e “agressivo”, e representados nas Figuras IV.3.1, IV.3.2 e IV.3.3.

Quadro IV.3.1 – Projeções da procura de ensino (cenário “conservador”)

Nível / ciclo	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
<b>Pré-escolar</b>	396	377	19
<b>1.º ciclo</b>	511	487	24
<b>2.º ciclo</b>	273	261	12
<b>3.º ciclo</b>	530	502	28
<b>Secundário</b>	491	462	29
<b>TOTAL</b>	2.201	2.089	112

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Quadro IV.3.2 – Projeções da procura de ensino (cenário “intermédio”)

Nível / ciclo	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
<b>Pré-escolar</b>	395	378	17
<b>1.º ciclo</b>	537	508	29
<b>2.º ciclo</b>	289	277	12
<b>3.º ciclo</b>	589	557	32
<b>Secundário</b>	526	495	31
<b>TOTAL</b>	<b>2.336</b>	<b>2.215</b>	<b>121</b>

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Quadro IV.3.3 – Projeções da procura de ensino (cenário “agressivo”)

Nível / ciclo	Concelho	Freguesia	
		Sines	Porto Covo
<b>Pré-escolar</b>	398	379	19
<b>1.º ciclo</b>	569	531	38
<b>2.º ciclo</b>	305	294	11
<b>3.º ciclo</b>	654	619	35
<b>Secundário</b>	563	530	33
<b>TOTAL</b>	<b>2.489</b>	<b>2.353</b>	<b>136</b>

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

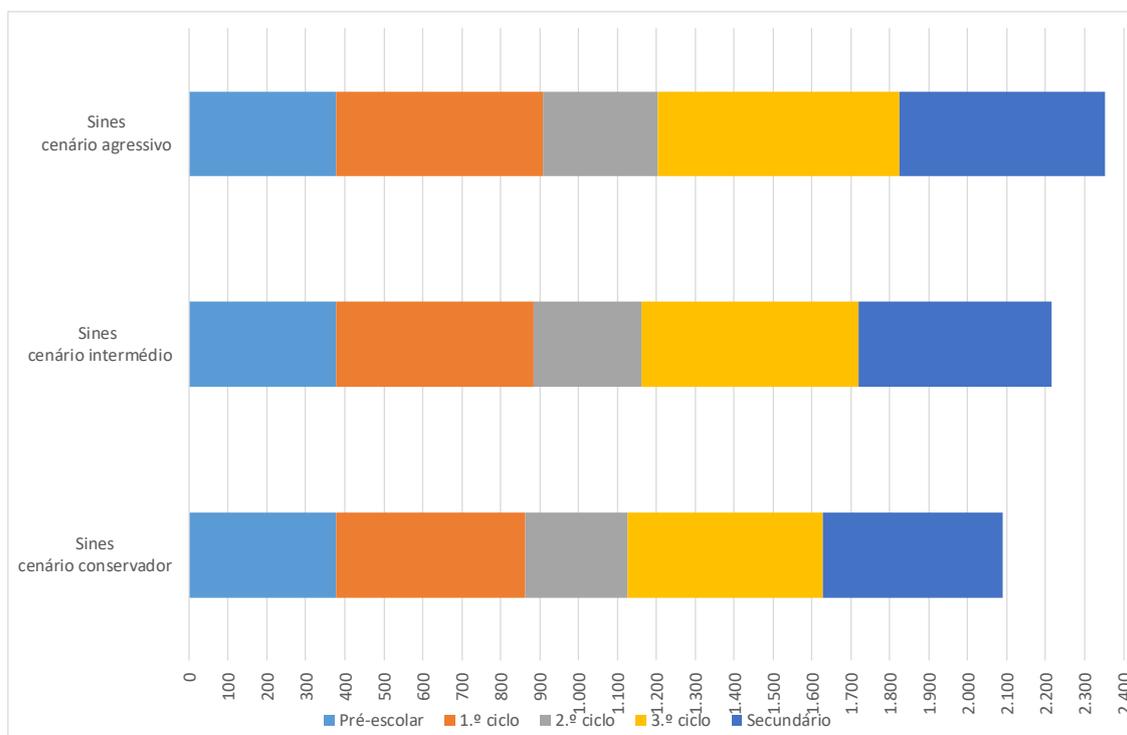


Figura IV.3.1 – Projeções (2026) da procura de ensino na freguesia de Sines (cenários “conservador”, “intermédio” e “agressivo”) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

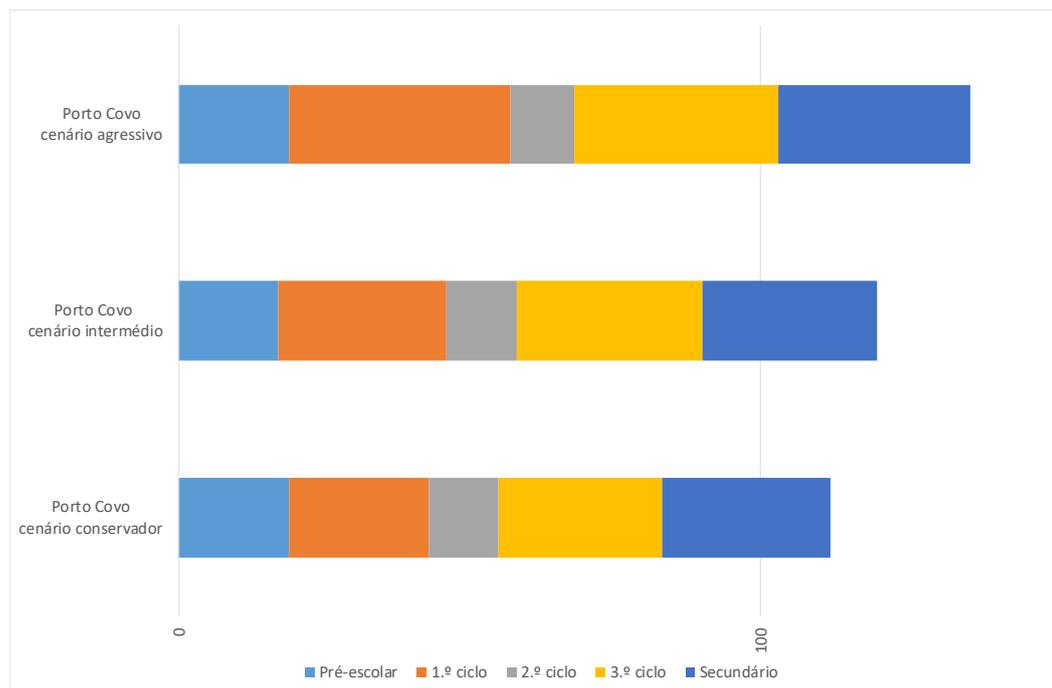


Figura IV.3.2 – Projeções (2026) da procura de ensino na freguesia de Porto Covo (cenários “conservador”, “intermédio” e “agressivo”) – Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

#### IV. 4. Balanços prospetivos de oferta-procura

Apresentam-se de seguida balanços prospetivos (num horizonte até 2026) de oferta-procura de educação e ensino (desde o pré-escolar até ao secundário) no concelho de Sines. Trata-se de análises puramente quantitativas, comparando as capacidades atuais da rede escolar existente com as projeções da procura de educação e ensino para 2026 apresentadas na secção anterior. Procura-se assim identificar potenciais estrangulamentos (défices) ou excessos de capacidade que possam suportar decisões de ajustamento da rede atual, a desenvolver na fase propositiva subsequente.

Começa-se por desenvolver análises para a rede escolar global, isto é, considerando toda a oferta atual independentemente da sua natureza (pública, solidária, cooperativa ou particular), mas diferenciando a capacidade por essa mesma natureza, para de seguida concentrar a análise apenas na rede de escolas públicas (na dependência do Ministério da Educação).

Os resultados são apresentados a nível do concelho (análise global e à rede de escolas públicas) e com desagregação pelas freguesias (apenas análise global). No entanto,

convirá sublinhar que estes últimos devem ser encarados com alguma reserva e ser usados com prudência visto dever-se ter presente que o grau de credibilidade das previsões é negativamente afetado pelo aumento do nível de desagregação adotado, aumentado assim o risco de imprecisão das previsões. Adicionalmente, é sabido que a geografia da procura de ensino é influenciada por numerosos fatores, como seja a qualidade do ensino em cada escola (ou a perceção da mesma pelas populações), sendo a expressão espacial das projeções da procura futura de ensino baseada na procura “aparente” (expressa pelas frequências das escolas) observada no passado e que pode também ser influenciada (eventualmente de forma determinante) pela oferta existente e capacidades das escolas. Assim, pode haver algum desfasamento entre a procura potencial (real) e aquela procura “aparente”, introduzindo distorções na expressão espacial (a nível de freguesia) das projeções da procura futura de ensino. Ainda assim, julga-se que os balanços apurados por freguesia poderão fornecer algumas pistas que, usadas com a prudência recomendável pelas reservas acima suscitadas, permitirão enriquecer o diagnóstico.

As capacidades consideradas nesta análise correspondem às capacidades identificadas na caracterização dos equipamentos educativos (ver volume I do presente documento) e na adoção de capacidades médias das turmas dos estabelecimentos dos vários ciclos ou níveis de educação e ensino que cumprem os limites publicados no Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, corrigidas sempre que um estabelecimento tenha indicado no respetivo inquérito (ou em outra fonte equivalente) uma capacidade média numa determinada sala de aula (ou turma) inferior ao respetivo limite, adotando-se nesse caso como capacidade máxima para essa sala (turma) a capacidade indicada na respetiva fonte.

Sublinhe-se que as capacidades indicadas para os 2º e 3º ciclos e para o secundário, nas escolas em que coexistem estes níveis/ciclos de ensino, são de algum modo artificiais por resultarem da repartição da capacidade total de cada estabelecimento por aqueles níveis/ciclos de ensino na proporção do número de turmas verificada nos anos letivos anteriores, podendo obviamente esta repartição ser gerida em função das necessidades prevaletentes em cada instante. Deste modo, incluem-se também nas análises seguintes balanços agregando estes três níveis/ciclos de ensino.

## IV.4.1. Balanços ao nível do concelho

## IV.4.1.1. Balanços globais oferta-procura

Nestes balanços globais são consideradas as capacidades de todas as escolas da rede atual (existentes em 2017/2018), independentemente da sua natureza (pública, solidária, cooperativa ou particular), mas diferenciando as capacidades por essa mesma natureza.

Os balanços globais (desde o pré-escolar até ao secundário) projetados para 2026 (para os três cenários demográficos considerados), a nível do concelho, são apresentados no Quadro IV.4.1.1.1 e representam-se nas Figuras IV.4.1.1.1 a IV.4.1.1.5 separadamente para os diferentes níveis/ciclos. Os valores de capacidade, procura e saldos são expressos em “nº de alunos”.

Quadro IV.4.1.1. 1 – Balanços globais oferta-procura (para 2026) - concelho de Sines

Nível / ciclo	Natureza dos estabelecimentos	Capacidade (2017/2018)		Projeções de procura de ensino - 2026			Balanço oferta-procura		
		N.º	%	conserv.	interm.	agress.	conserv.	interm.	agress.
Pré-escolar	rede de escolas públicas	325	35,1%	396	395	398	529	530	527
	rede solidária	325	35,1%						
	rede part. e coop.	275	29,7%						
	<b>TOTAL</b>	<b>925</b>	<b>-</b>						
1.º ciclo	rede de escolas públicas	770	100,0%	511	537	569	259	233	201
	rede privada	0	0,0%						
	<b>TOTAL</b>	<b>770</b>	<b>-</b>						
2.º e 3.º ciclos	rede de escolas públicas	1.110	90,2%	803	878	959	427	352	271
	rede privada	120	9,8%						
	<b>TOTAL</b>	<b>1.230</b>	<b>-</b>						
Secundário	rede de escolas públicas	390	40,6%	491	526	563	469	434	397
	rede privada	570	59,4%						
	<b>TOTAL</b>	<b>960</b>	<b>-</b>						
2.º, 3.º ciclos e secundário	rede de escolas públicas	1.500	68,5%	1.294	1.404	1.522	896	786	668
	rede privada	690	31,5%						
	<b>TOTAL</b>	<b>2.190</b>	<b>-</b>						
Total	rede de escolas públicas	2.595	66,8%	2.201	2.336	2.489	1.684	1.549	1.396
	priv. (solid. part. e coop)	1.290	33,2%						
	<b>TOTAL</b>	<b>3.885</b>	<b>-</b>						

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

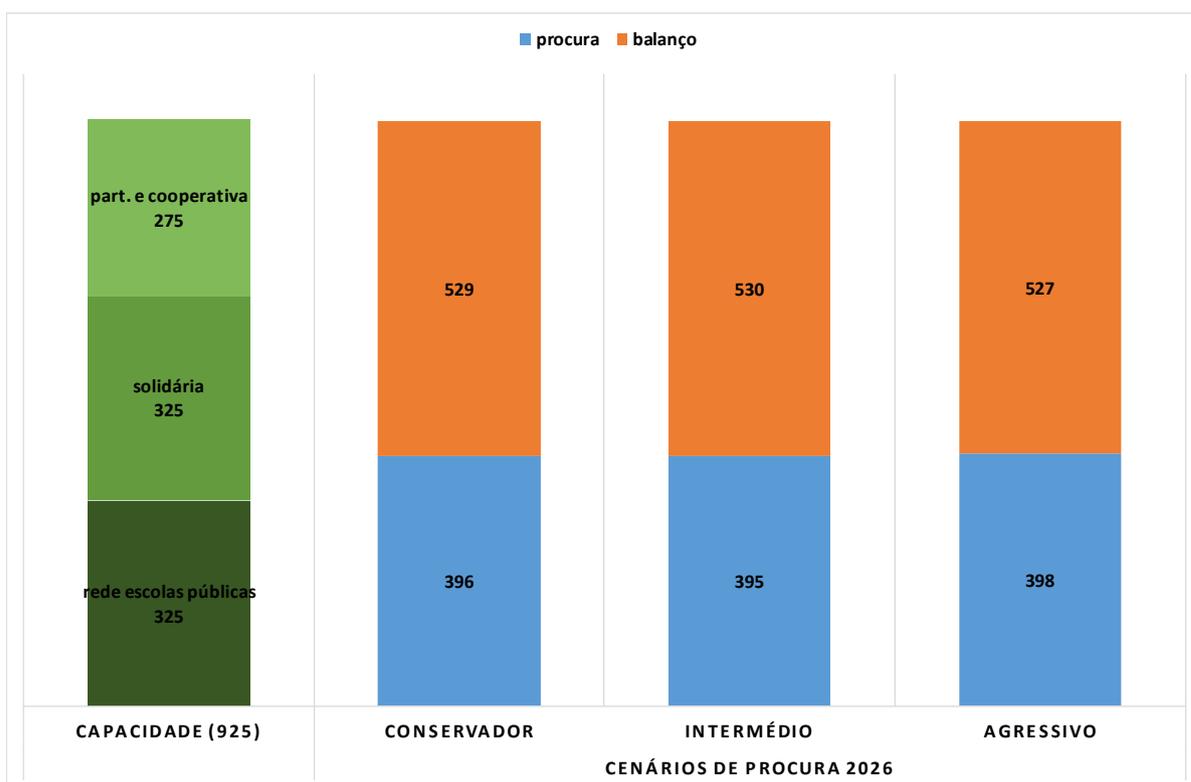


Figura IV.4.1.1.1 – Balanços globais oferta-procura (2026) no pré-escolar – total do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

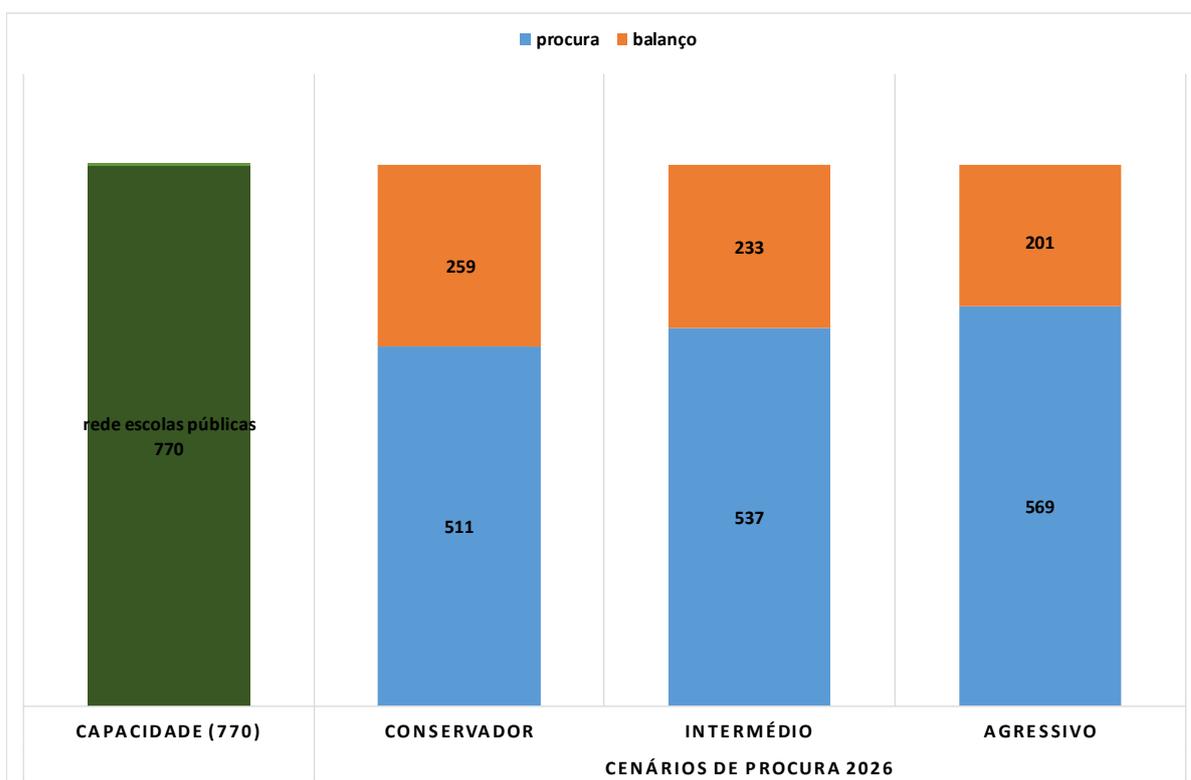


Figura IV.4.1.1.2 – Balanços globais oferta-procura (2026) no 1.º ciclo – total do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

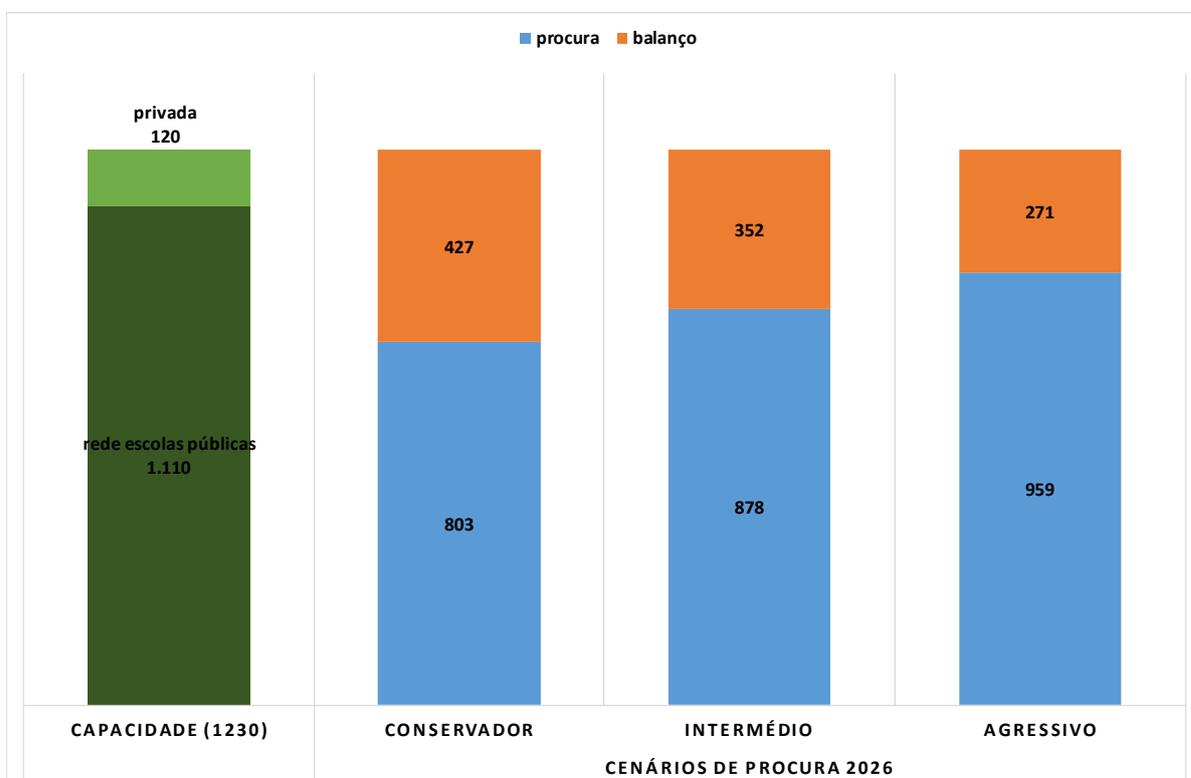


Figura IV.4.1.1.3 – Balanços globais oferta-procura (2026) nos 2.º e 3.º ciclos – total do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

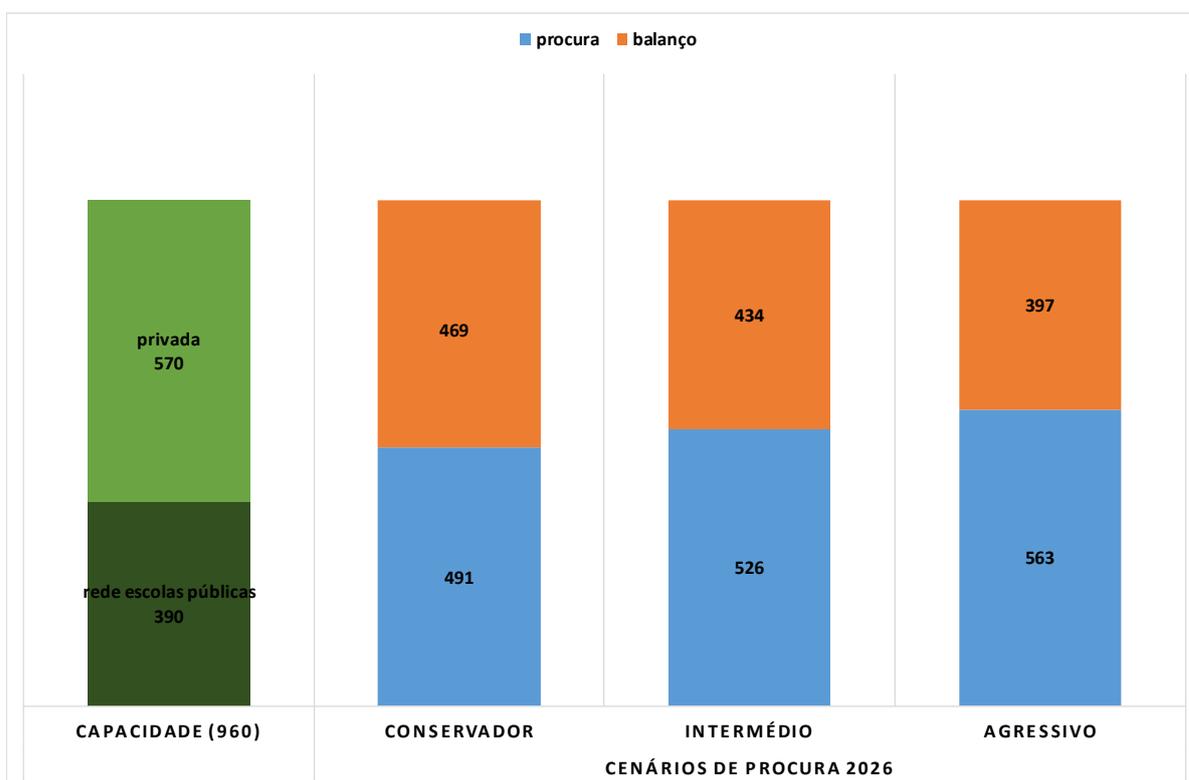


Figura IV.4.1.1.4 – Balanços globais oferta-procura (2026) no secundário – total do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

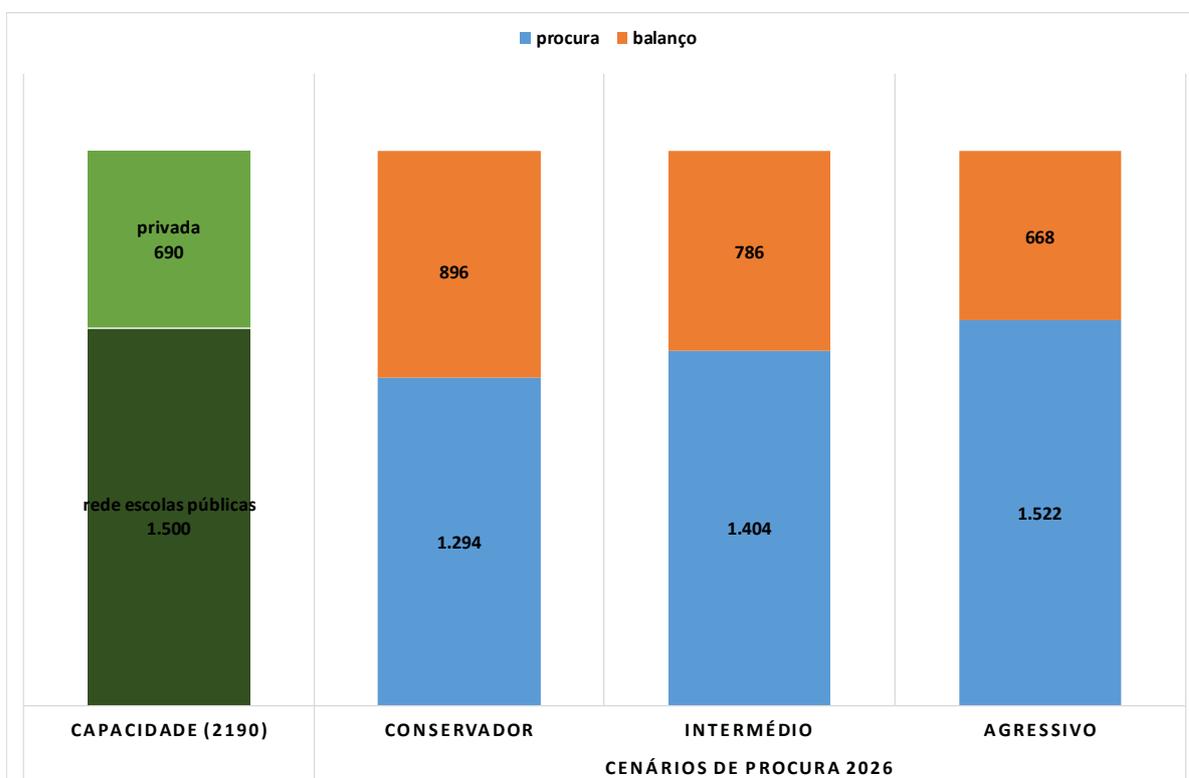


Figura IV.4.1.1.5 – Balanços globais oferta-procura (2026) no conjunto dos 2.º e 3.º ciclos e secundário – total do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Centrando a análise no cenário “agressivo” (com taxas migratórias idênticas às médias das taxas verificadas nas décadas de 1991-2000 e 2001-2010), constata-se:

- i. Saldos positivos (isto é, capacidade excedentária da rede atual face à procura projetada para 2026) para todos os níveis e ciclos de educação e ensino;
- ii. Os saldos são mais reduzidos no 1.º ciclo (201 vagas) e nos 2.º e 3.º ciclos (271 vagas), representando taxas de ocupação de cerca de 74% e 78% das respetivas capacidades, mas no caso destes últimos ciclos de ensino e considerando-os, de um modo mais realista, em conjunto com o secundário, verificar-se-ia uma capacidade excedentária total da rede atual da ordem das 668 vagas (ocupação de cerca de 69%).

Os saldos positivos em todos os níveis e ciclos de educação e ensino tornam-se mais significativos no “cenário intermédio” (com metade das taxas migratórias assumidas no “cenário agressivo”) no pré-escolar (530 vagas), no 1.º ciclo (233 vagas) e no conjunto dos 2.º e 3.º ciclos e secundário (786 vagas). Por fim, e caso se venha a materializar o “cenário conservador” (que assume taxas migratórias nulas), os saldos positivos crescem ainda mais face ao verificado no “cenário agressivo”, e consequentemente no “cenário intermédio”, principalmente nos 2º e 3º ciclos e no secundário com um saldo total para este conjunto de 896 vagas. Deve relevar-se ainda que nos três cenários o número de vagas no pré-escolar mantém-se praticamente constante.

Estas conclusões emanam primordialmente dos pressupostos sobre os fenómenos migratórios futuros que têm um impacto muito significativo nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência destes níveis/ciclos de ensino, conforme discutido atrás (ver ponto IV.3, em conjugação com a análise das pirâmides etárias).

#### *IV.4.1.2. Balanços oferta pública – procura global*

Nos balanços entre oferta pública e procura global são consideradas apenas as capacidades atuais (2017/2018) das escolas da rede de escolas públicas, acrescidas das capacidades atuais dos jardins-de-infância da rede solidária, diferenciando as capacidades por essas diferentes naturezas. Do lado da procura, são considerados os valores totais das estimativas de procura projetados para 2026. No caso do ensino secundário, esta última hipótese é de algum modo irrealista uma vez que as estimativas de procura incluem as ofertas de cursos de cariz profissionalizante (que atraem alunos residentes em outros concelhos vizinhos, em número apreciável) que são promovidas por escolas não integradas na rede de escolas públicas (dependentes do Ministério da Educação) do concelho de Sines.

Estes balanços (desde o pré-escolar até ao secundário) projetados para 2026 (para os três cenários demográficos considerados), a nível do concelho, são apresentados no

Quadro IV.4.1.2.1 e representam-se nas Figuras IV.4.1.2.1 a IV.4.1.2.5 separadamente para os diferentes níveis/ciclos. Os valores de capacidade, procura e saldos são expressos em “n.º de alunos”.

Quadro IV.4.1.2. 1 – Balanços oferta-procura (para 2026) – oferta pública do concelho de Sines

Nível / ciclo	Natureza dos estabelecimentos	Capacidade (2017/2018)		Projeções de procura de ensino - 2026			Balanço oferta-procura		
		N.º	%	conserv.	interm.	agress.	conserv.	interm.	agress.
Pré-escolar	rede de escolas públicas	325	50,0%	396	395	398	254	255	252
	rede solidária	325	50,0%						
	<b>TOTAL</b>	<b>650</b>	<b>-</b>						
1.º ciclo	rede de escolas públicas	770	100,0%	511	<b>537</b>	569	259	<b>233</b>	201
2.º e 3.º ciclos	rede de escolas públicas	1.110	100,0%	803	<b>878</b>	959	307	<b>232</b>	151
Secundário	rede de escolas públicas	390	100,0%	491	<b>526</b>	563	<b>-101</b>	<b>-136</b>	<b>-173</b>
2.º, 3.º ciclos e secundário	rede de escolas públicas	1.500	100,0%	1.294	<b>1.404</b>	1.522	206	<b>96</b>	<b>-22</b>
<b>Total</b>	rede de escolas públicas	2.595	88,9%	2.201	<b>2.336</b>	2.489	719	<b>584</b>	431
	Solidária	325	11,1%						
	<b>TOTAL</b>	<b>2.920</b>	<b>-</b>						

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

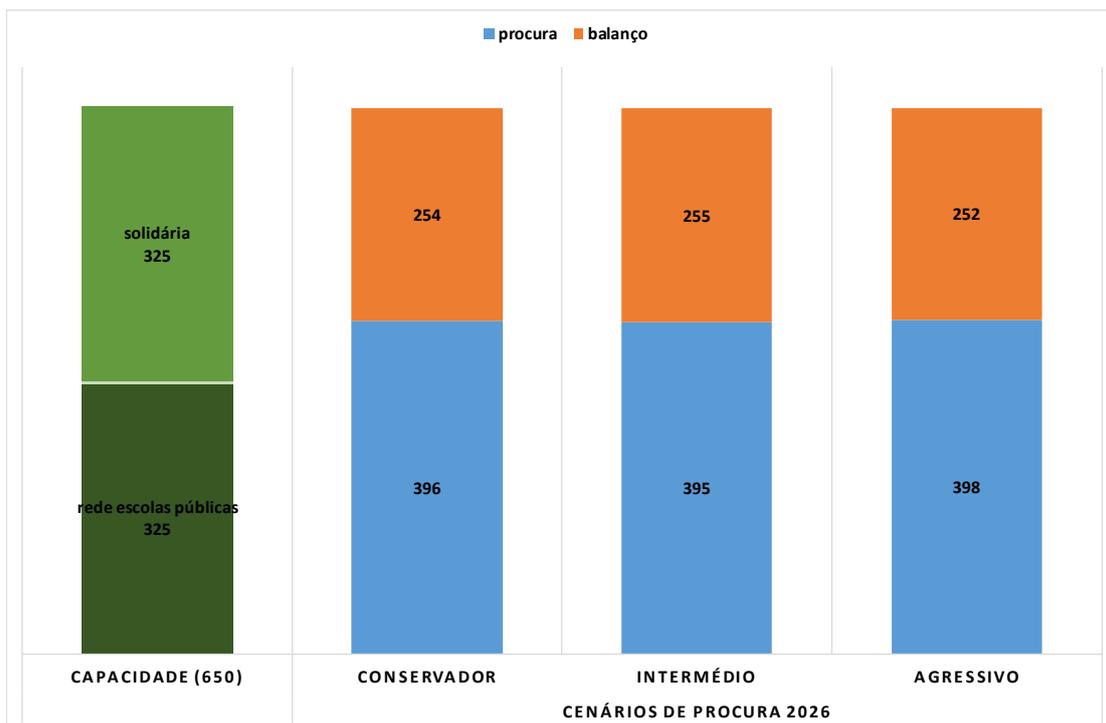


Figura IV.4.1.2. 1 – Balanços oferta-procura (2026) no pré-escolar – oferta pública do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

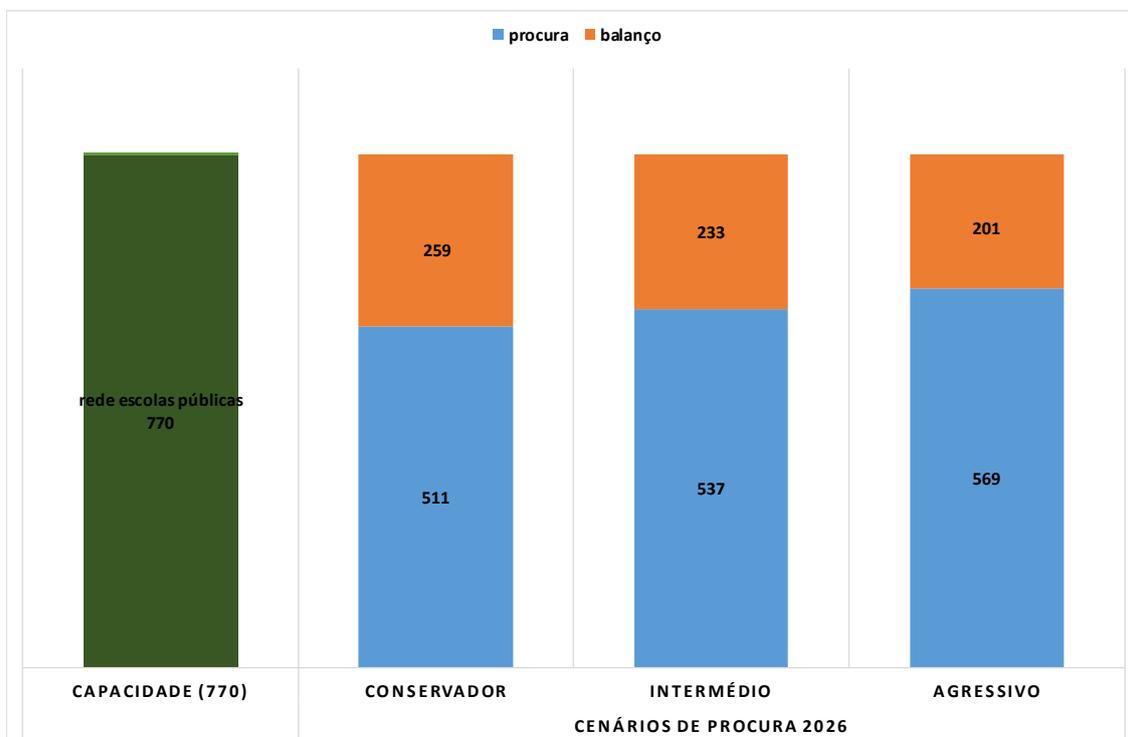


Figura IV.4.1.2.2 – Balanços oferta-procura totais (2026) no 1º ciclo – oferta pública do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

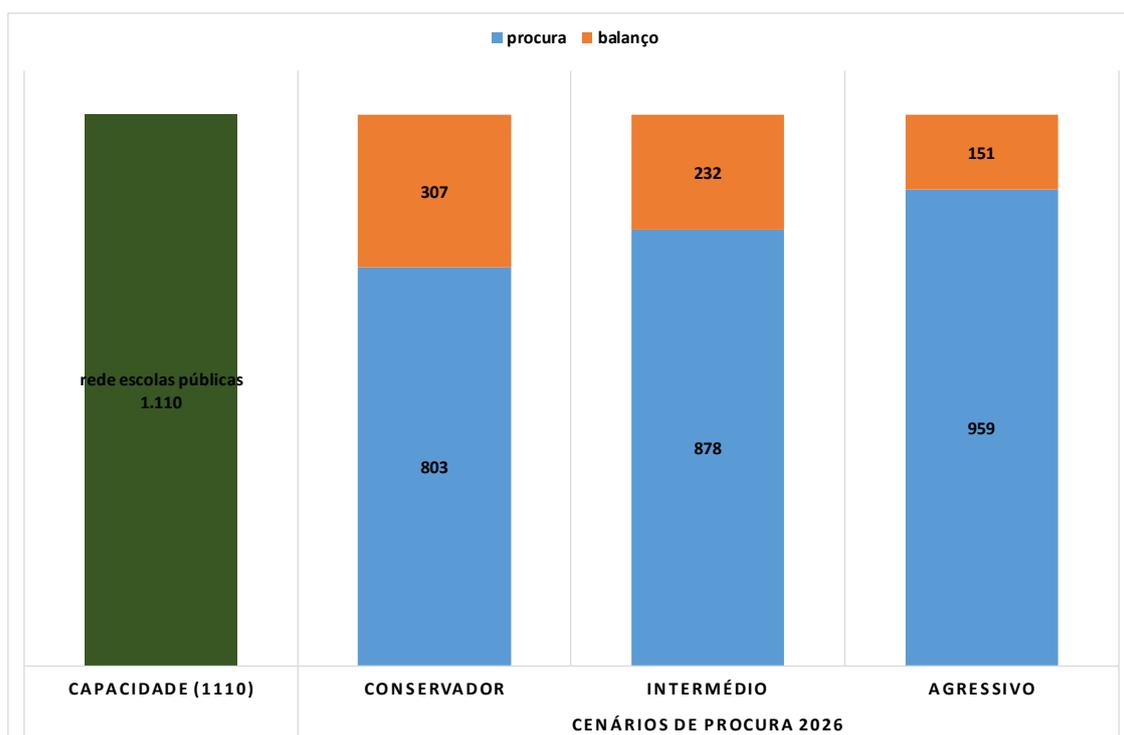


Figura III.4.1.2.3 – Balanços oferta-procura totais (2026) nos 2.º e 3.º ciclos – oferta pública do concelho de Sines -  
Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

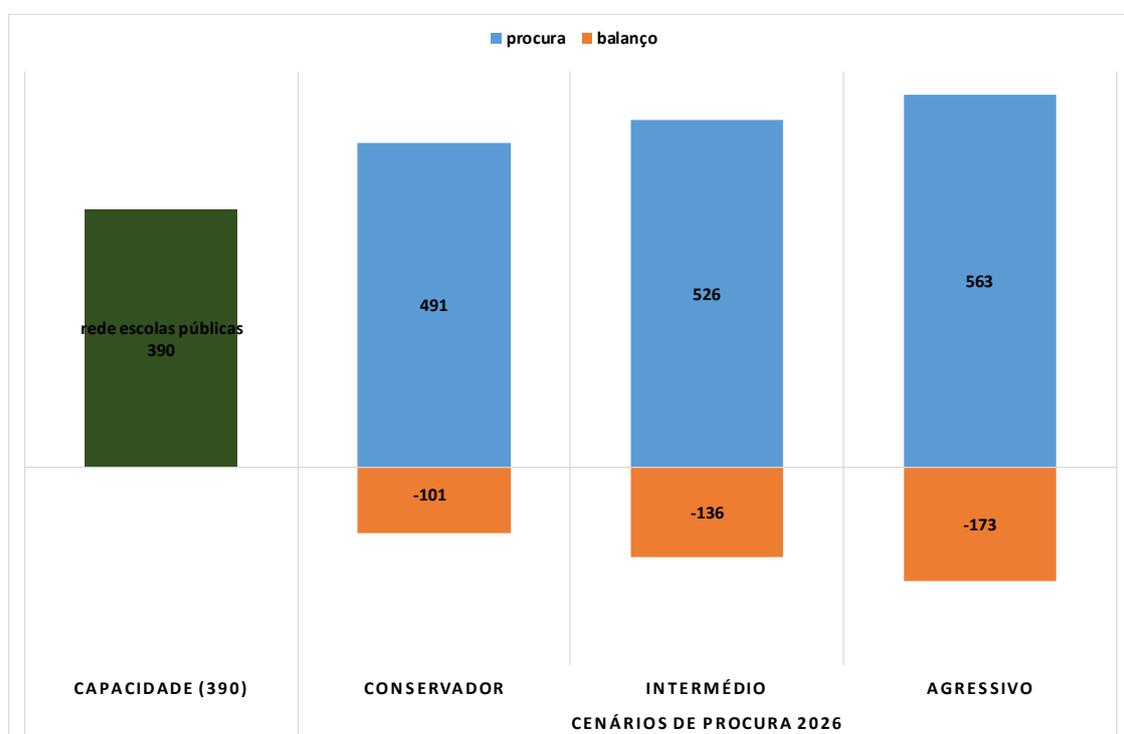


Figura III.4.1.2.4 – Balanços oferta-procura totais (2026) no secundário – oferta pública do concelho de Sines -  
Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

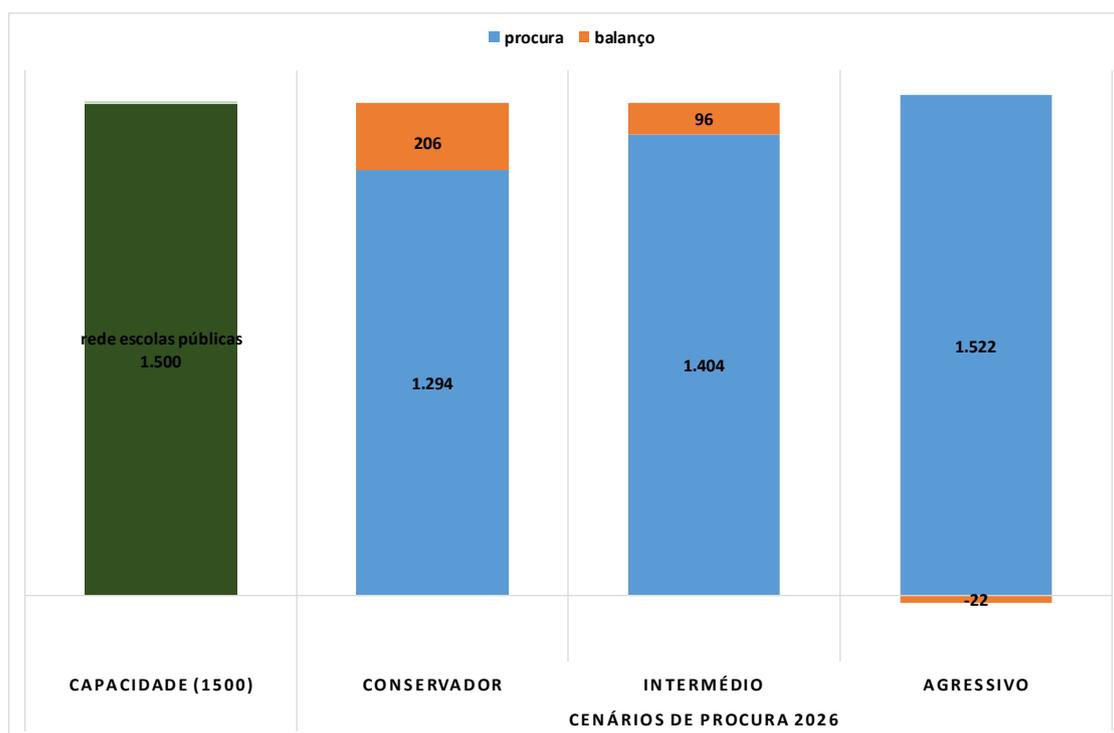


Figura III.4.1.2.5 – Balanços oferta-procura totais (2026) no conjunto dos 2.º e 3.º ciclos e secundário – oferta pública do concelho de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Globalmente, comparando com a análise aos balanços globais e considerando todos os cenários, constata-se que:

- i. Os saldos mantêm-se positivos (isto é, capacidade excedentária da rede atual face à procura projetada para 2026) em todos os cenários na educação pré-escolar e nos 1.º, 2.º e 3.º do ensino básico;
- ii. No que respeita ao ensino secundário, dado o elevado peso da oferta privada de cursos de cariz profissional (e consequente da capacidade das respetivas escolas, aqui não considerada por se limitar a análise à rede de escolas públicas), verificar-se-iam capacidades deficitárias significativas da rede de escolas públicas, da ordem das 173, 136 e 101 vagas em falta nos cenários “agressivo”, “intermédio” e “conservador”, respetivamente;
- iii. Se se considerar o conjunto dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário, verificar-se-ia ainda uma capacidade deficitária mas apenas no cenário agressivo (22 vagas em falta, para uma taxa de ocupação de 101%). No entanto, as capacidades da rede para este conjunto de níveis de ensino nos cenários “intermédio” e “conservador” seriam agora excedentárias (96 vagas e ocupação de 94% e 206 vagas e ocupação de 86%, respetivamente), mesmo na hipótese (pouco realista) de absorção do total da procura (incluindo a de cursos de cariz profissional, atualmente oferecidos maioritariamente por escolas de natureza privada).

## IV.4.2. Balanços por freguesia

Desenvolvem-se de seguida as análises com desagregação por freguesia, começando com a freguesia de Sines para a qual os balanços globais oferta-procura são apresentados no Quadro IV.4.2.1 e representados na Figura IV.4.2.1.

Quadro IV.4.2.1 – Balanços oferta-procura totais (para 2026) – freguesia de Sines

Nível / ciclo	Natureza dos estabelecimentos	Capacidade (2017/2018)		Projeções de procura de ensino - 2026			Balanço oferta-procura		
		N.º	%	conser v.	inter m.	agres s.	conser v.	inter m.	agres s.
Pré-escolar	rede de escolas públicas	275	31,4%	374	<b>376</b>	377	501	<b>499</b>	498
	rede solidária	325	37,1%						
	rede part. e coop.	275	31,4%						
	<b>TOTAL</b>	<b>875</b>	-						
1.º ciclo	rede de escolas públicas	692	100,0%	490	<b>512</b>	535	202	<b>180</b>	157
	rede privada	0	0,0%						
	<b>TOTAL</b>	<b>692</b>	-						
2.º e 3.º ciclos	rede de escolas públicas	1.110	90,2%	851	<b>926</b>	1.012	379	<b>304</b>	218
	rede privada	120	9,8%						
	<b>TOTAL</b>	<b>1.230</b>	-						
Secundário	rede de escolas públicas	390	40,6%	575	<b>616</b>	659	385	<b>344</b>	301
	rede privada	570	59,4%						
	<b>TOTAL</b>	<b>960</b>	-						
2.º, 3.º ciclos e secundário	rede de escolas públicas	1.500	68,5%	1.426	<b>1.542</b>	1.671	764	<b>648</b>	519
	rede privada	690	31,5%						
	<b>TOTAL</b>	<b>2.190</b>	-						

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

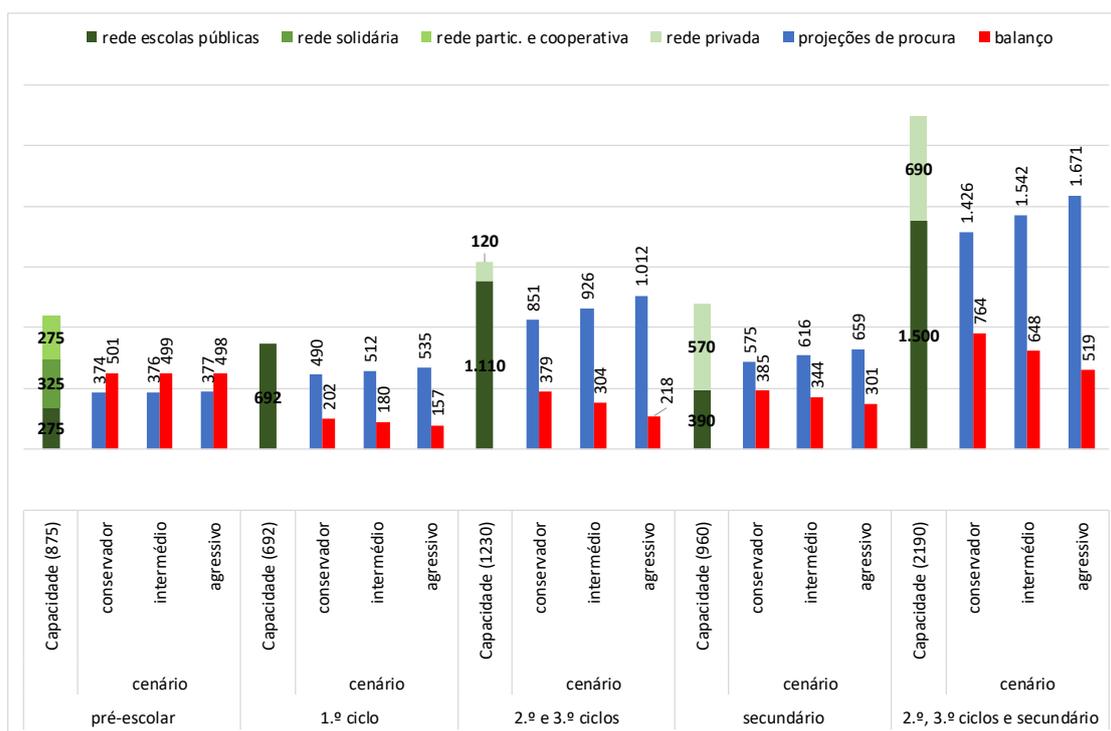


Figura IV.4.2.1 – Balanços prospetivos (para 2016) globais - freguesia de Sines - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Como conclusões principais para a freguesia de Sines, podem apontar-se:

- Para o cenário “agressivo”, projetam-se para 2026 excedentes de capacidade para todos os níveis e ciclos de educação e ensino existentes nesta freguesia, sendo que a folga no 1.º ciclo é a mais reduzida (157 vagas, representando uma taxa de ocupação de cerca de 77,4%).
- Para o cenário “intermédio”, projetam-se igualmente para 2026 excedentes de capacidade da rede para os mesmos níveis e ciclos de educação e ensino, mas mais significativos, nomeadamente no 1.º ciclo e nos 2.º e 3.º ciclos com 180 e 304 vagas, respetivamente;
- Para o cenário “conservador”, os excedentes de capacidade para os níveis/ciclos de educação e ensino existentes em Sines crescem em comparação com os dois restantes cenários, nomeadamente no 1.º ciclo o número de vagas sobe neste cenário para 202 (ocupação de cerca de 71%).

Os balanços oferta-procura para a freguesia de Porto Covo são apresentados no Quadro IV.4.2.2 e representados na Figura IV.4.2.2.

Quadro IV.4.2.2 – Balanços oferta-procura totais (para 2026) – freguesia de Porto Covo

Nível / ciclo	Natureza dos estabelecimentos	Capacidade (2017/2018)		Projeções de procura de ensino - 2026			Balanço oferta-procura		
		N.º	%	conserv.	interm.	agress.	conserv.	interm.	agress.
Pré-escolar	rede de escolas públicas	50	100,0%	25	<b>22</b>	23	25	<b>28</b>	27
1.º ciclo	rede de escolas públicas	78	100,0%	26	<b>29</b>	36	52	<b>49</b>	42

Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

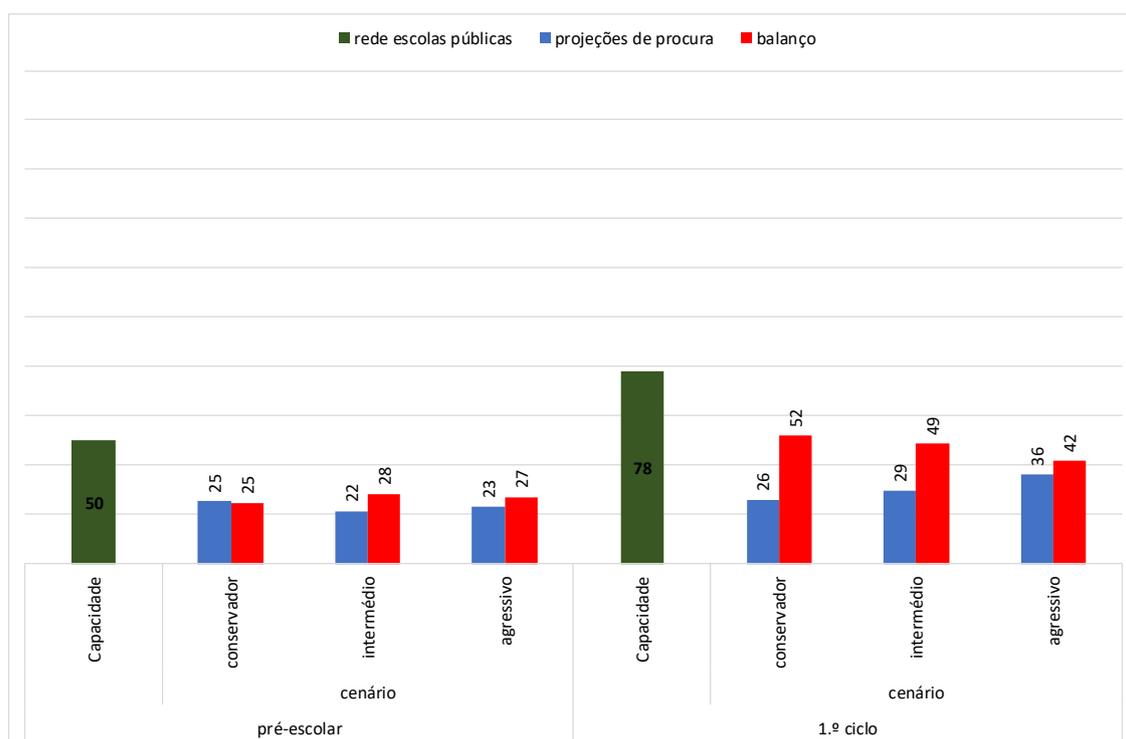


Figura IV.4.2.2 – Balanços prospetivos (para 2026) globais - freguesia de Porto Covo - Fonte: Estabelecimentos de educação e ensino, CMS, DGEEC e Modelo de projeções

Como conclusões principais para a freguesia de Porto Covo, podem apontar-se:

- Para todos os cenários e níveis e ciclos de educação e ensino existentes na freguesia (pré-escolar e 1.º ciclo), projetam-se para 2026 excedentes de capacidade nesta freguesia, com folgas significativas, pois as taxas de ocupação das respetivas capacidades nunca ultrapassam os 50%;
- Verifica-se nesta freguesia a única situação (estabelecimentos de educação pré-escolar) em que o número de vagas decresce na passagem dos cenários “agressivo” para “intermédio” e de “intermédio” para “conservador”.

**Volume III\* – Diagnóstico, formulação estratégica e  
programa de ações**



## 1. Introdução

O presente volume estrutura-se em quatro capítulos, tendo este primeiro uma natureza meramente introdutória e visando apresentar a organização do mesmo.

No segundo capítulo são tratadas as questões relacionadas com o diagnóstico e as orientações estratégicas, tendo por base os elementos que foram recolhidos e trabalhados nos relatórios das Fases I e II (volumes I e II do presente documento).

No terceiro capítulo apresentam-se recomendações e o programa de ações que emanam do capítulo anterior.

No quarto capítulo apresentam-se recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

## 2. Diagnóstico e Orientações Estratégicas

### 2.1 Análise SWOT

A análise SWOT que se apresenta de seguida resulta dos vários momentos de interação com os mais diversos elementos que compõe o sistema educativo de Sines. Desde reuniões com a Equipa da CMS, às sessões dos Conselhos Municipais de Educação, a inquéritos e entrevistas às direções dos Agrupamentos e Escolas do concelho e à recolha de contributos através da internet, passando ainda pelo trabalho de levantamento e tratamento de informação realizados nas Fases I e II da Revisão da Carta Educativa, todos constituíram elementos importantes para elaboração desta análise.

#### PONTOS FORTES

- Qualidade e condição dos equipamentos escolares, sendo que o parque escolar do concelho foi praticamente todo renovado
- Bom apetrechamento e dotação das infraestruturas da maioria das escolas, nomeadamente das EB1 que dispõem de Internet, ludo-bibliotecas e salas próprias para AAAF/AEC (com exceção de 1 escola), campo de jogos ou outras instalações desportivas
- Comunidade escolar de reduzida dimensão, o que potencia uma maior proximidade entre os seus elementos
- Crescimento da população escolar de 1º ciclo nos últimos anos
- Taxa de Escolarização de 100% até aos 17 anos e superior a 100% entre os 4 e os 14 anos, indiciando que as escolas de Sines atraem alunos residentes em outros concelhos
- A concentração geográfica do parque de equipamentos educativos na cidade de Sines, pelo potencial de desenvolvimento de trabalho conjunto entre as várias escolas
- Oferta ao nível das AEC
- Diversidade de projetos e atividades constantes nos Planos de Atividades das escolas
- A oferta cultural e de Ensino Artístico Especializado no concelho
- Diversidade e abrangência de atividades do Programa Municipal de Educação
- Existência de formas de ensino ativas, através do desenvolvimento de projetos subjacentes a temas transversais a várias disciplinas
- Existência da Unidade de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e da Unidade de Apoio Especializado a

Alunos com Multideficiência, que facilita a inclusão e o desenvolvimento destes alunos

- Implementação do programa TEIP que possibilitou a existência de mais técnicos no AE e a introdução de novas estratégias no processo de ensino e aprendizagem
- Coadjuvação pedagógica a Português, Matemática e Inglês no 1º, 2º e 3º ciclos
- Coadjuvação na prática experimental no Estudo do Meio (4º ano) e em Ciências Naturais (5º e 6º anos)
- Estabilidade do Corpo Docente do AE de Sines, da Escola Secundária Poeta Alberto e da ETLA que, na sua grande maioria, pertence aos quadros das escolas
- Existência de dois psicólogos a tempo inteiro no AE de Sines
- Boa integração de alunos estrangeiros e de etnia cigana na comunidade escolar
- Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário, superior a 85%, alinhada com os valores nacionais e regionais
- Oferta alargada de ensino profissional e diversidade das ofertas profissionalizantes no concelho, que atrai alunos residentes fora do concelho

#### **PONTOS FRACOS/DEBILIDADES**

- Quebra do número de alunos verificada nos últimos anos, desde o pré-escolar até ao ensino secundário (com exceção do 1º ciclo)
- Reduzida dimensão da população escolar
- Elevada taxa de utilização na maioria dos equipamentos escolares
- Existência de turmas agregadas, com especial destaque para a EB de Porto Covo
- Elevado número de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (cerca de 40% dos alunos do concelho)
- Elevado número de alunos provenientes de contextos socioeconómicos complexos (com especial incidência na EB Nº1 e EB Vasco da Gama)
- Agrupamento de Escolas de Sines com muitos alunos estrangeiros e de etnia cigana, com os consequentes desafios de integração destes alunos
- Número considerável de alunos que estão sinalizados e são acompanhados pela CPCJ
- Taxas de Retenção do Ensino Básico acima da média nacional e regional, em especial no 3º ciclo

- Escola Secundária Poeta Al Berto não integrada e o Agrupamento de Escolas de Sines sem oferta de secundário, o que prejudica percursos educativos integrados
- Dificuldades de articulação entre as escolas do Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto
- Reduzida variedade de ofertas ao nível do Secundário na vertente geral de ensino
- Perda de alunos dos cursos gerais do ensino secundário para escolas localizadas fora do concelho, nomeadamente para a Escola Secundária em Santiago de Cacém
- Necessidade de intervenção nos edifícios da Escola Básica Nº2 de Sines e da ESPA, que requerem obras de reabilitação
- Substituição das instalações atuais da ETLA por um equipamento novo
- Fraco envolvimento e participação das famílias e encarregados de educação na vida das escolas e dos alunos
- Resultados académicos e sucesso deficitário nas várias disciplinas, mas com particular destaque nas disciplinas de Matemática e Português (neste caso, o problema é mais agudo nos alunos provenientes dos PALOP)
- Focos de indisciplina nos vários ciclos de ensino, em especial no 2º ciclo no AE de Sines e no 7º ano da ES Poeta Al Berto
- Fragilidades nas dinâmicas internas das escolas, nomeadamente conselhos de turma/ titulares na promoção conjunta do sucesso dos alunos e nos processos de supervisão pedagógica
- Carga horária dos alunos considerada excessiva, com grande dispersão destes por muitas disciplinas
- Falta de respostas para o acompanhamento dos Alunos NEE após a conclusão da escolaridade obrigatória
- Oferta insuficiente, face à procura, de atividades de ocupação dos alunos nas férias escolares de verão no período de 15 de julho a 15 de setembro, bem como ao longo do ano letivo, após o horário escolar
- Localização periférica da ETLA, em relação à cidade de Sines que, embora seja uma mais-valia pela proximidade ao tecido empresarial, lhe confere um grande afastamento à comunidade educativa
- Ausência de mecanismos de articulação entre as diversas entidades que promovem ofertas ao nível do secundário na vertente profissionalizante
- Número insuficiente de assistentes operacionais nas escolas do AE, face às necessidades (embora cumpram os rácios)

**OPORTUNIDADES**

- Implementação dos projetos previstos para Sines (como, por exemplo, a expansão do Porto de Sines ou a construção da ligação ferroviária a Elvas) que poderão criar mais dinâmica económica, emprego e atrair mais população residente
- Implementação do Programa de Promoção do Sucesso Educativo
- Fundos comunitários destinados à formação profissional
- Parcerias com as instituições locais
- Reforço da abrangência do ensino artístico através da Escola de Artes do Litoral Alentejano em Sines
- Aproveitamento do Sines Tecnopolo para desenvolver formações específicas e pós-graduadas para os recursos humanos locais

**AMEAÇAS**

- Quebra demográfica e saldo natural negativo que se tem vindo a observar
- Projeções demográficas para 2026 apontam para quebra do número de crianças entre os 0 e os 4 anos (em todos os cenários) e da população no grupo dos 10 aos 19 anos (ou, quanto muito, uma estabilização, dependendo do cenário)
- Baixo nível de escolaridade da população residente, com cerca de 90% com estudos concluídos até ao Ensino Secundário, mantendo-se o número de licenciados e mestres ainda abaixo da média nacional
- Sazonalidade do emprego associado à atividade turística e industrial
- Assimetrias e discrepâncias no tecido social do concelho
- Os riscos ambientais associados às atividades do complexo industrial (como incêndios, explosões ou derrame) que podem afetar todo o litoral do concelho e consequentemente a atividade turística
- Desajustamento entre os níveis de qualificação e as necessidades do mercado de trabalho
- Incapacidade de fixar a população jovem no concelho, devido à especificidade da oferta de emprego
- Diminuto mercado de arrendamento e os elevados preços da habitação
- Importação de mão-de-obra qualificada ou muito qualificada para o concelho, mas que não se fixa com as suas famílias
- Possível dificuldade em colocar docentes para lecionar as AEC no 1º ciclo.
- Atratividade das escolas dos concelhos vizinhos a Sines, nomeadamente da Escola Secundária localizada em Santiago do Cacém para onde se transferem alguns alunos do concelho
- Dificuldade da Autarquia em recrutar assistentes operacionais qualificados e a sua manutenção no AE

## 2.2 Principais problemáticas

Do diagnóstico estratégico apresentado na secção anterior, sustentado no trabalho de levantamento e caracterização do sistema educativo de Sines e nas projeções e respetivos balanços prospetivos de oferta/procura apresentados nos volumes I e II do presente documento, bem como da análise das contribuições recebidas (via internet) de elementos da comunidade educativa, emana um conjunto de problemáticas que afetam aquele sistema educativo. Algumas destas transcendem claramente o âmbito da Carta Educativa, como as ligadas à evolução demográfica, ao desenvolvimento da economia e do mercado de trabalho local, às carências de oferta de habitação ou às condições socioeconómicas das populações residentes, entre outras, as quais carecem de intervenções noutros âmbitos mais alargados e abrangentes, nomeadamente em sede de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Mas se é certo que estes aspetos exógenos afetam o sistema educativo concelhio, em sentido oposto é também verdade que este sistema educativo deve constituir-se como um pilar de suporte das estratégias de desenvolvimento do município subjacentes ao PDM.

Centrando a análise nos aspetos endógenos do sistema educativo de Sines, eventualmente passíveis de intervenção no âmbito restrito da Carta Educativa, enunciam-se de seguida as principais problemáticas identificadas para as quais importaria formular um tratamento adequado.

### **PROBLEMÁTICA 1: Elevadas taxas de abandono e retenção no ensino básico**

Como apresentado no volume I do presente documento, a taxa de abandono e retenção no concelho de Sines em 2015/16 é, em todos os ciclos do ensino básico, superior aos valores observados a nível nacional e até regional (Alentejo e Alentejo Litoral).

No 1º ciclo regista-se o valor mais baixo de todos os ciclos de ensino, situando-se a taxa de abandono e retenção nos 4,9% enquanto a média nacional é de 3,7%. No 2º ciclo, aquela taxa no concelho aumenta para 10,3%, enquanto a taxa nacional se situa em 6,7%. Relativamente ao 3º ciclo, aquela taxa atinge o valor mais elevado entre os demais ciclos do ensino básico e face aos concelhos limítrofes, chegando a ser o dobro da taxa nacional que se situa em 10% de retenção, sendo de 20,2% em Sines. Face a estes dados, o problema da retenção e desistência no ensino básico é uma questão que deverá ser atacada com alguma urgência dadas as repercussões que tem no sistema de ensino e no sucesso escolar dos alunos.

**PROBLEMÁTICA 2: Turmas agregadas no 1º ciclo**

A coexistência, numa mesma turma, de mais de um ano de escolaridade é frequentemente apontada como um fator que prejudica a qualidade da lecionação e as aprendizagens, sendo pedagogicamente desaconselhável. A problemática das turmas agregadas é uma questão particular de dois estabelecimentos de ensino no concelho de Sines, a Escola Básica Nº2 de Sines e a Escola Básica de Porto Covo, sendo esta uma ocorrência dos dois últimos anos letivos em análise (2016/17 e 2017/18) e existindo somente uma turma a funcionar nestes moldes na escola n.º 2 de Sines e duas turmas em Porto Covo. No caso específico da EB de Porto Covo, as reduzidas populações em idades de frequência do pré-escolar e 1.º ciclo, atuais e projetadas para o futuro, constituem obviamente um desafio para a superação desta problemática nesta escola.

**PROBLEMÁTICA 3: Elevado número de alunos com ASE no pré-escolar e 1º ciclo**

O número de alunos incluídos no sistema de apoio da Ação Social Escolar – ASE, e que beneficiam das suas várias vertentes de apoio, espelha bem as dificuldades económicas de algumas famílias do concelho de Sines, que em certos casos se associam a outras dificuldades de ordem social e familiar. Conforme descrito no volume I, a maioria dos alunos são apoiados com o Escalão A, sendo que a percentagem de alunos apoiados ascende a 60%, tanto no pré-escolar como no 1º ciclo.

**PROBLEMÁTICA 4: insuficiente abertura das escolas e entidades formadoras ao exterior/comunidade**

A ligação das escolas e entidades formadoras com o exterior, com a comunidade educativa que a envolve pode ser potenciada. Embora existam já exemplos de parcerias com instituições, clubes ou grupos que têm projetos com turmas ou que usam as instalações das escolas, esta poderá ser melhorada. Mais do que limitar-se a abrir as escolas à comunidade enquanto equipamentos/instalações (o que só por si já é um bom ponto de partida), a ideia é abrir a escola enquanto espaço de socialização, espaço de partilha de experiências e de desenvolvimento de projetos mobilizadores e com interesse para todos os elementos da comunidade.

**PROBLEMÁTICA 5: Reduzida participação das famílias/encarregados de educação nas escolas**

Reduzida articulação com as famílias, nomeadamente pais e/ou encarregados de educação. A identificação deste problema é feita essencialmente pelas escolas que apontam a pouca participação e presença destes elementos na vida das escolas, nomeadamente dos alunos com problemas que afetam a dinâmica da comunidade escolar no seu sentido mais alargado. Este afastamento das famílias face à escola e também aos alunos tende a aumentar com o avanço destes nos seus percursos académicos.

**PROBLEMÁTICA 6: Articulação deficitária entre o AE e a ESPA**

Identificaram-se dificuldades de articulação entre ambas as Escolas, que pode gerar dificuldades na transição dos alunos entre os diferentes ciclos (6º ano /7º, ano e 9º ano/10º).

**PROBLEMÁTICA 7: Perda de alunos na transição para o Ensino Secundário (nos cursos gerais) para escolas dos concelhos vizinhos**

A perda de alunos ao nível do Ensino Secundário é uma problemática que ocorre somente na vertente dos cursos gerais e afeta a Escola Secundária Poeta Al Berto. De facto, a oferta de cursos gerais desta escola, que está reduzida a dois cursos (Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades) leva os alunos que pretendam seguir outras vertentes dos cursos gerais a procurarem ofertas em escolas de concelhos vizinhos, nomeadamente na Escola Secundária de Santiago do Cacém que tem uma oferta mais diversificada, decorrente, também das limitações da rede escolar definida pela DGEST.

Paralelamente, a forte oferta de ensino profissional existente no concelho, seja nesta Escola Secundária seja nos demais estabelecimentos da rede privada, é um importante fator de atração dos alunos, sendo assim possível que uma parte dos alunos que concluem o 9º ano em escolas de Sines opte por ingressar (no 10º ano) no ensino profissional.

**PROBLEMÁTICA 8: Folgas de capacidade da rede de escolas atual para as projeções da procura futura**

De acordo com as projeções para 2026 apresentadas no volume II do presente documento, e a manter-se a capacidade de oferta das escolas atualmente existentes no concelho de Sines, estaremos perante três potenciais cenários de evolução das populações escolares e em todos se aponta para folgas de capacidade (excesso de oferta) face à procura projetada. Isto quer dizer que, no futuro e caso aquelas projeções

se materializem, poderá ser necessário equacionar um reordenamento das ofertas existentes no concelho, sendo assim recomendável implementar medidas de monitorização da procura de ensino de modo a que possam ser implementadas atempadamente as medidas que se venham a revelar como necessárias ou desejáveis.

#### **PROBLEMÁTICA 9: Falta de articulação das ofertas do ensino profissional**

A falta de articulação da oferta de cursos profissionais no concelho de Sines é um problema que foi apontado por vários elementos da comunidade educativa. Dado que o ensino profissional é oferecido tanto na rede pública como na rede privada e que atualmente não existem mecanismos ou fórmulas de articulação entre as várias entidades e escolas do concelho que promovem este tipo de oferta educativa, ocorrem fenómenos de sobreposição de ofertas, de falta de complementaridade entre os cursos e áreas e ainda cursos/áreas que ficarão por explorar. Será assim essencial desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas de modo a que a oferta de cursos profissionais seja complementar e diversificada entre os vários estabelecimentos de ensino, por um lado, e indo ao encontro das necessidades do mercado e dos anseios das populações (jovens e respetivas famílias), por outro.

#### **PROBLEMÁTICA 10: Necessidade de requalificação de infraestruturas e apetrechamento das escolas**

Apesar do parque escolar apresentar, em geral, um muito razoável estado de conservação e de apetrechamento, foram identificadas algumas oportunidades de melhoria e necessidades de intervenção nestas infraestruturas.

### **2.3 Formulação e orientações estratégicas**

Como atrás referido, é propósito central que a Carta Educativa contribua para que o sistema educativo de Sines possa constituir-se como um pilar de suporte das estratégias de desenvolvimento do município subjacentes ao PDM numa vertente – a educação – que é, de forma crescente, um fator de determinante da capacidade de atrair e fixar as populações e de alavancar a competitividade das cidades e territórios.

Assim, constitui objetivo estratégico fundamental assumido para a Carta Educativa proporcionar condições para uma educação de qualidade no município de Sines, através de um sistema educativo que promova o sucesso escolar e o desenvolvimento integral de cada cidadão, dos seus saberes e competências, respondendo adequadamente às necessidades formativas das populações que serve. Visa-se ainda assegurar a igualdade de oportunidades, numa perspetiva inclusiva que promova também valores sociais e fomente a participação e a partilha de responsabilidades.

À luz daquela visão para o sistema educativo concelhio, assumem-se como orientações estratégicas:

- Promover a elevação e melhoria da oferta educativa, dando resposta adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho e contribuindo decisivamente para atrair e fixar a população.
- Criar condições para alavancar o sucesso escolar, combatendo eficazmente os fenómenos de abandono e retenção, bem como de isolamento e marginalização de alunos e professores e promovendo o desenvolvimento integral e socialização das crianças e jovens.
- Fomentar a integração dos trajetos escolares, procurando assegurar adequado enquadramento até que os alunos completem a escolaridade obrigatória.
- Proporcionar um parque escolar qualificado, colocando ao dispor de alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às atuais exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.
- Promover a racionalização da utilização dos recursos educativos (instalações e pessoal).
- Potenciar a relação entre a escola, a comunidade e o território.

Constituem também orientações pragmáticas para a presente Carta Educativa a formulação de tratamentos adequados das problemáticas elencadas na secção anterior, seja através de medidas mais concretas (como ações específicas) ou de recomendações mais genéricas que poderão ter um impacto mais indireto no sistema, mas ainda assim constituírem um caminho para potenciar a solução dos problemas identificados.

Assim, adotaram-se como Eixos Estratégicos de atuação os seguintes:

- I. Elevação das ofertas educativas e qualificação do sistema de ensino local;
- II. Requalificação das infraestruturas e apetrechamento das escolas;
- III. Melhoria da articulação com as Comunidades Educativas.

### 3. Recomendações e Programa de Ações

Na sequência do diagnóstico e formulação estratégica apresentada no capítulo anterior, e face às problemáticas identificadas e orientações assumidas, apresenta-se neste capítulo um conjunto de recomendações e propostas de ações consideradas relevantes para melhor gerir, resolver ou mitigar os problemas do sistema educativo atrás identificados e caminhar no sentido dos objetivos enunciados.

Como atrás referido, foram definidos três Eixos Estratégicos que servem para enquadrar e agrupar tematicamente as ações e recomendações contempladas nesta revisão da Carta Educativa. Com esta estruturação (por Eixo Estratégico), apresentam-se de seguida, sob a forma de fichas, as recomendações e ações propostas.

#### 3.1 Eixo Estratégico I - Elevação das Ofertas Educativas e Qualificação do Sistema de Ensino Local

<b>Recomendação I.1 – Fomentar sinergias e promover a convergência entre o Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto</b>	
<b>Descrição Sintética</b>	<p>Desenvolver iniciativas para promover a convergência entre o Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto, a diferentes níveis e segundo fórmulas diversas, designadamente a partilha de informação, de recursos pedagógicos, de experiências e boas práticas, bem como a criação de grupos de trabalho e fóruns de reflexão ou a realização de eventos e projetos conjuntos que estimulem a aproximação e mobilização de professores, alunos e de todos os restantes atores da Comunidade Educativa em torno de objetivos comuns e por todos partilhados.</p> <p>Esses objetivos comuns, que a concretização e o sucesso destas medidas deverão impulsionar, terão nomeadamente em vista a promoção de trajetos escolares integrados, a qualificação das ofertas educativas e a melhoria do desempenho escolar.</p>
<b>Prioridade</b>	Muito elevada
<b>Entidades Envolvidas</b>	Agrupamento de Escolas de Sines, Escola Secundária Poeta Al Berto, ETLA, Ministério da Educação (Delegação Regional) e Câmara Municipal de Sines.

### Ação I.2 - Plataforma de promoção e articulação do Ensino Profissional Local

#### Descrição Sumária

Manter a plataforma de promoção e articulação das ofertas de ensino profissional atualizada, sendo uma prioridade no concelho de Sines, com objetivos e âmbitos e atuação segundo várias vertentes. Numa vertente, funciona como um fórum, congregando as diversas entidades e instituições com ofertas de ensino profissional, que permita obstar aos problemas identificados (como a sobreposição de ofertas, de falta de complementaridade entre os cursos e áreas e ainda cursos/áreas que ficarão por explorar), desenvolvendo fórmulas de articulação, e até de partilha de recursos entre as várias entidades e escolas, de modo a que a oferta de cursos profissionais no concelho seja complementar e diversificada. Numa segunda vertente, e juntando às anteriores outros agentes económicos/sociais (como empresas e Associações), a plataforma poderá também funcionar como um observatório do mercado de trabalho local, numa perspetiva de perceber quais as reais necessidades do mercado e como a oferta formativa se deverá adaptar a essas necessidades, mas também às expectativas e perfis dos jovens. Complementarmente, este fórum deve permitir aos agentes económicos/sociais ajudarem a configurar as ofertas educativas, bem como promover fórmulas de colaboração entre escolas e agentes económicos/sociais, nomeadamente no que respeita ao acolhimento de estagiários e participação nas atividades letivas/formativas.

Numa terceira vertente, esta estrutura tem como missão promover ações regulares de divulgação e apresentação da oferta formativa existente no concelho, bem como das atividades da plataforma. Entre outras, as seguintes iniciativas poderiam ser promovidas:

- Kit de acesso ao Ensino Profissional: disponibilização de um kit (com material em suporte físico ou digital) através do qual seja possível conhecer com detalhe a oferta de ensino profissional e vocacional, bem como das oportunidades de estágios que cada curso disponibiliza.
- Montra ou “Open day” do Ensino Profissional integrada na Informa: organização de um dia dedicada à discussão das oportunidades que o ensino profissional pode proporcionar, passando pela apresentação da oferta formativa, ao envolvimento de empresas-chave e ainda à apresentação de testemunhos de antigos alunos, por exemplo.
- Atualização da plataforma digital que permite agregar a procura e a oferta de empregos e estágios no concelho e região, divulgando à comunidade, a informação. Por um lado,

	as empresas locais podem anunciar ofertas de trabalho e vagas para estágios profissionais e, por outro, os alunos do concelho podem encontrar um local para iniciar a sua vida laboral.
<b>Prioridade</b>	Elevada
<b>Calendário</b>	A definir com a CMS e parceiros
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, como entidade impulsionadora e dinamizadora, escolas e instituições ligadas ao ensino e formação profissional no concelho, agentes educativos, empresas e Associações locais, IEFP.

### ***Ação I.3 - Adesão à Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras***

<b>Descrição Sumária</b>	A Associação Internacional das Cidades Educadoras - AICE, fundada em 1994, constitui-se como uma estrutura permanente de colaboração dos governos locais que se comprometem com a Carta das Cidades Educadoras. Para melhor cumprir os desígnios desta Carta, as cidades portuguesas criaram a Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras que promove encontros entre cidades, grupos de trabalho que refletem sobre as diversas temáticas aqui integradas e promove assim a partilha de experiências entre as várias cidades. Dado que o concelho de Sines ainda não está integrado nesta rede, esta ação abarcaria os procedimentos necessários à sua integração naquela rede.
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	A definir pela CMS
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines

### ***Ação I.4 – Criação de um Quadro de Mérito Escolar Municipal***

<b>Descrição Sumária</b>	Criar um Quadro de Mérito Escolar (com eventual atribuição de prémios, monetários ou de outra natureza, com o patrocínio de empresas/agentes socioeconómicos) que distinga os alunos com resultados significativos, em várias áreas (académico, desportivo, artístico, cívico e tecnológico) mas também aqueles que desenvolveram trabalhos ou projetos com elevado interesse ou carácter inovador em cada ano letivo, no conjunto das escolas do concelho. Este quadro deverá ter um júri composto por diversos elementos da comunidade educativa local e ser alvo de apropriada
--------------------------	---

	divulgação, para além de realização de evento que, sem prejuízo de outros aspetos, inclua cerimónia de entrega de diplomas e prémios.
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	A definir pela CMS
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, em articulação com Direções das Escolas / Agrupamento de Escolas

#### ***Ação I.5 - Programa de Capacitação do Corpo de Assistentes Operacionais***

<b>Descrição Sumária</b>	Os assistentes operacionais, enquanto profissionais que estão na primeira linha de contacto com os alunos, têm um papel importante na gestão da sociabilização e do comportamento dos alunos dentro do recinto escolar. Daí que a sua formação seja essencial para um melhor desempenho das suas funções, prevendo-se assim implementar um conjunto de ações formativas visando a sua capacitação para o efeito.
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	A definir pela CMS
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, em articulação com Direções das Escolas / Agrupamento de Escolas

#### ***Ação I.6 - Orçamento participativo da comunidade escolar***

<b>Descrição Sumária</b>	A criação de um orçamento participativo para as escolas do concelho que permita que os alunos e demais atores da comunidade escolar tenham a oportunidade de apresentar pequenos projetos de melhoria da escola ou do sistema educativo local e votá-los, realizando assim um exercício prático de cidadania.
<b>Prioridade</b>	Baixa
<b>Calendário</b>	A definir pela CMS
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines

<b>Ação I.7 – Projeto “Aprender fora de portas”</b>	
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Esta operação, cuja candidatura foi apresentada no âmbito dos Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (AVISO Nº ALT20-66-2016-28) e enquadrada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, tem uma duração prevista de 24 meses e um orçamento de 590 000 € (dos quais 85% cofinanciados pelo Fundo Social Europeu). Tem como objetivos a melhoria do sucesso educativo, a redução do abandono escolar no Concelho de Sines, promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação, através de um conjunto de ações que visam especificamente a prevenção do abandono e absentismo e a melhoria do sucesso escolar. Estas ações abarcam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) a criação de Laboratórios de Aprendizagem - Sala de aula do Futuro;</li> <li>ii) a realização de seminários, workshops e ações de capacitação (dirigidos à comunidade educativa, professores e/ou pessoal não docente);</li> <li>iii) atividades de enriquecimento curricular, Atividades Ambientais e Férias Ativas;</li> <li>iv) realização de Semana aberta de oferta formativa com Instituições de Ensino Superior;</li> <li>v) “Alimentar Mais”- ação que visa prevenir situações de carência alimentar (com distribuição de lanche gratuito às crianças do 1.º ciclo que sejam já abrangidas por medidas de apoio no âmbito da ação social escolar);</li> <li>vi) provisão de sessões de Musicoterapia.</li> </ul> <p>São definidos objetivos gerais e resultados esperados /critérios de sucesso para cada ação prevista.</p>
<b>Prioridade</b>	Muito elevada
<b>Calendário</b>	Fevereiro de 2018 a Fevereiro de 2021
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, como entidade promotora, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Sines e a Escola Secundária Poeta Al Berto

### 3.2 Eixo Estratégico II - Requalificação das Infraestruturas e Apetrechamento das Escolas

<b>Ação II.1 - Modernização e requalificação da Escola Básica Nº2 de Sines</b>	
<b>Descrição Sumária</b>	<p>A modernização e a requalificação da Escola Básica Nº2 de Sines permitirá corrigir problemas construtivos existentes, melhorando as condições de habitabilidade, conforto e funcionalidade. A intervenção visa atenuar situações de degradação das instalações escolares ao nível da construção, bem como a criação e a adequação dos espaços letivos e não letivos, de forma a ajustar a escola às necessidades existentes.</p> <p>A operação consiste num conjunto de intervenções pontuais que visam dotar a escola de melhores condições, nomeadamente: i) construção de uma sala polivalente e espaço de arrecadação; ii) remodelação dos espaços anteriormente destinados a ginásio, instalações sanitárias e sala de professores; iii) criação de uma biblioteca; iv) requalificação de salas de aula e de atividades, ao nível da eficiência energética; v) remodelação e ampliação da cobertura do recreio exterior.</p> <p>Em síntese, a operação tem como objetivo dotar a escola de condições que aumentem a qualidade, a eficiência do ensino e o sucesso educativo, colmatando as situações deficitárias existentes no edificado.</p>
<b>Prioridade</b>	Elevada
<b>Calendário</b>	Conclusão até 31/12/2019
<b>Estimativa de Custos</b>	666 028,65 euros (com comparticipação a 85%)
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, com cofinanciamento de Programas Comunitários da UE

<b>Ação II.2 - Reapetrechamento da Escola Básica Nº 2 de Sines</b>	
<b>Descrição Sumária</b>	Aquisição de equipamentos modernos para apetrechamento da Escola Básica Nº 2 de Sines (candidatura a submeter a Fundos Comunitários).
<b>Prioridade</b>	A definir
<b>Calendário</b>	A definir (2ª fase da candidatura)
<b>Estimativa de Custos</b>	A definir (2ª fase da candidatura)
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, com cofinanciamento de Programas Comunitários da UE

**Ação II.3 - Requalificação da Escola Secundária Poeta Alberto**

<b>Descrição Sumária</b>	Reabilitação dos balneários do pavilhão desportivo (pintura, arranjo, canalização) Casas de banho de toda a escola Instalação elétrica de toda a escola impermeabilização dos telhados Arranjo das paredes que têm muitas fissuras.
<b>Prioridade</b>	Tudo é importante
<b>Calendário</b>	A definir
<b>Estimativa de Custos</b>	Cem mil euros
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, com cofinanciamento de Programas Comunitários da UE

**Ação II.4 - Requalificação da Escola Tecnológica do Alentejo Litoral**

<b>Descrição Sumária</b>	A mudança de instalações da escola, motivada por necessidades da Repsol em recuperar as instalações cedidas, poderá ser feita através do aproveitamento/reabilitação e expansão de instalações existentes ou através da construção de raiz de uma nova ETLA, em ambos os casos, totalmente capacitada para responder às exigências da escola profissional.
<b>Prioridade</b>	Alta, tendo em conta o prazo de reinstalação da Escola.
<b>Calendário</b>	Conclusão até 31 de dezembro de 2021
<b>Estimativa de Custos</b>	4 milhões de Euros para a construção; 250 mil Euros para os equipamentos.
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, com cofinanciamento de Programas Comunitários da UE

### 3.3 Eixo Estratégico III - Melhoria da Articulação com as Comunidades Educativas

<b>Ação III.1 - Dia / Semana da Educação</b>	
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Promoção da Informa, que visa promover e divulgar a Oferta Formativa e Educativa nas suas mais variadas vertentes no concelho de Sines. O evento é constituído por workshops, sessões de partilha de experiências e boas práticas, debates, conferências com personalidades da área da Educação e Formação, com a participação de empresas e outras entidades.</p> <p>O evento pode ser concentrado num só local ou distribuído pelas várias escolas e entidades formadoras do concelho</p>
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	Uma vez por ano letivo
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, em articulação com as Escolas e as Entidades Formadoras do concelho

<b>Ação III.2 - Programa “Famílias vão à Escola”</b>	
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Realização de evento ou conjunto de eventos a ocorrer ao longo do ano letivo que têm como objetivo aprofundar a relação escola-famílias/encarregados de educação, trazendo-os à escola e integrando-os nas atividades e dinâmicas da escola.</p> <p>Deste programa podem fazer parte várias iniciativas como workshops, pequenas formações práticas, atividades lúdicas, desportivas, culturais ou outras. Estas atividades devem ser idealizadas com o intuito de atrair e envolver os vários elementos da comunidade educativa, em articulação com as Associações de Pais.</p>
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	A definir
<b>Entidades Envolvidas</b>	Direções das Escolas / Agrupamento de Escolas, com apoio da CMS

### ***Ação III.3 - Abertura da Escola à Comunidade***

<b>Descrição Sumária</b>	Promover a integração da comunidade da escola, nomeadamente através de pequenas iniciativas ou projetos que tragam agentes da comunidade para dentro da escola e que aí se estabeleçam com regularidade e continuidade. Destes membros da comunidade podem fazer parte os Bombeiros, GNR, ONG's locais, IPSS do concelho, Associações Recreativas, Culturais ou Desportivas, entre outros, os quais, de acordo com as disponibilidades das escolas, usem as suas instalações e promovam um contacto próximo com os alunos e os projetos desenvolvidos por estes ao longo das atividades letivas.
<b>Prioridade</b>	Elevada
<b>Calendário</b>	A definir
<b>Entidades Envolvidas</b>	Direções das Escolas / Agrupamento de Escolas, com apoio da CMS

### ***Ação III.4 - Projeto de Partilha Intergeracional***

<b>Descrição Sumária</b>	Implementação de um projeto que vise o desenvolvimento de uma série de atividades que envolvam não só alunos de diferentes idades mas também a população idosa do concelho (por exemplo, com criação nas escolas de um "Clube dos Avós"). Podem ser desenvolvidas neste âmbito atividades que tragam idosos às escolas ou levem os alunos aos centros de dia e lares do concelho. O objetivo é que exista uma partilha de conhecimentos e competências, mas também uma maior convivência entre as crianças e jovens e a população mais idosa.
<b>Prioridade</b>	Média
<b>Calendário</b>	A definir
<b>Entidades Envolvidas</b>	Câmara Municipal de Sines, as Escolas /Agrupamento de Escolas, Associações de Pais e parceiros

## 4. Monitorização da Carta Educativa

### 4.1 Introdução e Enquadramento

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Carta Educativa constitui o instrumento fundamental de planeamento da rede educativa de um município. A presente revisão da Carta Educativa de Sines reflete o conhecimento atual sobre esta rede e perspetiva a sua evolução com base na informação disponível à data da sua elaboração e recolhida no âmbito das Fases I e II. No entanto, são múltiplas as fontes de incerteza relativamente à evolução futura deste sistema educativo e da sua envolvente, pelo que poderão vir a apresentar-se desvios mais ou menos expressivos face ao que agora se perspetiva. Deste modo, e para se tornar num instrumento constantemente atualizado, a Carta Educativa carece de atualização dinâmica face a evoluções demográficas, socioeconómicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro da oferta educativa e escolar (estabelecimentos e transporte escolares, projetos educativos e ação social, entre outras questões) municipal e dos municípios limítrofes e do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Como tal, a Carta Educativa, deve ser alvo de atualização permanente face à evolução real do sistema. Assim, recomenda-se que a Câmara Municipal de Sines promova a monitorização do sistema educativo municipal e a atualização da Carta Educativa, ficando desde já calendarizada para 2026 uma revisão formal da presente Carta Educativa.

A organização do procedimento de monitorização deve contemplar:

- i) Os mecanismos de recolha de informação (junto das fontes respetivas, como sejam as escolas e/ou respetivos agrupamentos, DGEstE, DGEEC, Câmara Municipal de Sines, INE, etc.), sua organização e disseminação;
- ii) A atualização dos planos de ações, definindo objetivos, entidades e recursos a mobilizar que permitam operacionalizar os eixos estratégicos de atuação, o programa de ações e outras linhas de orientação da Carta Educativa e complementem, reforcem ou revejam as atuações agora definidas;
- iii) A avaliação de resultados, com carácter regular e periódico, tendo nomeadamente em vista a revisão do programa de ações e/ou dos eixos estratégicos de atuação da Carta Educativa.

Tendo em conta a organização pretendida para o procedimento de monitorização, esboça-se no ponto seguinte o quadro de monitorização e avaliação proposto. No último ponto define-se o modelo organizacional proposto para a monitorização e avaliação da Carta Educativa.

## 4.2 Quadro de monitorização e avaliação

O planeamento de uma rede educativa de escala municipal enfrenta, entre outras incertezas, duas fontes de incerteza críticas:

- i. A evolução das políticas da educação, nomeadamente do quadro legislativo;
- ii. A evolução da procura de ensino, decorrente nomeadamente das dinâmicas demográficas e sociais e das consequentes repercussões espaciais e territoriais.

No que respeita à primeira fonte de incerteza crítica, não é por demais reconhecer as frequentes, e por vezes profundas, alterações das políticas educativas, com reflexo no respetivo quadro legislativo e orientador, que não é possível antecipar. Assim, é da maior importância que se acompanhem as evoluções destes processos e as orientações do Ministério da Educação, procurando-se atempadamente estimar os efeitos esperados no sistema educativo de Sines decorrentes destas alterações.

No que respeita à segunda fonte de incerteza crítica, julga-se recomendável monitorizar nomeadamente:

- As dinâmicas urbanas, socioeconómicas e demográficas, particularmente naqueles aspetos que possam constituir inflexões de trajetória relativamente às tendências previstas.
- Planos e projetos urbanísticos (planos diretores municipais, planos de urbanização, planos de pormenor, projetos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.
- As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura de educação e ensino que lhes estará associada.
- A evolução das populações escolares, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respetivas inflexões de trajetória cujas determinantes importa tentar perceber.
- A avaliação do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e expectativas das populações.
- A evolução do estado de conservação e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- Os indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre- ou subutilização das infraestruturas escolares, dos transportes e ação social escolares.

- Os indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono ou de integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida deve permitir construir um “*tableau de bord*”, quer na vertente de contextualização (indicadores de enquadramento) quer na vertente endógena ao sistema (indicadores de acompanhamento e de desempenho/impacto), que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do Município de Sines, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

### 4.3 Modelo organizativo

É recomendável um processo de monitorização e avaliação da Carta Educativa assente numa estrutura organizativa que compreenda três aspetos essenciais:

1. A recolha e organização da informação disponibilizada, com periodicidade mínima anual, pelos estabelecimentos escolares e/ou respetivos agrupamentos, DGEstE, DGEEC, Câmara Municipal de Sines, INE, etc.;
2. Os instrumentos de ação, definindo objetivos e recursos a utilizar;
3. A avaliação de resultados, consignada em relatórios de avaliação da própria Carta Educativa e dos instrumentos de ação e que poderão levar à mobilização de novos recursos e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

Deste modo, será necessária a existência de um dispositivo de monitorização, que deve incluir a previsão de alocação de recursos humanos, a identificação dos recursos técnicos necessários, a identificação da entidade responsável pela monitorização e avaliação da Carta Educativa e, eventualmente, uma Comissão de Acompanhamento. Aconselha-se que a gestão deste processo de monitorização fique sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Educação, fórum adequado para apreciar e estabelecer os planos de ações e a avaliação de resultados.

Para apoiar o Conselho Municipal de Educação, recomenda-se a criação de um grupo de trabalho, sob a dependência do pelouro da educação da Câmara Municipal de Sines, cujas atribuições seriam:

- i. Compilação da informação de base (variáveis a recolher) e apuramento dos indicadores de monitorização;
- ii. Elaboração de análises e relatórios de monitorização e avaliação a submeter ao plenário do Conselho Municipal de Educação.

Como forma de agilizar e assegurar uma eficaz e estreita articulação deste Grupo de Trabalho com o Conselho Municipal de Educação, será talvez recomendável criar, no âmbito deste Conselho, uma Comissão Permanente de Acompanhamento que, com

periodicidade pelo menos trimestral e sempre que recomendável, reúna com aquele Grupo de Trabalho para apreciar o trabalho produzido e os resultados obtidos e estabelecer diretivas para trabalhos a desenvolver.

A avaliação de resultados pelo plenário do Conselho Municipal de Educação, com base nas análises e relatórios de monitorização elaborados por aquele Grupo de Trabalho, deve ter um carácter regular e periódico, sugerindo-se uma periodicidade anual, talvez após o início de cada ano letivo. Para além da avaliação de resultados, competirá ao Conselho Municipal de Educação promover a revisão dos planos de ações e/ou das linhas estratégicas de orientação da Carta Educativa.

Por fim, refira-se a importância da participação dos diferentes atores do sistema educativo e das populações nas soluções a implementar através de entidades apropriadas (associações de pais e encarregados de educação, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) com o intuito de clarificar o alcance e o significado das transformações pretendidas e de colher ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta, monitorização e disseminação de resultados.

São todos os fatores, mecanismos e procedimentos acima referidos que devem tornar a Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade da sua revisão periódica e da sua atualização tendo em conta a disponibilização e recolha de informação sobre a conjuntura do momento em questão e as perspetivas da sua evolução.